



Jorge Katsumi Niyama
César Augusto Tibúrcio Silva

Teoria da Contabilidade

3ª Edição

atlas

Teoria da contabilidade

Para alguns livros é disponibilizado Material
Complementar e/ou de Apoio no site da editora.
Verifique se há material disponível para este livro em

atlas.com.br

Jorge Katsumi Niyama
César Augusto Tibúrcio Silva

Teoria da contabilidade

3ª Edição

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2013

© 2007 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2008; 2. ed. 2011; 3. ed. 2013

Capa: Zenário A. de Oliveira
Composição: Set-up Time Artes Gráficas



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Niyama, Jorge Katsumi

Teoria da contabilidade / Jorge Katsumi Niyama, César Augusto
Tibúrcio Silva. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8033-3

eISBN 978-85-224-8059-3

1. Contabilidade 2. Contabilidade – Teoria I. Silva, César Augusto
Tibúrcio II. Título.

08-00055

CDD-657

Índice para catálogo sistemático:

1. Contabilidade 657

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Apresentação, xi

1 Os usuários e a padronização contábil, 1

Introdução, 1

Como os administradores influenciam a Contabilidade, 2

Como os investidores influenciam a Contabilidade, 6

Como os auditores influenciam a Contabilidade, 9

A influência do governo na Contabilidade, 13

Estudos empíricos sobre a influência dos usuários da Contabilidade, 14

Padronização da Contabilidade, 16

Modelos de Padronização, 18

Vantagens da padronização, 19

Desvantagens da padronização, 22

A vitória da Padronização, 25

Uma agenda para pesquisa em padronização, 26

Exercícios, 27

Referências, 30

2 Contabilidade internacional e normas do IASB, 33

Introdução, 33

Principais causas das diferenças na Contabilidade internacional, 34
IASB, 36
Estrutura do Iasb, 38
Normas Internacionais de Contabilidade, 44
Principais divergências nas práticas contábeis internacionais, 47
Por que o Brasil precisa adotar as normas internacionais de contabilidade do IASB, 56
Uma agenda para pesquisa em Contabilidade internacional, 58
Exercícios, 59
Referências, 61

3 Princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos, 63

Introdução, 63
Evolução da Contabilidade norte-americana, 64
Princípios de contabilidade geralmente aceitos norte-americanos (Us Gaap), 73
Comparação entre US GAAP e as normas contábeis brasileiras, 74
Leasing na arrendadora, 77
Principais divergências entre o US GAAP (normas norte-americanas e o IFRS (normas internacionais)), 80
Pesquisa, 81
Exercícios, 82
Referências, 84

4 Arcabouço teórico e a estrutura conceitual no Brasil, 87

Introdução – uma abordagem histórica, 87
Inclusão da expressão princípios contábeis na normatização contábil brasileira – uma abordagem histórica, 88
Estruturas conceituais – uma abordagem histórica, 90
Princípios de Contabilidade (atual denominação de Princípios Fundamentais de Contabilidade segundo a Resolução nº 1.282 do CFC), 92
Pesquisa contábil, 107
Exercícios, 109
Referências, 113

5 Ativo, 115

Introdução, 115
Definição do ativo, 116
Reconhecimento, 126
Bases de avaliação do ativo, 128
Pesquisa, 133
Exercícios, 134
Referências, 138

- 6 Ativos de longo prazo e teste de imparidade, 139**
 - Introdução, 139
 - Ativos de longo prazo, 139
 - Ativo intangível, 141
 - Impairment, 142
 - Valor, 143
 - Ativo desvalorizado e o reconhecimento, 145
 - Processo de estimativa, 148
 - Unidades Geradoras de Caixa (UGC), 152
 - Pesquisa, 152
 - Exercícios*, 153
 - Referências*, 157

- 7 Passivo, 159**
 - Introdução, 159
 - Definição do passivo, 160
 - Reconhecimento, 163
 - Mensuração, 165
 - Mensuração do passivo pelo valor justo (*fair value*), 168
 - A separação do passivo e do patrimônio líquido, 173
 - Casos especiais de passivo, 174
 - Itens “fora do balanço”, 181
 - Pesquisas futuras, 181
 - Exercícios*, 182
 - Referências*, 187

- 8 Patrimônio líquido, 189**
 - Introdução, 189
 - Definição de patrimônio líquido, 190
 - Manutenção do capital, 191
 - Teorias do patrimônio líquido, 193
 - Composição do patrimônio líquido, 200
 - Pesquisas, 202
 - Exercícios*, 203
 - Referências*, 206

- 9 Receitas e despesas, 209**
 - Introdução, 209
 - Receita, 210
 - Critérios de reconhecimento, 213
 - Mensuração da receita, 216
 - Despesa, 217
 - Reconhecimento da despesa, 219

Mensuração da despesa, 221
Tipo de demonstração do resultado, 223
Uma agenda de pesquisa, 224
Exercícios, 226
Referências, 230

10 Contabilidade em ambientes inflacionários, 235

Introdução, 235
Inflação, Iasb e Fasb, 236
Inflação e a contabilidade brasileira, 237
Lei nº 6.404/76, 241
Correção integral, 247
Custo corrente, 250
Confronto entre os métodos analisados, 254
Pesquisas, 255
Exercícios, 256
Referências, 258

11 Leasing, 261

Introdução, 261
Leasing no Brasil – Retrospectiva histórica antes da vigência da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, 262
US GAAP (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos Norte-americanos), 266
Iasb, 273
A posição do CFC, 276
Alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, Medida Provisória nº 449/08 e Lei nº 11.941/09 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 279
Proposta de estudo do Fasb/Iasb estabelecendo uma nova abordagem para o *leasing*, 281
Pesquisa, 281
Exercícios, 282
Referências, 283

12 Contabilidade para o terceiro setor, 285

Introdução, 285
Terceiro setor, 286
Doação, 286
Gratuidade, 291
Renúncia fiscal, 293
Pesquisas, 295
Exercícios, 296
Referências, 300

13 Setor público, 303

Introdução, 303

Por que a Contabilidade pública é diferente?, 304

Teoria do fundo, 308

Contabilidade pública no Brasil, 309

Portaria 184 de 2008 e a Convergência às normas internacionais, 313

Regime de competência na Contabilidade pública, 314

Pesquisa, 318

Exercícios, 319

Referências, 323

Índice remissivo, 325

Apresentação

Estamos observando um momento de transição no estudo da teoria contábil. Essa mudança está refletida na ênfase cada vez maior na teoria e nas normas contábeis. Isto representa uma revolução na forma como pensamos a teoria contábil. A teoria contábil hoje não é um assunto filosófico, longe da realidade, em que a discussão estaria focada em terminologias e correntes de pensamento.

Vivemos uma teoria contábil muito próxima da prática contábil, sendo os problemas reais analisados e discutidos. Além disso, estamos assistindo a uma grande discussão sobre temas como convergências de normas contábeis, padronização, aplicação da contabilidade em setores específicos, entre outros. Ao mesmo tempo, este conhecimento tem sido influenciado pela pesquisa realizada na área de contabilidade, em especial a pesquisa empírica e positiva.

Este livro é um reflexo disto. Seu surgimento nasceu da insatisfação dos autores com as obras existentes. O leitor provavelmente irá notar que inovamos em vários tópicos em relação aos livros existentes em língua portuguesa. Isto é natural, já que a principal obra de teoria usada hoje no Brasil, o livro

de Hendricksen e Van Breda, foi publicada nos Estados Unidos há mais de 20 anos (e não possui nenhuma nova edição recente).

Um dos pontos de inovação foi a ênfase na pesquisa contábil, particularmente a oriunda dos nossos pesquisadores. Assim, em todo capítulo, apresentamos algumas pesquisas que já foram realizadas sobre o assunto, que pode servir de incentivo ou guia também para futuras pesquisas.

Outro aspecto diferencial da nossa obra é a utilização de exemplos atuais para discutir a teoria. Isto tem duas justificativas. Em primeiro lugar, mostra que a teoria contábil não está separada do dia a dia da contabilidade; pelo contrário, a teoria influencia e é influenciada pela prática contábil. Em segundo lugar, o uso de exemplos é uma forma didática de atrair o leitor para a importância dos assuntos tratados nesta obra.

Enquanto estávamos escrevendo este livro, muitas coisas aconteceram. Somente para citar um caso, quando o Capítulo 4 sobre as normas brasileiras foi constituído, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis já tinha emitido normas contábeis e estava em vias de emitir outras, em fase de audiência pública, sem contar a promulgação da Lei nº 11.638.

O público-alvo do livro é representado por alunos em Ciências Contábeis. Por esse motivo, em algumas passagens, preferimos ser mais didáticos, reduzindo a complexidade de certos assuntos. Entretanto, a obra também pode ser usada em cursos de especialização, principalmente por um público que esteja há muito tempo afastado da sala de aula. Também acreditamos que este livro possa ser um ponto inicial de discussão em cursos de mestrado.

Esta obra se beneficiou dos comentários, críticas e sugestões de inúmeras pessoas. A listagem é longa e inclui os alunos que tiveram a oportunidade de ver nascer o nosso trabalho. Citamos também os amigos Cláudio Moreira Santana, José Lúcio Fernandes, Ludmila Melo, Paulo Schmidt, Ducineli Botelho, José Flávio Moura, Pedro Duarte, José Marilson Dantas e Diana Vaz de Lima, que fizeram comentários em diversos capítulos. Obviamente que eles não são responsáveis pelos erros que cometemos aqui.

Esperamos que os docentes e os alunos que adotarem este livro gostem de sua metodologia e possam ajudar os autores a melhorar esta obra. Além desta obra, estamos disponibilizando aos docentes o Livro do Professor e um conjunto de transparências sugeridas para usar em sala de aula.

Na segunda edição, buscamos revisar e contemplar as atualizações normativas e regulamentares, tanto no âmbito nacional como internacional, bem como introduzimos um novo capítulo, “Ativos de longo prazo e teste de imparidade”.

Na terceira edição fizemos atualização dos capítulos, particularmente na questão das pesquisas.

Estamos à disposição de todos através do nossos *e-mails*: <cesartiburcio@unb.br> e <jkatsumi@unb.br.>.

Os Autores

Os usuários e a padronização contábil

OBJETIVOS DO APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você conhecerá:

1. Como os administradores, os investidores, os auditores e o Governo influenciam na Contabilidade.
 2. As razões da existência de padronização contábil.
 3. As vantagens e desvantagens da padronização contábil.
-

Introdução

Quando comentamos sobre os usuários, a tendência geral é imaginar que os mesmos recebem a informação contábil de forma passiva, sem influenciar no conteúdo e na qualidade da mesma. Na verdade, o usuário tem um papel importante, de modo que é impossível ignorar sua participação na determinação das escolhas realizadas pela Contabilidade e nas próprias opções feitas pelo contador. Para tratar desse assunto, optamos por analisar como alguns grupos de usuários têm atuado de maneira decisiva na teoria contábil. Apesar de o usuário da Contabilidade ser o mais diverso possível, focaremos nossa análise nos administradores, nos investidores, nos auditores e no governo.

A presença do usuário no processo contábil traz a necessidade de que as informações evidenciadas sejam comparáveis. O usuário necessita analisar

o desempenho da entidade e essa análise é feita através da comparação com o que ocorreu em outras datas na entidade ou com outras entidades. Para que isso seja possível, é necessário que o tratamento contábil tenha coerência entre as entidades. A questão da padronização é discutida na parte final deste capítulo.

No Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 2007, são listados os principais usuários das demonstrações contábeis, a saber: os investidores, os empregados, os credores por empréstimos, os fornecedores e outros credores comerciais, os clientes, o governo e suas agências e o público em geral. Apesar de recentemente, numa revisão deste pronunciamento, ter-se optado por priorizar os investidores, é importante conhecer como esses usuários interferem na contabilidade.

Objetivo 1: Como os usuários influenciam a Contabilidade.

Como os administradores influenciam a Contabilidade

A influência do administrador na Contabilidade pode acontecer de diferentes formas. Em primeiro lugar, os gestores influenciam na escolha da forma como a organização irá atuar. Aparentemente, isto não representa um aspecto importante, mas observe que as empresas podem ser constituídas de diferentes formas no Brasil. Considere, a título de exemplo, a decisão da administração de uma empresa em abrir seu capital, mudando a forma atual de constituição de companhia fechada para empresa com ações negociadas em bolsa de valores. Essa decisão traz diversas consequências sobre a Contabilidade, inclusive em relação à forma como os eventos econômicos serão tratados. Representa, pois, uma mudança no processo contábil, provavelmente aumentando sua complexidade.

1. Forma como a entidade irá atuar.

Em segundo lugar, os administradores são uma importante fonte de informação. Em certos tipos de eventos, é a mais relevante fonte de informação, sendo este conhecimento fundamental para o trabalho do contador. Uma situação em que o papel do gestor interfere na informação ocorre, por exemplo, quando o administrador da empresa decide vender um imóvel classificado atualmente como ativo permanente. A decisão de venda leva à necessidade de reclassificação contábil para o ativo circulante; entretanto, esta contabilização somente é possível caso a informação detida pelo gerente seja repassada ao contador.

2. Fonte de informação.

Em terceiro lugar, os administradores influenciam a Contabilidade na determinação do momento em que um evento será reconhecido. Considere o exemplo de uma empresa que esteja fechando uma negociação que irá gerar, de imediato, uma receita. O instante do reconhecimento (ou seja, o fato gerador) irá depender da informação sobre a conclusão da negociação. O gerente terá condições de determinar quando a negociação poderá ser considerada como encerrada, passível, então, de ser registrada.

3. Data do reconhecimento.

Em quarto lugar, os gestores possuem um papel importante na estimativa de alguns valores que irão compor as demonstrações contábeis da entidade. Uma situação ocorre quando uma ação trabalhista em que a empresa está envolvida terá, no responsável pelo departamento jurídico da mesma, a melhor fonte de previsão sobre as chances de êxito por parte da empresa.

4. Estimativa de valores.

Em quinto lugar, em diversas situações a Contabilidade tem flexibilidade para aceitar as diferentes metodologias de avaliação. Nessas situações, a posição do administrador pode ser decisiva, em especial quando o contador lhe está subordinado na escala hierárquica da organização. Considere-se, como exemplo, uma empresa que pretende divulgar suas demonstrações e encontra-se diante da opção sobre qual método utilizar na avaliação dos seus estoques. A legislação e a própria teoria admitem formas diferentes para esta avaliação, como o preço específico ou a média ponderada. Numa situação hipotética, o contador da empresa está mais inclinado a utilizar o preço específico para avaliação; no entanto, essa opção passa pela necessidade de melhorar o sistema de processamento de dados. Dessa forma, neste caso, a decisão sobre o método a adotar pode estar sendo feita pelo administrador de sistemas da empresa.

5. Escolha de como avaliar.

Em sexto lugar, para as empresas que divulgam a informação do seu desempenho de forma periódica nos jornais, o administrador pode ter papel importante na determinação de quais informações, além daquelas obrigatórias, devem ser divulgadas. É possível, por exemplo, o administrador utilizar a Contabilidade como instrumento para trabalhar a ideia de que a empresa é inovadora e é moderna, através da divulgação da sua *última novidade* na área contábil. Uma situação prática tem ocorrido com as instituições financeiras brasileiras nos últimos anos. Em decorrência do aumento continuado do lucro gerado por estas enti-

6. Escolha do que divulgar.

dades observado no início da década de 2000, e sabendo das restrições que certos setores da sociedade possuem contra um alegado excesso de rentabilidade, as instituições financeiras têm mudado o foco da evidenciação dos seus resultados, destacando as suas realizações sociais.

Em sétimo lugar, o administrador pode, por meio da sua posição hierárquica, influenciar na estrutura organizacional, determinando funções, responsabilidades e competências de cada setor. A definição com respeito às atribuições do setor contábil e da auditoria interna, dentro da estrutura formal da empresa, poderá ter influência na qualidade e nas características da informação produzida. Um setor de Contabilidade prestigiado na hierarquia de uma entidade possui mais condições de executar um trabalho mais inovador.

7. Hierarquia dentro da entidade.

Em oitavo lugar, os administradores são, juntamente com os auditores e os contadores, participantes ativos no processo de padronização contábil.

8. Participa da padronização.

Considere-se, como exemplo, a discussão em torno da contabilização das concessões governamentais. Uma vez que o assunto é polêmico e interfere diretamente no resultado das empresas, seus administradores participam dessa discussão, cuja questão é se deve haver ou não o reconhecimento das concessões do governo por empresas, afetando suas demonstrações contábeis. Neste caso, a participação e a influência do administrador ocorrem fora da empresa; no caso das concessões governamentais, através do processo de audiência pública.

🌐 O exemplo da contabilização das concessões mostra uma situação polêmica, em que a administração das empresas envolvidas tem interesse em participar das discussões. Uma posição é re-

Niiero; Camba (2002).

conhecer que as concessões do Governo para as empresas devem ser tratadas como ativos, devendo-se registrar o valor pago no seu balanço; outra postura considera que não há ativo, não sendo necessário o seu reconhecimento. A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) registrou um patrimônio líquido negativo de R\$ 198 milhões, com o reconhecimento do preço pago; caso não o fizesse, seu patrimônio seria positivo em R\$ 265 milhões.

Finalmente, em nono lugar, os gerentes geralmente sabem da existência da

9. Influenciam as alternativas contábeis.

flexibilidade contábil no tratamento de certos eventos e se aproveitam dela para influenciar no resultado de acordo com seus interesses. Os administradores têm

várias razões para participar das decisões relacionadas à Contabilidade de uma entidade por saber que ela afeta a empresa e o próprio gestor. Sua posição, no entanto, pode ser contraditória. Por um lado, toda regulamentação contábil impõe alguma despesa para a empresa; por outro lado, as grandes empresas têm interesse nas normas contábeis e na sua expansão por, entre outros aspectos, ajudar a reduzir o nível de risco percebido pelos investidores.

Veja Wolk e Tearney, 1997, p. 104, para mais detalhes.

É importante notar que a relevância dos administradores é observada na Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, da CVM e do CPC, de 2007. Nesse documento, é informado que a administração possui a “responsabilidade primária pela preparação e apresentação” das demonstrações contábeis. Mais adiante, o documento reconhece que a administração tem “o poder de estabelecer a forma e o conteúdo de tais informações adicionais a fim de atender às suas próprias necessidades”. Logo após, o documento reconhece que a contabilidade é baseada nas informações usadas pela administração.



Antes de Prosseguir

- * Reveja as razões de como o administrador influencia a Contabilidade de uma entidade:
 - Escolha da forma de a organização atuar.
 - Como fonte de informação.
 - Na determinação do momento do registro contábil.
 - Na estimativa de valores.
 - Na escolha dos métodos que serão adotados.
 - Na divulgação das informações.
 - Afetando a estrutura do setor responsável pela Contabilidade.
 - Participando da padronização contábil.
 - Influenciando a escolha contábil.

Como os investidores influenciam a Contabilidade

Em alguns países desenvolvidos, a presença do mercado de capitais é importante como fonte de recursos para a empresa. Desse modo, a figura do investidor passa a ser relevante, até como usuário da Contabilidade.

No Brasil, a influência do investidor talvez não seja tão significativa. Isso ocorre porque nas nossas empresas predomina a figura do acionista controlador, inclusive naquelas entidades com ações negociadas na bolsa de valores. Por causa disto, de maneira geral nas empresas brasileiras o acionista controlador também é o seu administrador. Apesar dessa característica, existem empresas que contam com uma participação importante no seu capital de investidores que não participam da gestão. Nesses casos, problemas de objetivos divergentes, entre o administrador e o investidor, podem acontecer, com reflexos na Contabilidade.

O investidor quer conhecer a empresa.

Neste item do capítulo, centra-se a atenção nos investidores que não participam da administração da empresa, seja porque são acionistas minoritários, seja porque são instituições financeiras que participam através do capital de terceiros. A principal característica destes investidores é que os mesmos, além de não participarem diretamente nas decisões da empresa, não possuem todas as informações detalhadas do desempenho da empresa. A maior preocupação desses investidores é de proteger seu investimento na empresa.

Nos últimos anos, têm ocorrido mudanças importantes no mercado de capitais brasileiro. Existe uma crescente profissionalização do mercado e de seus agentes, o que representa um aumento na pressão por melhor qualidade das informações para estes usuários. Outro fato importante, que tem influenciado a informação em algumas grandes empresas brasileiras, refere-se à necessidade de captação de recursos em mercados financeiros externos. Em tais situações, as empresas terminam por sujeitar-se às normas de outros países, supostamente mais avançadas, mas que podem trazer benefícios para a qualidade da Contabilidade.

Em certas situações, os investidores de uma empresa irão requerer informação adicional da mesma, além daquela que, tradicionalmente, é divulgada para o público. Essas exigências, pois, tornam-se mais imperativas quanto maior for a necessidade de recursos da empresa. Quando o nível de detalhamento não é considerado suficiente para o financiador, ele tende a considerar

o investimento como sendo de maior risco, exigindo, então, uma maior contrapartida em termos do custo do dinheiro. Em outros termos, quanto menos transparentes forem as informações contábeis da empresa, maior o custo de captação dos recursos.

Entretanto, na medida em que se aumenta a exigência por melhor Contabilidade, visando reduzir o nível de risco do investidor da empresa, as despesas administrativas também se tornam mais elevadas. Embora essa melhoria na Contabilidade possa tornar-se pública, por exemplo, através dos relatórios divulgados pelas companhias abertas, as despesas de produção da informação são pagas, em última instância, pelos investidores.

- 🌐 A divulgação das demonstrações contábeis num jornal de grande circulação pode representar um custo elevado para uma entidade. Um jornal como a *Gazeta Mercantil* cobrava, no primeiro semestre de 2006, R\$ 530 por centímetro/coluna. Como cada página tem 312 centímetros/coluna, o valor da página seria R\$ 165 mil, aproximadamente. Nesse ano, a Petrobras publicou suas demonstrações em 41 páginas, o que significa um total de R\$ 6,8 milhões. Como o volume é elevado, imagina-se que a empresa conseguiu um desconto, que pode chegar a 70% ou 80%. De qualquer modo, a conta ainda é salgada.

Informação do sítio
Observatório da Imprensa.
Vide Malin (2007).

Assim, os investidores, atuais e potenciais, têm interesse pela Contabilidade na medida em que esta pode auxiliar no processo de tomada de decisão com respeito aos seus investimentos. Mas será que a Contabilidade pode ser relevante para essa função? De modo geral, as pesquisas realizadas nessa área têm centrado foco na reação do mercado acionário à divulgação de informações, sendo que o pressuposto destes estudos é, se o mercado reage à publicação das demonstrações contábeis, as mesmas são importantes para o processo decisório.

Uma boa Contabilidade
tranquiliza o investidor.

Um típico estudo, que já foi realizado no Brasil e em outros países, é verificar se o mercado de ações apresenta uma mudança nos preços das ações das empresas logo após a divulgação dos seus resultados. É feita uma comparação entre o comportamento dos preços antes e depois da data de divulgação; e, caso exista uma diferença estatística relevante entre os preços, isso pode ser

uma demonstração de que a informação contábil faz diferença e influencia o comportamento dos preços das ações (Figura 1.1).

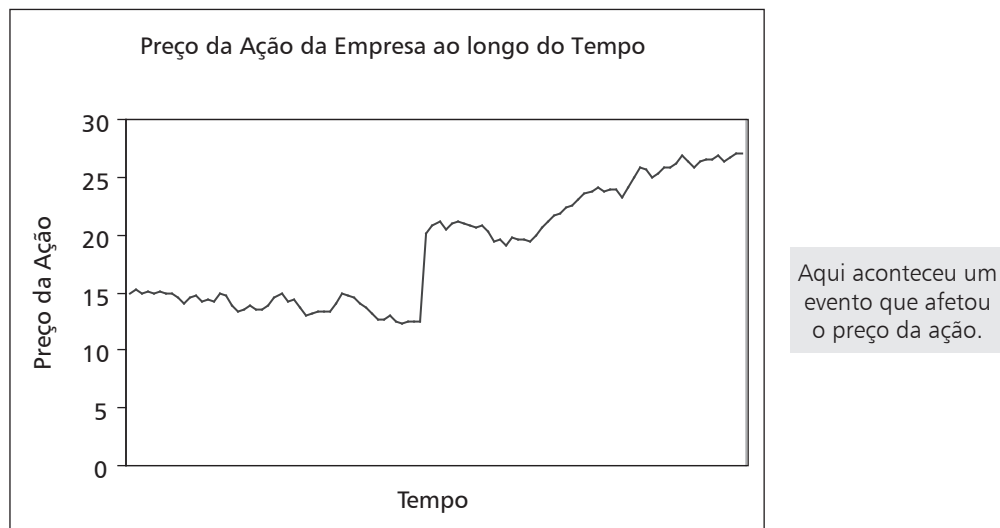


Figura 1.1 *Estudo de evento – exemplo.*

Alguns estudos têm concluído que a divulgação de demonstrações contábeis não modifica os preços das ações. Apesar desta conclusão, não se pode inferir que a Contabilidade não seja relevante para o mercado de capitais por diversos motivos. Um deles é que o mercado consegue, a partir do ambiente econômico e das perspectivas da empresa, fazer uma projeção dos resultados das empresas. Nesta situação, as demonstrações contábeis possuem um papel mais de confirmação de expectativas do que de modificação das crenças dos agentes econômicos.

Outro aspecto importante é que o mercado está mais interessado nas perspectivas futuras da empresa do que no seu desempenho passado; assim, somente quando as informações divulgadas mudam o que se sabe do passado e os reflexos sobre o desempenho futuro é que as demonstrações irão afetar os preços das ações das empresas. Importante lembrar que o prazo de 120 dias previsto para publicação de demonstrações contábeis também não contribui de forma tempestiva para o comportamento do preço das ações.

É importante salientar que outros estudos têm demonstrado que o mercado acionário reage de alguma forma às mudanças nas políticas contábeis. Em

virtude disso, algumas empresas fazem escolhas contábeis de acordo com a reação do mercado. Por exemplo, a falência da *Enron*, grande empresa norte-americana no ramo de energia, levantou uma série de desconfiças sobre a qualidade das informações relatadas pelas empresas em seus demonstrativos contábeis. Aquelas empresas, sobre as quais o mercado teve dúvidas a respeito da qualidade dos resultados apresentados, tiveram uma redução no preço de suas ações. Com isso, a postura de algumas empresas foi melhorar a qualidade das suas informações contábeis para reduzir a probabilidade de queda nos preços.

Assim, de maneira geral, os investidores, ou potenciais investidores, têm uma grande motivação por mais informações da empresa para melhorar suas análises de investimentos.

A Estrutura Conceitual para a Elaboração e a Apresentação das Demonstrações Contábeis, da CVM e do CPC, reconhece como usuários os investidores, segregando-os em investidores provedores de capital de risco (acionistas), credores por empréstimos e fornecedores e outros credores comerciais. Cada um dos usuários possui interesse próprio e, conforme esse documento, nem todas as necessidades podem ser satisfeitas. Entretanto, esta Estrutura Conceitual enfatiza os investidores de ações da entidade, pois a Contabilidade que “atenda às suas necessidades também atenderá à maior parte das necessidades de informação de outros usuários”.



Antes de Prosseguir

- * Reflita sobre a relação entre a qualidade da informação contábil e o desejo de um investidor em aplicar seus recursos numa empresa.
- * Você concorda com a posição da Estrutura Conceitual que prioriza o investidor em ações de uma entidade?

Como os auditores influenciam a Contabilidade

A Contabilidade de uma empresa é preparada sob a influência e aprovação do acionista controlador, sendo que o acionista minoritário e a instituição financeira precisam dessa informação para o processo de decisão. Nessa situação, a credibilidade da informação dada pela empresa está relacio-

Quanto melhor a informação, melhor a qualidade da decisão.

nada com a qualidade da tomada de decisão. No entanto, em diversas situações, é comum existir um conflito de interesse entre esse acionista e os outros investidores, conflito esse que possui um custo, denominado *custo de agência*.

A posição do controlador permite que o mesmo tenha informações sobre a empresa que os outros investidores não possuem. Nessa situação, quando uma das partes envolvidas num evento econômico possui uma informação diferente das outras, esta é denominada *informação assimétrica*. Nas situações de assimetria, o conhecimento que uma parte detém pode ser utilizado em seu benefício e em prejuízo da outra parte. Considere-se, por exemplo, a situação na qual o controlador pode ter conhecimento de que o resultado da empresa foi acima do esperado, antes que esse resultado seja divulgado para os interessados, e pode utilizar-se disso para adquirir mais ações da empresa. De igual modo, por ter uma influência muito forte sobre a Contabilidade, o controlador pode tentar manipular o resultado da empresa e, caso tenha sucesso, torna-se difícil aos outros investidores determinar até que ponto a informação apresentada pelo controlador pode ser considerada confiável.

Informação assimétrica.

A auditoria das demonstrações contábeis tem um papel de proteger o investidor e dar credibilidade à informação contábil da empresa que está sendo divulgada. Em outras palavras, a auditoria tem o papel de reduzir o custo da agência existente na relação investidor e controlador. É importante notar que essa função também é válida para a auditoria interna, interessada na relação da administração com os subordinados.

Uma questão que surge refere-se ao fato de que, se a auditoria é contratada pelo acionista controlador, como o investidor pode ter certeza de que não haverá um acordo entre o auditor e o controlador? Acredita-se, nesse caso, que o auditor estará interessado em manter sua reputação no mercado e, portanto, não executará nenhuma função que seja injusta ou ilegal. Optar por uma escolha ilegal pode trazer perda de reputação no mercado e ameaçar a própria sobrevivência da empresa de auditoria. Como qualquer entidade econômica, a auditoria tem algumas decisões financeiras a tomar. Como regra geral, as empresas de auditoria estão propensas a gastar menos recursos no seu trabalho, de modo a maximizar seus retornos com o trabalho. Entretanto, a redução nos seus gastos pode aumentar o risco de não perceberem os eventuais problemas da empresa auditada. O aumento nos gastos traz também como consequência a necessidade de aumentar o preço cobrado pelos serviços realizados, induzindo

a empresa cliente a buscar uma outra auditoria que apresente menor custo. Com isso, tem-se numa balança a reputação decorrente da não percepção de problemas com a empresa e, do outro lado, o maior custo e a competição.

- 🌐 A Enron Corporation foi uma empresa de energia com sede em Houston, Estados Unidos. Antes dos seus problemas financeiros, a empresa possuía mais de 20 mil empregados e receitas de US\$ 100 bilhões. Era uma empresa admirada, mas no final de 2001 foi revelado que seu desempenho era, em boa parte, fruto de fraude contábil. A empresa de auditoria que dava pareceres, Arthur Andersen, foi investigada e condenada por obstrução da justiça.

Ver Silva, Cupertino e Ogliari (2003) para, mais detalhes.

Outro fator que interfere no processo de auditoria refere-se à opinião de que a auditoria deve dar sobre a confiabilidade das demonstrações contábeis. Apesar de o papel da auditoria não ser esse, o público espera que ela detecte fraudes e, como a auditoria deve emitir um parecer sobre a qualidade das informações, um parecer sem ressalvas pode representar, para o usuário da informação, que a auditoria considera os dados apresentados como sendo a representação da realidade econômica da empresa. Por sua vez, o parecer com ressalvas (ou negativo) significa que o usuário não deve ter confiança plena nas informações constantes das demonstrações contábeis da empresa.

Dilema da empresa de auditoria: reputação x custo.

Dessa forma, a auditoria exerce influência sobre a informação contábil em decorrência da possibilidade de emissão de um parecer com ressalvas. E, diante dessa possibilidade, as empresas são induzidas a alterar seu procedimento contábil para satisfazer à auditoria, sob pena de serem colocadas em suspeita suas informações.¹

Existe, ainda, outra maneira pela qual a auditoria exerce influência sobre a Contabilidade: através da *elaboração das normas de contabilidade*. Essa influência acontece de duas maneiras: através dos quadros técnicos fornecidos

¹ Oportuno consignar que nos grandes bancos e nas companhias abertas, há exigência do comitê de auditoria, órgão subordinado ao Conselho de Administração e que faz a integração entre as auditorias interna e externa.

pelas empresas para os órgãos reguladores da Contabilidade e por meio de opiniões sobre as novas normas que estão sendo elaboradas.

Haring (1979).

Apesar de não haver pesquisa atual sobre a participação de antigos funcionários das empresas de auditoria nos órgãos normatizadores, existe uma evidência forte sobre essa presença. Por exemplo, de 1976 a 1978 o congresso norte-americano investigou a influência das grandes empresas de auditoria na regulamentação contábil.

Mas qual seria a razão para os auditores participarem ativamente da regulação contábil? Os auditores têm um interesse especial em participar da estruturação de novas normas contábeis por essas reduzirem o nível de risco da auditoria. Considere-se, por exemplo, uma situação da despesa de depreciação e a imposição de taxas por parte da Receita Federal. Essa participação excessiva do Governo na Contabilidade pode ser interessante para o auditor, pois facilita seu trabalho, tornando-o mais objetivo. Nesse sentido, os auditores tendem a se opor às políticas contábeis que aumentam sua área de atuação,

Vide Wolk e Tearney (1997, p. 105) para mais detalhes.

em especial àquelas regras com maior grau de subjetividade. A razão dessa oposição é facilmente explicada pelo aumento no volume de trabalho, com maior risco de a auditoria cometer erros (pois são maiores os volumes de informação a serem auditados), o que aumenta a possibilidade de problemas judiciais. Nesse sentido, os auditores podem ser classificados como avessos ao risco, ou seja, preferem evitar, sempre que possível, o risco de problemas futuros. Acrescenta-se, enfim, o fato de que a própria subjetividade de escolhas é, por natureza, menos suscetível à auditoria.

A Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, da CVM e do CPC, de 2007, não reconheceu, no entanto, o papel importante do auditor na Contabilidade. Ao longo do documento o auditor é citado somente uma vez, quando informa a finalidade da mesma como sendo “auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os Pronunciamentos Técnicos”, muito embora o seu órgão representativo (IBRACON) integre o CPC e ocupe as principais coordenadorias.



Antes de Prosseguir

- * Como a auditoria interfere na Contabilidade?
- * Qual o interesse dos auditores de participarem da regulação contábil?

A influência do governo na Contabilidade

O Governo tem sido considerado pelos contadores como sendo o usuário que exerce maior influência sobre a Contabilidade. O Governo tem utilizado a informação contábil para obter parte de suas receitas através de impostos que incidem sobre as pessoas jurídicas. A Contabilidade é a fonte de dados que permite ao Governo determinar o volume de tributo sobre a renda que cada empresa deve recolher aos cofres públicos. Diante dessa função, é natural que o sistema fiscal esteja ligado às demonstrações contábeis, numa influência mútua.

O Poder Público poderia estabelecer um outro sistema para arrecadação fiscal, sem se utilizar da Contabilidade, mas que provavelmente seria muito dispendioso para a sociedade. Desse modo, o Governo termina por aceitar certas regras contábeis em decorrência do custo de coletar impostos de outra forma.

Para a Contabilidade, o Governo possui o importante papel de *divulgar as regras contábeis* entre as empresas. A obrigatoriedade imposta sobre as empresas no recolhimento de determinados tributos termina por difundir certos procedimentos que, não fosse isso, ficariam restritos a um conjunto menor de entidades. Considere-se, por exemplo, o caso da depreciação: as empresas são incentivadas a manter um controle do ativo permanente para fins de cálculo da despesa de depreciação, pois isso reduz o valor do lucro tributável. Caso não houvesse a tributação, o incentivo para manter esse controle sobre os bens depreciables seria menor, como nas entidades que não são tributadas pelo Imposto de Renda, onde o uso da depreciação é pouco comum.

Papel do Governo.

Entretanto, o Governo pode ter um papel inibidor ao desenvolvimento da Contabilidade, a partir do momento em que cria restrições às alternativas de procedimentos contábeis, com o objetivo de evitar a evasão fiscal. Nesse sentido, e utilizando os exemplos citados, o Governo determina as taxas máximas de depreciação para cada ativo permanente.

Em suma, é sempre importante destacar a relevância do Governo, incluindo aqui os organismos públicos vinculados ao mesmo (Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários etc.), na elaboração de normas regulamentares que interferem diretamente na Contabilidade.

A Estrutura Conceitual da CVM e do CPC deixa ao Governo um papel tímido em relação à realidade quando afirma que “governo, órgãos reguladores e agências, em particular, podem especificar requisitos adicionais ou diferentes

para atender a seus próprios propósitos. Entretanto, tais requisitos não devem afetar as demonstrações contábeis divulgadas para benefício de outros usuários, a não ser que atendam cumulativamente às necessidades destes últimos”.



Antes de Prosseguir

* O Governo é prejudicial ou não para a Contabilidade?

Estudos empíricos sobre a influência dos usuários da Contabilidade

Diversos estudos empíricos têm procurado mostrar a influência dos usuários no processo de elaboração das normas contábeis. Haring Jr. (1979) tentou estabelecer uma relação estatística entre a posição de uma empresa de auditoria e a posição final do organismo regulador da contabilidade norte-americana, o *Financial Accounting Standards Board* (Fasb). O trabalho de Haring Jr. tenta mostrar a existência de uma associação entre ambas as posições. O resultado da pesquisa sugere que a posição das empresas de auditoria não é fator importante na criação de regras pelo órgão regulador, muito embora as regras sejam coerentes com a posição das empresas de auditoria.

Haring Jr. utiliza o termo *associação* e não *correlação*, pois na correlação o termo está associado a uma teoria para ser testada, o que não seria o caso.

toria e a posição final do organismo regulador da contabilidade norte-americana, o *Financial Accounting Standards Board* (Fasb). O trabalho de Haring Jr. tenta mostrar a existência de uma associação entre ambas as posições. O resultado da pesquisa sugere que a posição das em-

Gorton (1991) fez um estudo específico do processo decisório do Fasb e da *Security Exchange Commission* (SEC) – a entidade responsável pela regulação do mercado de capitais norte-americano –, referente às regras contábeis na área de energia. O Sfas 19 foi o primeiro caso de um pronunciamento do Fasb que não foi aceito pela SEC. A análise de Gorton centra-se, pois, no processo de rejeição da norma contábil, que o autor atribui a pressões políticas da área de energia e às próprias deficiências da regulamentação. Já Tandy e Wilburn (1992) fazem um interessante balanço dos 100 primeiros pronunciamentos do Fasb, tentando identificar quais os setores que mais influenciaram os mesmos. Para o Brasil, ainda existe um campo significativo para pesquisa sobre como os usuários das demonstrações contábeis influenciam a Contabilidade. Frezatti,

Aguiar e Rezende (2005) analisaram a relação entre um sistema de informação e a satisfação do usuário.

Mais recentemente, Hochberg, Sapienza e Vissing-Jorgensen (2007) analisaram o processo de criação das normas da Lei Sarbanes-Oxley, em 2002, na SEC. Estes autores analisaram as sugestões apresentadas pelos usuários, avaliando o interesse do agente econômico na regulação em relação às sugestões apresentadas.

Existem diversos estudos que procuram mostrar a reação do usuário diante da informação contábil. Um grande número de trabalhos utiliza a metodologia de estudo de evento e pesquisa como o mercado reage a alguma mudança na contabilidade. O foco seria o usuário investidor. Lima et al. (2008) estudaram se o anúncio que uma empresa estivesse emitindo American Depositary Receipts (ADRs) afetou o preço da ação. Uma emissão deste título, em bolsa de valores dos Estados Unidos, aumenta a visibilidade da empresa perante os investidores. Comerlato e Terra (2008) investigaram os efeitos das apresentações das empresas abertas aos analistas de investimentos, onde as entidades divulgam seus resultados a estes profissionais. Nestes encontros procura-se criar expectativas positivas entre os profissionais que tomam decisões de investimentos quanto ao desempenho futuro da empresa. O estudo de Comerlato e Terra (2008) não encontrou influência significativa. Sarlo Neto et al. (2009) estudaram a reação dos preços das ações das empresas em razão da evidenciação de informações contábeis. O estudo procurou verificar algumas das características que podem influenciar esta reação, como tipo de ação, regulamentação, controle acionário e liquidez.

Silva e Rodrigues (2010) procuraram verificar se os usuários das informações contábeis consideram relevante o relatório de administração. Usando um experimento, os autores testaram se a presença (ou ausência) do relatório de administração afetava as decisões dos usuários. A pesquisa encontrou que o relatório influenciou a percepção quanto à capacidade da empresa em saldar dívidas e a competitividade no mercado, mas não alteraria as decisões de investimento.

Bamber, Jiang e Wang (2010) mostraram que o estilo do gestor estava presente nas informações voluntárias das empresas. Usando uma série histórica de dez anos, os pesquisadores conseguiram provar que as características demográficas do gestor estão refletidas nestas informações. Usando dados de milhares de empresas e seus administradores, notou-se que o fato de o gestor

ter uma experiência militar, ter cursado um MBA, ter nascido após a Segunda Guerra Mundial ou ter formação em contabilidade ou finanças modifica esta informação voluntária. Numa das conclusões do estudo, os pesquisadores mostraram que administradores mais velhos geralmente não emitem opinião sobre previsões.

Padronização da Contabilidade

Objetivo 2: Finalidade da Padronização Contábil.

Nos últimos anos, tem-se observado um crescimento substancial na quantidade de normas contábeis. Os organismos responsáveis pela Contabilidade perante a sociedade estão procurando emitir normas e regulamentos sobre diversos assuntos contábeis, aplicáveis aos mais diferentes setores da economia. Existe uma visão de que a regulamentação contábil visa atender ao interesse público, sob o enfoque da justiça social. Dessa forma, a autoridade responsável assumiria o papel de juiz dos atores sociais, devendo levar em consideração os melhores interesses da sociedade. Essa justificativa do papel da regulamentação contábil é, nas palavras de Scott (1997), superficial e não ajuda a explicar o que efetivamente acontece.

Num sistema de livre iniciativa, a presença da regulamentação contábil pelo interesse público decorre de duas possibilidades, segundo Wolk e Tearney (1997): em primeiro lugar, o sistema de mercado pode ter falhas, que precisariam ser corrigidas por uma intervenção; e, em segundo lugar, mas não menos importante, existe a possibilidade do mecanismo de mercado adotar uma postura contrária aos objetivos sociais. Smith (2001, p. 6 ss), por exemplo, destaca que a evidenciação iniciou-se em 1825 e que, em 1901, 15% da Bolsa de Nova Iorque eram de empresas *sem evidenciação*. Assim, somente após a intervenção dos órgãos reguladores a evidenciação das demonstrações tornou-se prática comum.

- 🌐 É importante destacar que a padronização pode ocorrer sem a presença do Estado. Uma publicação que faz classificação das empresas, como a *Exame Melhores e Maiores*, coletando, tratando e divulgando os dados contábeis das empresas, termina por traduzir os dados num processo de padronização.

O ponto focal da discussão é determinar de forma mais ampla as vantagens e desvantagens da padronização na Contabilidade. Pode-se dizer que esta discussão também se refere à regulamentação contábil: o intervencionismo *versus* o *laissez-faire*.

A padronização contábil está relacionada com a harmonização. Entretanto, o termo *harmonização* geralmente é utilizado quando se pretende discutir a adequação de normas de diferentes países, de modo a possibilitar uma comparação. Já a padronização se prende à questão geográfica, podendo ocorrer dentro de um país ou entre diferentes países. Em outras palavras, o termo *padronização* adquire um caráter mais amplo do que a harmonização, ou *convergência*, pelo CPC. Por outro lado, a padronização possui uma conotação mais impositiva do que a harmonização. As questões referentes à harmonização serão tratadas, de forma mais aprofundada, mais adiante nesta obra. Recentemente, tem sido usado também o termo *convergência*. Este termo apresenta uma ideia de “movimento em direção a”, indicando que o processo tende a chegar a uma linguagem comum.

Diferença entre padronização e harmonização.

Nos últimos anos tem-se utilizado o termo *condorsement*. Este termo foi usado pela SEC, dos Estados Unidos, ao tratar do processo de criação, em conjunto com o Iasb, de um corpo único de normas contábeis. Representa a união das palavras *convergência* e *endosso* na língua inglesa. Isto significaria preservar as normas locais existentes, enquanto ocorre a convergência. Cada norma seria aprovada individualmente, tentando garantir um “controle de qualidade” das normas.

A Estrutura Conceitual da CVM e do CPC, segundo o edital de audiência pública 05/2007, tem o objetivo de “racionalizar e acelerar o processo de convergência com o padrão contábil internacional”.



Antes de Prosseguir

- * Quais as duas justificativas para a presença da regulação contábil?
- * Você poderia citar outras formas de padronização?

No Brasil, a história da padronização data de 1808, quando se determinou a utilização das partidas dobradas. Em 1850, com o primeiro Código Comercial

Brasileiro (Lei nº 556, de 25 de junho), obrigaram-se as empresas a manter uma escrituração contábil e a seguir uma ordem nos registros e nos balanços.

Ver Peleias e Bacci (2004) para mais detalhes.

Dez anos depois, em 1860, temos a Lei nº 1.083, que determinou a obrigatoriedade de publicação, sendo considerada a primeira lei das sociedades por ações. No final do século, parte da padronização se dá através do ensino de Contabilidade e com o surgimento de obras impressas sobre o assunto. No início do século XX, surgem as primeiras associações profissionais e os esforços no sentido de promover os encontros de classe.

Modelos de Padronização

Uma questão importante é saber como será feita a padronização. Existem três abordagens possíveis. A primeira é que o mercado irá, por si próprio, gerar a evidenciação da informação contábil. Corresponde a abordagem do livre mercado. Nesta abordagem, a contabilidade é um produto econômico como

Ver Riahi-Belkaoui, 2004.

outro qualquer, estando sujeita a forças da oferta e demanda. Se a informação é necessária, o mercado irá criar mecanismos para que seja evidenciada para os usuários. O principal argumento contra esta abordagem é que existem imperfeições no mercado que impedem que as empresas divulguem as informações aos usuários. Esta abordagem ocorreu nos primórdios da contabilidade financeira, em especial no final do século XIX e início do século XX.

A segunda abordagem é que a regulação deve ser realizada pelo *setor privado*. Os defensores da regulação pelo setor privado afirmam que as entidades constituídas para esta finalidade podem responder a vários interessados, atrair pessoal capacitado para as atividades técnicas e responder às questões apresentadas. Aqueles que se opõem a esta opção lembram que é necessária a existência de um poder que obrigue as entidades reguladas a seguirem as normas emanadas pelo regulador. Além disso, a experiência tem mostrado que as entidades não são independentes e respondem lentamente as necessidades de regulação. Esta é a abordagem existente nos Estados Unidos e em vários países que adotam as normas internacionais de contabilidade. Neste caso, é bom notar que tanto o Fasn quanto o Iasn são entidades privadas, independentes do governo; mas seu poder de regulação depende da aceitação, por parte de um órgão regulador, das normas contábeis aprovadas pela entidade. É o

caso da SEC, nos Estados Unidos, que delegou o processo de elaboração das normas para o FASB, mas as normas do FASB somente possuem poder quando a SEC as aprova.

A contabilidade poderia ser regulada pelo setor público. A favor da *abordagem do setor público* é o grau de legitimidade, não sendo passível de questionamento. Os problemas desta opção são consideráveis: a politização da regulação, o conflito de interesses do governo, o fato de o objetivo de um órgão regulador não corresponder necessariamente ao objetivo do usuário, entre outras questões. O Brasil adota esta abordagem, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis está subordinado ao Conselho Federal de Contabilidade, que é uma autarquia de caráter corporativo.

Vantagens da padronização

Entre as diversas razões para explicar a busca pela padronização, talvez a mais relevante seja a existência de *assimetria da informação*. Como já mencionado, existe assimetria da informação quando uma das partes possui informação que a outra não tem. Considere-se, por exemplo, a situação em que um gerente de uma empresa deseja captar um empréstimo bancário. A instituição financeira solicita as demonstrações contábeis; no entanto, a empresa possui um litígio judicial e não fez o seu registro contábil por acreditar existir chance de obter êxito. Essa informação, que não foi registrada pela Contabilidade, é de conhecimento somente do administrador da empresa, mas não da instituição financeira. Nesse caso, passa a existir uma demanda para uma padronização da Contabilidade para que os litígios judiciais sejam considerados em termos das normas contábeis, no que diz respeito a quando e como reconhecê-los.

Ver Dolabella, Campos e Cruz (2006) para mais detalhes.

A assimetria da informação decorre da característica da informação como um bem econômico. A empresa possui uma quase exclusividade na sua produção e divulgação. Essa situação cria a oportunidade para limitar o acesso à informação caso não exista uma norma específica para isso. Mais ainda, a forma de contabilização em cada empresa pode variar, impedindo que o usuário possa fazer comparações entre empresas. A padronização pode representar uma solução interessante, principalmente quando o esforço de gerar a informação for pequeno, mas, em situação contrária, quando o esforço para obter

e divulgar a informação for elevado, existirá uma resistência da administração da empresa à padronização.

O Poder Público tem um interesse especial em eliminar a assimetria da informação, pois se acredita que a Contabilidade seja importante para o funcionamento do mercado de capitais. Demonstrações contábeis confiáveis são importantes para criar confiança no “emprestador”. No sentido oposto, uma baixa qualidade da Contabilidade pode criar incerteza para quem está aplicando seus recursos nas empresas, exigindo dessas uma maior taxa de juros. É importante ressaltar que a padronização não tem por finalidade reduzir ou eliminar o *risco* do mercado de capitais, mas pode reduzir ou eliminar a *incerteza*: aquele é inerente à economia, esta decorre da falta de informação suficiente para analisar uma empresa. Desse modo, é errôneo acreditar que a padronização contábil possa eliminar as fraudes e falhas do mercado, muito embora seja possível reduzi-las com tal medida.

A teoria econômica explica que falhas no sistema de mercado podem ocorrer com os denominados *bens públicos*. O oposto ao bem público é o denominado *bem privado*. Um produto alimentício, por exemplo, pode ser considerado bem privado, pois o consumo por parte de uma pessoa exclui o consumo por parte de outra. A característica principal desses bens é que o produtor não consegue determinar com precisão a parcela do consumo, por parte de cada cliente. A iluminação pública é um típico bem público, pois não é possível precisar quanto cada pessoa usufrui do serviço. Como a organização que fornece o serviço de iluminação não sabe o usufruto de cada cliente, ela tem dificuldade em apresentar um preço justo para cada um.

A Contabilidade também é considerada um bem público. Num sistema de mercado, existe pouco incentivo para produzir os bens públicos, pela própria característica desses bens. Mas isso não significa que as pessoas não queiram

Free riders (caronas).

consumir esses produtos: algumas pagariam uma taxa pelo bem público, mas outras não. As pessoas que consomem um *bem público* sem pagar por ele são chamadas de *free riders* (caronas). A verdade é que o mecanismo de mercado não funciona de forma adequada para os bens públicos, sendo que sua produção é menor do que a verdadeira demanda (WOLK; TEARNEY, 1997, p. 95).

Algumas possíveis soluções para os problemas da informação contábil, em decorrência de sua característica, foram estudadas por Foster (1980). Esse autor comenta que existe uma filosofia de evidenciação em que:

- a) o direito de receber a informação financeira é um direito do proprietário;
- b) nenhum custo adicional deve ser cobrado pelo direito da informação;
- c) todos os acionistas devem ter acesso igual a essa informação; e
- d) não acionistas devem poder examinar, a um custo mínimo, a informação.

Essa filosofia termina por enfatizar a informação como um bem público, impedindo alternativas.

É importante salientar, no entanto, que a padronização tem sido muito praticada em todo sistema econômico. O teclado do computador, por exemplo, foi resultado de uma padronização, apesar de já ter sido comprovado que a disposição das letras não é a mais adequada para um trabalho rápido. O sistema operacional de um computador é outro exemplo de padronização. A grande vantagem da padronização é que reduz custo de transação e pesquisa. Considere-se, a título de exemplo, uma empresa de auditoria que tem um grande programa de treinamento para seus estagiários: a existência de padronização de procedimentos reduz custos, inclusive de treinamento, pois, com normas contábeis que devem ser seguidas pelas empresas do setor, fica mais fácil para a empresa de auditoria a construção de um conjunto de procedimentos de auditoria a serem observados pelo estagiário. De igual modo, a padronização é interessante para a empresa de auditoria, pois elimina possível alternativa de contabilização por parte da empresa.

Padronizar reduz custo.

Outro fator que induz a regulamentação da Contabilidade decorre da existência de um conjunto de usuários com diferentes interesses pela informação. Como, na prática, é impossível satisfazer a todos eles com a Contabilidade, a padronização passa a ser bem recebida, pois coloca sob a responsabilidade de uma autoridade central a decisão sobre que padrão seguir.

Diferentes usuários.

Em suma, a regulamentação contábil é importante pelas próprias deficiências do mecanismo de mercado, que impedem um fluxo mais efetivo da informação. Mas, por outro lado, as decisões tomadas por uma autoridade central não garantem, necessariamente, a melhor solução para os problemas da informação. Wolk e Tearney (1997, p. 99) denominam isso de *paradoxo da regulamentação*.

Importante consignar que padronização não deve ser confundida com normatização baseada em padrões.



Antes de Prosseguir

- * Liste as vantagens da padronização.

Desvantagens da padronização

Diversas críticas têm sido feitas à regulamentação contábil. Neste texto centra-se o foco em sete destas críticas.

Talvez a principal oposição decorra dos *custos envolvidos* na regulamentação, diretos ou indiretos. Os custos diretos incluem os custos com a burocracia necessária para estabelecer e gerenciar a regulamentação. Esses custos, quando se compara com os custos indiretos, são relativamente reduzidos. O papel de árbitro realizado pelo regulador pode trazer alguns custos indiretos para as pessoas que serão afetadas. Uma situação típica ocorre quando o regulador não conhece, de forma adequada, a quantidade de informação que é efetivamente relevante. Por não ter esse conhecimento, o regulador pode solicitar mais informação que o necessário, aumentando os custos da sociedade em produzir a informação.

Custos da padronização.

Pelo fato de a Contabilidade estar vinculada a diferentes agentes econômicos, numa segunda crítica, a padronização pode levar a uma *transferência de riqueza* entre os usuários da informação. Considere, a título de exemplo, uma situação simplificada em que existem dois usuários: o *acionista* e o *não acionista*. Ambos os usuários irão ter um mesmo benefício com a informação que será colocada à disposição da sociedade; entretanto, a informação possui um custo para ser obtida e divulgada. Assim, enquanto o usuário não acionista tem um benefício sem qualquer custo, o usuário acionista tem o mesmo benefício, assumindo todo o custo de obtenção e divulgação da informação. Nessa situação, o acionista está pagando para o aumento de riqueza do usuário não acionista.

Transferência de riqueza.

Um terceiro problema da padronização diz respeito à própria *dificuldade operacional*. Dois ou mais eventos não são exatamente idênticos em sua ple-

nitude; nem são completamente diferentes. A Contabilidade busca uma maneira de classificá-los e agregá-los em um número reduzido de categorias, de modo a facilitar o trabalho do usuário. Assim, por exemplo, toda venda de mercadoria a vista terá um lançamento contábil que conduzirá ao aumento da receita e ao aumento do disponível. Entretanto, cada venda a vista possui características próprias, sendo muito difícil fazer essa padronização no tratamento dos eventos. A busca por maior detalhamento nas normas contábeis não ajuda, pois, quanto maior o volume de normas, maiores as possibilidades de interpretações diferentes. Em alguns casos, a autoridade reguladora chega a estabelecer um plano de contas a ser seguido, como é o caso das instituições financeiras no nosso país. Mesmo com esse nível de detalhamento, não há garantia de uma padronização efetiva das informações.

Dificuldade de padronizar.

A quarta crítica à padronização decorre dos seus *efeitos sobre as escolhas das pessoas*. Numa situação sem padrões, existiria, a rigor, uma série infinita de possibilidades. O padrão, por sua vez, inibe a criatividade e restringe a escolha dos indivíduos, eliminando outras possibilidades. Assim, sob essa ótica, a padronização afeta a inovação e a criatividade na Contabilidade. Outro aspecto importante da padronização é o de que o comportamento dos agentes econômicos muda com um novo padrão. Solomons (1994, p. 137) cita uma interessante comparação com o velocímetro: uma forma de reduzir a velocidade média dos automóveis é conseguir com que todos os velocímetros destes estejam superestimados; desse modo, os motoristas pensarão que estão mais rápido do que realmente estão. Nesse caso, o velocímetro afeta o comportamento do motorista.

Efeito sobre a decisão.

O quinto ponto negativo diz respeito à forma como é realizada a padronização. Por um lado, as regulamentações realizadas em organismos especializados muitas vezes *escapam do controle*, sendo difícil a participação de pessoas interessadas. Esses organismos possuem um processo de agendar, de discutir e de aprovar normas que, muitas vezes, impedem uma participação mais ampla de todos os interessados. Uma abordagem clássica para essa situação na sociologia pode ser encontrada na obra de Robert Michels (1982) sobre partidos políticos. Sunder (1997, Cap. 10) apresenta críticas ao processo de regulamentação contábil.

Quem controla o regulador?

Foster (1980) afirma que a *regulamentação pode ser injusta*, esta a sexta crítica. Os critérios estabelecidos pelas normas devem determinar quem deve

seguir-las ou não. Por exemplo, a nova proposta de legislação para sociedades anônimas estabelece uma série de obrigações para as empresas de capital fechado, com base no seu porte. Dessa forma, qualquer que seja o critério para classificar as empresas em grande porte, tal critério pode incorrer numa injustiça para com as empresas que estão perto desse limite. A

Pode ser injusta.

injustiça da norma tem sido utilizada como argumento por algumas empresas, principalmente aquelas que competem no mercado internacional. Uma empresa brasileira que possui uma norma mais rígida sobre determinado aspecto (como, por exemplo, preço de transferência) pode argumentar que o fato de essa norma não existir nos outros países estaria prejudicando seu potencial de competição. Foster (1980, p. 524) cita o interessante exemplo de um jornal, o *Dallas Morning News*, cujo acionista majoritário estava contra a proposta de abrir o capital da empresa, com o argumento de que as informações que deveriam vir a público poderiam trazer uma desvantagem competitiva perante seus competidores. Como o *Dallas Morning News* era membro de um instituto de verificação de circulação, o *Audit Bureau of Circulations*, as informações que o acionista controlador desse jornal não gostaria de fornecer ao organismo encarregado de fiscalizar as empresas abertas poderiam estar disponíveis, com muito mais detalhes, por alguns centavos de dólares.

Finalmente, mas não menos importante, a padronização contábil é uma atividade política por excelência (WOLK; TEARNEY, 1997, p. 101 ss). Assim, para que a norma pudesse ser efetiva, deveria convidar todas as instituições

É uma atividade política.

interessadas a participar, mas, na prática, isso é inviável. O organismo regulador (CPC, CFC, CVM, Ibracon etc.) deve tentar obter uma maior legitimidade da norma para que a mesma possa ser considerada como justa e adequada pelas partes interessadas. Em outros termos, as pessoas afetadas pela regulamentação deveriam ter a oportunidade de apresentar contribuições para o processo de tomada de decisão. Na prática, isso tem sido feito em alguns desses órgãos por meio da denominada “audiência pública”. Nesse caso, a norma é rascunhada por um comitê e, a partir desse rascunho, abre-se a possibilidade de sugestões para o público externo. O problema é que essas sugestões podem ou não ser acatadas na versão final. Dale Gerboth, citado por Solomons (*in* Ibrahim, 1994, p. 110), afirma que a politização da norma contábil não é somente inevitável, mas é também justa, pois, numa sociedade democrática, somente por meio da política uma instituição tem direito de comandar outras com suas regras. O

mesmo Solomons, apesar de fazer ressalvas a essa situação, reconhece que existem aspectos políticos na Contabilidade. Nesse caso, é muito difícil para o regulador manter-se de forma independente por causa da legitimidade da norma e do fato de que a sobrevivência do órgão regulador depende, a longo prazo, de como as políticas são aceitas pelo grupo que está sendo regulado.

O fato da contabilidade como uma atividade política tornou-se evidente durante a crise financeira. No final de 2008, diversas autoridades da Europa e dos Estados Unidos tentaram mudar a forma de mensurar itens como instrumentos financeiros, de modo a tornar os resultados dos balanços favoráveis (HUGHES, 2009).



Antes de Prosseguir

- * Tente listar as desvantagens da padronização.

A vitória da Padronização

Apresentamos as vantagens e desvantagens da padronização nas páginas anteriores. Tudo leva a crer que as vantagens sejam superiores às desvantagens, já que na prática contábil a existência do *laissez-faire* seja uma exceção, predominando o intervencionismo na regulação contábil.

Entretanto, dois aspectos devem ser considerados: o teorema de Arrow e a superprodução de normas.

Na década de cinquenta, o economista Kenneth Arrow desenvolveu um modelo sobre a agregação de preferências de indivíduos. Isto ficou conhecido como *Teorema de Arrow* ou *Teorema da Impossibilidade de Arrow*. Arrow estabeleceu algumas regras básicas para que uma decisão coletiva agregasse as preferências das pessoas. Entretanto, ele mostrou que não existe nenhuma regra de agregação de preferência que tenha as propriedades desejadas e que não sejam reflexo de um indivíduo “ditador”.

O teorema de Arrow tem sido lembrado na teoria quando se discute a padronização contábil. Nestas situações, um dos usuários irá exercer o papel preponderante, impedindo que as demandas dos outros usuários sejam consideradas. Isto indicaria que o processo de padronização seria inerentemente injusto.

Entretanto, deve-se notar que o teorema de Arrow não é aceito integralmente como verdadeiro nas discussões teóricas sobre o processo de normas contábeis.

O segundo aspecto refere-se à superprodução de normas. Isto decorre de uma proliferação no número de normas além do aumento no detalhamento das mesmas. O fato é agravado pela presença de diferentes reguladores ou do fato de alguns reguladores aprovarem parcialmente algumas das normas contábeis promulgadas. A complexidade do ambiente externo também contribui para o número excessivo de normas. O problema é que isto afeta o custo de produção das demonstrações contábeis, além de tornar mais complexa a informação contábil.

Uma agenda para pesquisa em padronização

Apesar dos problemas inerentes à padronização, listados anteriormente, é necessário reconhecer a inevitabilidade da padronização contábil. Esta se torna necessária em decorrência das características do processo contábil devido às falhas do sistema de mercado em produzir demonstrações contábeis justas para a sociedade. Entretanto, não se deve deixar de reconhecer que o processo de produção dos padrões ainda precisa ser aperfeiçoado. Wolk e Tearney (1997, p. 97), utilizando uma abordagem que denominam *codificação*, afirmam que os padrões devem ser avaliados com base no seu desempenho, ou seja, se são úteis ou não. Essa abordagem é pragmática e reconhece o papel da política no processo de regulamentação contábil.

No caso brasileiro, é preciso reconhecer algumas peculiaridades. Em especial, é forçoso reconhecer a maior presença do Poder Público, através de entidades como o Conselho Federal de Contabilidade, o Banco Central do Brasil, a Secretaria da Receita Federal ou a Comissão de Valores Mobiliários, entidades que exercem papel importante nesse processo.

Lawrence Revsine (1991, p. 16) faz uma crítica contundente à maneira como são elaboradas as normas contábeis, afirmando que os usuários *aprenderam gradualmente que, enquanto os eventos que afetam o desempenho quase sempre não podem ser controlados, o meio pelo qual as pessoas percebem esses eventos pode ser controlado*. Para o autor, demonstrações financeiras, tanto do setor público quanto do setor privado, quase sempre são arbitrárias, complicadas e mal representadas. Segundo Revsine, esse problema não é acidental, mas

resultado de regras flexíveis, que interessam aos administradores, acionistas, auditores e reguladores.²

Uma das características da contabilidade moderna é a busca pela padronização. A questão das normas contábeis, os exames profissionais e a construção de currículo mínimo para os estudantes são exemplos que comprovam isto. Apesar desta relevância, não se sabe qual o nível ótimo para a padronização. Sabe-se das vantagens e desvantagens do processo, mas não sabemos o “momento de parar” ou o “ponto ótimo”. Impor padrão pode trazer uniformidade: podemos comparar os balanços de mais de uma empresa ou os balanços da mesma empresa no tempo. O lado negativo é que geralmente a padronização inibe a inovação. Madsen (2011) discutiu esta questão sob a ótica da profissão. Quando se analisa a padronização nos diferentes tipos de ocupações existentes percebe-se que padrões correspondem a ferramentas desenvolvidas para melhorar as vantagens competitivas de cada profissão. As ocupações que dão mais importância aos padrões geralmente conseguem estabelecer regras mais complexas. Este autor mostrou também que o número de palavras produzidas ao longo do tempo na contabilidade tem crescido.

Poucas pesquisas foram realizadas sobre a questão da padronização contábil no Brasil. Formigoni et al. (2008) fizeram uma pesquisa sobre a questão do rodízio dos auditores e sua contribuição para qualidade percebida pelos gestores das empresas. A presença desta norma não trouxe contribuição para a independência e qualidade dos serviços de auditoria

Exercícios

1. A falência da empresa Enron trouxe uma crise no mundo dos negócios norte-americano. Jornais, filmes, livros e reportagens de revistas (especializadas ou não) discutiram o assunto. Buscava-se entender o que tinha ocorrido, de quem era a culpa e como o sistema legal e a Contabilidade facilitaram os problemas dessa empresa de energia. A acusação caiu sobre a empresa de auditoria, responsável pelas demonstrações financeiras. A Arthur Andersen era uma empresa com mais de 100 anos de funcionamento. Nem a tradição impediu que fosse acusada de obstrução da Justiça por

² Revsine (1991, p. 17) tem várias explicações para que a flexibilidade da norma possa ser interessante: para o acionista, a flexibilidade permite, por exemplo, reduzir o desvio-padrão do lucro, tornando-o menos volátil do que o padrão real.

ter destruído documentos referentes ao escândalo. O escândalo fez com que a empresa de auditoria perdesse clientes e funcionários qualificados para empresas concorrentes. A partir dessa situação, discuta a relação entre uma empresa de auditoria e os outros usuários da informação contábil.

2. Ao longo dos últimos anos, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem divulgado uma série de pronunciamentos contábeis. Pesquise sobre o Comitê e responda às seguintes questões:

- a) O CPC é um órgão regulador? Em caso afirmativo, que tipo de empresa ele regula?
- b) De que forma o usuário da informação contábil pode participar do processo de padronização? Explique o significado das expressões *audiência pública* e *minutas*.

3. No setor financeiro, os países mais desenvolvidos do mundo adotaram normas bancárias denominadas Acordo da Basileia. Os outros países, inclusive o Brasil, estão sendo induzidos a adotar as mesmas regras. Entre os aspectos constantes desse acordo, estão modelos para mensuração de

Silva Jr. (2005).

risco de crédito nas instituições financeiras e mensuração do capital dessas entidades.

- a) Discuta se esse poderia ser um exemplo de padronização de normas contábeis. Em caso afirmativo, quem seria o regulador?
- b) Segundo uma afirmação do Diretor de Normas do Banco Central do Brasil, os próprios bancos serão forçados, pela concorrência internacional, a utilizar modelos previstos no Acordo da Basileia. Você seria capaz de citar uma situação que induziria os bancos brasileiros a adotarem essas regras?
- c) Segundo um economista da UFRJ, Fernando Cardim de Carvalho, a adoção do Acordo da Basileia pelos grandes bancos deve criar um risco de *homogeneização de reações*. Isso significa que os bancos tendem a adotar modelos de controles de riscos similares. Isso irá fazer com que a reação desses bancos aos problemas do mercado será idêntica: quando um banco começar a vender um título, outros irão fazer o mesmo. Discuta se isso seria uma vantagem ou uma desvantagem da padronização.
- d) O diretor do Banco Central concorda com a questão da homogeneização de reações apresentada no item anterior. Sua reação foi de que “não há como o Banco Central evitar esta padronização [dos modelos

de risco de crédito]. Se o modelo de um banco for de qualidade, por que não aprová-lo?” Você concorda com essa posição?

- e) Sabendo que pelo Acordo da Basileia cabe ao Banco Central a aprovação dos modelos de controle de risco de cada banco, de que forma isso afetaria sua resposta anterior?
4. As demonstrações financeiras incluem textos nos relatórios de administração, nas notas explicativas e no parecer dos auditores. Se o objetivo da entidade é comunicar aos usuários, é importante que o texto seja legível, sem abusar de termos desnecessários e difíceis. Em 2003, a revista *Business Week* informava que a Deloitte Consulting estava lançando um programa denominado *Bullfighter* que analisava textos para verificar se os mesmos eram claros para o leitor. O programa atribuía nota, de zero a dez, para a clareza. A revista utilizou sete exemplos:
- a) Discurso do presidente George Bush para as tropas norte-americanas = 9,2
 - b) Reportagem da revista *Business Week* sobre SARS = 7,7
 - c) Declaração da Independência dos Estados Unidos = 6,9
 - d) Anúncio de uma operação de *spin-off* da Deloitte Consulting = 6,5
 - e) Fala de Alan Greenspan no Congresso = 5,7
 - f) Relatório para imprensa, de novembro de 2001, da Enron = 3,7
 - g) Relatório para imprensa de um lançamento de produto na área de telefones da IBM = 2,5
- Discuta os resultados em termos do acesso do usuário às informações contábeis.
5. Na Resolução de Criação do *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade reconhece a importância dos usuários das informações, e não somente dos preparadores das informações. Apesar disso, a composição será majoritariamente por contadores. Discuta.
 6. No final de setembro de 2005, a Petrobras foi premiada como a empresa do ano em termos de transparência para os usuários. O prêmio foi concedido pela Anefac e Fipecafi. Na mesma época a revista *Veja* divulgou a notícia de que a Petrobras recebeu um novo prêmio: todos os contratos analisados pelo TCU foram reprovados por algum motivo. Discuta a imagem da empresa perante esses dois usuários diferentes.
 7. Segundo notícias publicadas no jornal, a empresa Submarino teve prejuízo no primeiro trimestre de 2005. Apesar do resultado operacional posi-

- tivo, o prejuízo foi de R\$ 3,17 milhões. Esse resultado ocorreu devido a uma despesa de R\$ 14 milhões referente à oferta de ações da empresa na bolsa de valores. Essa despesa inclui a contratação de bancos, contadores e apresentação aos investidores. “O diretor financeiro e de relações com investidores do Submarino, Martín Escobari, disse que esses desembolsos serão compensados pelos benefícios gerados com a abertura do capital. Com parte dos recursos captados, a empresa quitou sua dívida [existente anteriormente].” Em sua opinião, quais são os benefícios da informação contábil nessa situação?
- Ragazzi (2005).
8. Um índice chamado Ebitda (do inglês Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é um dos indicadores mais utilizados pelos analistas quando estão decidindo se devem ou não comprar a ação de uma empresa. Seu cálculo pode variar de acordo com a visão de cada empresa ou de cada analista. Por esse motivo, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) resolveu padronizar seu cálculo, através de uma instrução. Em sua opinião, qual a importância da padronização de um indicador? Isto pode ser feito também para outros indicadores?
- Pavini (2006).
9. Em 2007, os partidos políticos tiveram problemas na sua prestação de contas ao Tribunal Superior Eleitoral. Os partidos encontraram dificuldades de usar o programa de informática fornecido pelo tribunal, que foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Para o TSE, a adoção do sistema em âmbito nacional tem por finalidade padronizar a Contabilidade, aumentar a transparência e fiscalizar melhor o uso do Fundo Partidário. Os partidos reclamaram que o sistema possui problemas, pois é monousuário (ou seja, só permite um digitador por vez), impede transferências entre contas contábeis, entre outros problemas. Segundo um deputado do PMDB, “o sistema fere mais de 20 itens do Código Brasileiro de Contabilidade”.
- Oliveira (2006).
- Discuta sobre as vantagens e desvantagens da padronização para este caso.
 - Qual seria o usuário final da informação que está sendo transmitida pelos partidos?

Referências

BAMBER, Linda S.; JIANG, John; WANG, Isabel. What's my style? The influence of top managers on voluntary corporate financial disclosure. *The Accounting Review*, v. 85, nº 4, 2010, p. 1131-1162.

COMERLATO, Gloria; TERRA, Paulo Renato. Divulgação seletiva de informações e as apresentações das companhias abertas brasileiras para os analistas do mercado de capitais. *ConTexto*, v. 8, nº 13, p. 1-28, 2008.

DOLABELLA, Maurício M.; CAMPOS, João Henrique F. A.; CRUZ, Wellington Marcelo Silva da. Regulação contábil – um estudo exploratório. III CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS. CRC, Belo Horizonte, 2003.

FORMIGONI, Henrique et al. A contribuição do rodízio de auditoria para a independência e qualidade dos serviços prestados. *Revista Contabilidade Vista e Revista*, v. 19, nº 3, p. 149-167, 2008.

FOSTER, G. Externalities and financial reporting. *The Journal of Finance*, v. 35, nº 2, p. 521-533, May 1980.

FREZATTI, Fabio; AGUIAR, Andson; REZENDE, Amaury. Relação entre atributos do sistema de contabilidade e nível de satisfação dos usuários. *REAd*, ed. 48, v. 11, nº 6, nov./dez. 2005.

GORTON, D. The SEC decision not to support SFAS 19: a case study of the effect of lobbying on standard setting. *Accounting Horizons*, p. 29-41, Mar. 1991.

HARING JR., J. R. Accounting rules and the accounting establishment. *Journal of Business*, v. 52, nº 4, p. 507-519, Oct. 1979.

HOCHBERG, Yael; SAPIENZA, Paola; VISSING-JORGENSEN, Annette. *A lobbying approach to evaluating the Sarbanes-Oxley Act of 2002*. Cambridge, NBER, 2007. Disponível em: <www.nber.org/papers/w12952>.

HUGHES, Jennifer. Normas atraem interesse político. *Valor Econômico*, 4 maio 2009.

LIMA, Gerlando et al. Um estudo da eficiência informacional do mercado acionário brasileiro. *Revista de Informação Contábil*, v. 2, nº 1, p. 1-18, 2008.

MADSEN, Paul. How standardized is accounting? *The Accounting Review*, v. 86, nº 5, 2011.

MALIN, Mauro. Balanço de 76 páginas. OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/blogs.asp?id_blog=4&id=%7BB4779026-3ADF-437A-B555-8B1D0354FBD1%7D&data=200604>. Acesso em: 7 jul. 2007.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

NIIERO, N.; CAMBA, D. Polêmica contábil divide concessionárias. *Valor Econômico*, ano 3, nº 440, 4 fev. 2002.

OLIVEIRA, Clarissa. Prestação de contas é falha, acusam partidos. *O Estado de S. Paulo*, 15 abr. 2007.

PAVINI, Ângelo. Pesquisa revela que analistas querem padrão para Ebitda. *Valor Econômico*, 2006.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil. *Administração on Line*. São Paulo: Fecap, 2004.

RAGAZZI, Ana Paula. Submarino teve prejuízo no trimestre. *Estado de S. Paulo*, 20 abr. 2005.

REVSINE, L. The selective financial misrepresentation hypothesis. *Accounting Horizons*, p. 16 ss, Dec. 1991.

RIABI-BELKAOU, Ahmed. *Accounting Theory*. London: Thomson, 2004.

SARLO NETO, Alfredo et al. Uma pesquisa sobre o perfil das ações brasileiras que reagem à publicação dos resultados contábeis. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 3, nº 6, p. 22-40, 2009.

SCOTT, W. *Financial accounting theory*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1997.

SILVA JR., Altamiro. Grandes bancos devem adotar Basileis II. *Valor Econômico*, 23 maio 2005.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; CUPERTINO, César Medeiros; OGLIARI, Paulo. *Avaliando a queda de um gigante: o caso Enron*. Disponível em: <www.investsul.com.br/textos_academicos.asp>.

_____; RODRIGUES, Marília Gualberto. A relevância do Relatório de Administração para o usuário da informação: um estudo experimental. *Revista de Informação Contábil*, v. 4, nº 1, p. 41-56, jan./mar. 2010.

SMITH, B. M. *Toward rational exuberance*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2001.

SOLOMONS, D. The politicization of accounting. In: IBRAHIM, M. *Readings in accounting theory*. Dubuque: Kendall, 1994, p. 137.

SUNDER, S. *Theory of accounting and control*. Cincinnati: South-Western, 1997.

TANDY, P. R.; WILBURN, N. L. Constituent participation in standard-setting: the FASB's first 100 statements. *Accounting Horizons*, p. 47-58, June 1992.

THOMAS, R. D. Studies and standards: the processes and the products. In: IBRAHIM, M. *Readings in accounting theory*. Dubuque: Kendall, 1994.

WOLK, H.; TEARNEY, M. *Accounting theory*. 4. ed. Cincinnati: South-Western, 1997.

Contabilidade internacional e normas do IASB

OBJETIVO DE APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você conhecerá:

1. As principais causas de existirem diferenças na Contabilidade internacional.
 2. Como surgiu o IASB e quais são seus objetivos.
 3. A estrutura do IASB.
 4. Como os pronunciamentos do IASB ajudam no entendimento da Contabilidade.
 5. As principais divergências internacionais nas práticas contábeis.
 6. Apresentar as vantagens e desvantagens de adotar os padrões de contabilidade do IASB.
-

Introdução

Por ser uma ciência social, a Contabilidade é fortemente influenciada pelo ambiente em que atua. Assim, as diferenças históricas, os valores culturais e as estruturas políticas, legais e econômicas de cada país acabam refletindo nas práticas contábeis em vigor. Normalmente, os princípios e as práticas adota-

dos na Contabilidade podem ser diferentes de um país para outro. Em alguns países, como é o caso do Brasil, a Contabilidade é influenciada pela exigência legal; em outros, pelo consenso de órgãos profissionais de classe, como é o caso dos Estados Unidos. Neste sentido, quando ocorrem diferenças contábeis, seja nos critérios de avaliação, seja na classificação ou mesmo na apropriação contábil, não é possível uma adequada comparabilidade das informações. Para o usuário, isso significa que tanto o resultado apurado quanto a estrutura das demonstrações contábeis podem ser significativamente diferentes.

A Contabilidade é a principal linguagem de comunicação dos agentes econômicos na busca de oportunidades de investimentos e na avaliação do risco de suas transações. A existência de práticas contábeis distintas tem sido um problema para a melhor compreensão e comparabilidade das informações de natureza econômico-financeira. Por essa razão, procura-se, com a convergência das normas contábeis no mundo, facilitar o processo de comunicação.

Depois de conhecer as causas da existência de diferentes tratamentos contábeis no mundo, o capítulo focará o Iasb, o principal órgão que busca reduzir essas diferenças na Contabilidade mundial.

Objetivo 1: Causas da diferença na Contabilidade mundial.

Principais causas das diferenças na Contabilidade internacional

Quando um contador faz um lançamento, encerra um exercício social ou prepara uma demonstração contábil para ser divulgada para o usuário, os procedimentos de reconhecimento, a mensuração do evento e a evidenciação poderão ser diferentes no mundo. Neste caso, afirma-se que a Contabilidade não é homogênea. Isto pode ocorrer devido à existência de legislações diferentes em cada país, mas também devido à forma como os profissionais de Contabilidade costumam expressar a realidade econômica.

Geralmente, um país economicamente forte é politicamente mais atuante, além de exercer maior influência sobre um grupo específico de países no que tange aos procedimentos contábeis a serem adotados. Essa característica é observada, por exemplo, em países de influência contábil norte-americana,

Veja Mueller et al. (1994) para mais detalhes.

como é o caso do Canadá, do México, de Israel, das Filipinas e do Japão, que possuem fortes laços políticos e comerciais com os Estados Unidos, o que redundará em práticas contábeis semelhantes. Por outro lado, pode-se dizer

que a Inglaterra e a Escócia formam um outro grupo com a Austrália, a Nova Zelândia, a Malásia, o Paquistão, a Índia e a África do Sul, em função das relações históricas e culturais existentes, oriundas do período colonial.

Apesar da existência de diversos modelos contábeis diferentes em termos mundiais, não se pode afirmar que um sistema contábil de um país é melhor ou pior do que o outro. Ou, ainda, que a qualidade da sua informação contábil seja melhor que a de outro. Em tese, a função da Contabilidade é a de atender às necessidades dos usuários e, quando isto ocorre, está cumprindo o seu papel. No entanto, é inegável que diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social de um país, além do nível de pesquisas na área, tanto da teoria quanto do aperfeiçoamento técnico de seus profissionais, podem contribuir para o fortalecimento de uma determinada “corrente” de pensamento contábil e a forma de expressá-lo.

Um sistema contábil de um país não é nem melhor nem pior do que o de outro.

Vários são os fatores que afetam o desenvolvimento dos sistemas contábeis. A lista destes fatores pode incluir as influências externas, como comércio e investimentos; as influências domésticas e ecológicas, como fatores geográficos e demográficos; a cultura; as instituições políticas, legais, tributárias, financeiras, profissão contábil, entre outras. Existem diferenças entre os países que afetam diretamente a geração de informação para o usuário: diferenças culturais, sistemas legais; forma de captação de recursos, taxação ou tributação; profissão contábil; nível de inflação; tipo de companhia, devido às suas diferenças internas; e a teoria da Contabilidade.

Veja Roberts, Weetman, e Gordon (1998) para mais detalhes.

Finalmente, o processo de globalização da economia mundial tem sido um dos fatores para a evolução da abordagem do tema Contabilidade internacional. A comparação das diversas práticas levou à constatação de que procedimentos distintos conduzem a resultados distintos. Dessa forma, podem ocorrer situações em que uma empresa sediada em um país, ao levantar suas demonstrações contábeis com base nas normas de outro país (onde se encontra instalada a sua subsidiária), apura resultados contraditórios aos que obteria se as demonstrações contábeis tivessem sido elaboradas conforme as normas do país-sede. É como se no Brasil apurássemos um lucro segundo nossas regras e apurássemos prejuízo se adotada regra de outro país.

Veja Nobes (1998) para mais detalhes.

- 🌐 O exemplo clássico nesse sentido é o caso da empresa alemã Daimler-Benz que ao encaminhar suas demonstrações contábeis com o objetivo de ter suas ações negociadas na bolsa de Nova Iorque apresentou um lucro de 168 milhões segundo o *German GAAP* (princípios contábeis alemães) e um prejuízo de 949 milhões segundo o *US GAAP* (princípios contábeis norte-americanos), ambos em marcos alemães.

Apesar da existência dessas diferenças entre os países, existe uma grande pressão para que as diferentes nações busquem uma linguagem em comum.

No Capítulo 1, estudamos a diferença entre harmonização e padronização.

O crescimento do comércio, as necessidades de investimento, o acesso fácil e rápido às notícias de outros países são fatores que contribuem para a harmonização da Contabilidade em termos mundiais. Neste contexto, o Iasb tem um papel decisivo e será estudado a seguir.



Antes de Prosseguir

- * Reflita sobre as vantagens e desvantagens da convergência mundial das normas contábeis. Utilize, no seu argumento, os aspectos considerados no Capítulo 1 sobre a padronização contábil.

IASB

A demanda pelo estabelecimento de padrões contábeis internacionais relaciona-se com a evolução e o crescimento do comércio globalizado, das relações internacionais e da modernização do avanço tecnológico que facilitou acesso

Objetivo 2: Surgimento, e objetivo do Iasb.

à comunicação. As empresas multinacionais, ao conquistar novos mercados, influenciaram e foram influenciadas pelas normas contábeis dos países que as acolhiam.

A internacionalização da Contabilidade é o resultado direto da internacionalização do ambiente político e econômico.

É importante salientar que o surgimento dos grandes blocos econômicos, em especial a União Europeia, tem contribuído para a harmonização das normas contábeis de vários países. Não é por acaso que a primeira proposta em prol

Veja Mueller (1994) para mais detalhes.

do estabelecimento de normas internacionais tenha sido feita por Jacob Kraayenhof, presidente do Instituto de Contadores Licenciados dos Países Baixos, em 1959.

Outro fato que merece destaque foi a criação, em 1961, de um grupo de estudos contábeis para assessorar as autoridades da comunidade europeia, propiciando maior discussão e renovação de assuntos contábeis. Desde então, o movimento evoluiu com a criação, em junho de 1973, do *International Accounting Standard Committee* (Iasc). O Iasc foi fundado como resultado de um compromisso assumido por Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Inglaterra, Irlanda e Estados Unidos. No dia 1º de abril de 2001 o Iasc transformou-se no *International Accounting Standards Board* (Iasb).

Veja <www.iasb.org.uk>.

O Iasb é um órgão independente, do setor privado, para o estudo de padrões contábeis, com sede em Londres, Reino Unido. É formado por um Conselho de Membros, constituído por representantes de mais de 140 entidades de classe de todo o mundo, inclusive do Brasil, representado pelo Ibracon e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

De acordo com a constituição do Iasb, seus objetivos são:

- a) desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis e exequíveis, que exijam informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios financeiros, para ajudar os participantes do mercado de capital e outros usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas;
- b) promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas; e
- c) promover a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade de alta qualidade.

É importante enfatizar que seus pronunciamentos técnicos não são obrigatórios, são uma referência técnica facultativa para facilitar a interpretação mais harmonizada das informações contábeis por parte dos investidores, de autoridades e de alguns agentes econômicos em geral.

Diferentemente do Fasb (*Financial Accounting Standards Board*), órgão que normatiza a contabilidade nos Estados Unidos, o Iasb segue uma política flexível na elaboração e na publicação de normas. Em alguns casos, as orientações

publicadas indicam a adoção de mais de um procedimento contábil válido para uma mesma modalidade operacional. Importantes órgãos como a AIC (*Associação Interamericana de Contabilidade*), a Iosco (*International Organization of Securities Commission*) e a própria ISAR/ONU (Organização das Nações Unidas) têm apoiado e referendado o trabalho desenvolvido pelo Iasb.



Antes de Prosseguir

- * AIC é uma organização profissional que representa contabilistas de 23 países americanos e tem por objetivo fomentar o desenvolvimento profissional dos contadores no âmbito do continente.
- * Iosco é uma entidade que congrega os representantes das entidades que regulam o mercado de capitais em cada país. No Brasil, temos a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Tem como objetivo estabelecer procedimentos mundiais para proteção aos acionistas no âmbito do mercado de capitais e, dentre eles, a questão de divulgação de informações contábeis.
- * ISAR/ONU é um grupo não governamental de especialistas em padrões mundiais de Contabilidade e relatórios financeiros, com sede em Genebra (Suíça), criado com objetivo inicial de estabelecer critérios e procedimentos contábeis para empresas transnacionais. Com o crescimento do Iasb, o ISAR/ONU tem voltado sua atuação mais para questões de educação e habilitação profissional.

Um dos principais benefícios pretendidos pelo Iasb é de que seja possível a comparação das informações contábeis produzidas pelas empresas situadas em países distintos, permitindo, assim, a compreensão e a interpretação dos dados gerados por entidades de diferentes economias e tradições. As críticas ao processo de harmonização conduzido pelo Iasb referem-se às questões de soberania nacional, politização da Contabilidade e sobrecarga de normas.

Objetivo 3: Estrutura do Iasb.

Estrutura do Iasb

A estrutura do Iasb obedece aos seguintes requisitos a fim de tornar as decisões da instituição estáveis e legítimas, de representatividade do corpo

decisivo, independência dos membros e suas habilidades técnicas. A Figura 2.1 apresenta, de forma ilustrada, a estrutura do Iasb.

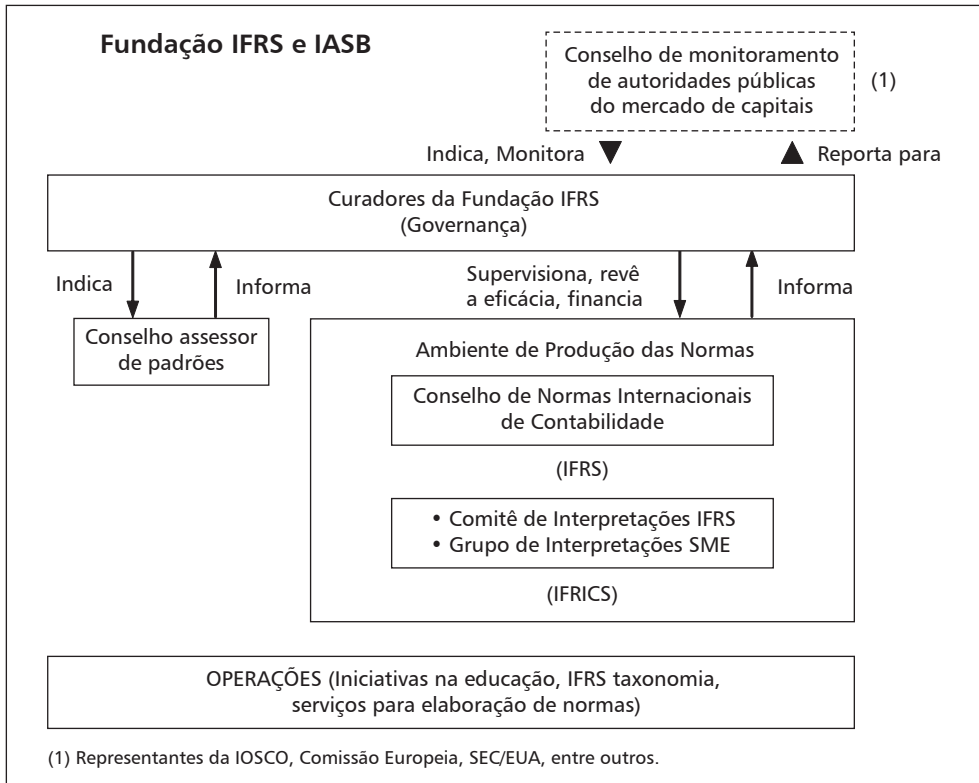


Figura 2.1 *Iasb*.

O Iasb, de acordo com sua constituição, é formado por curadores, que indicam os membros do colegiado de normas internacionais de Contabilidade, colegiado de interpretações e do conselho assessor de padrões. Os critérios para filiação ao colegiado do Iasb são:

- demonstração de competência técnica e conhecimento de Contabilidade financeira e emissão de relatórios correlatos;
- capacidade de análise;
- habilidade para comunicação;
- tomada de decisão;

- e) conhecimento do ambiente onde são emitidos os relatórios financeiros;
- f) capacidade de trabalho em atmosfera de colegiado;
- g) integridade, objetividade e disciplina; e
- h) compromisso com a missão e o interesse público do Iasb.

Desse modo, cada um dos integrantes da estrutura do Iasb tem funções que serão descritas a seguir.

Fundação IFRS/curadores

Os curadores, em número de 22 pessoas, são os membros responsáveis pelo comando do Iasb, assegurando o cumprimento dos requisitos do seu funcio-

Até 31/12/2010, integra o colegiado de curadores o ex-presidente do Banco Central do Brasil, Pedro Sampaio Malan.

namento. Os curadores são escolhidos por sua representatividade nos mercados de capital mundiais, além de apresentarem diversidade de históricos geográfico e profissional. Por esse motivo, sua escolha leva em consideração a origem continental, a fim de garantir uma base internacional. Essa composição

é feita da seguinte forma: seis curadores nomeados da América do Norte; oito curadores nomeados da Europa; seis curadores nomeados da região Ásia/Oceania; e dois curadores nomeados de qualquer outra área, desde que haja equilíbrio geográfico global.

Conforme estabelecido na constituição do Iasb, os curadores deverão, entre outras coisas:

- a) assumir a responsabilidade pelo levantamento de fundos;
- b) estabelecer ou alterar procedimentos operacionais para os curadores;
- c) revisar, no momento devido, a localização do Iasb no que se refere à sua base legal e à sua localização operacional;
- d) estudar a possibilidade de classificar o Iasb como entidade sem fins lucrativos, ou similar, naqueles países onde esse *status* possa auxiliar o levantamento de fundos;
- e) abrir suas assembleias para o público, mas poder, a seu critério, manter determinadas discussões em particular;

- f) publicar um relatório anual sobre as atividades do Iasb, incluindo demonstrações contábeis auditadas e as prioridades para o próximo exercício;
- g) nomear os membros do colegiado, incluindo aqueles que servirão nos cargos de ligação com órgãos emissores de normas locais, e estabelecer os respectivos contratos de serviço e critérios de desempenho;
- h) nomear os membros do comitê permanente de interpretações e do Conselho Consultivo de normas;
- i) anualmente, revisar a estratégia e a eficiência do Iasb;
- j) anualmente, aprovar o orçamento do Iasb e determinar a base para financiamento;
- k) revisar as questões estratégicas de largo espectro que afetem as normas contábeis, promover o Iasb e seu trabalho, promover o objetivo da rigorosa aplicação das normas internacionais de Contabilidade, desde que os curadores sejam excluídos do envolvimento em assuntos técnicos, relativos às normas contábeis;
- l) estabelecer e alterar os procedimentos operacionais do comitê, do Comitê Permanente de Interpretações e do Conselho Consultivo de Normas; e
- m) exercer todos os poderes do Iasb, exceto aqueles expressamente reservados ao colegiado, ao Comitê de Interpretações e ao Conselho Assessor de Padrões.

Conforme você pode ter notado, os curadores representam o centro do poder do Iasb, a sua direção. Volte à Figura 2.1 e observe que as únicas setas de autorizar estão partindo deste conselho.

Colegiado de Normas Internacionais de Contabilidade

É composto por 16 membros, nomeados pelos curadores. Os membros devem ser pessoas que reúnam a melhor combinação disponível de conhecimento técnico e experiência relacionada com o mercado e os negócios internacionais, para contribuir com o desenvolvimento de normas contábeis globais, de alta qualidade. Os membros do colegiado dividem-se em: cinco membros, no mínimo, que devem ter históricos como auditores praticantes; três, no mínimo, na elaboração de demonstrações contábeis; três, no mínimo, que devem ter

sido usuários de demonstrações contábeis; e um, no mínimo, deve ter histórico acadêmico.

De acordo com o estabelecido na constituição do Iasb, o colegiado deverá, entre outras coisas:

- a) ser totalmente responsável por todas as questões técnicas do Iasb, incluindo a elaboração e emissão das Normas Internacionais de Contabilidade e minutas de exposição, as quais deverão incluir qualquer divergência de opiniões e aprovação final das interpretações pelo comitê permanente de interpretações;
- b) publicar uma minuta de exposição sobre todos os projetos;
- c) ter total poder de decisão sobre a agenda técnica do Iasb e sobre a atribuição de projetos relativos a assuntos técnicos; ao organizar o desenvolvimento de seu trabalho, o comitê poderá terceirizar pesquisas detalhadas ou outros trabalhos, com órgãos emissores de normas locais ou com outras organizações;
- d) estabelecer procedimentos para a revisão, em prazo razoável, de documentos publicados para comentários;
- e) considerar a realização de audiências públicas para cada projeto, a fim de discutir normas propostas, embora não exista nenhuma exigência para tal; e
- f) considerar a realização de testes em campo, para garantir que as normas propostas sejam exequíveis e práticas em todos os ambientes, embora não haja nenhuma exigência para que isso seja feito para cada projeto.

O Colegiado corresponde ao órgão de execução do Iasb, sendo de fundamental importância na determinação das normas contábeis. Volte à Figura 2.1 e verifique este papel do colegiado.

Comitê de interpretações

O comitê é composto por 14 membros, nomeados pelos curadores, dos quais um deverá ser designado pelos curadores para ser o presidente. Segundo estabelecido na constituição do Iasb, o comitê deverá, entre outras coisas:

- a) interpretar a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, no contexto da estrutura do Iasb e assumir outras tarefas a pedido do comitê;
- b) publicar minutas de interpretações para comentários do público e considerar esses comentários dentro de um prazo razoável, antes de finalizar uma interpretação; e
- c) informar os dados ao colegiado e obter dele a aprovação para as interpretações finais.

Conselho assessor de padrões

O conselho é composto por cerca de 30 membros, nomeados pelos curadores, com históricos geográfico e profissional diversos. Dentre seus membros destaca-se o representante da ABRASCA (Associação Brasileira de Companhias Abertas) e da GERDAU, Geraldo Toffanello. De acordo com a constituição do Iasb, o objetivo do conselho é:

- a) fazer recomendações ao colegiado sobre as decisões da agenda e prioridades do trabalho;
- b) manter o colegiado informado sobre as perspectivas das organizações e dos indivíduos do conselho sobre os principais projetos relativos ao estabelecimento de normas; e
- c) fazer recomendações ao comitê ou aos curadores.

Accounting Standards Advisory Forum

No final de 2012 o Iasb propôs a criação do *Accounting Standards Advisory Forum* (ASAF). A proposta inicial era que os membros do ASAF respeitassem a independência do Iasb e adotassem as normas internacionais. Este fórum irá prestar assessoria técnica, ajudando o diálogo entre a entidade e a comunidade contábil. Em 2013 foi anunciado que o Fórum seria composto por representantes da África do Sul, Japão, Austrália, China, Ásia e Oceania (representado por Hong Kong), Alemanha, Europa, Espanha, Reino Unido, América Latina, Estados Unidos e Canadá. Ou seja, são quatro membros da Ásia e Oceania, quatro da Europa, três das Américas e um da África.

O membro da América Latina, representada pelo Glass (Group of Latin American Standard Setters) foi indicado pelo CPC.



Antes de Prosseguir

1. Você deve ter notado que o Iasb funciona como colegiado. Liste algumas vantagens deste tipo de estrutura.
2. Se você fosse convidado a ocupar um cargo no Iasb, onde você gostaria de trabalhar? Apresente suas razões e discuta com o seu colega a sua opção.

Normas Internacionais de Contabilidade

Objetivo 4: Como o Iasb ajuda a entender a Contabilidade.

As Normas Internacionais de Contabilidade são editadas desde 1975. Estas normas têm como principal finalidade reduzir as diferenças entre os procedimentos e as normas contábeis adotados nos diferentes países. Conforme afirmamos antes, as normas não são impostas pelo Iasb, mas servem de recomendação para os países as adotarem. Um dos objetivos é a utilização das normas por todos os países como um padrão internacional e a sua harmonização com o Fasb.

É importante notar que a criação do Iasb significou a incorporação das normas internacionais aprovadas pelo antigo Iasc. Estas normas recebiam o nome de IAS (*International Accounting Standards*). A partir de 2001, as normas receberam a denominação de IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Da mesma forma, antes de 2001 existiam as interpretações das normas contábeis, esclarecendo certos aspectos da norma, que recebia a denominação de SIC. Após 2001, as interpretações recebem a denominação de Ifric. Em abril de 2013, encontram-se em vigor 13 IFRS promulgadas e 29 IAS, além de 16 interpretações técnicas.

É importante ressaltar que a importância das normas nos dias atuais deve-se a dois fatos: ao apoio dado pelo Iosco às normas editadas pelo Iasb; e aos problemas ocorridos com a Contabilidade das empresas norte-americanas, particularmente a partir de 2001. Por essa razão, a IFRS está sendo utilizada em muitas partes do mundo, incluindo a União Europeia, a Rússia, a África do Sul, Hong Kong, Austrália e Cingapura. A União Europeia determinou a adoção de IFRS para demonstrações consolidadas encerradas em dezembro de 2005.

Recentemente, os Estados Unidos iniciaram um processo de convergência das suas normas contábeis, promulgadas pelo Fasb, com as normas do Iasb. Esta aproximação fez com que se firmasse sobremaneira a legitimidade do

Iasb como único organismo de emissão de Normas Internacionais de Contabilidade.

Apresentamos, a seguir, algumas informações relevantes de caráter geral, sobre os pronunciamentos do Iasb.

Alcance das normas – As Normas Internacionais de Contabilidade são aplicáveis às demonstrações contábeis de qualquer entidade comercial, industrial ou de outra natureza, com fins lucrativos. O mesmo é válido para a estrutura conceitual do Iasb, que pode ser aplicada a todas as entidades, incluindo organizações privadas e públicas. Para o Iasb, a entidade que reporta é aquela cujos usuários se apoiam em suas demonstrações contábeis como sua fonte principal de informações financeiras sobre a empresa.

IAS 1 – Estrutura
Conceitual, § 8º.

- 🌐 O Brasil já adota as normas internacionais de contabilidade. Oficialmente, o marco da adoção foi a alteração na Lei nº 6.404 ocorrida em 2007. (2006).

Regime de Competência – As receitas, os custos e as despesas são registrados contabilmente de acordo com o regime de competência, ou seja, são reconhecidos quando auferidos ou incorridos (e não quando recebidos ou pagos) e refletidos nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. Importante enfatizar que o Iasb não caracteriza “competência” como um princípio, mas como um pressuposto básico da Contabilidade.

IAS 1.

Materialidade – As informações são relevantes se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis. A materialidade depende do tamanho do item ou do erro, julgado nas circunstâncias específicas de sua omissão ou distorção.

Estrutura Conceitual, § 30.

Assim, a materialidade proporciona um patamar ou ponto de “corte” (*cut-off*), em vez de ser uma característica qualitativa primária de que a informação necessita para ser útil.

Divulgação de Políticas Contábeis – Quando os pressupostos da continuidade e competência de exercícios forem observados na elaboração de demonstrações contábeis não será necessário divulgá-los. Porém, se um pressuposto fundamental de Contabilidade não for observado, o fato deve ser divulgado com as razões da inobservância.

IAS 1.

Exercício Social – As demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas pelo menos uma vez por ano e visam atender às necessidades comuns de informações de um grande número de usuários.

Estrutura Conceitual, § 6º

Demonstrações Financeiras – A expressão *demonstrações financeiras* abrange o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido com formatos diferenciados, as notas explicativas e outras demonstrações e dados explicativos. As demonstrações financeiras poderão, por exemplo, conter informações adicionais que sejam relevantes às necessidades de usuários sobre itens constantes do balanço patrimonial e da demonstração do resultado. Um exemplo disto seriam as divulgações sobre os riscos e as incertezas que afetam a empresa e quaisquer recursos e obrigações não reconhecidos no balanço, como é o caso das reservas minerais.

IAS 1.

Estrutura Conceitual, § 30.

Relatórios Intermediários – Uma empresa deve aplicar nas suas demonstrações financeiras intermediárias as mesmas políticas contábeis aplicadas nas suas demonstrações financeiras anuais.

IAS 34.

Segregação de Ativos e Passivos em Corrente e não Corrente – O Iasb não exige a obrigatoriedade de segregação de ativos e passivos em corrente e não corrente. Cada empresa deve decidir se esta segregação é significativa para seus usuários. Caso uma entidade escolha classificar os ativos e passivos em corrente e não corrente ou opte por não segregar nessa classificação, ela deve evidenciar os valores que se espera sejam realizados ou compensados em prazos superiores e inferiores a 12 meses.

IAS 1, § 54.

Veja Epstein e Mirza (1999).

A segregação de ativos como corrente deve obedecer a um dos seguintes critérios:

- a) o ativo deve ser realizado, ou disponibilizado para venda, ou consumido no ciclo operacional normal da empresa, ou
- b) mantido com o propósito de comercialização ou por curto período de tempo, e ser esperado que se realize até 12 meses após a data de encerramento do balanço; ou

- c) constitui-se em caixa ou equivalente de caixa sem restrição de uso.

Quanto aos passivos, podem ser classificados como correntes quando se espera que sejam liquidados no ciclo operacional normal da empresa; ou que devam ser liquidados até 12 meses após a data de encerramento do balanço. Todos os outros itens do passivo devem ser classificados como não correntes.

Veja Epstein e Mirza (1999).



Antes de Prosseguir

O ciclo operacional refere-se ao prazo que uma entidade leva entre a compra de um insumo, a produção da mercadoria, sua venda e o recebimento do cliente. Este ciclo operacional poderá variar ao longo do tempo, com as características administrativas da empresa e com cada setor de operação. Apesar de ser considerado um critério para classificação dos ativos, inclusive no Brasil, o ciclo operacional possui problemas sérios para ser utilizado: dificuldade de determinar seu valor e possibilidade de sofrer alteração no tempo – o que dificulta a comparação das demonstrações. Uma empresa que atua em diversos setores terá sérios problemas em determinar seu ciclo operacional da empresa como um todo.

Principais divergências nas práticas contábeis internacionais

Objetivo 5: Principais divergências nas práticas contábeis.

Uma vez que sabemos da existência de diferenças na Contabilidade de diferentes países, iremos agora destacar aquelas práticas onde essas diferenças são mais relevantes. Para cada um dos itens, são apresentadas as divergências além da lista de alguns dos países que adotam uma ou outra posição. Os itens analisados são: gastos com pesquisa e desenvolvimento, reavaliação dos ativos, uso do UEPS (Último a Entrar, Primeiro a Sair) para avaliação dos estoques, tratamento do arrendamento, aposentadoria dos funcionários, tratamento das diferenças entre o lucro contábil e o lucro fiscal, avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários, *goodwill* e derivativos e instrumentos financeiros.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento

Como regra geral, uma empresa gasta dinheiro com pesquisa para tentar descobrir algo que pode ajudar na criação de um novo produto, serviço, processo ou técnica ou no aperfeiçoamento de um já existente. Por outro lado, desenvolvimento implica usualmente em formulação de um plano ou projeto para aperfeiçoamento de um produto, serviço, processo ou técnica já existente. Conforme será visto mais adiante, a distinção entre pesquisa e desenvolvimento é relevante para fins contábeis.

Quando uma entidade gasta recursos em pesquisa e desenvolvimento, a Contabilidade poderá ter dois tratamentos. No primeiro, os gastos incorridos são tratados como ativos, ou seja, são capitalizados para futura amortização, obedecendo-se à competência. Neste caso, a contrapartida do lançamento contábil da saída de caixa será uma conta do ativo. Com o usufruto da pesquisa e desenvolvimento, este ativo é amortizado com o tempo. A segunda alternativa é considerar que o lançamento deverá ser realizado diretamente como despesa do período quando incorrido. A Figura 2.2 apresenta a diferença das duas alternativas. Observe que a primeira opção não afeta o resultado de imediato, mas sim ao longo dos anos da amortização. Já na segunda opção tem-se uma despesa associada ao momento do gasto e por esta razão é considerada uma alternativa mais conservadora, devido à sua incerteza na obtenção dos benefícios futuros.

Gasto em Pesquisa e Desenvolvimento =	R\$ 1.000,00
Período de amortização (anos) =	5
1ª opção	
<i>No momento do gasto</i>	
Pesquisa e Desenvolvimento (Ativo)	R\$ 1.000,00
Caixa	R\$ 1.000,00
Equação Contábil (Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido)	
– R\$ 1.000,00 + R\$ 1.000,00 = 0 + 0	
<i>A cada período por teste de imparidade</i>	
Despesa com Pesquisa e Desenvolvimento (Resultado)	R\$ 200,00
Pesquisa e Desenvolvimento (Ativo)	R\$ 200,00
Equação Contábil (Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido)	
– R\$ 200,00 = 0 – R\$ 200,00	
2ª opção	
<i>No momento do gasto</i>	
Despesa com Pesquisa e Desenvolvimento (Resultado)	R\$ 1.000,00
Caixa	R\$ 1.000,00
Equação Contábil (Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido)	
– R\$ 1.000,00 = 0 – R\$ 1.000,00	

Figura 2.2 Exemplo da contabilização de gastos e pesquisas.

Entre os países que adotam a primeira opção, permitindo a capitalização dos gastos sob certas circunstâncias, temos o Canadá, a França, a Holanda, a Suíça e a Inglaterra. Já a Alemanha e os Estados Unidos adotam a segunda alternativa. A título de comparação, as normas brasileiras preconizavam a capitalização dos gastos em conta de Ativo Permanente Diferido para amortização em até dez anos até a vigência da Lei nº 11.638/07. O Iasb tem como norma a capitalização dos gastos com desenvolvimento (primeira opção da figura) e o reconhecimento dos gastos com pesquisa em resultado (segunda alternativa).

O problema da posição conciliatória do Iasb é diferenciar, na prática, estes dois tipos de gastos.

Reavaliação de ativos

A reavaliação de ativos aplica-se, de forma geral, a bens do imobilizado com a finalidade de ajustar seus valores históricos a preços correntes de mercado. Geralmente, a reavaliação ocorre quando existe uma diferença significativa entre o valor de aquisição e o valor de mercado, como é comum em imóveis que a entidade comprou no passado e que estão valendo mais nos dias de hoje. Em certas situações, a adoção de procedimentos de reavaliação pode ser importante no resultado de uma entidade.

Entretanto, a reavaliação fere a regra do custo como base de valor, já que um novo valor (*fair value* ou *market value*) substitui o custo histórico nas demonstrações financeiras. Entre os países que não permitem este procedimento encontramos os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha e o Canadá. A Holanda permite a reavaliação sob certas circunstâncias.

Embora anteriormente admitida pela Lei nº 6.404/76, a recém-editada Lei nº 11.638, de 28/12/07, preconiza que “os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a data de sua efetiva realização ou estornados”, estabelecendo que não mais serão permitidas. O Iasb tem como regra geral não permitir a reavaliação de ativos, prevalecendo o conceito de custo histórico como base de valor. Entretanto, permite-se a reavaliação como procedimento alternativo.

Utilização do Ueps para avaliar estoques

Três métodos são frequentemente adotados para avaliação dos estoques: Peps ou Fifo (Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai), a média (Custo Médio Ponderado das Compras) e Ueps ou Lifo (onde o Último que Entra é o Primeiro que Sai), todos eles sujeitos à comparação “custo ou mercado”, dos dois o menor.

Quando adotado o Ueps, o estoque no Balanço Patrimonial reflete as compras mais antigas. Isto é considerado de forma geral como procedimento conservador já que, existindo um aumento nos preços da mercadoria, o custo de mercadorias vendidas é maior e o lucro é menor. Por outro lado, a maioria dos contadores argumenta que o Ueps não é aceito por não refletir valor eco-

nomicamente adequado dos estoques sob a ótica da teoria contábil. Estados Unidos, Japão, França, Holanda, Suíça, Canadá e Itália são alguns dos países que aceitam a adoção do Ueps. Já a Alemanha e a Inglaterra só permitem a adoção do Ueps em certas situações.

Em termos comparativos, as regras contábeis brasileiras, que sofrem forte influência da legislação fiscal, proíbem a adoção do Ueps, pois isto tende a reduzir o pagamento do Imposto de Renda. O Iasb tem como norma não permitir a adoção do Ueps para fins de avaliação dos estoques.

Leasing financeiro

As características do *leasing* financeiro serão extensamente discutidas no capítulo específico. Entretanto, neste ponto, é importante dizer que existem duas possibilidades de tratamento do mesmo. A primeira é capitalizar como ativo permanente, ou seja, reconhecer os valores que serão pagos como uma compra financiada. Isto implicaria num aumento do ativo da entidade. A segunda alternativa é considerar os valores pagos como despesa do exercício. Este tratamento reduz a lucratividade da entidade no momento em que ocorre o pagamento. A Figura 2.3 apresenta um exemplo das opções.

Os países que exigem a primeira alternativa – ou seja, a capitalização do *leasing* – são os Estados Unidos, a Inglaterra, a Holanda e o Canadá. Outros países permitem esta capitalização em certas situações, como é o caso da França, da Suíça, do Japão e da Alemanha. A Itália é um país que não permite a capitalização, devendo os valores pagos ser levados ao resultado.

No Brasil, o *leasing* financeiro, denominado de arrendamento mercantil financeiro, segue a legislação tributária, a qual não permite a capitalização do bem arrendado como ativo imobilizado da arrendatária. O Conselho Federal de Contabilidade editou sua NBC T10-2, onde determina a contabilização do *leasing* financeiro seguindo as normas internacionais do Iasb. O Iasb tem como norma a exigência de se capitalizar o bem arrendado como ativo imobilizado da arrendatária quando a transação reflete em essência uma compra financiada. Não há procedimento alternativo para o *leasing*.

Valor do bem objeto de <i>leasing</i>	350.000,00
Valor do contrato de <i>leasing</i>	435.000,00
Pagamento realizado para uma empresa de <i>leasing</i>	43.500,00
Receitas do período	180.000,00
Despesas do período	136.000,00
1ª opção	
<i>Como Despesa</i>	
D Despesa de <i>leasing</i>	43.500,00
C Bancos	43.500,00
Neste caso o lucro será de 180 mil – 136 mil – 43.500	500,00
2ª opção	
<i>Como Ativo</i>	
<i>Na assinatura do contrato</i>	
D Máquinas e equipamentos	350.000,00
D Despesas financeiras a apropriar	85.000,00
C Financiamentos	435.000,00
<i>No pagamento</i>	
D Financiamentos	43.500,00
C Bancos	43.500,00

Figura 2.3 Exemplo de contabilização de leasing.

Há estudo integrado entre FASB/IASB no sentido de se obrigar a capitalização do bem arrendado não só sob *leasing* financeiro, mas também operacional.

Planos de benefícios de aposentadoria para empregados

Normalmente, benefícios de aposentadoria patrocinados por governos não têm proporcionado rendimentos suficientes para o bem-estar do aposentado.

Como consequência, ao longo do tempo, acordos ou dissídios coletivos de trabalho, bem como negociações conduzidas por sindicatos, têm levado as empresas a implementar planos de benefícios para aposentadoria para seus empregados, em complemento à previdência oficial.

A questão contábil que se origina é se os encargos e a respectiva obrigação devem ser reconhecidos no período contábil em que o serviço é prestado pelo empregado ou se os encargos deveriam ser reconhecidos quando os pagamentos dos respectivos benefícios são efetuados (mesmo após a aposentadoria, quando o empregado não mais presta seus serviços à empresa). Em muitos países, o princípio adotado é de que a obrigação pode ser razoavelmente estimada (com base em critérios atuariais). Ocorrendo isto, essa parcela deveria ser distribuída ao longo do período contábil em que o serviço é prestado pelo empregado, sendo esse procedimento considerado como adequado para atendimento do *regime de competência*.

Um procedimento contábil alternativo é o de reconhecer tais encargos à medida que os pagamentos são realizados, sob argumentação de que existem inúmeras variáveis envolvidas e dificuldades para sua estimativa, tais como: tempo de serviço, restante do valor futuro dos salários, taxa de crescimento de rendimentos salariais do empregado na empresa e a taxa de desconto.

A primeira opção é adotada nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha, na Holanda e no Canadá. Japão, França, Suíça e Itália não exigem a adoção do regime de competência. No Brasil, exige-se a adoção do regime de competência para reconhecimento dos encargos de aposentadoria apenas para as companhias abertas subordinadas à CVM. As demais sociedades por ações não estão sujeitas a esta obrigatoriedade.

O Iasb exige a adoção do regime de competência, ou seja, do reconhecimento dos encargos durante o período contábil em que os serviços são prestados pelo empregado.

Diferença temporal entre o lucro contábil e o lucro fiscal

Na maior parte dos países, o lucro tributável para finalidades de Imposto de Renda diverge do lucro contábil apurado para fins societários. Em alguns casos, essas diferenças são decorrentes de diferenças temporais no reconhecimento de receitas e despesas.

O problema contábil que se origina é se os efeitos dessas diferenças temporais decorrentes devem ser reconhecidos no período contábil em que tais receitas e despesas são efetivamente registradas e incluídas na Demonstração de Resultado (fazendo surgir, portanto, a figura do Imposto de Renda Diferido – crédito tributário de provisão exigível) ou se deveriam ser apenas controlados “extrabalanço” nos registros auxiliares destinados à apuração do Imposto de Renda. O Japão e a Alemanha não exigem este reconhecimento. Estados Unidos, França, Inglaterra, Holanda, Canadá e Itália exigem o reconhecimento das diferenças temporais, total ou sob certas circunstâncias.

As normas brasileiras exigem a contabilização como crédito tributário ou como provisão para Imposto de Renda diferido das diferenças temporais no reconhecimento das receitas e despesas. Já o Iasb “permite”, mas não “exige” o reconhecimento das diferenças temporais no lucro contábil e fiscal nas demonstrações financeiras.

Carteira de títulos e valores mobiliários

A avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários deve levar em consideração a existência da intenção de entidade com relação ao objetivo de sua aquisição. Uma entidade pode fazer investimento em títulos e valores mobiliários, como uma ação de outra entidade, por um período curto de tempo, com finalidades especulativas, ou por um período maior de tempo, visando investimentos. Esta questão da avaliação destes títulos e valores mobiliários, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e em negociações, foi objeto de implementação pelo Fasn por intermédio do Sfas 115. Esta normatização pelo Fasn é bastante abrangente e por esta razão será considerada aqui. Embora não restrito, este referido pronunciamento foi direcionado principalmente às instituições financeiras. A característica inovadora desse tratamento contábil foi a de acabar com o critério clássico de se avaliar a carteira de títulos e valores mobiliários pelo “custo ou mercado, dos dois o menor” em qualquer situação.

Nesse sentido, a “intenção” pela qual a aquisição foi efetuada passou a ser o critério para se definir a contabilização. Em outras palavras, se o papel foi adquirido com a intenção de ser mantido (“carregado”) até o vencimento, e existindo capacidade financeira para isso, deve-se avaliar pelo custo. Nesse caso, não se compara com o valor de mercado, pois não é a intenção da enti-

dade alienar este título antes do seu vencimento. Por outro lado, se os papéis serão objeto de negociação (*trading*), deve-se avaliar pelo valor de mercado com efeitos reconhecidos como ganhos ou perdas em resultado.

Já numa posição intermediária entre as duas intenções ou quando não há uma intenção definida, os títulos devem ser classificados como “disponíveis para venda”, sendo seus efeitos reconhecidos como ganhos ou perdas em conta específica de Lucros ou Prejuízos Acumulados diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado. Este é o posicionamento adotado nos Estados Unidos. Entretanto, alguns países, como a Alemanha, a França e a Itália, não adotam a contabilização segundo a intenção.

As normas do Banco Central do Brasil, aplicáveis a instituições financeiras, estão adaptadas às normas do Fasb, porém as demais sociedades continuam avaliando a carteira de títulos e valores mobiliários, pelo critério “custo ou mercado, dos dois o menor”. Já o Iasb utiliza a avaliação da carteira de títulos segundo a intenção, seguindo a regra do Fasb. A Lei nº 11.638/07 incorporou as regras do IASB.

Goodwill

Quando uma companhia adquire outra, ou realiza transações de compra e venda de empresas, os valores pagos normalmente são superiores aos valores contábeis escriturados, fazendo surgir o *goodwill*. A questão contábil que se origina é como deve ser tratado o *goodwill*: capitalizado como ativo e amortizado ao longo do tempo – e, neste caso, em quanto tempo? – ou baixado diretamente contra lucros e reservas no Patrimônio Líquido.

As divergências entre os países dizem respeito à existência de capitalização e, neste caso, em quanto tempo deverá existir a amortização. Adotam a posição de capitalização a Austrália, o Canadá, o Japão e a Nova Zelândia, com prazo máximo de 20, 40, 5 e 20 anos, nesta ordem. A França e os Estados Unidos também optaram pela capitalização, mas sem definição de prazo. A Alemanha e a Inglaterra permitem a capitalização ou o lançamento a débito diretamente contra o Patrimônio Líquido.

No Brasil, apenas o *goodwill* na forma de “ágio” na aquisição de investimentos é objeto de normatização, devendo ser capitalizado como Ativo Intangível. Entretanto, mesmo nesta operação existe controvérsia se representa, efetiva-

mente, *goodwill*. O Iasb utiliza a capitalização do *goodwill* para amortização em até 20 anos, desde que sujeito ao teste de *impairment*.

Derivativos e instrumentos financeiros

Os derivativos são instrumentos que derivam do comportamento de outros ativos (termo, futuro, opções e *swaps*). A principal questão contábil referente a estes derivativos é se devem ser registrados como ativo e passivo ou ser tratados como “itens fora do balanço”. Os Estados Unidos e o Canadá exigem a contabilização em contas patrimoniais, como ativos e passivos. No Brasil, as instituições financeiras, por regulamentação específica do Banco Central, têm seguido as regras norte-americanas (Sfas 133 do Fasb) de registrar as operações com derivativos em contas patrimoniais. As demais empresas, inclusive as companhias abertas, mantêm o critério “fora do balanço”, não registrando, portanto, em contas patrimoniais, mas com a vigência da Lei nº 11.638/07 devem passar a integrá-las. O Iasb determina a inclusão de tais operações em contas patrimoniais.

Objetivo 6: Vantagens e desvantagens em adotar IFRS.

Por que o Brasil precisa adotar as normas internacionais de contabilidade do IASB

Podemos elencar como principais razões para que o Brasil adote as normas internacionais de contabilidade do IASB:

- a) Primeiramente, a adoção das normas internacionais de contabilidade fortalece a transparência das informações numa linguagem com significativa redução das incertezas sobre a situação econômico-financeira das empresas.

Determinados critérios de reconhecimento e mensuração (por exemplo *goodwill*, *leasing*, pesquisa e desenvolvimento, entre outros) podem levar à apuração de lucros conceitualmente diferentes e incomparáveis entre si.

Essa redução das incertezas contribuiu para uma redução nas taxas de juros cobradas por instituições financeiras.

- b) Contribui para redução de cláusulas restritivas em contratos de financiamento junto a bancos e demais instituições financeiras, ou ainda órgãos

de fomento público e privado que exigem determinados níveis de indicadores econômico-financeiros como liquidez, endividamento etc.

Como tais indicadores são calculados com base em números do Balanço, a adoção das IFRs tende a mitigar riscos de interpretações “enganosas” sobre a posição econômico-financeira das empresas.

- c) Melhorar a oportunidade para empresas brasileiras se candidatarem a lançar valores mobiliários em Bolsas de Valores no exterior.

Oportuno lembrar que os investidores estão cada vez mais cautelosos e reticentes em aplicar seus recursos em outros países, tendo em vista o grau de risco que envolve tais negócios. As demonstrações contábeis elaboradas com base nos IFRs tendem a minimizar o risco no julgamento e decisão pelos investidores.

- d) Tem órgão “avalista” e “garantidor” de última instância como o Banco Central do Brasil, que já publica suas demonstrações contábeis desde 2004 no padrão IFRS, por exigência do FMI (Fundo Monetário Internacional). O Banco Central do Brasil atua em nome do governo brasileiro como interlocutor em financiamentos de organismos mundiais a países emergentes e só esse fato contribui para facilitar a linha de acesso a créditos.

Por outro lado, quais seriam as principais dificuldades na efetiva implementação das normas internacionais de contabilidade no Brasil? Em nosso entendimento, as principais dificuldades podem ser assim resumidas:

- a) o maior mercado de capitais do mundo e provavelmente o mais desenvolvido e com quem temos um grande vínculo de interesses econômicos e comerciais está longe de adotar os padrões do IASB. Pelo fato de o FASB (órgão normatizador norte-americano) ser um órgão normatizador “quase internacional” pela sua relevância e robustez, seus padrões acabam exercendo forte influência mundial;
- b) a falta de um treinamento e capacitação dos docentes e, consequentemente, da preparação dos nossos alunos. A velocidade com que as alterações vem sendo introduzidas, aliada à complexidade de suas normas tem dificultado o processo de ensino-aprendizagem;
- c) a normatização do IASB é fortemente baseada em princípios gerais (“filosofia” de como fazer) em vez das regras (detalhamento dos proce-

dimentos de como fazer). Como a nossa cultura é legalista (*code-law*), com forte detalhamento das regras, conta a ser debitada, a ser creditada etc., a mudança é comportamental e de difícil adaptação;

- d) novos conceitos introduzidos que nem sempre são fáceis de ser absorvidos, como, por exemplo, *impairment*, *fair value* (valor justo), ajustes de avaliação patrimonial, entre outros.



Antes de Prosseguir

1. Construa um exemplo numérico que explique as diferenças nos tratamentos dos planos de benefícios.
2. Considere que uma empresa faça anualmente reavaliação de seus ativos. É possível dizer que esta empresa adota o custo como base de valor?
3. Na sua opinião, o que pode contribuir para a existência de diferença temporal entre o lucro contábil e o lucro fiscal?

Uma agenda para pesquisa em Contabilidade internacional

As pesquisas nesta área geralmente são comparativas, buscando verificar as semelhanças e diferenças entre os diferentes países, a exemplo daquela realizada por França (2001). Um ramo de pesquisa é realizado através da busca de agrupamento dos países com certas semelhanças na sua Contabilidade. Um exemplo deste tipo de pesquisa foi o trabalho de Belkaoui (2000), que classifica os países em dez grupos, adotando quatro elementos de diferenciação: estágio de desenvolvimento econômico; complexidade empresarial; economia planificada ou de mercado; e credibilidade na legislação. Os dez grupos de Belkaoui (2000) são: EUA-Canadá-Holanda; Austrália e Comunidade Britânica (exceto Canadá); Alemanha-Japão; Europa Continental (exceto Alemanha, Holanda e países escandinavos); países escandinavos; Israel-México; América do Sul; África (exceto África do Sul); nações desenvolvidas do Oriente Médio e países comunistas. Outros estudos nesta linha foram realizados por Douppnik e Salter (1993) e Nobes (1983). Iudícibus, Carvalho e Lisboa (1999) analisaram comparativamente as normas contábeis brasileiras e as do *International Accounting Standards Board (Iasb)* e *United States Generally Accepted Accounting Principles (US GAAP)*, e concluíram que, no Brasil, a normatização contábil está mais

convergente com a do modelo anglo-saxão e internacional (*Iasb*) do que com a do modelo europeu-continental ou de países integrantes do Mercosul, embora outros autores não concordem com essa opinião.

Desde a publicação da primeira edição deste livro, o foco da pesquisa sobre normas internacionais tem aumentado. Diversos trabalhos foram realizados tentando verificar o impacto da adoção, no Brasil, das normas do Iasb. Barbosa Neto et al. (2009) estudou a influência na análise das demonstrações contábeis. Lemes e Silva (2007) estudaram as divergências entre as IFRs e a contabilidade brasileira, constatando que as principais diferenças estão na questão do Imposto de Renda diferido, nos efeitos das variações cambiais e nas reclassificações das contas

Outra linha de pesquisa é verificar a reação dos usuários às normas internacionais. Niyama et al. (2006) pesquisaram professores de Contabilidade em quatro universidades federais e constataram a existência de dois grupos: o que se aproxima do modelo europeu e o que se aproxima do modelo anglo-saxão.

As possibilidades de pesquisa nesta área são amplas, indo desde estudos específicos comparativos sobre diversos assuntos de interesse da Contabilidade, até a investigação dos efeitos da adoção de uma determinada prática sobre os resultados das empresas de um determinado país.

Um resumo da discussão sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade foi realizado por Hail, Leuz e Wysocki (2009). Os autores fazem um levantamento bibliográfico sobre o assunto e afirmam que os benefícios da convergência dependem das empresas, dos setores de atuação, dos mercados e dos países. Um aspecto importante é que as pesquisas já realizadas mostram que a adoção das normas do Iasb não é sinônimo de comparabilidade.

Exercícios

1. A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade irá provocar impacto sobre as instituições financeiras. Segundo uma notícia publicada em jornais brasileiros, o chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central, Amaro Luiz de Oliveira Gomes, vai “diagnosticar as principais assimetrias” entre as regras locais e a IFRS. Explique o significado deste termo. Carvalho (2006).
2. Observe a Figura 2.1 onde é apresentado o organograma do Iasb. Em sua opinião, quem detém o poder no Iasb?

3. Um dos principais obstáculos à busca de convergência das normas contábeis foi a posição dos Estados Unidos, contrária a mudança na sua regulação. Com base no que foi discutido no capítulo, quais são os pontos onde existe controvérsia entre o Iasb e as normas norte-americanas?
4. Em janeiro de 2006, o Canadá anunciou que deixará de emitir os Princípios Contábeis Canadenses, devendo ser substituídos pelo IFRS. Outros países já tinham tomado esta decisão (União Europeia e Austrália, por exemplo). Liste as vantagens e desvantagens de um país adotar as normas internacionais.
5. Ainda com respeito aos Princípios Canadenses, estes são muito parecidos com as normas do Fasn. O órgão canadense consultou empresas e investidores para opinarem entre as normas norte-americanas e as normas do Iasb e, de forma surpreendente, venceram as normas internacionais. Comente quais seriam as motivações para que esta decisão tenha sido tomada.
6. Uma empresa do setor farmacêutico geralmente leva muitos anos para criar um novo produto, que ocorre após investir milhões em laboratórios, salários dos pesquisadores, material utilizado nos testes, entre outros. Considere que uma empresa investiu \$ 100 milhões para criar um fármaco. Qual o efeito sobre o resultado da empresa na decisão de adotar a capitalização em cinco anos em lugar de uma atitude mais conservadora?
7. Petros é o fundo de pensão dos funcionários da Petrobras criado em 1970. Durante 25 anos as obrigações da empresa com o fundo de pensão não apareciam nos balanços da Petrobras. A mudança ocorreu quando a empresa decidiu lançar suas ações na Bolsa de Nova Iorque e a SEC (correspondente à CVM dos Estados Unidos) obrigou o seu reconhecimento. Os valores envolvidos são elevados em virtude dos benefícios exagerados concedidos pela empresa. Comente como a empresa reconhecia na Contabilidade os valores com o fundo, antes e depois do lançamento das ações.
8. No final de 2005 a CVM determinou que a companhia aérea Gol republicasse suas demonstrações contábeis do exercício de 2004. Um dos itens que a CVM solicitou foi que a empresa explicasse o significado da expressão *cotações subjacentes relevantes*, utilizada em suas notas explicativas para se referir aos parâmetros que usa para calcular o valor de mercado dos derivativos que utiliza. Sabe-se que no Brasil os derivativos de empresas não financeiras são mantidos fora do

Caldas (2005).

Adachi (2005).

balanço. Qual seria a importância da nota explicativa para um investidor da empresa Gol?

9. Um dos grandes problemas enfrentados pelas empresas modernas é a complexidade das demonstrações contábeis. Isto possui dois efeitos colaterais. O primeiro, o tamanho é cada vez maior: o relatório do HSBC de 2007 pesava 1,47kg e o de 2008 possuía 472 páginas. O segundo é o grande número de expressões técnicas: nos padrões contábeis do Iasb existem mais de 30 expressões para descrever a probabilidade (inevitável, praticamente certo, alternativa realista, substancialmente, entre outras), embora não existam regras para distinguir a diferença. Discuta se o processo de convergência poderá ou não ajudar a resolver estes problemas. Fickling (2009).
10. Segundo uma estimativa da SEC, as empresas dos Estados Unidos irão gastar entre 0,125% a 0,13% da receita para fazer a transição entre o US GAAP e a IFRS. Este valor corresponde aos gastos no primeiro ano, sendo que os custos poderão cair nos anos seguintes. Entre os custos, existem gastos com treinamento e alterações nos sistemas contábeis. Johnson; Leone (2008).
 - a) Em Contabilidade de custos aprendemos que os custos podem ser classificados em fixos, variáveis e mistos. Com base na informação da pergunta, como seriam classificados os custos da adaptação?
 - b) A estimativa não considerou os custos do usuário da informação. Isto seria relevante?
11. Um dos problemas que o Iasb encontra no processo de convergência é o seu financiamento. O Iasb é financiado por doações de governo e empresas. As demonstrações contábeis da Fundação Iasb informa que grande parte dos recursos são provenientes dos governos europeus e das grandes empresas de auditoria. Discuta a importância deste aspecto na independência do Iasb. Discuta também o interesse dos doadores em ajudar o Iasb.

Referências

- ADACHI, Vanessa. Gol poderá ter que republicar balanço. *Valor Econômico*, 6 dez. 2005.
- BARBOSA NETO, João Estevão; DIAS, Warley; PINHEIRO, Laura. Impacto da convergência para as IRFs na análise financeira. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 20, nº 4, p. 131-153, out./dez. 2009.

BELKAOUI, A. R. *Accounting theory*. 4. ed. Londres: Thomson Learning, 2000.

CALDAS, Suely. Em 7 anos, R\$ 18,6 bi em sangrias sucessivas. *Estado de S. Paulo*, 5 fev. 2005, p. B1.

DOUPNIK, T. S.; SALTER, S. B. An empirical test of a judgmental international classification of financial reporting practices. *Journal of International Business Studies*, p. 41-60, 1993.

EPSTEIN, Barry J.; MIRZA, Abbas Al. *IAS 99: interpretation and application of international accounting standards 1999*. New York: John Wiley, 1999.

FICKLING, David. Plea to clarify company reports. *Financial Times*, p. 22, 4 jun. 2009.

FRANÇA, José Antônio de. *Os efeitos da normatização contábil dissonante na confiabilidade da informação*. 2001. 116 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília.

HAIL, Luzi; LEUZ, Christian; WYSOCKI, Peter. Global accounting convergence and the potencial adoption of IFRS by the United States. *Working Paper*, 2009.

IKUNO et al. “*Contabilidade Internacional – uma análise da produção científica nos principais periódicos internacionais da área (2000-2009)*”, 10º Congresso USP de Contabilidade e Controladoria, 2010, São Paulo (SP).

IUDÍCIBUS, Sergio de; CARVALHO, Luis N. G.; LISBOA, Nahor P. Accounting Standard Setting in Brazil – a legalistic Model. INTERNATIONAL CONFERENCE ON EMERGING ISSUES, Illinois, 1999.

JOHNSON, Sarah; LEONE, Marie. SEC: Early IFRS adoption will cost firms #32 m. *CFO*, 17 nov. 2008.

LEMES, Sirlei; SILVA, Miriã Gonçalves. A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS. *Contabilidade Vista e Revista*, v. 18, nº 3, p. 37-58, jul./set. 2007.

MUELLER, Gerhard G.; GERNON, Helen; MEEK, Gary. *Accounting: an international perspective*. Chicago: Richard D. Irwin, 1994.

NIYAMA, Jorge Katsumi et al. Principais causas das diferenças internacionais no financial reporting: uma pesquisa empírica em instituição de ensino superior do Nordeste e Centro-Oeste. *Revista Contexto*. Porto Alegre, v. 5, p. 31-50, 2006.

NOBES, C. A judgmental international classification of financial reporting practices. *Journal of Business Finance and Accounting*, Londres, Spring 1983.

ROBERTS, Clare; WEETMAN, Pauline; GORDON, Paul. *International financial accounting: a comparative approach*. Financial Times Professional Limited, 1998.

Princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos

OBJETIVO DE APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você conhecerá:

1. A importância de estudar as normas norte-americanas.
 2. Como evoluiu a Contabilidade nos Estados Unidos.
 3. O que são os princípios de Contabilidade norte-americanos.
 4. As divergências entre os princípios norte-americanos e as normas brasileiras.
 5. As principais divergências entre os US GAAP e os IFRS.
-

Introdução

Estudamos, nos dois capítulos anteriores, a importância da padronização contábil e das normas internacionais de Contabilidade. Neste capítulo iremos discutir os princípios de Contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos, também conhecidos como *US GAAP*.

Objetivo 1: Importância de estudar as normas dos Estados Unidos.

Inicialmente, é importante entender a necessidade de conhecer esses princípios uma vez que existe uma tendência da adoção das regras do Iasb. Apesar da perspectiva de convergência neste sentido, as regras norte-americanas são

importantes para estudarmos por três motivos. Em primeiro lugar, a economia norte-americana tem um peso considerável nas transações comerciais e financeiras, o que faz com que o impacto do mercado financeiro seja importante, refletindo também na influência das normas contábeis daquele país sobre as demais nações. Em segundo lugar, grandes empresas brasileiras possuem títulos negociados nas bolsas de valores dos Estados Unidos e, como consequência, também devem publicar sua Contabilidade segundo as normas contábeis norte-americanas, terminando por influenciar as normas brasileiras. Finalmente, o nível elevado de discussão das normas contábeis nos Estados Unidos faz com que seja importante acompanhar as decisões de regulação por representar uma tendência mundial na Contabilidade. Muitas inovações que hoje são adotadas em vários países ocorreram inicialmente naquele país.

Por este conjunto de razões, é muito comum, ao se comentar sobre a Contabilidade internacional, fazer uma referência especial às normas norte-americanas.

Objetivo 2: Evolução da Contabilidade dos Estados Unidos.

Evolução da Contabilidade norte-americana

A evolução da história e da teoria contábil norte-americana tem sua origem no início do século XIX, com a segunda Revolução Industrial, em que a Contabilidade deixou de representar um instrumento de controle da riqueza patrimonial do proprietário para se constituir importante instrumento de prestação de informações para a decisão de diversos usuários.

Esta mudança no enfoque da Contabilidade pode ser explicada por diversos fatores relacionados às mudanças ocorridas na economia dos Estados Unidos: o aparecimento de grandes corporações, que passam a dominar o crescimento e o investimento; o desenvolvimento do mercado de ações; a criação de leis referentes a impostos sobre lucros; o fortalecimento do sistema de crédito bancário; entre outras razões.

O marco inicial da normatização contábil nos Estados Unidos ocorreu com a criação, em 1887, pelo Congresso norte-americano, do *Interstate Commerce Commission (ICC)*. O ICC foi a primeira agência independente que funcionou e seu propósito inicial era regular as ferrovias para assegurar tarifas justas, eliminar a discriminação e outros aspectos da regulação. Sua criação foi resultado do poder das empresas deste setor naquela época e de uma crença em que as mesmas agiam de maneira descontrolada, abusando do seu poder para

impor tarifas injustas. A história desta comissão é rica nos ensinamentos sobre os esforços do governo em regular um setor da economia.

Para a Contabilidade, a criação do ICC foi importante no sentido de se procurar estabelecer um sistema contábil padronizado. É importante notar que a atuação do ICC, no final do século XIX, decorreu de um problema de distribuição enganosa de dividendos num setor muito relevante, à época, para a Economia. Os administradores das ferrovias distribuíam dividendos enormes, levando os investidores a acreditar que isto seria um sinal dos bons lucros futuros das empresas ferroviárias. Com isto, os preços das ações aumentaram de forma especulativa, colocando em risco as operações do setor e causando prejuízo aos investidores.

Junto com a regulamentação pelo ICC, já no início do século XX, ocorreu um aumento nas exigências da Bolsa de Valores de Nova York no que diz respeito à necessidade de entrega e arquivamento das demonstrações financeiras das companhias para proteção dos investidores. Neste período, a economia dos Estados Unidos apresentava um crescimento nas atividades industriais (petrolífera, equipamentos agrícolas, metalúrgica, borracha, açúcar, entre outras) exigindo cada vez mais atenção do governo com respeito ao surgimento de monopólio em determinadas atividades. Para controlar este problema, o Congresso aprovou a Lei Antitruste Sherman, em 1890, que recebeu este nome devido ao senador que a propôs. A principal aplicação desta lei foi contra a *Standard Oil*, organização controlada pelo milionário John Rockefeller. Apesar de ser inovadora no sentido de inibir a formação de monopólios, esta legislação possuía uma série de problemas e por esta razão foi substituída pela Lei Antitruste Clayton, em 1914. Tanto a Sherman quanto a Clayton tinham a finalidade de regular a Contabilidade Societária bem como proteger os investidores e os consumidores de maneira geral. Neste mesmo sentido, foi criada em 1914 a FTC (*Federal Trade Commission*) com o objetivo de proteger o consumidor e eliminar práticas de negócios anticompetitivas.

Em virtude de uma crise de confiança no mercado financeiro ocorrida no início do século XX, o congresso aprovou o Federal Reserve Act, em 1913, e, posteriormente, o FRB (*Federal Reserve Board*, também conhecido como *The Fed*, que corresponde ao Banco Central norte-americano).

As transformações relatadas anteriormente revelam o desenvolvimento institucional norte-americano, com a criação das primeiras entidades voltadas para o estabelecimento de regras societárias. No que diz respeito às entidades profissionais, o marco inicial foi o ano de 1886, quando foi constituída a primeira associação profissional americana de contadores, *American Association*

of *Public Accountants* (AAPA) (Associação Norte-Americana de Contadores Públicos). A AAPA tinha como objetivo a formulação de definições de termos técnicos visando uniformizar a Contabilidade.

A AAPA exerceu forte influência sobre os padrões de Contabilidade norte-americanos. Em 1894, esta associação recomendou que a divulgação do balanço respeitasse a ordem de apresentação dos itens mais líquidos. Em 1910, um comitê foi formado para estabelecer definições uniformes de termos contábeis técnicos e normas do Imposto de Renda.

A legislação do Imposto de Renda exerceu forte influência na evolução dos padrões de Contabilidade. As normas do fisco são denominadas de *Revenue Act*, e recebem numeração de acordo com o ano de aprovação. Geral-

Para mais detalhes ver
Hendricksen e
Van Breda (1999, p. 56).

mente, estas normas estabeleciam as alíquotas de tributação e ajudaram a consolidar o conceito de que o imposto nas empresas deve ser cobrado pela diferença entre as receitas e despesas, ou seja, sobre o lucro. Este conceito foi adotado durante a Guerra Civil, mas só foi usado após a ratificação de uma emenda à Constituição norte-americana, em 1913.

A utilização do lucro como base para a taxação das empresas é importante no desenvolvimento da Contabilidade norte-americana. Entretanto, para que isto fosse possível era necessário que os procedimentos contábeis fossem mais padronizados. Nesta época, tanto o *Federal Reserve Board (FRB)* quanto a *Federal Trade Commission* perceberam esta necessidade. Em 1917, o FRB emitiu um documento denominado *Uniform Accounting* (Contabilidade Uniforme) que era, apesar do título, na sua essência, um documento de auditoria. Um ano mais tarde este documento teve seu título alterado para *Approved Methods for the Preparation of Balance-Sheet Statements* (Métodos Aprovados para a Preparação do Balanço Patrimonial). Este documento é relevante uma vez que marca o início da contribuição da associação entre os contadores e os responsáveis pela regulamentação governamental. Anos depois, em 1929, este documento foi reeditado com a denominação de *Verification of Financial Statements* (Verificação das Demonstrações Financeiras). Seu objetivo principal era ser um guia oficial para o desenvolvimento de trabalhos de auditoria nas empresas que tinham ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York, a partir de 1933.

É importante destacar que nesta época surge o trabalho *Accounting Theory*, de autoria de William Andy Paton, da Universidade de Michigan, que marcou época. Este mesmo autor produziu, mais tarde e em conjunto com Littleton, uma

monografia sobre padrões contábeis, em que defendem que a Contabilidade deve ser compreendida não somente pelos proprietários, mas também pelos usuários que tenham que tomar decisões baseadas nas demonstrações financeiras.

Um fato econômico crucial foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929. Para a Contabilidade, este fato foi importante, uma vez que a profissão contábil foi criticada pela falta de uniformidade das práticas contábeis, que propiciavam a adoção de procedimentos flexíveis, e por vezes contraditórios no mesmo setor empresarial. Isto permitia que empresas apresentassem valores mais convenientes na divulgação de demonstrações financeiras. Os auditores também foram criticados, já que tinham a responsabilidade de expressar sua opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras baseada na observância de práticas contábeis aceitas pela profissão. Isto era contraditório, pois não existia então uma uniformidade de práticas contábeis, sendo incoerente emitir um parecer manifestando a opinião. Nessa linha de raciocínio, cada vez mais se impunha a necessidade da padronização de práticas contábeis, principalmente pela reação dos usuários (investidores, acionistas e credores, em especial) interessados na busca de informações acerca do desempenho das empresas e não das demonstrações financeiras voltadas para atendimento das necessidades internas da administração.

A crise da Bolsa de 1929 abalou a confiança da sociedade com o mercado de capitais. Para ajudar a restabelecer esta confiança, o Congresso norte-americano criou, em 1934, a *Securities and Exchange Commission* (SEC), órgão equivalente à nossa Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até esta data, os investidores estavam protegidos por leis estaduais que regulavam a oferta e venda de títulos para protegê-los de fraudes. Estas leis são conhecidas coloquialmente como *blue sky law*. Neste mesmo ano surge o *Securities Exchange Act*, que regulava o mercado secundário de títulos. É interessante notar que esta legislação considerava uma obrigação da empresa em apurar, de forma precisa, sua Contabilidade e manter um sistema de controle interno suficiente, de acordo com os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos.



Antes de Prosseguir

A crise de outubro de 1929 começou no dia 24 e continuou nos dias seguintes, quando o preço das ações na Bolsa de Nova Iorque caiu substancialmente,

levando pânico aos investidores. O mercado acionário somente voltaria aos níveis anteriores à crise em 1955. Existem várias tentativas de explicações sobre as causas da crise, mas provavelmente os preços das ações estavam num nível bastante elevado, caracterizando uma “bolha especulativa”.

Por intermédio da ASR nº 4 (*Accounting Series Release*), decidiu-se que a própria profissão contábil seria responsável pela formulação dos princípios contábeis. Esse documento preconizava que a SEC só aceitaria demonstrações financeiras elaboradas de acordo com princípios e práticas contábeis aprovados e aceitos pela profissão contábil.

Percebe-se, portanto, um grande esforço do governo norte-americano de criar instituições capazes de evitar um novo problema no mercado de capitais. Entretanto, esse esforço institucional necessitava também da criação de regras contábeis. Para isto, foram delegados à SEC poderes para desenvolvimento de Práticas e Princípios de Contabilidade. Constituiu-se, em 1936, pelo *American Institute of Accounting* (AIA) o *Committee on Accounting Procedures* (CAP) (Comitê de Procedimentos Contábeis).

Nos primeiros 15 anos de existência, o CAP emitiu quarenta e dois *Accounting Research Bulletins* (ARB) (Boletins de Pesquisa Contábil), sendo que a maioria dos ARBs foi consolidada no ARB 43. Entre 1953 e 1959, o CAP publicou mais oito ARBs, perfazendo um total de 51 ARBs, além de publicar quatro trabalhos referentes à terminologia, denominados de *Accounting Terminology Bulletins* (ATB).

Os ARBs tiveram grande importância na prática contábil norte-americana, pois foram as primeiras séries documentais de princípios contábeis dos Estados Unidos. No entanto, foram criticados em não abordarem assuntos contábeis contemporâneos, como *leasing* e combinação de empresas (aquisição e fusão). Uma outra crítica aos ARBs era o fato de os mesmos não terem força coercitiva.

Apesar disto, alguns ARBs ainda estão em vigor e integrando o conjunto dos princípios contábeis norte-americanos. Representam, em suma, a primeira série de documentos voltados para definição de Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos.

Em 1959, o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) criou o *Accounting Principles Board* (APB). Este comitê publicou a partir de 1962, até 1973, manifestações sobre a Contabilidade, denominadas de *opinions*. O APB tinha como missão desenvolver uma abordagem conceitual para os princípios

contábeis norte-americanos. Neste sentido, as 31 opiniões emitidas pelo APB, apesar de não terem o caráter obrigatório, foram importantes para a construção da estrutura conceitual da Contabilidade daquele país.

O APB foi criticado por algumas inconsistências em seus pronunciamentos como, por exemplo, a contabilização de algumas operações de *leasing* em que o bem arrendado poderia ser contabilizado como ativo tanto na arrendatária como na arrendadora simultaneamente. Além disso, o APB sofreu um desgaste muito grande em sua autoridade quando o congresso, em 1961, aprovou crédito tributário sobre investimentos (*investment tax credit*), permitindo a redução do custo do investimento de uma só vez, ao passo que o APB entendia que tal redução deveria ser feita ao longo da vida útil do investimento. Outro problema com o APB ocorreu quando a *Accounting Research Division* (Divisão de Pesquisas Contábeis) da própria AICPA passou a “concorrer” com o APB, emitindo os ARS (*Accounting Research Studies*). Entre os ARS, o mais polêmico foi o de número 4, de autoria do Prof. Myers, que ditava regras contábeis sobre *leasing* com critérios diferentes daqueles considerados pelo APB.

Em 1964, o AICPA decidiu que, a partir do ano de 1965, as diferenças nas demonstrações financeiras em virtude da existência de divergências dos procedimentos contábeis entre a APB e o ARS deveriam ser objeto de evidenciação em notas explicativas ou no próprio parecer dos auditores. Esta posição da AICPA enfraqueceu o processo de evolução da Contabilidade nos Estados Unidos.

Apesar desses problemas, é importante lembrar a contribuição do APB para a evolução e o desenvolvimento do pensamento contábil. Em especial merece destaque o trabalho intitulado APB Statement nº 4 – *Basic Concepts and Accounting Principles Underlying Financial Statement of Bussiness Enterprises*. O referencial teórico e conceitual deste trabalho contempla, entre outros, diversos aspectos e princípios que estão consagrados até hoje na literatura contábil:

- objetivos qualitativos da Contabilidade: relevância, compreensibilidade, verificabilidade, neutralidade, oportunidade, comparabilidade, inteireza;
- aspectos básicos: entidade contábil; empresa em funcionamento; mensuração de recursos e obrigações econômicos; períodos de tempo; mensuração em termos monetários; regime de competência; preço de troca; aproximação; julgamento; informação financeira para o uso genérico;

demonstrações financeiras relacionadas; substância acima da forma; e materialidade.

Em 1971, em resposta às críticas ao APB, devido à falta de trabalho conceitual e ao crescimento da demanda de normas contábeis pelas instituições financeiras, o AICPA formou dois grupos de estudos. Estes grupos ficaram conhecidos pelo nome de seus presidentes: *Trueblood Committee*, que tratou dos objetivos das demonstrações financeiras, e *Wheat Committee*.

O *Wheat Committee* publicou, em 1972, seu parecer propondo uma nova estrutura para o estabelecimento de normas e padrões contábeis, com a extinção da APB e a criação do *Financial Accounting Standards Board (Fasb)* como sucessor do APB. Propunha também a formação da *Financial Accounting Foundation (FAF)* e do *Financial Accounting Standards Advisory Council (FASAC)*. A sugestão da comissão foi aceita e em 1973 foi criado o Fasb.

O Fasb é uma entidade privada, sem fins lucrativos, com a finalidade de desenvolver os *Generally Accepted Accounting Principles* (Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos) nos Estados Unidos.

Para mais detalhes, ver Schmidt (2000, p. 97).

A criação do Fasb significa, na prática, que o AICPA deixa de ter o monopólio na fixação dos padrões de Contabilidade e transfere a responsabilidade pela determinação dos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos para o Fasb, mas mantém a função de determinação dos padrões em áreas como ética profissional, controle de qualidade dos trabalhos dos contadores, entre outras.

O Fasb, embora opere sob supervisão do FAF, segue, mesmo que de forma independente, as orientações de oito organizações: *American Accounting Association (AAA)*; *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*; *Association of Investment Management and Research*; *Financial Executives Institute*; *Institute of Management Accounting*; *Securities Industry Association*; *Government Finance Officers Association*; e *National Association of State Auditors, Controllers, and Treasurers*.

É muito comum pensar que o FASB é o órgão que emite normas contábeis para as empresas dos Estados Unidos. Na realidade, o FASB emite normas que são acatadas pela SEC para as companhias com ações negociadas na bolsa de valores. Em 2012, o *Financial Accounting Foundation (FAF)* aprovou a criação do *Private Company Council (PCC)*. Esta entidade terá como função identificar quais as normas do FASB serão usadas para as empresas de capital fechado.



Antes de Prosseguir

O *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)* possui mais de 350 mil membros, sendo responsável pela certificação do contador nos Estados Unidos. Esta certificação é conhecida como *Certified Public Accountants (CPAs)*. Além disso, o AICPA também atua na Contabilidade Pública.

Para atingir o principal objetivo de estabelecer e aperfeiçoar padrões de Contabilidade Financeira, o Fasn edita os seguintes pronunciamentos:

- a) *Statements of Financial Accounting Standards (Sfas)*: indicam métodos de Contabilidade exigidos e procedimentos para assuntos de Contabilidade específicos. Foram emitidos cerca de 168 Sfas (julho de 2010);
- b) *Fasn Interpretations (Fasn I)*: são modificações ou extensões de assuntos relacionados a declarações do Fasn previamente emitidas, opiniões do APB, ou boletins de pesquisa em Contabilidade. O propósito das interpretações é clarificar ou explicar uma Sfas existente, opinião do APB, ou ARB. Eles requerem o apoio da maioria dos membros do Fasn e também criam GAAP. Até junho de 2010 foram emitidos 48 *Fasn Interpretations*;
- c) *Fasn Technical Bulletins (Fasn TB)*: orientam e informam sobre problemas contábeis. Não geram GAAP oficialmente e são usados principalmente para auxiliar na resolução de problemas de implementação;
- d) *Statements of Financial Accounting Concepts (Sfac)*: visam estabelecer os fundamentos nos quais a área de padrões de Contabilidade financeira se fundamenta. Não criam GAAP e servem para fixar padrões, orientar os contadores em assuntos não resolvidos e ajudar na educação de não contadores. Existiam, até 2010, 7 *Sfac* publicados; e
- e) *Emerging Issues Task Force (EITF)*: criado em 1984, trata de novos assuntos ou transações não usuais que têm o potencial de no futuro tornarem-se comuns. O EITF representa um filtro para que o Fasn possa tentar debater de forma mais aprofundada, numa Sfas, um determinado assunto. Não cria um GAAP.

Nos últimos anos, o grande tema da contabilidade dos Estados Unidos diz respeito à harmonização contábil com as normas internacionais de contabilidade emanadas pelo Iasb. De um lado, existem declarações de que as empresas daquele país irão adotar no futuro as IFRS e diversos estudos conjuntos estão sendo realizados hoje entre o Fasn e o Iasb. Isto significa que o maior mercado acionário do mundo faria a convergência contábil. Por outro lado, o processo de convergência tem enfrentado resistências.¹ Entre os aspectos apresentados para não se fazer a convergência, destacam-se os seguintes:

- a) aspecto político – a adoção das normas do Iasb representa delegar para uma entidade estrangeira as normas contábeis. Mesmo com a elevada participação dos representantes dos Estados Unidos no Iasb, conforme mostrado no capítulo anterior;
- b) questão de qualidade – argumenta-se que as IFRS possuem uma qualidade inferior às normas dos Estados Unidos. Uma das razões para que isto ocorra diz respeito à longa experiência regulatória deste país;
- c) aspectos jurídicos – existe uma cultura litigiosa nos Estados Unidos. Neste sentido, normas detalhadas ajudam nos processos judiciais. Já as IFRS, por estarem baseadas em “princípios”, poderia aumentar a complexidade das questões legais vinculadas a contabilidade;
- d) interesses específicos – alguns interesses específicos, potencialmente prejudicados com a IFRS, influenciam nas discussões. É o caso da adoção da UEPS (último a entrar, primeiro a sair) na avaliação dos estoques, adotado nos Estados Unidos, mas não permitido nas IFRS. A convergência poderia aumentar a carga tributária de algumas empresas que usam o UEPS como avaliação dos seus estoques.

Estas mudanças poderão provocar alterações significativas na educação e nas atividades de pesquisa, conforme destaca Barth (2008). Apesar de no passado a SEC ter estabelecido 2014 como data para adoção dos padrões IFRS para as empresas dos Estados Unidos, documento da SEC divulgado em meados de 2012 não faz nenhum comentário sobre a existência de prazo para

¹ A resistência à adoção das normas internacionais tem sido discutida principalmente nos jornais e em algumas páginas da Internet. Alguns destes aspectos estão apresentados na página <contabilidadefinanceira.blogspot.com>, que recomendamos.

convergência. Isto é um sinal de que, pelo menos por enquanto, não existe um projeto firme de convergência por parte da SEC.

A Figura 3.1 apresenta um resumo das fases históricas da Contabilidade norte-americana.

Data	Denominação	Comentários
1492-1775	Da descoberta à Revolução	Encerra-se como período colonial
1776-1826	A formação da Economia nacional	O início da Contabilidade de custo
1827-1865	O início da corporação norte-americana	Primeiros relatórios
1866-1896	<i>Gilded age</i>	2ª Revolução Industrial
1897-1918	A formação da profissão contábil	Taylorismo
1919-1945	Período das guerras	Determinação do lucro
1946-1972	Expansão e controvérsia: idade da incerteza	Processo de padronização
1973-2002	Contabilidade e mercado global	Fasb
2002-	Sarbox	

Adaptada de Previts e Merino (1997). *Gilded age* é um termo irônico derivado de idade de ouro (*Golden age*).

Figura 3.1 Fases históricas da Contabilidade norte-americana.

Princípios de Contabilidade geralmente aceitos norte-americanos (US GAAP)

Objetivo 3: O que são, , os US GAAP.

A evolução histórica apresentada anteriormente mostrou a existência de um desenvolvimento contínuo e progressivo na busca de princípios contábeis norte-americanos (US GAAP). Os US GAAPs são regras, práticas e procedimentos contábeis utilizados para elaborar as demonstrações financeiras. Nos Estados Unidos, assim como em outros países que praticam o sistema *common law*, o governo não interfere nestas regras, pois acredita-se que o setor privado tem mais competência e recursos para isto. Em outras palavras, o US GAAP não corresponde a uma *lei*, muito embora a *Securities and Exchange Commission* (SEC) os exija para as empresas abertas.



Antes de Prosseguir

O sistema *common law* deve ser visto como oposto ao *regulatory law*. Este último sofreu influência do Direito Romano, no estudo das universidades europeias, no Código Napoleônico. O Brasil é um exemplo de país que segue o *regulatory law*. Já o *common law* reflete a experiência de julgamentos em casos reais. Os Estados Unidos e outros países que foram colônias britânicas utilizam o *common law*.

Os Princípios de Contabilidade norte-americanos incorporam convenções, regras e procedimentos necessários para definir práticas contábeis aceitas, não se limitando a serem guias de aplicação genéricas, mas partindo para o detalhamento.

Em 2008, o SFAS 162 propôs a seguinte hierarquia das normas contábeis dos Estados Unidos:

- a) *FASB Statements (Fasb S) of Financial Accounting Standards and Interpretations, FASB Statement 133 Implementation Issues, FASB Staff Positions, and American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), Accounting Research Bulletins (ARB) e Accounting Principles Board (APB) Opinions* que não foram substituídos por normas do FASB;
- b) *FASB Technical Bulletins (Fasb TB)* e, se não foi substituído, *FASB, AICPA Industry Audit and Accounting Guides and Statements of Position*;
- c) *AICPA Accounting Standards Executive Committee Practice Bulletins* que não foi substituído pelo FASB, *FASB Emerging Issues Task Force (EITF) e EITF D-Topics*;
- d) *Implementation guides (Q&As), AICPA Accounting Interpretation, AICPA Industry Audit and Accounting Guides and Statements of Position* que não foram substituídas pelo FASB e práticas usadas.

Objetivo 4: Divergências entre US GAAP e, normas brasileiras.

Comparação entre US GAAP e as normas contábeis brasileiras

O arcabouço da teoria contábil e a doutrina que a fundamenta são conhecidos como princípios. A escola norte-americana de Contabilidade, por influência

anglo-saxônica, desenvolveu os princípios por intermédio da profissão contábil (órgãos e associações de classe, fundações de pesquisa). Estes princípios são conhecidos como Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos (GAAP). A própria SEC delegou “autoridade” para emissão dos princípios para os próprios contadores, retirando do governo esta função.

Este é o fato mais relevante no que diz respeito à principal diferença entre os Estados Unidos e o Brasil: a escola brasileira teve forte influência da escola italiana e pouca pesquisa teórica foi desenvolvida para fundamentar a prática da Contabilidade, já que a ênfase sempre esteve presente no *como fazer* a Contabilidade e não no *por que fazer*. Além disso, a Contabilidade brasileira sempre esteve atrelada a uma legislação (societária e/ou tributária) que determinava práticas contábeis com reflexos diretos na escrituração.

Em termos de *US GAAP*, embora denominados de “Princípios Contábeis Geralmente Aceitos”, eles representam na realidade o conjunto de normas (padrões) que auxiliam a definir os procedimentos a serem adotados em determinadas atividades, transações ou situações específicas. Como os princípios representam um *guia* de orientação, às vezes é tão abrangente que se torna necessário detalhar os ditos procedimentos (como fazer) por intermédio das normas.

É importante enfatizar, no entanto, que as normas não devem contrariar o arcabouço da teoria contábil, pois a ela estão subordinadas.

Ocorre que no Brasil, por razões aparentemente culturais, em termos de importância, as normas acabaram sobrepujando os princípios quebrando a hierarquia e, em várias situações, acabaram conflitando com os princípios.

No Brasil, as normas eram editadas por órgãos governamentais reguladores, tais como: Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil, Superintendência de Seguros Privados (Susep), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), todas com competência para estabelecer procedimentos contábeis em suas áreas de atuação específicas. A legislação tributária exerceu forte influência na Contabilidade Empresarial, ao definir critérios de avaliação, apropriação e classificação na prática contábil. Esse ambiente legal e regulamentar foi significativamente alterado com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas seus pronunciamentos ainda dependem de “homologação” pelos organismos reguladores, para serem de caráter mandatório para as empresas.

Dois fatores contribuíram para que as normas contábeis tivessem prevalência sobre os princípios contábeis no Brasil, o que aparentemente é contraditório: em primeiro lugar, a ausência no país de uma cultura de pesquisas contábeis que fortalecessem as instituições de ensino e produzissem profissionais intelectualmente sólidos em matéria de princípios contábeis. Somente na década de 1990 é que a disciplina de teoria contábil passou a ser obrigatória nas instituições de ensino superior. Em segundo lugar, a participação ativa de órgãos governamentais na elaboração de normas contábeis, muitas vezes com objetivos diferenciados da Contabilidade propriamente dita, e estabelecendo critérios contábeis conflitantes com Princípios Contábeis. Um exemplo disto ocorre com o Banco Central, que permitiu que os bancos ativassem no diferido as despesas oriundas com os planos econômicos, em conflito com a competência. Este mesmo Banco Central também permitiu que os descontos concedidos aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação fossem ativados. A CVM admitiu, em 2000, que os efeitos financeiros da maxidesvalorização cambial ocorrida em 1999 fossem ativados nas companhias abertas.

Na comparação entre as duas escolas, a brasileira e a norte-americana, deve ser destacado, novamente, o fato de que no Brasil podemos ter situações em que há mais de um critério de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis. Exemplos nesse sentido podem ser encontrados nos procedimentos relativos ao *leasing*, reavaliação, entre outros.

Leasing na arrendatária

Os procedimentos relativos a esta operação estão amplamente detalhados no capítulo específico deste livro. Apresentamos a seguir os pontos específicos relacionados com este capítulo.

Na *Contabilidade da arrendatária*, segundo o *Sfas 13* e alterações complementares, as operações de *leasing* são classificadas em duas modalidades: *leasing* financeiro (*capital lease*) e operacional (*operating lease*) e a contabilização é influenciada por esta classificação. Uma operação de *leasing* será contabilizada como compra de um ativo a prazo (ativo permanente imobilizado e passivo circulante/exigível a longo prazo) se atender a uma das condições a seguir:

- a) a propriedade do bem é automaticamente transferida ao arrendatário ao final do contrato. É importante destacar que este tipo de contrato não existe no Brasil;

- b) o contrato contém cláusula de opção de compra por um valor significativamente inferior ao valor de mercado;
- c) o valor presente dos pagamentos mínimos de *leasing* corresponde a pelo menos 90% do valor justo do bem arrendado;
- d) o prazo de vida útil cobre pelo menos 75% do prazo de vigência do contrato.

Por outro lado, a Lei nº 11.638/07 alterou significativamente a forma de contabilização das operações de arrendamento mercantil “financeiro” ao determinar a classificação como ativo imobilizado os “direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”. De acordo com esse dispositivo legal, a essência econômica prevalece sobre a forma legal, já que a arrendatária não detém a propriedade.

Esse tratamento está em consonância com o estabelecido pelo IAS 17 e pelo Pronunciamento CPC nº 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

No entanto, a legislação tributária (Lei nº 6.099/74 com as alterações e portarias ministeriais) não foi formalmente revogada e, portanto, as empresas ficam sujeitas às regras ditadas pelo Regime Transitório de Tributação.

Finalmente, importante enfatizar que o IASB (conjuntamente com o FASB) está desenvolvendo estudos (ver *site* <www.iasb.org.br>) em que se discute a capitalização como ativo de todas as operações de *leasing* (independentemente de ser classificado como operacional ou financeiro). Essa linha de raciocínio coloca em discussão o conceito da prevalência da essência sobre a forma jurídica. Os estudos em conjunto FASB/IASB já produziram um documento sobre o assunto, que será colocado em audiência pública em 2013. Não existe uma previsão para aprovação das propostas, assim como não é possível afirmar se as propostas serão realmente convergentes.

Leasing na arrendadora

Os aspectos contemplados anteriormente dizem respeito à Contabilidade da empresa que fez a operação de *leasing*.

Para a arrendadora, o *Sfas* 13, e alterações complementares, também trazem as normas contábeis. As operações de *leasing* com características de

financiamento (o nosso arrendamento mercantil financeiro) são tratadas nas demonstrações financeiras da sociedade arrendadora como Financiamento a Receber, enquanto o bem arrendado é incluído como ativo permanente na arrendatária. As operações de *leasing* quando classificadas como financeiro (*capital lease*) na arrendatária devem ser objeto de nova classificação: *leasing* financeiro direto, quando praticado por instituições financeiras, e *leasing* tipo venda, quando feito pela indústria. A diferença entre as contraprestações a receber (acrescido do valor residual) e o valor do bem arrendado são tratados como “rendas a apropriar”, devendo o reconhecimento em resultado ser feito em função do prazo contratual.

As operações de *leasing* no Brasil seguem tratamento fiscal definido pela Lei nº 6.099/74 e regulamentado pela Portaria MF – 140/84. O bem arrendado e a respectiva depreciação são contabilizados como Ativo Circulante/Realizável a Longo Prazo, mas são retificados por conta de igual valor (Rendas a Apropriar de Arrendamentos), produzindo efeito líquido nulo, semelhante à contabilização de aluguel. Considerando-se que esta atividade é regulamentada pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Monetário Nacional, é sujeita ao cumprimento de normas contábeis emanadas daqueles órgãos.

Mensalmente, é necessário calcular extracontabilmente o valor presente da carteira, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, e confrontá-lo com os saldos contábeis de arrendamento a receber e do imobilizado/diferido. A diferença positiva ou negativa computada no resultado terá como contrapartida contas específicas para o registro de insuficiência de depreciação.

Em outras palavras, no Brasil, embora o lucro e o patrimônio líquido reflitam a posição econômico-financeira de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade como se a operação tivesse sido contabilizada como financiamento, a estrutura das contas e a forma de apresentação (*reporting*) no Balanço Patrimonial não permitem visualizar adequadamente a operação na arrendadora. Esse procedimento mencionado permanece em vigor para as sociedades arrendadoras por força da Resolução nº 3.617/08 do Conselho Monetário Nacional, não obstante o contido na Lei nº 11.638/07.

Ajuste de variação cambial de investimentos no exterior

Para o US GAAP (Sfas 52), em determinadas situações é admitido levar-se o efeito do ajuste da variação cambial de investimentos diretamente ao Patri-

mônio Líquido, sem transitar por resultado. No Brasil, todo e qualquer efeito do ajuste da variação cambial de investimentos no exterior é sempre levado a resultado, não sendo admitida a possibilidade de transitar somente pelo Patrimônio Líquido. Não é prevista na legislação societária e outros normativos brasileiros a hipótese de refletir tais ajustes diretamente no patrimônio líquido, já que, no Brasil, privilegia-se a adoção de Princípio da Competência.

Equivalência patrimonial

No *US GAAP*, devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial os investimentos em que a investidora detenha uma participação superior a 20% e inferior a 50% do capital votante da investida, sem deter o seu controle societário.

As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 alteraram a definição de coligada e determinaram que todos os investimentos em coligadas sejam avaliados pelo método de equivalência patrimonial, desde que a investidora possua influência significativa sobre a investida, independentemente do percentual de participação. Com essa regra, a norma brasileira atende, em essência, as normas internacionais de contabilidade (não na totalidade, já que existem diferenças no conceito de influência significativa), bem como elimina as complexidades requeridas na determinação do percentual de participação e da relevância do investimento como segundo parâmetro para decisão. A norma brasileira, se comparada com a norte-americana é menos complexa e adota o conceito de normatização baseada em princípio e não regra (definição de percentual de participação).

Contingências

Segundo as normas norte-americanas, as contingências devem ser classificadas em três categorias:

- a) provável: onde o evento futuro é provável quanto à sua ocorrência;
- b) razoavelmente possível: onde a possibilidade de o evento futuro ocorrer é mais remota;
- c) remota: onde a possibilidade de o evento futuro ocorrer é mínima.

Em geral, as normas brasileiras são omissas quanto às contingências. Não há, nas mesmas, regras objetivas e claras quanto ao reconhecimento da contingência como passivo ou quanto à necessidade de evidenciá-la em nota explicativa ou não. É importante salientar que o Ibracon editou um pronunciamento específico sobre contingências, mas limitou-se a mencionar que devem ser objeto de provisão ou nota explicativa.

Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos

Para o US GAAP, como regra geral, gastos dessa natureza não devem ser ativados por incorporarem incerteza quanto à potencialidade na geração de benefícios futuros, devendo ser tratados como despesa do período. Além disso, há incentivo para se levar tais gastos como despesas efetivadas pela sua dedutibilidade fiscal.

No Brasil, de acordo com a Lei nº 11.638/07, os gastos com pesquisa devem ser levados a resultado enquanto que os gastos com desenvolvimento devem ser capitalizados, atendidas determinadas condições, principalmente da potencialidade de benefícios futuros e devem ser submetidos ao teste de imparidade, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.

Objetivo 5: Principais divergências:
US GAAP/IFRS

Principais divergências entre o US GAAP (normas norte-americanas e o IFRS (normas internacionais))

Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos

Enquanto as normas internacionais permitem a capitalização dos gastos com desenvolvimento, atendidas determinadas condições, as normas norte-americanas determinam que tais gastos devem ser reconhecidos como despesas, quando incorridas.

Reavaliação de ativos

Enquanto as normas internacionais permitem a reavaliação de bens do imobilizado, as normas norte-americanas proíbem totalmente essa prática.

Reversão dos ajustes por imparidade

Enquanto as normas internacionais permitem a reversão dos ajustes por imparidade quando as razões que determinaram deixarem de existir, as normas norte-americanas proíbem qualquer tipo de reversão.

Avaliação dos estoques pelo método LIFO

Enquanto as normas internacionais proíbem a utilização do método LIFO para avaliação dos estoques, as normas norte-americanas permitem a adoção do LIFO.

Ajustes e correções de erros

Enquanto as normas internacionais não exigem a republicação das demonstrações financeiras em razão de correções de erros, as normas norte-americanas exigem a sua republicação.

Depreciação

Enquanto as normas internacionais permitem o reconhecimento da depreciação de componentes de equipamentos de forma separada se puderem ser fisicamente separados do ativo e tiverem vida útil diferente, o que não é previsto nas normas norte-americanas.

Pesquisa

Os Estados Unidos possuem uma grande tradição na pesquisa contábil. Por esse motivo, as pesquisas em Contabilidade realizadas naquele país são reproduzidas e discutidas nos ambientes acadêmicos mundiais. Para o pesquisador brasileiro, o estudo da Contabilidade norte-americana também é interessante.

Lelis e Pinheiro (2009) analisaram os efeitos da Sarbox para uma empresa brasileira do setor elétrico com ações negociadas na bolsa de Nova Iorque. O resultado da pesquisa mostrou uma maior presença da auditoria interna, sendo que os usuários acreditam que os benefícios serão superiores aos custos. Silva et al. (2009) analisaram o caso da Petrobras na adoção da Sarbox. Uma pesquisa

mais abrangente sobre o tema foi realizada por Peléias, Segreti e Costa (2009) com 34 empresas brasileiras com ações negociadas no mercado dos Estados Unidos. O foco da pesquisa foi o Comitê de Auditoria, criado pela Sarbox para atuar dentro das empresas. Silva e Robles Jr. (2008) investigaram a percepção dos auditores independentes as novidades da Sarbox. A conclusão dos autores foi de que a Sarbox aumentou a fiscalização sobre a profissão, trouxe mais credibilidade às informações contábeis e melhorou os honorários da auditoria.

As pesquisas comparativas sobre a contabilização de eventos nos Estados Unidos e no Brasil e os efeitos desta podem ser importantes. Nesse caso, é necessário que haja uma empresa que tenha feito a Contabilidade segundo as normas do Fasb e segundo as normas brasileiras. Isso permite uma comparação sobre os efeitos de um determinado critério.

Os ADRs, títulos das empresas estrangeiras no mercado dos Estados Unidos, representam uma fonte de pesquisa interessante, pois permite comparar as normas contábeis estadunidense com as brasileiras. Klan, Beuren e Hein (2009) estudaram as diferenças nos indicadores e concluíram não existir diferença significativa. Santos e Costa (2008) estudaram os efeitos sobre o conservadorismo e também não perceberam diferenças, mas encontraram que o lucro contábil segundo as normas brasileiras seria mais oportuno. Sirlei Lemes vem desenvolvendo diversos estudos sobre o assunto. Lemes (2008) estudou os ajustes no lucro e patrimônio líquido.

Nos últimos anos, diversas pesquisas comparativas entre as IFRS e o US GAAP foram realizadas. Leuz (2003), por exemplo, comparou a assimetria da informação entre o mercado alemão e os Estados Unidos. A questão da harmonização das práticas contábeis foi pesquisada por Bradshaw e Miller (2007). Mais recentemente Santos, Cia. e Cia. (2012) compararam as normas contábeis dos Estados Unidos com as normas de países latino-americanos no que diz respeito ao lucro das empresas. Os autores acharam que os EUA apresentavam lucros superiores aos países da América Latina.

Exercícios

1. Nos Estados Unidos, o auditor deve expressar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas, baseando-se no cumprimento dos US GAAP. O que é e quais são esses US GAAP e se há hierarquia entre eles?

2. Em junho de 2006, os Estados Unidos deram um passo importante no sentido de adotar o *valor justo*. O *Financial Standards Accounting Board* (Fasb) projetou aplicar o *valor justo* através de um sistema de hierarquia. No topo estariam os itens que possuem preços que se podem observar no mercado, como ouro e ações de empresas abertas. No meio, itens que podem ser avaliados com alguns modelos sofisticados, como opções de ações. E, por último, os itens que só podem ser avaliados através de projeções. Esses itens causam preocupação pela possibilidade de manipulação dos valores. Discuta como se poderia evidenciar cada um destes itens.
3. O investidor estrangeiro tem participado cada vez mais do mercado acionário brasileiro. Segundo estimativas, este investidor movimentava, em 2005, 35% do mercado. Comente como esta participação torna importante o conhecimento das normas norte-americanas de Contabilidade.
4. Nos Estados Unidos, as normas de Contabilidade Pública são propostas pelo *Governmental Accounting Standards Board* (Gasb). Em 2006 este órgão começou a estudar a possibilidade de exigir dos governos a contabilização de todas as obrigações e custos relacionados com a remediação da poluição. A proposta inclui as circunstâncias em que o governo deve divulgar o passivo para reduzir a poluição. Além disso, o governo passaria a ser exigido na evidenciação sobre os esforços no controle da poluição em notas das demonstrações financeiras. Compare esta situação com o caso brasileiro. Quem determina as normas de Contabilidade Pública no Brasil? As diferenças apresentadas no capítulo, para a Contabilidade Empresarial, entre o Brasil e os Estados Unidos, também são válidas para a Contabilidade Pública?
5. Nos Estados Unidos, as empresas abertas evidenciam a remuneração dos seus executivos. Dessa forma, o excesso de pagamento para os gestores cuja empresa não teve um bom desempenho chama a atenção dos usuários. O ex-executivo da Disney, Michael Eisner, recebeu US\$ 800 milhões num período em que a rentabilidade da empresa estava abaixo do oferecido por um título público. Na sua opinião, quando e como seria importante uma empresa divulgar a informação da remuneração? Você conhece alguma norma brasileira sobre o assunto?
6. A Sarbox (Lei Sarbanes-Oxley) foi criada após os escândalos da Enron e outros. Entretanto, sua implementação tem um elevado custo, principalmente para as pequenas empresas. Discuta a vantagem e a desvantagem de uma legislação mais rigorosa para uma empresa de capital aberto.

7. A Localiza é uma empresa brasileira na área de aluguel de carros que em 2005 recebeu prêmios pela qualidade da sua Contabilidade. Segundo uma reportagem da *Gazeta Mercantil*, este prêmio decorreu de uma decisão tomada em 1994, quando a Localiza passou a registrar seus balanços na *Securities and Exchange Commission (SEC)*. Isto naturalmente forçou a Localiza a apresentar sua contabilidade no padrão *US GAAP*, segundo o jornal.

Veja Bergamasco (2005) para maiores detalhes.

Você concorda que fazer a Contabilidade no padrão norte-americano ajudou a empresa?
8. Em 2005, os Estados Unidos sofreram com os efeitos do furacão Katrina, que destruiu inúmeras propriedades no sul do país. As normas norte-americanas dizem que um evento como este pode ser classificado como extraordinário ou recorrente. Em sua opinião, como deveria ser classificado? Você poderia dizer qual o impacto desta classificação?

Referências

- BARTH, Mary. Global financial reporting: implications for US Academics. *The Accounting Review*, v. 83, nº 5, 5008.
- BERGAMASCO, Cláudia. Localiza recebe prêmio já com ações em bolsa. *Gazeta Mercantil*, 25 dez. 2005, p. 3.
- BRADSHAW, Mark; MILLER, Gregory. *Will harmonizing accounting standards really harmonize accounting? Evidence from Non-U.S. Firms Adapting US GAAP*. New York University, Working paper, 2007.
- KLANN, Roberto; BEUREN, Ilse; HEIN, Nelson. Impacto das diferenças entre as normas contábeis brasileiras e americanas nos indicadores de desempenho de empresas brasileiras com ADRs. *Brazilian Business Review*, v. 6, nº 2, p. 154-173, maio/ago. 2009.
- LÉLIS, Débora; PINHEIRO, Laura. Benefícios percebidos na adequação à lei Sarbanes-Oxley. *Revista de Informação Contábil*, v. 3, nº 2, p. 17-36, abr./jun. 2009.
- LEMES, Sirlei; NOGUEIRA, Lycea. Estudo do nível de comparabilidade dos ajustes parciais em US GAAP e BR GAAP. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, nº 3, p. 19-36, maio/ago. 2008.
- LEONE, Marie. GAAP and IFRS: six degrees of separation. *CFO*, 30 jun. 2010.
- LEUZ, Christian. IAS versus US GAAP: information asymmetry – based evidence form Germany's new market. *Journal of Accounting Research*, v. 41, nº 3, 2003.

PELÉIAS, Ivam Ricardo; SEGRETI, João Bosco; COSTA, Catarina. Comitê de auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras emitentes de American Depositary Receipts – ADRs. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 20, nº 1, p. 41-65, jan./mar. 2009.

PREVITS, Gary; MERINO, Bárbara. *A history of accounting in the United States*. Columbus: Ohio State University Press, 1998.

SANTOS, Edilene S.; CIA, Joanília; CIA, Josilmar. US GAAP × Contabilidade na América Latina. *Base*, v. 9, nº 4, 2012.

SANTOS, Luiz; COSTA, Fábio. Conservadorismo contábil e timeliness. *Revista de Contabilidade & Finanças*, v. 19, nº 48, p. 27-36, 2008.

SIEGEL, Joel G.; SHIM, Jae K. *Accounting handbook*. 5. ed. New York: Barron's Education Series, 2010.

SILVA, Adriano; ROBLES JR., Antonio. Os impactos na atividade de auditoria independente com a introdução da lei Sarbanes-Oxley. *Revista de Contabilidade & Finanças*, v. 19, nº 48, p. 112-127, set./dez. 2008.

Arcabouço teórico e a estrutura conceitual no Brasil

OBJETIVO DO APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você conhecerá:

1. Como se deu a inclusão do termo *Princípios Contábeis no Brasil*.
 2. A existência de duas estruturas conceituais.
 3. Os Princípios Fundamentais de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (atualmente denominados “Princípios Contábeis”).
 4. O papel do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
-

Introdução – uma abordagem histórica

A história recente da Contabilidade no Brasil teve início na década de 1970, após a implementação de leis específicas voltadas para a reforma bancária e para o fortalecimento do mercado de capitais.

Importante lembrar que a Contabilidade brasileira sempre foi tradicionalmente vinculada à legislação tributária, e, posteriormente, após a década de 1970, além da legislação tributária, também à legislação societária e à regulamentação editada por organismos governamentais tais como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BC), Superintendência de Seguros Privados (Susep) e diversas agências reguladoras (Aneel, Anatel, entre outras).

Nesse ambiente legal e institucional, pode-se observar que é politicamente fraca a atuação dos órgãos representativos de classe ou institutos voltados à profissão contábil. Tanto a profissão contábil quanto a área acadêmica não têm capacidade para influenciar a edição de normas e padrões de Contabilidade, que estão fortemente concentradas em medidas legais e regulamentares.

No ambiente em que se desenvolvia, até meados de 1970, a Contabilidade no Brasil mostrava forte vinculação com a escrituração e o atendimento de exigências fiscais, em especial do Imposto de Renda. Da mesma forma, a educação contábil foi caracterizada pelo ensino da Contabilidade legalista, com influência europeia, e pouco voltada para atendimento às necessidades do usuário como o principal objetivo das demonstrações financeiras, como ocorre nos Estados Unidos.

Até recentemente, predominou no Brasil o ensino da Contabilidade em nível técnico em relação aos bacharéis em Ciências Contábeis. A partir de 2005, e numa tendência crescente, o número de bacharéis em Ciências Contábeis, registrado nos respectivos conselhos, é superior aos técnicos em Contabilidade. Oportuno lembrar que os técnicos em Contabilidade continuam com a prerrogativa de assinar balanços de quaisquer tipos de empresas.

É neste cenário que teve início a obrigatoriedade de adoção dos princípios contábeis pelas companhias abertas na escrituração mercantil, com reflexos nas demonstrações financeiras.

Objetivo 1: A inclusão dos princípios na norma brasileira.

Inclusão da expressão *princípios contábeis* na normatização contábil brasileira – uma abordagem histórica

Como consequência do exposto na Introdução, apenas em 1972 foi divulgada a expressão *princípios contábeis* pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução nº 321/72, e pelo Banco Central do Brasil (BC), por meio da Circular nº 179/72, tornando-a obrigatória para as companhias abertas.

Entretanto, nem o Conselho Federal de Contabilidade nem o Banco Central, responsável pela fiscalização do mercado de capitais até a criação da CVM, chegaram a definir o que e quais eram os princípios contábeis geralmente aceitos. Assim, os princípios contábeis ministrados em cursos de graduação sob influência da Escola Norte-americana de Contabilidade, principalmente

na Universidade de São Paulo (USP), acabaram prevalecendo como sendo os *princípios contábeis* estabelecidos pelas normas acima mencionadas.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB), à época, e atualmente Ibracon, mesmo com a responsabilidade de definir modelos e padrões de pareceres de auditoria, também não chegou a detalhar quais eram os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos que deveriam ser observados pelas companhias abertas na elaboração das suas demonstrações financeiras. Cumpre salientar que o parecer do auditor deveria mencionar obrigatoriamente se as demonstrações financeiras estavam ou não refletindo a posição financeira da companhia em conformidade com os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos.

Somente em 1981 o Conselho Federal de Contabilidade divulgou a Resolução nº 530 definindo quais eram os *princípios fundamentais de contabilidade* (e não Princípios Contábeis Geralmente Aceitos). Entretanto, pouco significado prático trouxe para a profissão (técnicos, contadores e auditores) já que o sentimento prevalecente nas empresas e também entre os contadores era se as demonstrações financeiras estavam ou não de acordo com a legislação ou regulamentação vigente.

Houve um avanço, em 1993, com a edição da Resolução nº 750 pelo Conselho Federal de Contabilidade, quando foram definidos sete princípios: Entidade, Continuidade, Oportunidade, Atualização Monetária, Registro pelo Valor Original, Competência e Prudência. O Princípio da Atualização Monetária foi decorrente da elevada inflação que o país vivenciou à época, tendo alcançado, segundo índices oficiais, mais de 1.800% ao ano em 1990. O Conselho Federal de Contabilidade criou em 1992 um Grupo de Trabalho específico para desenvolver as Normas Brasileiras de Contabilidade, buscando sua aderência com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Entretanto, as mencionadas Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade não têm força legal e, portanto, embora os profissionais da área contábil possam ser punidos pelo Conselho em decorrência da não observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade, o mesmo não acontece com relação às empresas, por estarem subordinadas à legislação e regulamentação específicas. Da mesma forma, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Ibracon também não têm força legal para serem cumpridos pelas empresas, mas constituem-se em fontes de referência técnica.

Com relação aos princípios editados pela CVM, embora sejam respaldados por meio da Deliberação nº 29 (1986), podem apresentar conflito com as próprias normas da CVM, como, por exemplo, a contabilização dos efeitos da maxidesvalorização cambial como Ativo Diferido, que contraria frontalmente o princípio da competência, conforme será discutido mais adiante.

Esta Deliberação foi revogada pela Resolução nº 539/08, que aprovou o Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Objetivo 2: As estruturas conceituais.

Estruturas conceituais – uma abordagem histórica

Entre os fatores que contribuíram para o fortalecimento do arcabouço teórico da Contabilidade no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, podemos citar a influência norte-americana no ensino da graduação em ciências contábeis, a própria Lei nº 6.404/76 e a criação da CVM. Entretanto, devemos também destacar outros fatores que retardaram, ou ainda têm retardado, o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para princípios contábeis, entre eles:

- a) ênfase maior atribuída ao mecanismo de funcionamento do débito e crédito e na prática contábil, com pouca preocupação com o ensino dos princípios contábeis;
- b) ensino em que prevalece *como* fazer Contabilidade e não *pensar* Contabilidade. Isto decorre da própria formação do corpo docente, também constituído na sua maioria por professores com predominância no exercício profissional, mas sem necessariamente uma bagagem conceitual e teórica;
- c) a disciplina relacionada a *teoria da Contabilidade* ter sido incluída como obrigatória na grade curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis somente a partir de 1993, por determinação do MEC (Resolução nº 5/92);
- d) pouca valorização dos princípios contábeis pela própria profissão contábil, que entendia ser mais importante o cumprimento da legislação societário-fiscal em detrimento da observância aos princípios contábeis. É bem verdade que esta tendência toma novo rumo com a promulgação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade pelo

Conselho Federal de Contabilidade, mas ainda encontra-se longe de se alcançar nível desejável de reconhecimento;

- e) como consequência dos itens anteriores, existem em funcionamento no País poucos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de Contabilidade em funcionamento. Até 2000, tínhamos somente quatro programas de Mestrado/Doutorado. Apesar do crescimento registrado no quinquênio, no final de 2012 eram 21 programas na área recomendada; o número ainda é reduzido, sendo seis deles com Doutorado.

Em virtude dessa trajetória histórica, existiram duas estruturas conceituais que serviram de alicerce e arcabouço teórico da Contabilidade no Brasil:

- a) *Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade*, fruto de pesquisas desenvolvidas pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), fundação de apoio aos professores do Departamento de Contabilidade e Atuária da USP. Esse documento foi aprovado pelo Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon) e referendado pela Comissão de Valores Mobiliários, por intermédio da Deliberação nº 29/86. Esse arcabouço foi sedimentado numa estrutura conceitual de postulados, princípios e convenções, denominada inicialmente *princípios contábeis geralmente aceitos*, mesma terminologia utilizada pela Lei nº 6.404/76 e, posteriormente, como *Princípios Fundamentais de Contabilidade*. Esta estrutura sofreu influência dos primeiros pronunciamentos da teoria contábil norte-americana. No entanto, com a edição da Deliberação nº 539/08, a Comissão de Valores Mobiliários revogou a mencionada Resolução nº 29/86, tendo em vista a homologação da Estrutura Conceitual editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- b) *Estrutura Conceitual do Sistema CFC/CRCs* (Conselho Federal de Contabilidade), que teve sua origem em 1981, por meio da promulgação da Resolução nº 530, o primeiro documento do órgão de classe profissional a redefinir e enumerar o que e quais eram os princípios contábeis. No início da década de 90, por intermédio das Resoluções nºs 750 e 774, o Conselho Federal de Contabilidade definiu os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. A estrutura conceitual do Conselho Federal

de Contabilidade não se inspirou na escola norte-americana, mas na escola europeia. Essa Resolução nº 750/93 foi revisada e atualizada, sendo editada a Resolução nº 1.282, em 28 de maio de 2010.

Objetivo 3: Os Princípios de Contabilidade do CFC.

Princípios de Contabilidade (atual denominação de Princípios Fundamentais de Contabilidade segundo a Resolução nº 1.282 do CFC)

Inicialmente, entendemos ser oportuno lembrar que, “Princípio de Contabilidade”, atual denominação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da

Resolução nº 750/93.

Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio das Entidades. O Conselho reconhece que esta é uma ciência social e define como sua finalidade o estudo do patrimônio, sem fazer menção ao usuário e ao termo *informação*. Também é interessante notar a presença das expressões *predominante* e *nosso País*. O primeiro termo indica que os princípios não são uma verdade absoluta, mas fruto de um consenso; o segundo termo chama a atenção para a necessidade de considerar a realidade geográfica dos princípios.

O Conselho Federal de Contabilidade definiu que a observância dos princípios é obrigatória no exercício profissional, constituindo condição que legitima as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Conforme se pode observar, os profissionais da área de Contabilidade estão sujeitos compulsoriamente a

Resolução nº 750/93.

cumprir os Princípios Fundamentais de Contabilidade no exercício profissional e no desempenho das atividades de contabilista, estando sujeitos à penalidade, que varia de multas pecuniárias à suspensão do exercício da profissão. Existindo o descumprimento tem-se uma infração às alíneas *c*, *d* e *e* do artigo 27 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista. Essa penalidade pode representar um problema, pois as companhias abertas são subordinadas às normas da CVM que, em algumas situações, apresentam entendimento diverso do preconizado pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Princípios de Contabilidade, segundo a Resolução CFC nº 1.282, de 28/5/2010

O Conselho Federal de Contabilidade editou a Resolução nº 1.282, em 28 de maio de 2010, com o objetivo de atualizar e consolidar os dispositivos da Resolução nº 750/93, tendo em vista que:

- a) o Conselho Federal de Contabilidade editou a NBCT1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, documento este que referendou o Pronunciamento CPC 00, editado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no âmbito do processo de convergência internacional e, portanto, da necessidade de harmonização dos dois documentos (Res. 730 e NBCT 1);
- b) o Pronunciamento do CPC não consagra a adoção da expressão “princípios contábeis”, e menciona a continuidade como premissa subjacente;
- c) inúmeros normativos legais e regulamentares editados por organismos governamentais e outras entidades contemplam ainda a expressão “Princípios Fundamentais de Contabilidade” como o alicerce doutrinário da contabilidade e como referência na escrituração mercantil no Brasil;
- d) com isso, embora não totalmente aderente com o Pronunciamento CPC nº 00 (referendado pelo CFC com base na NBCT 1), a Resolução nº 1.282 busca alinhar e convergir a antiga Resolução nº 750 à nova realidade da convergência internacional, bem como revisar e atualizar alguns conceitos parcialmente defasados.

Assim, diante do exposto, a nova estrutura conceitual da contabilidade, baseada no pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (nº 00) e a Resolução nº 1.282 do Conselho Federal de Contabilidade não se encontram totalmente alinhados requerendo, em nosso entendimento, um período de transição para a efetiva consolidação.

Resolução nº 1.282.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade, são os seguintes os Princípios de Contabilidade:

- a) entidade;
- b) continuidade;
- c) oportunidade;

- d) Registro pelo Valor Original;
- e) competência; e
- f) prudência.

Princípio da Entidade

Resolução nº 750/93,
artigo 4º.

A Resolução nº 1.282 não alterou este princípio e, portanto, segundo o, Conselho Federal de Contabilidade, o Princípio da Entidade é descrito da seguinte forma:

O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único. O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

A linha de raciocínio aqui predominante é a autonomia do patrimônio da entidade, ou seja, seus ativos e passivos, receitas e despesas não se misturam com os itens congêneres dos sócios ou acionistas, que devem ser distintos e independentes, mantendo os respectivos patrimônios segregados.

Em outras palavras, não faria sentido tratar de depreciação ou de reconhecimento de uma receita de uma Entidade se não houver uma premissa de que os ativos que geraram tais despesas e receitas pertencem genuinamente à Entidade.

Na esteira desse entendimento, o conceito de Entidade só considera a dimensão jurídica, ou seja, a premissa é de que o patrimônio da Entidade é aquele juridicamente delimitado, ou ainda que a autonomia patrimonial é fundada na propriedade. Vale a pena lembrar que a antiga Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (CVM, Ibracon e Fipecafi), não caracterizava a dimensão jurídica

como sendo fator principal para caracterizar a existência de uma entidade, prevalecendo o conceito da essência sobre a forma jurídica.

Princípio da Continuidade

Resolução nº 1.282/10,
artigo 5º.

O Conselho Federal de Contabilidade descreve o Princípio da Continuidade da seguinte forma:

O princípio da CONTINUIDADE pressupõe que a ENTIDADE, continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância (art. 5º).

A ideia aqui predominante é mais facilmente compreendida quando se raciocina de lado inverso que é uma situação de descontinuidade. Normalmente, as premissas contábeis a serem adotadas divergem quando se assume que a entidade se encontra em continuidade normal de suas operações (produção, vendas, recebimento) ou se encontra em descontinuidade (redução de suas atividades, ou paralisação das mesmas ou, ainda, extinção via processo falimentar ou liquidação ordinária, entre outros).

Importante lembrar que o conceito de *continuidade*, semelhantemente ao Princípio da Entidade, é a espinha dorsal dos princípios, visto que, sem a premissa de continuidade normal das operações, não há muito sentido em se apropriar depreciação pelo prazo de vida útil, nem se ativar um gasto com, desenvolvimento para amortização em exercícios futuros. Nestes casos, a continuidade está fortemente vinculada à observância do Princípio da Competência e vice-versa. Na mesma linha de raciocínio, a adoção da competência influencia o critério de avaliação de ativos e, nesse contexto, quando caracterizada uma situação limite de descontinuidade, como falência e liquidação (ordinária, judicial ou extrajudicial), os ativos passam a ser avaliados por *valores de saída*, mesmo aqueles não destinados a essa finalidade. Exemplos dessa situação: imobilizado avaliado a custo histórico (deduzido da respectiva depreciação acumulada) passa a ser avaliado por valor de saída (valor provável de realização ou provável valor de venda) ou gastos ativados que devem ser levados ou transferidos de imediato para resultado.

Finalmente, há casos em que caracterizar as situações de continuidade ou descontinuidade não é uma tarefa muito fácil de ser feita. Exemplificando: um banco atuando no Sistema Financeiro Nacional vem sofrendo retirada de

seus depósitos e não consegue se manter em nível de liquidez e recorre rotineiramente à linha de assistência financeira do Banco Central para equilibrar seu caixa. Em situações como esta, faz-se necessário estabelecer uma linha divisória objetiva para saber se a entidade está ou não em continuidade, o que não é tarefa muito fácil. Existe, nestas situações, um problema para o auditor se posicionar sobre a continuidade, visto que se refere a uma situação em que a opinião do auditor num parecer é muito difícil.

Princípio da Oportunidade

Resolução nº 1.282/10,
artigo 6º.

O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e confiabilidade da informação (art. 6º e parágrafo único).

O ponto primordial deste princípio é o reconhecimento das transações que afetam o patrimônio no momento em que ocorrem (tempestividade) e na sua totalidade (integridade). Em outras palavras, as variações patrimoniais devem ser identificadas, capturadas, classificadas e divulgadas de modo a traduzir com fidelidade a posição patrimonial, econômica e financeira da entidade numa determinada data.

O Princípio da Oportunidade às vezes chega a ser confundido com o Princípio da Competência, pois ambos levam ao raciocínio comum de reconhecer as variações patrimoniais. Ocorre que a competência enfatiza o reconhecimento das transações que afetam somente o patrimônio líquido (receitas e despesas), enquanto que a Oportunidade abrange todas as variações e as mutações patrimoniais. Um exemplo de transação que não afeta o patrimônio líquido mas que deve ser registrada é uma compra a prazo de mercadorias que afeta o ativo e o passivo, mas não o patrimônio líquido.

Ressalte-se que este entendimento se origina muito mais da visão britânica que do CFC.

A tempestividade no reconhecimento das transações implica na necessidade de adoção pela Contabilidade de estimativas que produzam informações mais próximas da realidade econômica, porque, se não se fizer, com certeza não se estará refletindo a “visão verdadeira e justa” da Entidade

naquele momento. Além disso, sem esse reconhecimento os registros contábeis e as demonstrações deles emanadas ficarão incompletas, não contribuindo para que sejam úteis aos seus usuários em seu processo decisório.

Princípio do Registro pelo Valor Original

A Resolução nº 750 do Conselho Federal de Contabilidade definiu o Princípio do Registro pelo Valor Original, como segue:

Resolução nº 1.282/10,
artigo 7º.

Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

Parágrafo único. Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

I – a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

II – uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão somente, sua decomposição em elementos ou sem agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

IV – os princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;

V – o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

A Resolução nº 1.282 alterou o contido no art. 7º da Resolução nº 750, que passou a ter a seguinte redação:

“O princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.”

No entanto, a Resolução nº 1.282 inovou ao definir seu § 1º, que as seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinados, ao longo do tempo, de diferentes formas:

- I – Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e
- II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:
 - a) custo corrente – os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se seus ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;
 - b) valor realizável – os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da entidade;
 - c) valor presente – os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro da saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da entidade;

- d) valor justo – é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e
- e) atualização monetária – os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

No § 2º, a Resolução nº 1.282 esclarece que “são resultantes da adoção da atualização monetária:

- I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos de poder aquisitivo;
- II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido, e
- III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período”.

Como podemos observar, a Resolução CFC nº 1.282 incorporou ao Princípio do Registro pelo Valor Original modificações que já vinham sendo adotadas alternativamente no ambiente legal, regulamentar e normativo brasileiro.

Primeiramente, as variações no custo histórico como o custo corrente e valor realizável já estavam previstas na própria Lei nº 6.404/76 (anterior à Lei nº 11.638/07) quando se referia à adoção do custo ou mercado, dos dois o menor para avaliação dos estoques, onde o valor de mercado prevalecia sobre o custo, somente quando inferior.

O conceito de valor presente já era adotado pelas companhias abertas principalmente para itens como Clientes e Fornecedores por determinação da, Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A atualização monetária deixou de ser um “princípio” específico e passou a integrar o de Registro pelo Valor Original, o que é plenamente justificável.

Finalmente, o conceito mais inovador que foi introduzido é o de “valor justo”, pouco conhecido pelas sociedades anônimas que por determinação legal vinham adotando o conceito de “custo ou mercado, dos dois o menor”.

É importante destacar que o Princípio do Registro pelo Valor Original já vinha sendo substituído gradativamente por outros critérios de avaliação, no Brasil e no exterior, quando se lida com ativos que apresentam características de poderem ser negociados num mercado dinâmico, com liquidez e mensuráveis numa razoável base de avaliação. Exemplos nesse sentido são:

1. os títulos e valores mobiliários para bancos e demais instituições financeiras, na forma das instruções baixadas pelo Banco Central do Brasil, que passaram a vigorar a partir de 30-6-2002, devem ser avaliados observando-se sua classificação em três categorias, segundo a intenção:
 - a) *trading*: títulos adquiridos com intenção de negociação em curto período de tempo são *avaliados a mercado*, computando-se os ganhos e as perdas não realizadas no resultado do período;
 - b) *available for sale*: títulos que não se destinam à negociação imediata e para os quais não há intenção de mantê-los em carteira até o vencimento são *avaliados a mercado*, computando-se os ganhos e perdas não realizados em conta destacada do patrimônio líquido, sem reflexo no resultado do período; e
 - c) *held to maturity*: títulos em que haja intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira, *avaliados a custo histórico*, acrescido dos rendimentos previstos;
2. outros ativos como *aplicações em ouro* ou *disponibilidades em moeda estrangeira* também são avaliados a mercado, e não pelo custo de aquisição. Este procedimento também é adotado pelas demais empresas comerciais e industriais. Esses ativos têm um mercado bastante dinâmico e com cotação fornecida quase *on-line*, o que traz uma informação mais relevante para o usuário, ou seja, quanto *vale* este ativo e não *quanto custou* este ativo.

Princípio da Competência

Resolução nº 1.282/10,
artigo 9º.

O Conselho Federal de Contabilidade assim apresenta o Princípio da Competência:

“O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento e pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e despesas correlatas.”

O Princípio da Competência é consagrado mundialmente como um conceito voltado para apuração de lucro mediante a confrontação de receitas e despesas. É importante enfatizar que a competência desvincula a contabilidade das entradas e saídas de caixa. Ou seja, o conceito muitas vezes confundido por leigos de que o lucro de uma entidade é o dinheiro que sobra no caixa ao final de cada exercício social.

Segundo o Princípio da Competência, devem ser incluídas no resultado do período as receitas e despesas no momento de sua ocorrência e, ainda, independentemente da sua movimentação financeira. Para melhor compreensão deste princípio, o Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu as situações em que as receitas são consideradas como *realizadas*, ou seja, possíveis de serem reconhecidas como tal: recebimento de dinheiro ou compromisso firme de recebimento, redução de passivos, aumento de ativos e por doações/subvenções.

Uma vez identificadas e reconhecidas as receitas, a etapa seguinte é confrontá-las com as despesas que efetivamente tiveram contribuição para sua obtenção. Esta associação (benefícios e custos) pode ser direta, como é o caso do custo das mercadorias vendidas, da comissão de vendas, entre outros, ou pode ser através de uma associação indireta, como despesas com assinaturas de jornais ou despesas financeiras (encargos pagos a bancos, como financiamento de seu capital de giro).

O Conselho Federal de Contabilidade também buscou caracterizar o momento em que as despesas são consideradas incorridas: na baixa de ativo ou no aumento de passivo. A baixa de um ativo é consequência natural de quando eles perdem a capacidade de gerar benefícios ou receitas futuras. Incluem-se entre as situações em que ocorre baixa de um ativo a depreciação, os créditos incobráveis, as pesquisas que não frutificaram, entre outras. O aumento do passivo surge quando tais despesas são incorridas, mas não foram pagas.

Princípio da Prudência

O Conselho Federal de Contabilidade descreveu assim o Princípio da Prudência:

Resolução nº 1.282/10,
artigo 10.

O Princípio da PRUDÊNCIA “pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais”.

Esse princípio tem forte vinculação com o aspecto conservador que caracteriza o contador. Ou seja, dentre alternativas a serem escolhidas igualmente relevantes e aceitáveis à luz dos princípios contábeis, deve prevalecer a de menor valor para o ativo e o de maior para o passivo. Os profissionais da área de Contabilidade têm certa rejeição a assumir posições otimistas e preferencialmente mostram posições conservadoras sob o risco de apurar lucros que poderiam não se realizar. Nesta linha de raciocínio, despesas estimáveis devem ser provisionadas e levadas a resultado, porém o critério não deve valer para receitas. É deste princípio que surge a clássica avaliação de estoques, “custo ou mercado”, dos dois o menor.

As críticas ao Princípio da Prudência podem ser resumidas em seis aspectos: é inconsistente; é arbitrária, podendo variar de um ano para outro; é difícil de ser evidenciada nos relatórios anuais; aumenta o grau de interferência dos administradores e contadores no resultado da entidade; entra em conflito com outros princípios; e impede demonstrações financeiras mais justas.

Veja Chatfield (1996)
para mais detalhes.

A Figura 4.1 apresenta os Princípios de Contabilidade, conforme proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade.

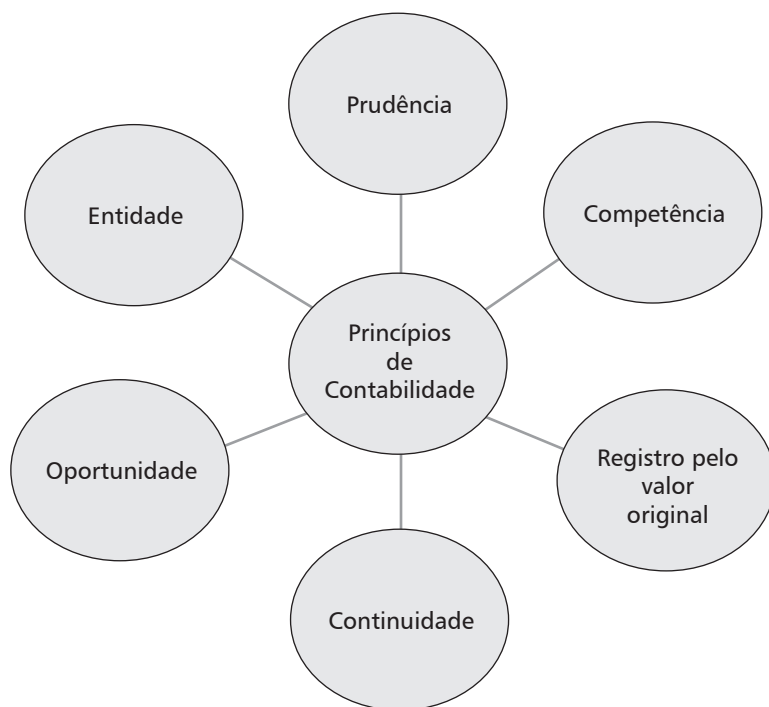


Figura 4.1 *Princípios de contabilidade.*

Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Em outubro de 2005, após uma intensa discussão, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através de uma resolução do Conselho Federal de Contabilidade (Resolução 1.055/05).

Objetivo 4:CPC,
2006.

O surgimento do CPC deve ser visto como consequência de uma série de mudanças que ocorreu na economia brasileira nos quinze anos antecedentes, em particular a abertura para o mercado externo.

O CPC é composto por representantes da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), da Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), da Bovespa, do Conselho Federal de Contabilidade, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi). Além desses membros, participam, como convidados, o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Secretaria da

Receita Federal (SRF) e a Superintendência dos Seguros Privados (Susep), além de outras entidades ou especialistas convidados.

A criação do CPC ocorreu em função da necessidade de:

- a) promover a convergência internacional das normas contábeis, que implicaria numa redução no custo da contabilidade e na redução do risco;
- b) centralizar a emissão de normas contábeis; e
- c) ter uma representação e processos democráticos na emissão das informações.

Para isso, o CPC pode emitir pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações. A Lei nº 11.638 passou a permitir que a Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e outros órgãos e agências reguladoras firmem convênio com entidade, composta majoritariamente por contadores, para adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos técnicos emitidos. Apesar de a Lei não nomear o CPC, a redação induz a possibilidade futura de uma unificação da normatização contábil no Brasil.

O CPC não possui presidência, já que sua atuação é com base nas coordenadorias.

Em termos de estrutura, o CPC possui quatro coordenadorias: de operações, de relações institucionais, de relações internacionais e técnica. Esta última coordenadoria será responsável pela elaboração dos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações, que é realizada em sete fases:

- 1ª Fase – Elaboração da Minuta Inicial – M1 – A minuta será feita por um relator, com a participação da coordenadoria técnica, que será examinada pelo grupo de trabalho;
- 2ª Fase – Análise da Minuta inicial (M1) pelo Grupo de Trabalho – Análise individual feita por diversos membros do Grupo de Trabalho, que enviarão sugestões. O resultado dessa fase conduz a uma segunda minuta (M2);
- 3ª Fase – Análise da Minuta M2 pelo CPC – Análise crítica do CPC que irá conduzir a uma terceira minuta (M3);
- 4ª Fase – Análise da Minuta M3 por órgão regulador específico, convidado a opinar e participar. Ao final tem-se uma quarta minuta (M4);

- 5ª Fase – Audiência Pública – A minuta M4 será levada a apreciação da comunidade, mediante audiência pública no sítio do CPC;
- 6ª Fase – Revisão Final da Minuta M4 – Após o exame das sugestões colhidas na audiência pública o projeto é aprovado pelo CPC, resultando na minuta M5;
- 7ª Fase – Apreciação Final do CPC, podendo ser aprovada, com ou sem alterações, ou rejeitada.



Antes de Prosseguir

Oportuno lembrar que por ser o Brasil país *code-law*, os pronunciamentos do CPC para serem adotados pelas empresas necessitam ser editados pelos órgãos reguladores, mediante circulares, resoluções, instruções etc.

Em meados de 2007, o CPC, em conjunto com a CVM, submeteu para audiência pública a Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Esta estrutura está baseada num texto similar do Iasb, substituindo a Estrutura do Ibracon, previamente aprovada e discutida neste capítulo. Apesar de a proposta afirmar que não existe diferença, na essência, do pronunciamento anterior, as mudanças são realmente significativas.

Em 2011, o CPC aprova uma revisão do pronunciamento conceitual básico, com as alterações que já tinham sido aceitas pelo Iasb no *The Conceptual Framework for Financial Reporting (BV2011)*. Este documento foi referendado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que editou a Resolução 1.374, de 8 de dezembro de 2012, e é composto de quatro partes: o objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral, a entidade que reporta a informação, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil e a estrutura conceitual. O segundo capítulo, sobre a entidade, deverá ser acrescentado futuramente.

Em lugar dos postulados, princípios e convenções, a Estrutura do CPC e do CVM apresenta a premissa subjacente, que é a continuidade.

O pressuposto das demonstrações contábeis é que a entidade está em marcha e continuará em operação num futuro previsível. Caso a entidade esteja

em liquidação, com previsão de redução substancial da escala de operação, a base das demonstrações muda, devendo ser divulgada.

As informações contábeis devem apresentar características qualitativas, que são atributos que fazem com que a contabilidade seja útil para o usuário. Estas características estão divididas em características fundamentais e características de melhoria. As primeiras, como o próprio nome já diz, são mais importantes. São duas as *características fundamentais*:

- i. Relevância: as informações são relevantes quando influenciam as decisões econômicas dos usuários, com valor preditivo ou confirmatório. Não é necessário que a informação seja uma projeção para ter valor preditivo. Basta que seja usada pelo usuário para fazer previsões. A materialidade é somente um dos aspectos da relevância;
- ii. Representação fidedigna: para que uma informação seja útil, deve-se representar a realidade com fidedignidade. Para que isto ocorra, são necessários três atributos para informação: ela deve ser completa, neutra e livre de erro. Por *completa* entende-se que deve incluir toda informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno que está sendo retratado. A representação é *neutra* quando não existe viés na informação. E a realidade deve ter erros ou omissões no fenômeno retratado e o processo usado para produzir a informação foi selecionado e aplicado *livre de erros*.

São quatro as características de melhoria:

- i. Comparabilidade: uma das características qualitativas é a possibilidade dos usuários compararem as demonstrações contábeis ao longo do tempo e entre diferentes entidades. Isso significa que transações semelhantes devem ser reconhecidas de forma semelhante pela entidade ao longo do tempo e por diversas entidades diferentes.
- ii. Verificabilidade: esta característica significa que diferentes observadores podem chegar a um consenso quanto ao retrato de uma realidade econômica. Esta característica é difícil de ser aplicada em informações onde é necessário “olhar” o futuro. Nestes casos, faz-se necessário divulgar as premissas usadas e outros aspectos que sustentam a informação.

- iii. **Tempestividade:** a informação deve estar disponível para os usuários a tempo de poder influenciar nas suas decisões. De maneira geral, existe uma relação entre o fato de a informação ser muito antiga e a sua menor utilidade.
- iv. **Compreensibilidade:** a informação deve ser clara e concisa, de modo a ser entendida pelos usuários que possuam um conhecimento razoável dos negócios, das atividades econômicas e da contabilidade. Alguns fenômenos são por natureza complexos e não podem ser facilmente compreendidos; nem por isto devem ser omitidos.

As características qualitativas devem levar em consideração o custo na elaboração e divulgação da informação. Uma informação deve obter um benefício superior ao custo de sua obtenção. A estrutura conceitual reconhece que isto é um exercício de julgamento. Além disto, enquanto os benefícios são usufruídos pelos usuários, os custos são arcados pela entidade, conforme comentado no Capítulo 1.

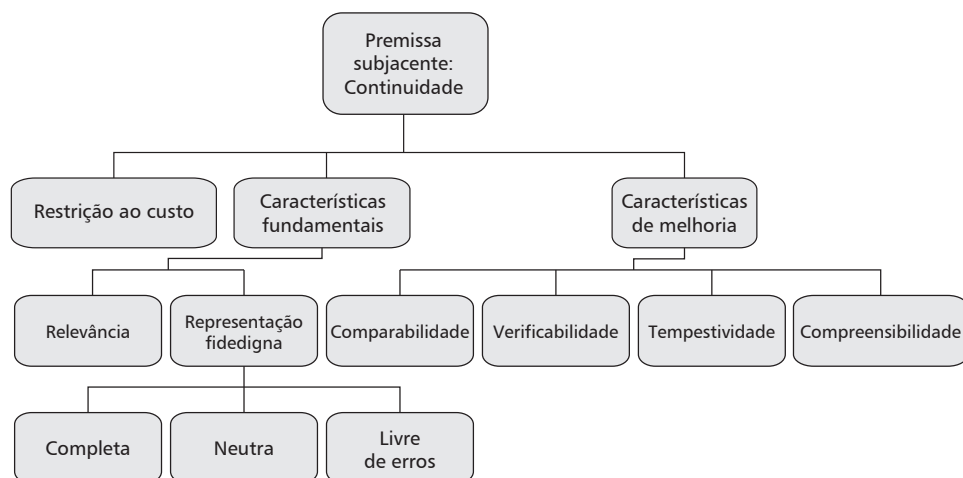


Figura 4.2 *Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.*

Pesquisa contábil

As oportunidades para pesquisas nesta área são amplas. A maioria das pesquisas nesta área estuda a obediência de uma determinada norma aos prin-

cípios contábeis. O tipo de pesquisa mais usual tem sido a comparação entre as normas brasileiras e as normas internacionais ou normas de outros países.

Paulo (2004) fez uma comparação entre a estrutura conceitual da CVM, apresentada nesse capítulo, as normas do Fasb e do Iasb. A conclusão do estudo é que as divergências entre a CVM e o Fasb e entre a CVM e o Iasb são maiores que as diferenças entre o Iasb e o Fasb. Isso indicaria que o nosso país estaria distante dessas duas estruturas conceituais.

Rogers, Rezende e Lemes (2006) fazem uma análise dessas diferenças sob a ótica da análise das demonstrações contábeis. Estes autores mostram que as principais diferenças ocorrem em razão dos tributos e da apropriação dos lucros acumulados.

Freire Filho (2002) estudou, por exemplo, a diferença na provisão para crédito de liquidação duvidosa nas instituições bancárias, comparando as práticas contábeis norte-americanas com as práticas contábeis brasileiras. Esse tipo de estudo mostra como as divergências existentes nas normas podem afetar os resultados das entidades.

Este tipo de estudo pode ser feito sob a forma de estudo de caso. Kirchner (2004) analisou o caso da Ambev, no período de 2000 a 2002, visualizando a conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido, comparando as normas norte-americanas e brasileiras. A análise de Kirchner mostrou que a Ambev conseguiu, em parte, reduzir a diferença na informação entre o usuário interno e externo através da conciliação apresentada.

Silva, Santos e Ogawa (1993), ao estudarem a questão da demonstração de origens e aplicações de recursos e do fluxo de caixa, mostraram que a primeira é adotada no Brasil enquanto a segunda tem sido adotada em diversos países do mundo. O estudo desses autores faz um comparativo de vantagens e desvantagens, indicando que a decisão deve levar em consideração o usuário da informação.

Pohlmann (1995) fez um estudo comparativo sob a visão da emissão de normas contábeis. Apesar de o estudo ter mais de uma década, o estudo comparativo é interessante por mostrar as divergências entre diferentes países. No caso de Pohlmann, sua análise comparativa ocorreu dentro dos países que, então, faziam parte do Mercosul (Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil).

Um outro tipo de pesquisa é verificar a aderência de uma determinada norma ou um conjunto de normas a um determinado princípio contábil. Tavares Filho, Mello, Macedo e Yamamoto (2006) mostraram que a reavaliação dos

ativos imobilizados no Brasil possui contradição com a estrutura conceitual do Ibracon.

Recentemente, muitas pesquisas foram realizadas para determinar a influência da convergência às normas contábeis internacionais no Brasil. Macedo, Machado e Machado (2013) estudaram a importância da contabilidade antes e depois da data da convergência e constataram que o lucro ganhou importância como fonte informacional, mas o patrimônio líquido perdeu relevância. Santos (2012) estudou a primeira fase de implantação das normas internacionais e encontrou os fatores que geraram maiores aumentos e reduções nos lucros das empresas. Freire et al. (2012), na mesma linha dos dois trabalhos anteriores, encontraram que a convergência fez aumentar o número de empresas que utilizavam taxas de depreciação diferentes das fiscais. Barcellos, Silva e Costa Jr. (2012) encontraram que as práticas contábeis das empresas brasileiras antes da convergência eram mais conservadoras.

Sá e Malaquias (2012) pesquisaram a questão da terminologia dos pronunciamentos do CPC sobre termos relacionados a “incerteza”. A pesquisa encontrou que o entendimento das expressões varia conforme o usuário, podendo comprometer a comparabilidade das demonstrações contábeis. Na mesma linha, Almeida e Lemes (2013) verificaram que os auditores apresentam interpretações distintas dos pronunciamentos contábeis.

Costa, Theophilo e Yamamoto (2012) fizeram um comparativo entre as normas do Iasb e os pronunciamentos do CPC e constataram que existem divergências. Estas divergências podem ser: (a) originárias da legislação brasileira, que não acolhe certos procedimentos contábeis; (b) decorrentes de opções adicionais oferecidas pelo Iasb; (c) diferenças de caráter geral entre o CPC e o Iasb; e (d) em razão de normas ainda não emitidas pelo CPC.

Exercícios

1. Uma determina sociedade foi constituída para ser administradora de consórcios, sendo autorizada pelas autoridades brasileiras a operar 5 grupos de consórcio, cada um com 60 consorciados. O grupo 1 está no primeiro mês de vigência; o grupo 2 está no décimo mês de vigência; o grupo 3 está no vigésimo mês de vigência; o grupo 4 está no trigésimo mês de vigência; e o grupo 5 está no quadragésimo mês de vigência. A administradora de consórcio é uma entidade independente de cada um

dos 5 grupos de consórcio, que também são entidades independentes entre si. Neste caso, um consorciado contemplado no Grupo 4, que recebeu o veículo em valor superior às suas contribuições pagas, possui um passivo em relação aos outros consorciados e é classificado como ativo na contabilidade do grupo 4, e não de outro grupo ou muito menos da administradora. Além disso, a soma aritmética dos valores classificados em cada um dos 5 grupos (uns no início, outros no meio e outros próximos do fim) não tem nenhuma relevância, pois cada um tem vida própria com consorciados distintos (contemplados e não contemplados) e seus direitos e obrigações não se confundem entre si, nem com os da administradora. Isso equivale a dizer que uma possível inadimplência de um consorciado integrante do grupo 2, por exemplo, não impacta a posição patrimonial dos demais grupos nem da administradora. Além disso, é relevante destacar ainda que os grupos de consórcio não possuem personalidade jurídica, ou seja, inscrição no CNPJ. Discuta se cada grupo pode ser considerado uma entidade contábil. Leve em consideração a posição do Conselho Federal de Contabilidade e da CVM.

2. Considere a contabilidade de fundos de investimento e a contabilidade do banco administrador desses mesmos fundos. Uma determinada instituição financeira foi autorizada pelo Banco Central do Brasil a administrar 100 fundos de investimento sobre os quais cobra um valor que varia de 2% a 4% ao ano. Cada fundo é especializado em administrar ativos, com características distintas e o objetivo de atender as diferentes necessidades de seus clientes, a saber: Fundo 1, que aplica seus recursos em renda fixa; Fundo 2, em renda variável; Fundo 3, em depósito interfinanceiro; e Fundo 4, que aplica os recursos em derivativos. O Balanço Patrimonial de um fundo é basicamente composto de dois grandes grupos: a sua carteira de aplicações no ativo e o Patrimônio Líquido. O passivo do fundo geralmente é representado por *quotas a resgatar* e *taxa de administração a pagar* à administradora. A Lei nº 6.024/74 permite ao Banco Central do Brasil decretar intervenção ou liquidação extrajudicial em Instituições Financeiras, mas não no Fundo de Investimento. Numa situação de intervenção, os condôminos (aplicadores) podem em assembleia geral decidir que doravante a administração do fundo seja exercida por outra Instituição Financeira. Finalmente, cada Fundo tem CNPJ próprio. Discuta o conceito de entidade nesta situação, conforme os conceitos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM.

3. Uma empresa têxtil fez, no ano passado, gastos que foram classificados como despesas pré-operacionais, para serem amortizadas em dez anos. Com a globalização do mercado e a queda na taxa de câmbio, a concorrência estrangeira aumentou significativamente. Os produtos importados possuem um preço muito inferior, sendo impossível concorrer.
 - a) Qual o conceito que deverá ser considerado na decisão contábil da entidade?
 - b) O fato relatado poderá implicar num eventual lançamento contábil. Em caso afirmativo, qual?
4. Considere o caso do consórcio, da questão 1. Sabe-se que os grupos de consórcios têm prazo determinado de duração. Nesta situação, seria aplicável a continuidade?
5. Existem duas maneiras de controle do estoques de mercadorias: pelo inventário periódico e pelo permanente. No inventário periódico, não existem a escrituração, o custo da mercadoria vendida e a baixa dos estoques no momento da venda. Já no permanente ocorre uma baixa após cada transação. Discuta a aplicação do Princípio da Oportunidade nestes casos. Em sua opinião, existiria algum sistema que seria mais indicado?
6. Uma empresa prestou serviços de consultoria técnica para outra empresa durante um determinado período, tendo realizado os trabalhos em 30 de dezembro. Por questões burocráticas, a nota fiscal de serviços só foi emitida no dia 2 de janeiro. Quando a operação deverá ser reconhecida? Qual o princípio contábil que sustentaria sua decisão?
7. Uma empresa adquiriu um ponto comercial, desembolsando a título de *fundo de comércio* a importância de R\$ 200.000,00. Meses depois, foi inaugurada uma nova estação de metrô na redondeza e os negócios se multiplicaram, melhorando o valor do *ponto*. Deve o contador registrá-lo?
8. Um locatário celebrou um contrato de aluguel em 10/12/X0, sendo que a primeira prestação mensal no valor de R\$ 3.000,00 vence no dia 10/01/X1. Por ocasião do encerramento do Balanço, em 31 de dezembro, qual valor deverá ser provisionado como aluguéis a pagar? Qual a sustentação teórica para esta contabilização?
9. Uma empresa fez investimentos em gastos com desenvolvimento de novos produtos, tendo ativados esses valores no Permanente. Posteriormente a empresa realizou estudos que revelaram não aceitação do produto pela população, principalmente pelo elevado preço. Qual o melhor tratamento contábil? Apresente o conceito que serviu de base para sua decisão.

10. Uma entidade demitiu seus funcionários da área tecnológica por questões de estratégica de mercado. Entretanto, tais funcionários ingressaram na Justiça trabalhista requerendo pagamentos diversos.
 - a) Em sua opinião, é possível determinar as chances da entidade na justiça?
 - b) Considere que a área jurídica da entidade reconheceu as chances de vitória dos empregados, mas existe questionamento quanto ao valor da questão trabalhista: R\$ 50.000 ou R\$ 70.000. Qual deverá ser o valor a ser considerado?
11. Uma empresa sempre avaliou seus investimentos em coligadas pelo método de custo. Entretanto, tendo aumentado sua participação nas mencionadas investidas e ainda, por passar a exercer influência significativa na forma da Lei nº 11.638/07, mudou o método de custo para equivalência patrimonial.
 - a) Com base na consistência, você considera importante a mudança do método para equivalência patrimonial?
 - b) Como a entidade poderia divulgar os efeitos de uma mudança como esta para os usuários?
12. Uma empresa avalia seu imóvel pelo custo de aquisição. Durante a fase de implantação das normas internacionais de contabilidade, era possível fazer uma reavaliação do seu ativo. Em razão da defasagem existente entre o valor de mercado e o valor contábil, a empresa optou pela reavaliação. Em sua opinião, quais os conceitos que serão afetados por esta decisão?
13. Normalmente, as contas de telefone abrangem períodos que não coincidem necessariamente com o calendário mensal. É possível analisar cada conta individualmente e apropriar as chamadas no mês que foram realizadas. Entretanto, qual deveria ser a reação de uma entidade caso o valor desta conta não fosse relevante? Discuta esta questão à luz dos princípios contábeis. Não se esqueça de considerar o regime de competência na sua análise.
14. O Xingu Futebol Clube tem um jogador que é a sensação do momento no Campeonato Brasileiro. Trata-se de jogador formado nas bases do clube e, segundo observadores internacionais, tem valor estimado de mercado em torno de \$ 30 milhões de dólares americanos. Qual o valor que deverá constar na contabilidade do clube, à luz da teoria contábil?
15. A Lei nº 10.931, de agosto de 2004, determinou que uma construtora deva ter uma contabilidade separada por edifício e não pode usar os recursos

obtidos num imóvel em outro. A separação tem por finalidade que os compradores, no caso de falência, tenham que entrar na fila dos credores. Discuta a inovação da lei sob a luz do conceito de entidade.

Cristina (2007).

Referências

- ALMEIDA, Neirilaine; LEMES, Sirlei. Evidências do entendimento de quatro pronunciamentos contábeis por auditores independentes no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 17, nº 1, 2013.
- BARCELLOS, Leonardo P.; SILVA, Adolfo H.; COSTA JR., Jorge V. Impactos da adoção das Normas internacionais de Contabilidade no Brasil. *Pensar Contábil*, v. 14, nº 54, 2012.
- CHATFIELD, Michael. Conservatism. In: CHATFIELD, Michael; VANGERMEERSCH, Richael. *The history of accounting*. New York: Garland, 1996.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *A busca da convergência da Contabilidade aos padrões internacionais*, 2006.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 750/93, de 29 de dezembro de 1993.
- _____. Resolução CFC nº 1.282/10, de 28 de maio de 2010.
- _____. Resolução nº CFC 1.374/12, de 8 de dezembro de 2012.
- COSTA, Jorge Andrade; THEOPHILO, Carlos R.; YAMAMOTO, Marina. A aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 15, nº 2, 2012.
- CRISTINA, Carla. Lei trouxe mais confiança a banco e mutuário. *O Estado de S. Paulo*, 12 fev. 2007.
- FREIRE FILHO, Antônio Augusto. *Provisão para crédito de liquidação duvidosa nas instituições bancárias*. 2002. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília.
- FREIRE, MacDaves et. al. Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, nº 15, 2012.
- IUDÍCIBUS, Sergio. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2004.
- KIRCHNER, Alfredo E. *Normas contábeis brasileiras e norte-americanas: uma análise das demonstrações de conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido da Ambev – 2000 a 2002*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Unisinos, São Leopoldo.

MACEDO, Marcelo; MACHADO, Márcio; MACHADO, Márcia. Análise da Relevância da informação contábil no Brasil num contexto de convergência às normas internacionais de Contabilidade. *Universo Contábil*, v. 9, nº 1, 2013.

PAULO, Edílson. *Comparação da estrutura conceitual da contabilidade financeira: experiência brasileira, norte-americana e internacional*. 2004. Dissertação (Mestrado em...) – UFPB, João Pessoa.

POHLMANN, Marcelo. Harmonização contábil no Mercosul. *Caderno de Estudos*, São Paulo: Fipecafi, 1995.

ROGERS, Dany; REZENDE, Cláudio; LEMES, Sirlei. Análise dos índices econômicos financeiros das demonstrações contábeis da Companhia Siderúrgica Tubarão em diferentes normas (IFRS, US GAAP e BR GAAP). IX SEMEAD, São Paulo, 2006.

SÁ, Fernanda F. de; MALAQUIAS, Rodrigo F. Análise da percepção dos discentes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis sobre expressões de incerteza contidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, nº 14, 2012.

SANTOS, Edilene S. Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, nº 15, 2012.

SILVA, César A. Tibúrcio; SANTOS, Jocineiro; OGAWA, Jorge. Fluxo de caixa e Doar. *Caderno de Estudos*, São Paulo: Fipecafi, 1993.

TAVARES FILHO, Francisco; MELLO, Gilmar Ribeiro de; MACEDO, Fabrício de Queiroz; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Reavaliação de ativos imobilizados no Brasil face aos princípios contábeis segundo a estrutura conceitual do IBRACON-CVM. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., São Paulo, 2006.

Ativo

OBJETIVO DE APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você aprenderá:

1. A definição de ativo.
 2. O processo de reconhecimento do ativo.
 3. A forma como é feita a mensuração do ativo.
-

Introdução

Nos capítulos anteriores, tentamos entender como se dá o processo de elaboração das normas. Para isto, estudamos as normas do Iasb, do Fasb e as normas brasileiras, além do processo de padronização contábil e da importância do usuário para a Contabilidade. Agora é o momento de entender a conceituação na Contabilidade.

Precisamos ter uma sólida definição dos principais conceitos contábeis, pois isto serve de base para a correta aplicação em situações práticas. A partir de um conceito claro podemos dizer como uma determinada situação deve ser enquadrada pela Contabilidade.

Os conceitos que iremos estudar são frutos de uma evolução histórica que resultou no aperfeiçoamento do que entendemos da Contabilidade. Obviamente que o dinamismo do processo de desenvolvimento poderá levar, no futuro, a uma mudança nos conceitos aqui estudados.

Iremos iniciar a jornada com a definição do ativo. A definição do ativo é fundamental para o entendimento dos elementos contábeis. Um dos motivos é que o passivo e o patrimônio líquido são definidos em termos do conceito de ativo. Além disso, o entendimento correto do ativo propicia compreender também questões vinculadas aos elementos que o compõem, como é o caso do *goodwill*, da depreciação, das aplicações em instrumentos financeiros, entre outros.

Observe que o estudo do ativo não se dá deslocado da realidade. Pelo contrário, os conceitos aqui apresentados estão diretamente vinculados ao trabalho diário das pessoas que precisam compreender e utilizar a Contabilidade nas suas tarefas diárias.

Objetivo 1: Definição do Ativo.

Definição do ativo

A definição do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, diz que um ativo é “um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade”. Esta definição é similar à proposta pelo Iasb. Ao longo deste capítulo iremos considerar esta definição como similar à do Iasb.

Essa definição tem origem no trabalho de Moonitz e Sprouse, de 1962, denominado *Accounting Research Study (ARS 3)*. A definição de Moonitz e Sprouse dizia que *ativos representam futuros benefícios econômicos esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de transação corrente ou passada*. Como é possível notar, a definição desses autores influenciou decisivamente a decisão adotada hoje pelo Iasb.

Apesar do avanço da proposta de Moonitz e Sprouse, a mesma foi inicialmente rejeitada por ser, então, radical. Somente anos depois foi incorporada pelo Fasb na sua abordagem conceitual.

Essa definição é ampla, podendo ser aplicada em diferentes tipos de entidades, como, por exemplo, as entidades sem fins lucrativos. Apesar do fato da definição ser abrangente, o seu uso é importante porque limita os itens que devem aparecer na demonstração do balanço patrimonial. Em termos práticos, se existe dúvida se um item deve ou não ser considerado como ativo de uma entidade, basta rever a definição e assegurar

Evans, 2002.

a presença dessas condições. Por exemplo, o recurso humano de uma entidade pode ser considerado um ativo? Para responder a essa questão, é necessário verificar se o mesmo é um futuro benefício econômico obtido ou controlado por uma entidade em particular, como resultado de transações ou eventos passados.

Basicamente, esta definição possui três termos que são fundamentais para que um item seja considerado como ativo: gerar benefício econômico futuro; ser controlado pela entidade e ser resultante de um evento que ocorreu no passado. (Figura 5.1). “Algo” só pode ser considerado ativo quando satisfaz às três condições em conjunto. Por esse motivo, a discussão da definição do Iasb será feita para cada um dos elementos que compõem o ativo.



Figura 5.1 Conceito de ativo.

Futuro benefício econômico

Na definição do Fasn tem-se a expressão *futuro benefício econômico provável*. O Iasb não acompanhou essa definição, pois existe nesses termos um excesso de palavras: o termo *futuro* pressupõe que seja provável, ou seja, algo ainda não certo. Nesse caso, bastaria utilizar, como fez de forma apropriada o Iasb, o termo *futuro*, sendo desnecessária a palavra *provável*.

O benefício econômico futuro refere-se, pois, ao potencial de contribuição, seja direta ou indireta, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para entidade. Conforme destaca a Estrutura Conceitual da CVM do CPC, este benefício pode ser sob a forma de algo que será convertido em caixa ou que

pode reduzir as saídas de caixa, como é o caso de um processo industrial que irá reduzir os custos de produção.

Como se pode ter certeza de que um benefício econômico é real? A palavra *benefício* dá uma ideia positiva. Na verdade, não se admite que *benefícios negativos* sejam considerados ativos. Considere uma empresa com o registro de

Adaptado do SFAC 6,
apud Evans (2002).

uma patente que está sendo contestada na justiça. A entidade fez a seguinte estimativa de geração de riqueza com a patente no valor de R\$ 1 milhão, sendo que as despesas com o registro da patente correspondem a R\$ 1,5 milhão. Nesse exemplo, a patente não pode ser considerada um ativo porque não traria, a rigor, benefício para entidade. Existem três possíveis fatores que podem determinar sua ocorrência: (a) a existência de valor de mercado, indicando que o ativo pode ser comprado e vendido num mercado; (b) sua aceitação por parte de terceiros como pagamento de dívida; e (c) o fato de ser utilizada para melhorar a produtividade de bens e serviços da entidade. A própria existência de um custo, significa que existiu um sacrifício econômico.

O benefício econômico futuro é a essência de um ativo e refere-se ao potencial de colaborar para o fluxo de caixa ou equivalente de caixa da entidade. Os ativos podem dar origem a benefício econômico quando usados na produção de estoques ou serviços vendidos pela entidade; trocados por outros ativos; usados para reduzir um passivo; ou distribuídos aos proprietários da entidade.

Iasc (2001). Essa definição encontra-se na estrutura conceitual do Iasc, § 55.

A proposta de definição do ativo do Iasb faz uma ligação com *bem econômico*. Um recurso só deve ser considerado ativo se gerar benefícios econômicos e, por conseguinte, ser um bem econômico. Entretanto, nem todo recurso é um ativo, porque este pressupõe a escassez e a utilidade.

Apesar de o ativo estar vinculado ao bem econômico, é importante destacar que um ativo pode ou não ter substância física, como é o caso de um terreno ou de um estoque. Uma patente pode satisfazer à definição de ativo e não possuir substância física.

A ideia central dos termos utilizados é informar que um bem econômico deve ter a possibilidade de gerar benefício futuro. Nesse sentido, os denominados serviços expirados não podem ser considerados como um ativo. Um exemplo de serviço expirado é uma patente da entidade que perdeu validade. Neste caso, o fato da entidade ter gerado riqueza no passado com essa patente não

garante a condição de ativo para a mesma. É necessário que a patente ainda possa ajudar a entidade a gerar benefício econômico no futuro. Uma situação parecida ocorre com uma duplicata a receber da entidade que foi resultado de uma venda a prazo. Caso o cliente esteja falido, essa duplicata é somente um papel sem possibilidade de obter benefício futuro. Portanto, nesse caso, essa duplicata não é um ativo. Um último exemplo é de uma máquina sem nenhuma perspectiva de uso por parte da entidade e sem possibilidade de ter um comprador.

É muito comum escutar a associação da palavra *ativo* como sinônimo de *bens e direitos*. No entanto, a condição de algo ser *bens e direitos* não garante que seja um ativo. Os exemplos de serviços expirados, apresentados no parágrafo anterior, mostram situações em que existe um bem ou um direito e o mesmo não pode ser considerado um ativo. Se for para expressar de forma menos técnica é melhor dizer que um ativo é tudo que pode ser vantajoso para entidade. A definição do Iasb, ao inserir o termo *recurso* faz um vínculo, que não existe na proposição do Fasb, com algo real. Entretanto, mais importante que o aspecto real de um ativo é a possibilidade do mesmo gerar riqueza para a entidade. Considere um imóvel que uma entidade possui e aluga. Nesse caso o imóvel é um ativo não pela existência da terra, tijolos e estrutura – a *coisa física* – mas pelo fato de gerar benefício.

É importante ressaltar que o termo *futuro* e, por consequência, a palavra *provável*, geram incerteza quanto ao fluxo que será recebido pela entidade. Apesar dessa incerteza, isso não impede que um item seja considerado como ativo. É bem verdade que a incerteza afeta a avaliação do ativo, mas isso, por si só, não justifica desconsiderar tal item como ativo.



Antes de Prosseguir

O termo *incerteza* não pode ser confundido com risco. Risco é a possibilidade de perda; incerteza diz respeito ao não conhecido.

Controle

O segundo aspecto a ser considerado na definição de ativo refere-se ao fato de que o benefício futuro deve ser controlado por uma entidade em particular.

O controle restringe o uso do recurso econômico como ativo, limitado somente ao fato de que a entidade possui a habilidade de exercer os direitos de uso dos benefícios. Observe que o Iasb evita utilizar o termo *propriedade*, desvinculando a parte legal da econômica. Esse é um ponto polêmico, uma vez que induz a contabilidade mais para essência do fenômeno do que para sua forma. Uma consequência direta desse fato ocorre na questão do arrendamento, conforme será discutido no Capítulo 11 deste livro. Um exemplo mais simples pode ser discutido aqui: uma entidade comprou um veículo através de alienação. Apesar de ainda não possuir o título de propriedade, a entidade possui o que em direito é conhecido como sendo posse indireta, usufruindo dos benefícios econômicos gerados pelo recurso.

A Estrutura Conceitual da CVM e do CPC apresenta uma outra situação em que a inexistência de um controle legal não é relevante para que um item seja classificado como ativo: um *know-how* que a empresa mantém em segredo

Ver mais detalhes em Kam (1990, p. 105-106).

não impede que a mesma controle os benefícios econômicos que serão gerados por ele.

Ressaltamos que o controle não pode ser considerado em termos absolutos. Mesmo com todo aparato jurídico, uma entidade não possui controle absoluto sobre um recurso. Um dos conceitos mais enraizados na sociedade moderna é que os direitos individuais não podem ser colocados acima dos direitos da sociedade. Isso implica que um recurso pode ser confiscado pela sociedade, consolidando esta ideia de que o controle não é absoluto.

Os ativos de uma empresa representam direitos de utilização de riqueza. No entanto, muitos ativos são somente direitos parciais. Um contrato de arrendamento de uma máquina representa o direito de utilizar esse ativo por um período limitado de tempo, sendo que a riqueza gerada por esse recurso econômico é da empresa que fez

Ver Samuelson (1998).

Ver Iasc (2001, p. 55). Esta definição encontra-se na estrutura conceitual, § 58.

o arrendamento. No entanto, o direito exclui a possibilidade de mudança substancial na forma de venda para outros desta mesma máquina. Isso representaria, portanto, uma situação de direito parcial. O Iasb acredita que apesar de muitos ativos estarem ligados a direitos legais, inclusive direitos de propriedade, para determinação de um ativo isso não é fundamental.

Kam (1990,, p. 106-107).

Resultado de eventos passados

A presença desse termo evita a inclusão dos denominados ativos contingentes como ativo da entidade. Um exemplo de ativo contingente refere-se a um imóvel que a entidade ainda não adquiriu. Nesse caso, esse recurso ainda não é ativo, uma vez que não ocorreu o evento da compra do terreno, mesmo que o mesmo já esteja aprovado no seu orçamento. Kam afirma que o termo *evento* é vago, podendo ser interpretado de várias formas. Hendricksen e Van Breda dizem que a presença desse critério é questionável, porque se existe um benefício econômico e esse está sob o controle da entidade, ele deve ser resultado de um evento passado. Quando uma entidade assina um contrato para a prestação de serviço com terceiros, o evento já permite afirmar que se tem um futuro benefício econômico sob o controle da entidade, sendo desnecessário afirmar que foi baseado num evento passado, nesse caso a assinatura do contrato. A Figura 5.2 apresenta a proposta desses autores. Compare com a Figura 5.1, que apresenta a proposta do Iasb.

Hendricksen e Van Breda
(1999, p. 456).

Apesar de existir uma associação entre gastos incorridos e a geração de ativo, podem ocorrer situações em que não exista esta relação. Uma possibilidade é a entidade ter incorrido em gasto visando à obtenção de benefícios futuros, mas isto não significa que exista um ativo. É o caso do gasto na compra de uma máquina cujo fornecedor, logo após a transação, decretou bancarrota. De igual modo, a empresa pode ter um ativo sem que exista a associação com um gasto. Este é o caso dos bens doados, que serão objeto de estudo do Capítulo 12.

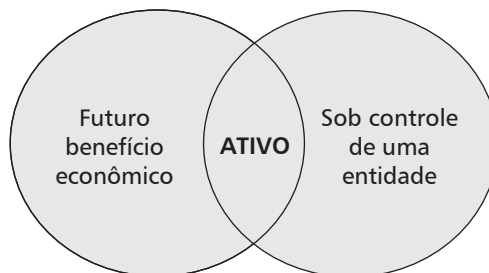


Figura 5.2 Conceito de ativo segundo Hendricksen e Van Breda.

- ☉ Quando a empresa Varig apresentou dificuldades financeiras, a justiça leiloou os seus voos e as permissões para usar as instalações dos aeroportos. Estes itens são concessões da União, podendo ser retirados da empresa sob certas condições. Alguns especialistas em direito público consideram que isto não pode ser um ativo da empresa, pois são bens da União. A decisão de ativo e o seu correto uso podem ser fundamentais numa situação como esta.

Sant'Ana (2007).

Críticas à definição do Iasb

Algumas das críticas à definição do Iasb foram, na realidade, formuladas para a definição do Fasb. Entretanto, como o Iasb incorporou a essência da definição do Fasb, as críticas para a definição do Fasb também são válidas para a do Iasb.

A definição de ativo proposta pelo Iasb tem sido alvo de uma série de críticas e considerações na literatura acadêmica. Nesse item, serão tratados os seguintes pontos: (a) a inclusão da comerciabilidade; (b) questão dos diferidos; (c) questão dos contratos de execução; (d) crítica de Schuetze; (e) crítica de Samuelson.,

A característica de *comerciabilidade* (ou negociabilidade) diz respeito a algo que pode ser negociado. Segundo essa posição, um recurso para ser considerado ativo deveria ter condição de ser comercializado de forma separada da entidade. A existência da comerciabilidade na definição de ativo implica que o *goodwill* não deve ser considerado como ativo porque não pode ser negociado em separado da entidade ou de outros ativos. Apesar dessa posição, o Iasb não contemplou a comerciabilidade na sua definição. Esta talvez seja uma falsa questão, já que a troca não é a única forma de obter um ativo. Além disso, o que torna um recurso um bem econômico não é o fato do mesmo ser negociado, mas sua utilidade e escassez. Para Moonitz, troca não faz o valor, simplesmente revela o valor de um recurso. Com respeito à inclusão ou não do *goodwill* como ativo de uma entidade, é importante lembrar que a contabilidade não tem o propósito de avaliar uma entidade, mas identificar os recursos que geram futuros benefícios econômicos.

1. Comerciabilidade.

Citado por Kam
(1990, p. 108).

Na verdade, a discussão sobre a comerciabilidade mostra somente um lado da questão do valor. Um determinado recurso possui dois tipos de uso: valor de uso e valor

de troca. Um equipamento da entidade pode ainda estar em operação, mas devido a suas características tecnológicas não encontrar um comprador potencial para o mesmo. Nesse exemplo, o equipamento não possui valor de troca, não satisfazendo à exigência de comerciabilidade; entretanto, possui valor de uso. O fato de o equipamento gerar futuro benefício econômico sob controle da entidade é que o torna um ativo. Desse modo, podemos dizer que a comerciabilidade é conservadora e reduz, de forma desnecessária, o que considerar como ativo.

O segundo aspecto diz respeito aos itens antecipados e diferidos, como é o caso do aluguel pago antecipadamente, das despesas de seguros ou dos impostos a compensar, que são resultantes de valores pagos pela entidade. Para Kam, alguns itens diferidos não podem ser considerados como um ativo, sendo mais uma conta com saldo devedor. Este autor acredita que alguns itens diferidos, como seguros antecipados e aluguéis, correspondem a um futuro benefício econômico e podem ser considerados ativos.

2. Diferidos e Antecipados.

Kam (1990, p. 104-105).

Mas outros, como impostos a compensar não poderiam ser considerados como diferidos. Esta posição deste autor é conservadora e não considera o fato de que a entidade terá uma redução no pagamento futuro do imposto. Samuelson considera que as despesas diferidas não representam um direito de propriedade, tendo pouca relevância para evidênciação da posição financeira.

Ver Samuelson (1998, p. 240).

Os *contratos de execução* são acordos realizados entre duas partes para execução de certas tarefas que serão realizadas no futuro. Um contrato entre empregado e empregador é um exemplo de contrato de execução. Entretanto, esse contrato para o executor irá gerar um passivo no futuro, sob a forma de salários e encargos, e um ativo, através do serviço a ser prestado pelo empregado. Outra situação ocorre com acordo de fornecimento de matéria-prima por parte de outra entidade.

3. Contratos de Execução.

A Contabilidade não tem considerado a assinatura de tais contratos como fato gerador para o registro do ativo, uma vez que se considera que a troca (salário por serviço prestado, para o caso do contrato de mão de obra, e dinheiro por matéria-prima, para a situação do fornecedor) ainda não ocorreu. Na verdade, a definição de ativo não permite a exclusão desses contratos de execução,

Wolk e Tearney (1997) para mais detalhes.

sendo esta feita muito mais pelo costume e a crença de que o evento ainda não ocorreu. Além disso, os registros de tais contratos podem gerar lançamentos estranhos. Considere um contrato de compra de um insumo de um fornecedor firmado no passado e que ocorreu uma redução no seu preço. Nesta situação, a contabilidade deveria considerar a diferença entre o preço do contrato e o preço de mercado como uma perda?

A definição do ativo ainda necessita de aperfeiçoamentos para contemplar os vários aspectos e evitar confusões. Walter Schuetze, que foi um dia contador-chefe da SEC, fez diversas considerações críticas a respeito da definição de ativo do Fasn e, por consequência, do Iasb. Segundo Schuetze esta definição é tão complexa, abstrata, ampla e vaga que não pode ser utilizada para resolver problemas. Ao não exigir a *comerciabilidade*, a definição do Fasn considera que todos os gastos devem ser incluídos como ativos. Já o Iasb afirma que existe uma relação direta entre incorrer em gastos e gerar ativos, mas isso não significa necessariamente uma coincidência, assim como a ausência de gasto não significa que um recurso satisfaça à definição de ativo, como ocorre com os bens doados.

4. Críticas de Schuetze.
Ver Schuetze (2001)
para mais detalhes.

Assim, como não seria possível separar entre os itens que satisfazem ou não à definição, em especial os de gastos, Schuetze denominou este fato de síndrome do custo-por-si-é-um-ativo. “A definição descreve uma caixa vazia. Uma grande caixa vazia.” Schuetze afirma que a definição não resolve uma questão simples: se algo é um ativo. Este autor questiona que o custo não é a mesma coisa que futuro benefício econômico, o que significa que os ativos não podem ser apresentados pelo seu custo, não sendo a definição compatível com a contabilidade pelo custo histórico. Em outras palavras, apesar da necessidade da definição estar separada do processo de medição, a expressão *futuro benefício econômico* eliminaria, a princípio, o custo histórico.

Para Schuetze, um ativo é caixa, direito contratual para caixa, coisas que podem ser trocadas por caixa e contratos derivativos que possuam um valor positivo. É interessante notar que a presença do termo *trocados* na proposta indica ênfase na comerciabilidade que, conforme comentando anteriormente, apresenta problemas. Apesar da crítica de Schuetze parecer em certos momentos pertinente, sua proposta alternativa é na verdade uma lista do que deve ser um ativo, não representando, de fato, uma definição. Além disso, quando se compara a definição proposta por Schuetze ao longo do tempo é possível observar uma

alteração sutil: os contratos de derivativos foram acrescentados a sua definição no artigo de 2001 e não constavam de uma primeira proposta, feita em 1993. Isto significa dizer que a proposta de definição proposta por Schuetze é frágil, já que sua lista precisa ser expandida toda vez que surge um novo elemento.

Richard Samuelson concorda com Schuetze que a definição do Fasb é complexa, ambígua e ampla, necessitando ser revisada. Samuelson afirma que a principal função da definição do ativo para prática contábil é classificar os custos incorridos em ativos ou despesas. Uma das críticas de Schuetze é que a definição do Fasb não permite fazer essa classificação de maneira adequada. Samuelson considera importante retornar à definição de ativos de Irving Fischer feita na sua obra *The nature of capital and income*. Conforme apresentado na Figura 5.2, a definição de ativo incorpora dois componentes fundamentais: (a) um componente que identifica suas características econômicas; e (b) um componente que identifica suas características legais. Na definição de Fischer, a característica legal é mais importante, ao contrário da definição do Iasb, na qual, apesar da presença do elemento legal – sob a forma do termo *controle* – prevalece o elemento econômico.

5. Críticas de Samuelson.
Ver Samuelson (1998).
Originalmente publicado
em *Accounting Horizons*,
de 1996.

Para Samuelson, a definição do Fasb possui três fraquezas. Em primeiro lugar, a expressão *benefício econômico* tende a ser interpretada no sentido financeiro, como fluxo de caixa, mas não no sentido não financeiro, como uso da riqueza. Em certo sentido, existe uma mistura, pouco recomendável é verdade, entre a definição e a forma de mensurar o ativo. A segunda fraqueza apontada é que existe uma confusão entre *estoque* e *fluxo* na definição do ativo. O balanço patrimonial é uma “demonstração de estoques” no sentido que descreve o volume de recursos econômicos existentes na entidade num determinado período de tempo; já a demonstração do resultado é uma “demonstração de fluxo” porque descreve o que ocorreu num intervalo de tempo. Por esse motivo, a definição do ativo deve estar vinculada ao conceito de estoque e não de fluxo. Na opinião de Samuelson, uma definição baseada em futuro benefício econômico é relacionar o ativo a um fluxo. O terceiro problema é que a definição do ativo enfatiza as características econômicas em lugar de centrar sua atenção nos direitos de utilizar a riqueza da entidade. Samuelson propõe que ativos sejam definidos como “direitos de propriedade ou direitos a riqueza dos serviços futuros”.



Antes de Prosseguir

1. Quais são os elementos que compõem a definição de ativo do Iasb?
2. Cite algumas críticas a esta definição.
3. Discuta as definições alternativas apresentadas.

Objetivo 2: O reconhecimento do ativo.

Reconhecimento

O processo de reconhecimento na Contabilidade diz respeito à incorporação nas demonstrações contábeis de um item desde que o mesmo se enquadre na definição. O reconhecimento de um item do ativo refere-se, então, ao processo de incorporar no balanço patrimonial um recurso econômico. Essa incorporação considera a sua descrição, geralmente feita de forma resumida pelas contas do plano de contas da entidade, e a associação do ativo com um valor monetário. O reconhecimento deve acontecer necessariamente numa demonstração contábil e, para o caso do ativo, no balanço patrimonial. A divulgação de um fato econômico numa nota explicativa não é considerada um reconhecimento.

Para reconhecer um ativo, é necessário que o recurso econômico possa ser classificado como ativo; isso é feito através da resposta positiva às três perguntas a seguir:

- a) O recurso econômico irá gerar um futuro benefício econômico?
- b) O recurso econômico é controlado pela entidade? e
- c) É derivado de eventos passados?

Além desses itens, devem-se também levar em consideração três aspectos adicionais: a materialidade, a probabilidade de ocorrência e a confiabilidade da avaliação, conforme ilustrado na Figura 5.3.

Com respeito à *materialidade*, quando o valor é pouco expressivo, é possível que seja considerado diretamente na demonstração do resultado da entidade. É o caso, por exemplo, de pequenas quantidades de material de consumo, cuja aquisição pode ser considerada como uma despesa do exercício. A *probabilidade de ocorrência* diz respeito à incerteza com que o benefício econômico futuro irá ocorrer. Existe nesse caso uma dificuldade de avaliar o nível de incerteza existente de modo a permitir o reconhecimento de um ativo. Considere o

exemplo de uma entidade que solicitou o registro de uma patente. A determinação da chance com que o registro será concedido é fundamental para o reconhecimento do ativo. Com base na análise da situação pode-se determinar se existe incerteza substancial quanto ao sucesso do pedido de registro, o não reconhecimento do ativo. Em certas situações, a experiência da entidade ou de situações similares permite determinar a probabilidade de ocorrência. Quando existe uma grande quantidade de recursos econômicos para determinar o nível de incerteza, como ocorre geralmente com os títulos originários das receitas a prazo da entidade, é normal esperar que exista alguma possibilidade de inadimplência por parte do cliente. Essa inadimplência diz respeito ao risco da entidade, não significando existência de incerteza. Outro critério que deve ser utilizado no reconhecimento de um ativo refere-se à *confiabilidade da avaliação*. Quando não se pode fazer uma mensuração confiável, o recurso econômico não é considerado como ativo, mesmo que satisfaça aos outros quesitos. O Iasb recomenda que o conhecimento do fato é necessário para a adequada avaliação da posição financeira da entidade.

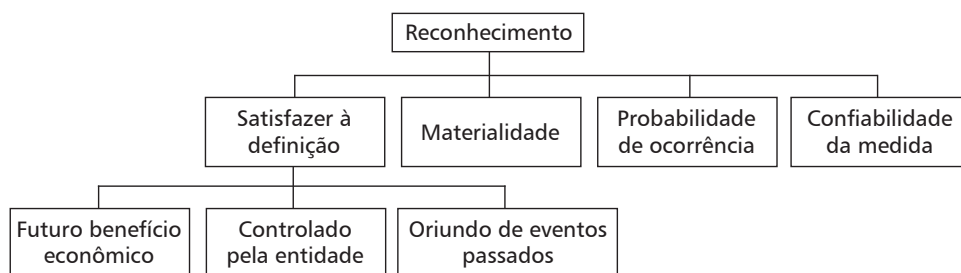


Figura 5.3 *Reconhecimento do ativo.*

Tanto a baixa probabilidade de ocorrência quanto a falta de confiança na avaliação são aspectos transitórios. Assim que houver uma mudança favorável na chance de um evento ocorrer ou quando existirem maiores elementos para a mensuração, o ativo deverá ser reconhecido.

Para visualizar a aplicação dessas regras de reconhecimento, considere, a título de exemplo, o caso dos recursos humanos de uma entidade. Em primeiro lugar, é interessante notar que os mesmos satisfazem à definição de ativo: irão gerar benefício econômico no futuro, o fruto do serviço prestado está sob controle da entidade e é resultante de eventos passados, nesse caso o contrato de trabalho assinado. Além de satisfazer à definição de ativo, os recursos humanos

são materiais, também cumprindo a segunda condição para o reconhecimento. Existe chance de que esses recursos contribuam com o resultado da entidade, cumprindo a terceira condição. A questão da contabilização dos recursos humanos esbarra na confiabilidade da medida utilizada. Na maioria dos casos, é muito difícil determinar como proceder à avaliação dos recursos humanos pela dificuldade de relacionar esse ativo com um valor monetário. Existem situações específicas, no entanto, em que a confiabilidade da medida é adequada, o que permite a contabilização dos recursos humanos. Imagine a situação de uma equipe de futebol que assinou um contrato com um atleta por um período de tempo fixo. Pelas regras atuais do esporte, nenhuma das partes pode rescindir o contrato sob pena de ser aplicada uma multa. O contrato estipula o valor a ser pago durante o período de tempo. Nesse caso, o reconhecimento do ativo poderá ser feito através do montante constante no contrato.



Antes de Prosseguir

A partir do que foi exposto, seria possível explicar as razões pelas quais a Contabilidade tem dificuldades de registrar o valor da marca de uma entidade?

Objetivo 3: A avaliação do ativo.

Bases de avaliação do ativo

O processo de mensuração contábil de um ativo consiste em atribuir um valor monetário a esse recurso econômico. Apesar de dados não monetários serem relevantes para o processo decisório, prevalece na medição do ativo a utilização como unidade de medida a moeda.

De maneira geral, os ativos de uma entidade são trocados por moeda. Isso faz com que o valor de troca seja uma opção natural na determinação do método de medição. Entretanto, o valor de troca pode assumir diferentes formas, o que torna a decisão de escolha da base de avaliação difícil. Inicialmente, o valor de troca pode assumir duas formas: valor de entrada e valor de saída. O valor de entrada corresponde àquele obtido pela entidade no mercado de compra. Já o valor de saída refere-se ao montante obtido no mercado de venda.

Também é possível classificar as bases de avaliação de acordo com a variável “tempo”. Considerando a variável tempo, o valor de um ativo pode assumir

montantes divergentes se for obtido em datas distintas. Assim, um valor de entrada ou saída poderá ser baseado em um momento passado, presente ou futuro. A Figura 5.4 apresenta as bases de avaliação para avaliação do ativo, conforme a metodologia de Hendricksen e Van Breda. Entretanto, essa classificação não é muito útil, uma vez que certas bases de avaliação não são relevantes e algumas das bases não foram consideradas. Considere como exemplo o *custo futuro*; essa base de avaliação refere-se ao preço que será praticado, em termos de valores de entrada, em data futura. A utilização dessa base de avaliação poderia ser justificável quando existir uma diferença significativa entre o valor atual ou passado de um ativo e o valor futuro previsto. As desvantagens dessa base de avaliação são muito representativas para servir de utilização prática. Em outras palavras, o *custo futuro* como base de avaliação é muito mais uma curiosidade acadêmica do que algo de utilidade prática.

Veja Hendricksen e Van Breda (1999, p. 489).

	Valor de Entrada	Valor de Saída
Passado	Custo Histórico	Preço de venda passado
Presente	Custo corrente/reposição	Preço de venda corrente
Futuro	Custo futuro	Valor realizável esperado

Figura 5.4 Bases de avaliação do ativo.

Em termos de valores de entrada, temos que o custo histórico e o custo corrente/reposição são as bases mais relevantes. Em termos de valores de saída, merecem destaque o valor presente e o valor de liquidação.

No *custo histórico*, os ativos são mensurados pelos valores pagos na época da aquisição. Devem-se incluir todos os pagamentos necessários para colocar o ativo em condição de gerar benefício futuro para a entidade. O custo histórico é a base de avaliação mais comum na preparação das demonstrações contábeis. Existe, inclusive, a falsa impressão de que essa é a única base de avaliação adotada pela Contabilidade. Essa posição foi inclusive adotada pelo Ibracon na sua Estrutura Conceitual. O custo histórico é geralmente empregado na mensuração de estoques, terrenos, prédios, máquinas e equipamentos. Nesse caso, o valor monetário do ativo, uma vez registrado, é mantido até

ser vendido ou consumido. Essa base de avaliação possui a vantagem de ser objetiva, verificável e representar o valor com que o ativo foi adquirido. Essas vantagens resultam do fato de que o custo histórico corresponde ao preço da transação que foi realizada. É bem verdade que às vezes uma entidade pode pagar mais por um ativo do que o seu valor de mercado usual. Supõe-se nessa base de avaliação que a entidade tentou obter o ativo pelo menor custo possível. A desvantagem do custo histórico é o fato de que o valor pode deixar de ter representatividade com o passar do tempo. Mesmo que não ocorra mudança nos preços, a expectativa de futuro benefício econômico pode se alterar, seja pela redução da vida útil do ativo, seja por causa das alterações tecnológicas. Nos ativos de longo prazo, os problemas do custo histórico são mais sérios.

No *custo corrente*, os ativos são contabilizados pelo montante pelo qual teriam que ser pagos caso fossem adquiridos no presente. Representa o esforço monetário que a entidade teria que fazer hoje para obter o ativo existente. Os defensores do *custo corrente* argumentam que o mesmo possui uma grande capacidade informativa. A principal desvantagem é a perda de objetividade, apesar dessa não ser o único ponto negativo. Merecem ressalva as dificuldades associadas à estimativa do valor do custo, principalmente para aqueles recursos com defasagem tecnológica. Um cuidado adicional nessa base de avaliação é não confundir os valores dos ativos avaliados pelo custo corrente com o valor da entidade, apesar desta forma de avaliação, em certas situações, ser uma boa aproximação do valor justo.

De maneira geral, o custo corrente deve ser obtido sob as condições atuais de preço e tecnologia, tomando por base um determinado nível de eficiência.

Ver, por exemplo,
Hendricksen e Van
Breda (1999, p. 495).

Alguns autores distinguem custo corrente do custo de reposição pelo fato de que o custo corrente inclui os avanços tecnológicos, enquanto o custo de reposição é meramente o valor atual de uma tecnologia passada.

Considere o exemplo de uma empresa que comprou no passado um microcomputador de última geração por R\$ 2.500. O custo atual da configuração é hoje de R\$ 800 e um computador de última geração pode ser comprado por R\$ 2.200. O custo de reposição é de R\$ 800 e o custo corrente é de R\$ 2.200.

Uma outra desvantagem do custo corrente é a dificuldade de obtenção do valor monetário, conforme ressaltado anteriormente. Existem aproximações que podem ajudar na determinação desse montante. O valor de avaliação (*appraisal*

value) refere-se à estimativa feita por avaliadores profissionais utilizando procedimentos previamente sistematizados. Essa metodologia pode ser utilizada para as situações de reavaliação de ativos, previstas na legislação societária. A desvantagem desse procedimento é que o mesmo constitui uma aproximação do custo corrente ou de reposição somente na data de reavaliação. Outra possibilidade é utilizar o *valor realizável líquido*, uma base de avaliação a valor de saída, retirando uma margem normal. Apesar das deficiências óbvias dessa base de avaliação, entre as quais a necessidade de existir uma margem normal e a questionável aproximação do custo corrente, a mesma pode ser usada em situações extremas. Considere o exemplo de uma entidade que sofreu um sinistro e a seguradora necessita de uma estimativa do custo corrente. Sabendo o valor do estoque inicial, das vendas do período, do volume de compras e da margem geralmente utilizada é possível determinar o estoque existente quando do sinistro para fins de indenização.

O *valor presente* representa o montante que seria gerado pela entidade, descontando o fluxo futuro de caixa, no curso normal das operações. Essa base de avaliação apresenta uma informação útil para o usuário da informação, muito embora não seja viável em termos práticos para certos tipos de ativos. O cálculo do valor presente de um ativo é feito através da seguinte expressão:

$$\text{Valor Presente} = \text{Valor Futuro do Ativo} / (1 + \text{taxa de desconto})^{\text{tempo}}$$

Pode-se notar que o valor presente de um ativo irá depender do valor futuro do ativo que será transformado em caixa, da taxa de desconto e do período de tempo. Através da fórmula, pode-se notar que o valor presente será maior quanto maior o valor futuro e menor a taxa de desconto e o período de tempo.

Considere uma situação de valores a receber no valor de R\$ 10.000 com prazo médio de 180 dias ou $\frac{1}{2}$ do ano. A uma taxa semestral de 20%, o valor presente, seria de:

$$\text{R\$ } 10.000 / (1 + 0,2) \cong \text{R\$ } 8.333$$

Caso a taxa de desconto fosse de 10% ao semestre, o valor presente seria:

$$\text{R\$ } 10.000 / (1 + 0,1) \cong \text{R\$ } 9.091$$

Esta última situação pode ser utilizada para demonstrar a influência do período de tempo no valor presente. Suponha os mesmos R\$ 10.000 de valores a receber, a uma taxa de desconto de 10% ao semestre e um período de tempo de dois semestres. Tem-se:

$$R\$ 10.000 / [(1 + 0,1) * (1 + 0,1)] = R\$ 8.264$$

O cálculo do valor presente apresenta diversos problemas, principalmente relacionados com a determinação da taxa de desconto. Essa taxa deveria refletir o valor do dinheiro no tempo. A Instrução da Comissão de Valores Mo-

Veja, por exemplo, lasb, p. 64, Evans (2002, p. 224) e Hendricksen e Van Breda (1999, p. 500-501).

biliários 191 previa que os valores monetários a serem recebidos pela entidade no futuro deveriam ser trazidos a valor presente utilizando a taxa de juros da Anbid.

O *valor de liquidação* corresponde ao que seria obtido pela entidade através da venda usual do ativo. Essa base de avaliação é também conhecida como *valor realizável*. Alguns autores, como Evans e Hendricksen e Van Breda, associam o valor de liquidação a venda forçada, em situações em que a continuidade futura da entidade é questionada. Nesse caso de venda forçada, o valor de liquidação reduz, de forma considerável, o valor reconhecido no ativo. Utilizar o valor de liquidação significaria reconhecer uma perda com o ativo. Por esse motivo, o uso dessa base de avaliação está restrito àquelas situações em que um ativo perde seu potencial de gerar benefício, pela obsolescência ou falta de uso, ou nas situações em que se espera que o ativo seja descontinuado.

A Estrutura Conceitual da CVM e do CPC abre a possibilidade de diversas bases de mensuração, mas destaca o custo histórico, o custo corrente, o valor realizável (valor de realização ou liquidação) e o valor presente.

Avaliação e probabilidades

Em diversas situações práticas de avaliação, é possível encontrar valores diferentes para determinados ativos e passivos. Em alguns casos, a avaliação está associada à existência de probabilidades, que refletem a chance de ocorrência de um determinado evento.

Considere um ativo cujo processo de avaliação chegou a dois resultados distintos: R\$ 40 e R\$ 35. Esses resultados dependem do cenário da economia

no futuro. Para uma situação como essa, em que a avaliação não obteve um único resultado correto, a determinação do valor que deverá constar dos relatórios contábeis pode ser feita usando o conceito de *valor esperado*. Considere que exista uma chance de 55% do valor ser R\$ 40 e 45% de ser R\$ 35. Para se determinar o valor esperado, basta multiplicar a chance de cada alternativa pelo valor associado a essa opção:

$$\text{Valor Esperado} = 55\% \times 40 + 45\% \times 35 = \text{R\$ } 37,75$$

Nessa situação simples, a entidade possuía dois cenários em que as probabilidades eram razoavelmente iguais. Em outras situações, o cálculo do valor esperado pode ser mais trabalhoso quando se tem um maior número de cenários.

Entretanto, em situações em que certas probabilidades são dominantes não é razoável usar o conceito de valor esperado. É o caso, por exemplo, de um ativo com dois valores possíveis, R\$ 40 e R\$ 35, mas com probabilidades de 95% e 5%, por exemplo. Nessas situações, a chance do valor ser R\$ 40 é muito superior à possibilidade de R\$ 35, devendo ser usado o montante de R\$ 40. Em outras palavras, o conceito de valor esperado é adequado de ser usado quando os cenários possíveis são razoavelmente equivalentes.

Pesquisa

A pesquisa sobre ativos em Contabilidade sofreu uma grande mudança nos últimos anos. De trabalhos genéricos, que discutiam o conceito de ativo, seu reconhecimento e mensuração, as novas pesquisas estão mais centradas, abordando temas mais específicos, como o ativo ambiental, o *goodwill*, depreciação, capital intelectual, entre outros. Isso significa dizer que existe um campo ainda a explorar nessas pesquisas, desde que seu foco seja itens do balanço patrimonial.

Uma pesquisa recente, mas ao mesmo tempo abrangente no que diz respeito ao seu foco, foi realizada por Cardoso e Aquino (2009). Os autores discutiram a questão da vaguidade semântica dos itens que compõem o ativo. O ativo é tradicionalmente dividido em circulante e não circulante, conforme uma escala de liquidez. Entretanto, existe uma “área cinzenta”, onde um ativo é arbitrariamente classificado e isto pode gerar problemas para os usuários das informações contábeis.

Exercícios

1. “Ativos são bens e direitos”. Por que não podemos usar esta definição? Discuta essa definição em confronto com a definição do Iasb. Apresente situações em que essa definição não é válida.
2. Um indivíduo comprou um bilhete de loteria esportiva por R\$ 10. O prêmio corresponde a R\$ 1 milhão e a probabilidade de vencer é de 1 para 100 milhões.
 - a) Com base nesses valores, é possível afirmar que esse bilhete corresponde a um ativo?
 - b) Qual o valor esperado para a situação?
 - c) Admita que o prêmio permaneça R\$1 milhão, mas que a probabilidade de vencer seja de 1 para 1 milhão. Qual o novo valor esperado? O bilhete é um ativo? Em caso afirmativo, como seria sua avaliação utilizando o custo histórico e o valor justo?
 - d) Suponha que o bilhete que foi comprado por R\$ 10 possa ser vendido para terceiros por R\$ 6,00. O bilhete é um ativo? Como seria a sua avaliação?
 - e) Em sua opinião, qual a melhor forma de avaliar um bilhete de loteria esportiva?
3. Uma imobiliária adquiriu um terreno em Belo Horizonte por R\$ 200.000. A área adquirida foi vendida para que seja construído prédio de seis andares. A imobiliária adquiriu o terreno por um valor acima do mercado, que é de R\$ 120.000, pois acredita que os vereadores irão modificar o número máximo de andares permitido na região para doze andares. Entretanto, protestos dos moradores da região e a pressão da imprensa fizeram com que as perspectivas de alteração da altura do prédio se tornassem duvidosas. A câmara dos vereadores irá reunir-se no início do próximo ano. Apesar dos problemas, a imobiliária está otimista e acredita ser possível a aprovação da expansão pretendida. Qual o valor que deverá ser considerado no final do ano para o terreno? Justifique sua resposta.
4. Um nome pode ser um ativo? Em 2010, o endereço sex.com foi vendido por 13 milhões de dólares. Usando o conceito do capítulo, discuta se o nome de um endereço na Internet pode ser considerado um ativo.

5. Segundo uma notícia publicada num jornal, a empresa Mineração Brasileira de Ferro (MBF) estaria vendendo os direitos de exploração de minério de ferro, no município de Caetité, Bahia. Os estudos indicavam, na época, a existência de 4 bilhões de toneladas de minério, sendo 80% com baixa concentração de ferro. Brito (2005).
O crescimento da demanda por minério de ferro, em razão principalmente da demanda da China, alteraram o perfil do setor, tornando viáveis reservas com baixo teor de ferro. No Brasil, o detentor do direito de exploração de uma reserva pode negociá-lo no mercado, sendo necessário averbar o contrato no DNPM. A MBF possuía 60 direitos no Brasil. Com base nessas informações, responda às questões a seguir:
 - a) A mina que está sendo leiloada é um ativo? Use a definição do Iasb.
 - b) Para o comprador, qual o valor que será registrado?
 - c) Considere a Figura 5.4. Qual seria a base de avaliação utilizada?
 - d) Como será levada a resultado a venda na empresa MBF?
6. Quase 30 anos depois de sua morte, Elvis Presley ainda significa dinheiro. Lisa Marie vendeu 85% dos negócios deixados pelo pai para uma empresa denominada CKX Inc. por US\$ 100 milhões. Além disso, Lisa Marie receberá por serviços de consultoria durante 10 anos. A ex-esposa de Presley, Priscilla, também irá receber dinheiro e terá um contrato com a empresa. Determine o que deve ser considerado ativo na contabilidade da herdeira de Presley. Certifique que os itens considerados satisfaçam à definição de ativo.
7. Uma situação parecida com a do exercício anterior diz respeito à empresa Berkshire Hathaway, cujo valor de mercado é de 137 bilhões de dólares. Esta empresa é acionista importante da Coca-Cola, da Gillette e de uma das maiores seguradoras do mundo. Parte desse valor é decorrente de uma única pessoa: Warren Buffett, o mago de Omaha. Esse bilionário é uma lenda no mundo de investimentos. Com uma fortuna pessoal um pouco abaixo da de Gates, podemos dizer que Buffett é Berkshire ou Berkshire é Buffett. Com base nisto, seria possível afirmar que Buffett seria um ativo? Justifique sua resposta com base na definição de ativo.
8. Novamente, explorando a definição de ativo, noticiou-se que logo após a descoberta do namoro entre a modelo Raica e o então jogador Ronaldo, a modelo teve seu cachê na Fashion Rio inflacionado em 60% pelo “fator Ronaldo”. Discuta se isto pode ser considerado um ativo.

9. O acordo de Kyoto determinou que países que conseguirem um progresso na redução de poluição ganham “créditos” (no sentido popular da palavra, não no sentido contábil) que podem vender para outros países que não atingiram as metas propostas. Com base nestas informações, podemos definir estes “créditos” como ativo? Como poderiam ser mensurados?
10. Existe ativo no mundo virtual? A resposta é sim. Os chamados jogos *multiplayer on line role-playing* estão atraindo cada vez mais pessoas. A revista *The Economist* faz uma resenha sobre o livro *Synthetic worlds: the business and culture of on line games*, de Edward Castronova. Esse pesquisador analisou esses jogos sob a ótica econômica. Nesse mundo sintético, cresce cada vez mais o comércio de itens como poções, ouro, espadas etc. Isso significa que os itens dos jogos possuem valor. A estimativa de Castronova é que “trabalhando” no mundo virtual seria possível gerar US\$ 3,5 por hora. Na China existiriam empresas que contratam pessoas para jogar o dia inteiro e obter lucro vendendo os produtos gerados para outros jogadores por dinheiro real. Terra e outras propriedades têm um preço elevado: um jogador de *Project Entropia* pagou \$ 26.500 por uma ilha num mundo virtual em 2004. E obteve retorno vendendo direitos de caça e mineração a outros jogadores. É um ativo? Verifique se satisfaz à definição de ativo. Como seria mensurado?
11. Estamos numa época em que se estuda a adoção do valor justo no lugar do custo histórico. Isto significa dizer que alterações ocorridas no mercado em que os ativos de uma empresa são negociados devem refletir a mensuração da empresa. Pergunta-se:
 - a) Qual o efeito das mudanças no resultado?
 - b) Como se poderiam mensurar os ativos que não possuem valor de mercado?
 - c) Em sua opinião, para os casos de ativos sem valor de mercado, sua estimativa seria mais objetiva ou subjetiva?
 - d) As estimativas realizadas pela entidade seriam mais difíceis ou mais fáceis de serem comprovadas?
 - e) Nestas situações, como seria o comportamento potencial de pessoas sem ética?
 - f) O poder dos auditores independentes seria maior ou menor? E sua responsabilidade? Justifique sua resposta. Verifique também que tipo

de conhecimento seria necessário para um auditor moderno nesta situação.

- g) Em sua opinião, a mensuração contábil ficaria mais complexa?
12. Segundo o capítulo, no cálculo do valor presente é necessária a determinação da taxa de desconto. Pesquise para saber como seria determinada essa taxa no Brasil.
 13. No processo de privatização de diversos bancos no Brasil, em especial os ex-bancos estaduais, um dos maiores atrativos para potenciais compradores era a possibilidade de administrar a folha de pagamento dos servidores públicos (conta-salário). Per-
gunta-se:

Ribeiro (2006).

 - a) Isso poderia ser classificado como um ativo?
 - b) Como seria possível sua mensuração?
 - c) Numa reportagem de um jornal brasileiro, afirmou-se que “*o principal ativo desses bancos é justamente a administração da folha de pagamento do funcionalismo dos Estados e de suas empresas*”. Essa afirmação estaria de acordo com sua resposta anterior?
 14. Tem-se observado nos últimos anos que algumas empresas brasileiras estão se expandindo para o exterior. Em alguns casos, como ocorre com a Marcopolo, a Vale, a Gerdau ou a Embraer, o volume dos ativos no exterior já está se tornando superior ao existente no Brasil. Discuta como isso afetaria a avaliação do ativo dessas empresas.
 15. Os países pobres que realizam projetos ambientais de captura de gases poluentes, reflorestamento e outros podem receber um Certificado de Redução de Emissão (CER) que é quantificado, auditado e formalizado, podendo ser vendido no primeiro mundo. A Chicago Climate Exchange é uma das bolsas que
negociam ativos ambientais. Em 2006, a Suzano
Papel e Celulose colocou 3 milhões de toneladas de créditos de carbono à venda nesta bolsa. Em 2004, a tonelada era negociada a US\$ 1,17 e na metade de 2006 já valia US\$ 4,60.

Barros e Camba (2006).

 - a) Existe ativo ambiental? Verifique se satisfaz à definição do Iasb.
 - b) Como poderia ser feita a mensuração? E o seu reconhecimento?
 16. A contabilização de ativos biológicos pode ser feita na entidade. Entretanto, nem todo ativo ambiental existente num determinado país aparecerá nas

demonstrações contábeis das empresas daquela nação. Usando a definição de ativo estudada no capítulo, qual seria a razão do fato de que o total do ativo ambiental registrado nos balanços das empresas ser inferior ao ativo ambiental existente num determinado país?

Referências

- BARROS, Bettina; CAMBA, Daniele. Lucro ambiental. *Valor Econômico*, 18 ago. 2006.
- BRITO, Agnaldo. *Começa a disputa pelo minério de ferro da Bahia. Estado de S. Paulo*, 22 jun. 2005, p. B14.
- CARDOSO, Ricardo L.; AQUINO, André C. Uma investigação via experimento sobre a vaguidade no lado esquerdo do balanço patrimonial. *Brazilian Business Review*, v. 6, nº 2, 2009.
- EVANS, Thomas. *Accounting theory*. Cincinnati: South-Western, 2002.
- HENDRIKSEN, Eldon; VAN BREDA, Michael. *Accounting theory*. São Paulo: Atlas, 1999.
- IASC. *Normas internacionais de contabilidade 2001*. São Paulo: IBRACON/IASC, 2001.
- KAM, Vernon. *Accounting theory*. New York: John Wiley, 1990.
- RIBEIRO, Alex. Conta salário afeta venda de Besc e BEP. *Valor Econômico*, 9 out. 2006.
- SAMUELSON, Richard. The concept of assets in accounting theory. In: SCHOEDER, Richard; CLARK, Myrtle. *Accounting theory*. 6. ed. New York: John Wiley, 1998.
- SANT'ANA, Lourival. Concessões públicas viraram patrimônio. *Estado de S. Paulo*, 29 abr. 2007, p. B13.
- SCHUETZE, Walter. What are assets and liabilities? Where is true north? (accounting that my sister would understand). *Abacus*, v. 37, nº 1, p. 1-25, 2001.
- THE ECONOMIST. Worlds without end – on line gaming. Londres: *The Economist*, 17 dez. 2005.
- VILARDAGA, Vicente. Marca ganha importância nas avaliações. *Gazeta Mercantil*, 19 jan. 1998, p. C1.
- WOLK, Harry; TEARNEY, Michael. *Accounting theory*. 4. ed. Cincinnati: South-Western, 1997.

Ativos de longo prazo e teste de imparidade

OBJETIVO DE APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você aprenderá:

1. Caracterizar o reconhecimento e a mensuração dos ativos de longo prazo.
 2. Discutir o ativo intangível.
 3. Mostrar o significado e funcionamento da imparidade.
-

Introdução

Os ativos de longo prazo geralmente representam importante parcela dos recursos que são investidos por uma entidade. Por serem recursos que terão influência no longo prazo, o reconhecimento e a mensuração contábil tem sido objeto de atenção pelos órgãos normatizadores da área contábil.

Os ativos de longo prazo caracterizam-se por serem utilizados na fabricação de bens ou na prestação de serviços, onde se espera que o processo de fabricação ocorra por mais de um exercício social.

Ativos de longo prazo

No Capítulo 5 estudamos a definição de ativo. A primeira condição para que um ativo de longo prazo seja

Objetivo 1:
Reconhecimento e mensuração

considerado como tal é satisfazer esta definição, sem o que não podemos iniciar seu processo de reconhecimento e mensuração. Isto será muito claro, por exemplo, na norma do CPC (CPC 27) sobre ativo imobilizado, que determina as condições necessárias para o reconhecimento: a existência de futuros benefícios econômicos associados ao item que deverão fluir para entidade.

Uma segunda condição é imposta pelo CPC 27: a necessidade de que o custo do item seja mensurado de forma confiável. Isso, de certa forma, impede que alguns ativos de longo prazo sejam evidenciados, apesar de satisfazerem a definição (vide Figura 5.3 do Capítulo 5).

Em certas situações, a determinação do custo é fácil. Assim, num imobilizado adquirido, devem-se considerar todos os gastos necessários para permitir que a entidade possa gerar riqueza. Isso inclui exigências legais, substituição regular de partes deste ativo, impostos não recuperáveis, entre outros., Mas não inclui, por exemplo, os gastos com manutenção periódica, que devem ser levados a resultado e não capitalizados.

Em termos de mensuração, existem basicamente dois métodos. Quando da aquisição, pode-se utilizar o valor da transação, ou método do custo histórico. Com o passar do tempo, o valor é ajustado pela depreciação e pela redução ao valor recuperável, conforme será analisado mais adiante neste capítulo.

Uma forma de aproximar a mensuração do ativo ao valor justo é através de uma nova avaliação ou *reavaliação*. Neste sentido, é importante destacar que a Lei nº 11.638, contrariando as normas internacionais, veda a reavaliação no Brasil. Este processo pode ser realizado por avaliadores que possuem experiência neste tipo de serviço. Se o procedimento puder ser realizado de forma regular, o valor contábil deve estar próximo ao valor justo.

A reavaliação pode aumentar ou diminuir o valor do ativo. As normas internacionais (e também o CPC) recomendam um tratamento que entendemos ser contraditório, já que varia conforme o resultado (Figura 6.1). Percebe-se que dependendo das circunstâncias, o valor obtido na reavaliação poderá ou não influenciar o resultado do período.

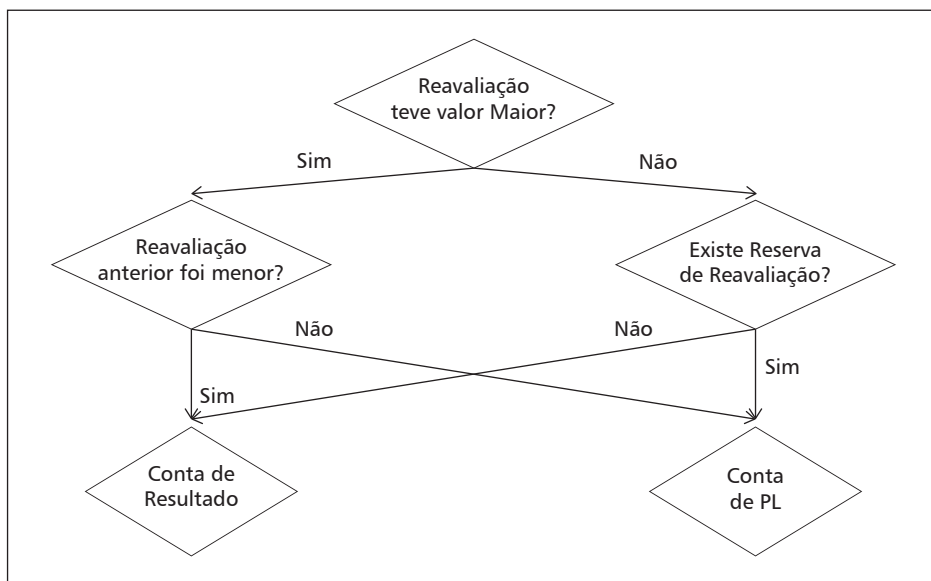


Figura 6.1 Contabilidade da reavaliação, conforme CPC 27.

Ativo intangível

Dentre os ativos, o intangível é aquele que talvez desperte maior atenção no imaginário dos contadores e dos usuários das informações contábeis. É importante salientar dois erros comuns quando se trata deste assunto. Em primeiro lugar, este tema não é recente na contabilidade. Em segundo lugar, existe uma confusão nos termos, sendo intangível confundido com *goodwill*, marca etc. O termo *intangível* diz respeito a qualquer ativo que não possui forma física, incluindo aqui, por exemplo, a marca, direitos autorais, carteira de clientes e patentes.

Objetivo 2: Ativo intangível

Para ser classificado como um ativo intangível, é necessário satisfazer a definição de ativo. No Brasil, com a norma do CPC 04, adicionou-se a necessidade de que o ativo seja identificável. Esta norma considerou este aspecto como a distinção entre o intangível do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura, ou *goodwill*. Para que um ativo seja identificável, é necessário que seja separável, podendo ser negociado de forma individual, e resultar de direitos contratuais.

Esta caracterização da norma termina por restringir a abrangência do intangível, no que diz respeito ao seu reconhecimento e mensuração. De certa forma, pode-se perceber a preocupação com a questão do controle. Neste sentido, o CPC 04 afirma que “a ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle”, apesar de destacar que isto não é imprescindível.

A esta questão soma-se que o reconhecimento pressupõe a confiabilidade na medida conforme a Figura 5.3. A consequência disto é que muitos casos de intangíveis não são reconhecidos, como, por exemplo, no *goodwill* gerado dentro da entidade.

Após o reconhecimento, o intangível deve ser baixado, ao longo do tempo, em razão da sua vida útil. Este ativo também pode ser baixado, numa única vez, em razão da venda ou da incapacidade de gerar riqueza futura. É importante lembrar que o intangível também está sujeito ao teste de *impairment*, que será discutido a seguir.

Impairment

Objetivo 3: Imparidade

A questão do *impairment* apresenta-se de forma inédita em nosso país através do pronunciamento técnico do CPC 01 (Redução do Valor Recuperável do Ativo). Este pronunciamento, por sua vez, está baseado na norma internacional de contabilidade IAS 36 do Iasb, denominado *Impairment of Assets*, de 1998. Este pronunciamento do Iasb foi posteriormente alterado em 2003 e 2004. O principal objetivo é assegurar que um ativo não seja avaliado por um valor superior ao valor recuperável.

Apesar de o escopo ser amplo o suficiente para incluir todos os ativos, a existência de pronunciamentos específicos para certos itens do balanço (como estoques e impostos) termina por restringir o escopo da norma.

A adoção da Redução do Valor Recuperável do Ativo ou Imparidade apresenta duas características da contabilidade dos dias atuais. A primeira característica refere-se ao *abandono da objetividade* como fim último da prática contábil. Anteriormente, a contabilidade estava preocupada em registrar os valores de forma mais objetiva possível. Isto significava a utilização habitual do custo histórico como base para o processo de avaliação. Conforme será demonstrado neste capítulo, a imparidade faz com que regularmente a contabilidade verifique se o valor contábil está condizente com o denominado valor recuperável.

A segunda característica diz respeito à profunda *influência da teoria moderna de finanças*. Com efeito, a imparidade exige que a contabilidade projete fluxos de caixa, determine uma taxa de desconto, faça uma análise dos valores em perpetuidade e encontre o valor presente dos ativos de uma empresa. Para aplicação da imparidade, é necessário que vários conhecimentos da administração financeira sejam aplicados. Mas a influência está presente não somente nos instrumentos usados, quanto também nos pressupostos de eficiência de mercado. É interessante notar que a CPC 01 faz questão de definir o *mercado ativo*: aquele onde os bens são homogêneos, os participantes – vendedores e compradores – são encontrados a qualquer momento para fazer negócios e os preços estão disponíveis para o público. Esta definição é típica da teoria moderna de finanças.

Valor

Um determinado bem possui dois valores: o *valor em uso* e o *valor de troca*. Esta distinção é dos tempos de Aristóteles, filósofo grego que viveu entre 384 a 322 antes de Cristo. Aristóteles usava o exemplo da sandália para distinguir os dois conceitos. Uma sandália quando está sendo usada por uma pessoa possui um valor em uso. Entretanto, a mesma sandália pode ser comercializada no mercado local e por isto ter um valor de troca. De maneira geral, quando o valor de troca é superior ao valor em uso, as pessoas tendem a vender um determinado bem. Entretanto, quando o valor em uso é superior, as pessoas tendem a não se desfazer do bem.

Existem algumas situações em que determinado bem pode não ter valor de troca, mas possuir valor em uso. No livro *A meta*, de Eliyahu Goldratt e Jeff Cos, existe um exemplo interessante de uma máquina antiga e obsoleta que não possuía valor de troca, mas que passou a ser usada no processo produtivo para eliminar um gargalo na produção da empresa. Também é possível encontrar exemplos práticos em que um bem somente possui valor de troca. Um terreno que a empresa não pretende usar e que atualmente está abandonado pode ser vendido no mercado e, por isso, possui valor de troca, mas não valor em uso. Outra situação é um ativo que pode ser alienado, onde as receitas que serão obtidas pelo ativo são as oriundas da venda.

É interessante notar que a distinção entre valor em uso e valor de troca é ainda hoje útil. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no seu pri-

meio pronunciamento técnico (CPC 01), utiliza as expressões *valor em uso* e *valor líquido de venda*. O *valor em uso* corresponde ao valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, resultante do uso de um ativo. Em outras palavras, o valor em uso corresponde à riqueza que será gerada por um ativo no seu uso numa empresa. Já o *valor líquido de venda* refere-se ao montante que pode ser obtido pela venda de um ativo, retirando as despesas com a venda. O CPC esclarece ainda que esta venda deva ser entre partes conhecedoras e interessadas. Entretanto, existem algumas situações em que não é possível determinar este valor por não existir a possibilidade de se ter uma estimativa confiável. Em tais situações, utiliza-se o valor de uso como critério para o valor recuperável.

Considere o exemplo de um imóvel que a empresa possui e que atualmente está alugado. O imóvel pode ser vendido por R\$ 80.000. Mas para que a venda aconteça, a empresa precisa anunciar o imóvel (R\$ 200), incorrer em despesas de cartório (R\$ 700) e pagar impostos de transmissão (R\$ 2.400). Ou seja, do valor bruto de R\$ 80 mil, a estimativa é receber R\$ 76.700. Este é o *valor líquido de venda*.

O cálculo do valor em uso é um pouco mais complicado. Considere que este imóvel esteja alugado e que a empresa receba um valor bruto de R\$ 900. Quando se retiram as despesas com este aluguel, tais como comissões e impostos, o valor recebido reduz para R\$ 800. Para obter o valor em uso, é necessário estimar os fluxos de caixa futuro e trazer a valor presente. Vamos considerar então que os R\$ 800 sejam os fluxos de caixa para os próximos anos. Ou seja, admita que este fluxo seja uma *perpetuidade*. A *perpetuidade* corresponde a fluxos de caixa constante e infinito. Calcular o valor presente de uma perpetuidade é fácil. Na prática, quando se tem um fluxo com mais de cinquenta observações iguais, podemos usar a perpetuidade como uma boa aproximação.

Para trazer a valor presente os R\$ 800 que serão recebidos no futuro, é necessário ter uma taxa de desconto. Suponha que esta taxa para este exemplo seja de 1% ao mês. Conhecido o valor dos fluxos de caixa e a taxa de desconto, e sabendo que se trata de uma perpetuidade, basta dividir o valor do fluxo pela taxa: $R\$ 800 / 0,01$. O resultado, R\$ 80.000, corresponde ao *valor em uso* do imóvel.

Observe que a empresa obtém mais valor alugando o imóvel do que vendendo. Ou seja, o valor em uso é superior ao valor líquido de venda. Ou seja, provavelmente a empresa não deverá vender o imóvel. Se o resultado fosse o contrário, seria interessante a venda.

Quando se compara o valor em uso e o valor líquido de venda, o maior montante corresponde a *valor recuperável*. Este é um conceito que consta no CPC 01 e será importante para o teste de imparidade. No exemplo, o valor recuperável é de R\$ 80.000.



Antes de Prosseguir

Observe que a filosofia do valor recuperável está associada à natureza do lucro, em particular ao uso do custo corrente pelo valor presente descontado. Por este conceito, o lucro corresponde à diferença entre o valor presente dos ativos no final do período menos o valor presente dos ativos no início do período, excluindo os aumentos de capital e a distribuição de dividendos [SCHROEDER et al., 2001].

Ativo desvalorizado e o reconhecimento

O valor recuperável precisa ser comparado com o *valor contábil* do ativo. Este valor corresponde ao valor histórico original que está registrado no balanço da empresa, deduzido da depreciação, amortização, exaustão ou provisão para perda. Esta comparação é a essência da imparidade e deve ser realizada no mínimo anualmente, no mesmo período.

A regra geral é que um ativo está desvalorizado quando o valor contábil é superior ao valor recuperável. Suponha que o imóvel do exemplo anterior possua um valor contábil de R\$ 90.000. Neste caso, ao comparar este montante com o valor recuperável de R\$ 80.000 tem-se uma desvalorização de R\$ 10.000.

Pela CPC 01, a desvalorização pode ocorrer em razão de eventos como:

- a) redução do valor de mercado do ativo, mais do que o previsto;
- b) mudanças no ambiente onde a empresa opera, com efeitos negativos sobre o ativo;
- c) variação na taxa de juros ou outras taxas que podem afetar a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso;
- d) obsolescência ou dano físico do ativo;
- e) mudanças que afetem a forma como o ativo é ou será utilizado; e

- f) evidência de que o desempenho do ativo é ou será pior que o esperado anteriormente.

O CPC considera também quando o valor contábil do patrimônio líquido de uma entidade for superior ao valor das ações no mercado. Nestas situações, existiria uma evidência de que a mensuração contábil atual do ativo da entidade estaria valorizada.

Suponha um computador que uma empresa adquiriu há um ano por R\$ 3 mil. Este ativo possui vida útil de cinco anos e ao final deste período a empresa irá doar o equipamento para uma instituição de caridade. Atualmente, um equipamento como este, com um ano de vida, é adquirido no mercado usado por R\$ 2.200. Mas este equipamento deverá gerar fluxos de caixa para a empresa de R\$ 1.000 nos próximos quatro anos. A taxa de desconto é de 12% ao ano. Com estas informações podemos calcular o valor em uso, o valor de troca e o valor contábil.

O valor contábil é obtido subtraindo-se o valor de aquisição, R\$ 3 mil, pela depreciação do período, que corresponde a R\$ 600 ou R\$ 3.000/5 anos. Em outras palavras, o valor contábil é de R\$ 2.400. Como já se conhece o valor de troca, de R\$ 2.200, falta calcular o valor em uso. Neste caso temos os seguintes fluxos de caixa:

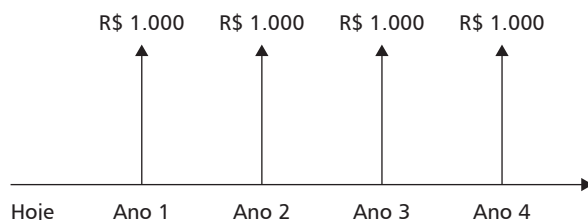


Figura 6.2 Exemplo de valor contábil.

Para encontrar o valor em uso do computador, é necessário trazer todos os fluxos de caixa a valor presente. Esta é uma operação trivial da matemática financeira que pode ser também feita da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \text{Valor em uso} &= \frac{1.000}{(1 + 0,12)^1} + \frac{1.000}{(1 + 0,12)^2} + \frac{1.000}{(1 + 0,12)^3} + \frac{1.000}{(1 + 0,12)^4} \\ \text{Valor em uso} &= 892,86 + 797,19 + 711,78 + 635,52 = \text{R\$ } 3.037,35 \end{aligned}$$

A primeira etapa é comparar o valor em uso e o valor de troca e escolher o maior deles. Neste caso, o valor recuperável é de R\$ 3.037,35, pois o valor em uso é superior ao valor de troca. A segunda etapa é comparar o valor contábil com o valor recuperável. Aqui, no exemplo, o valor recuperável é superior ao valor contábil, indicando que o computador não está registrado na contabilidade por um valor superior ao valor recuperável.

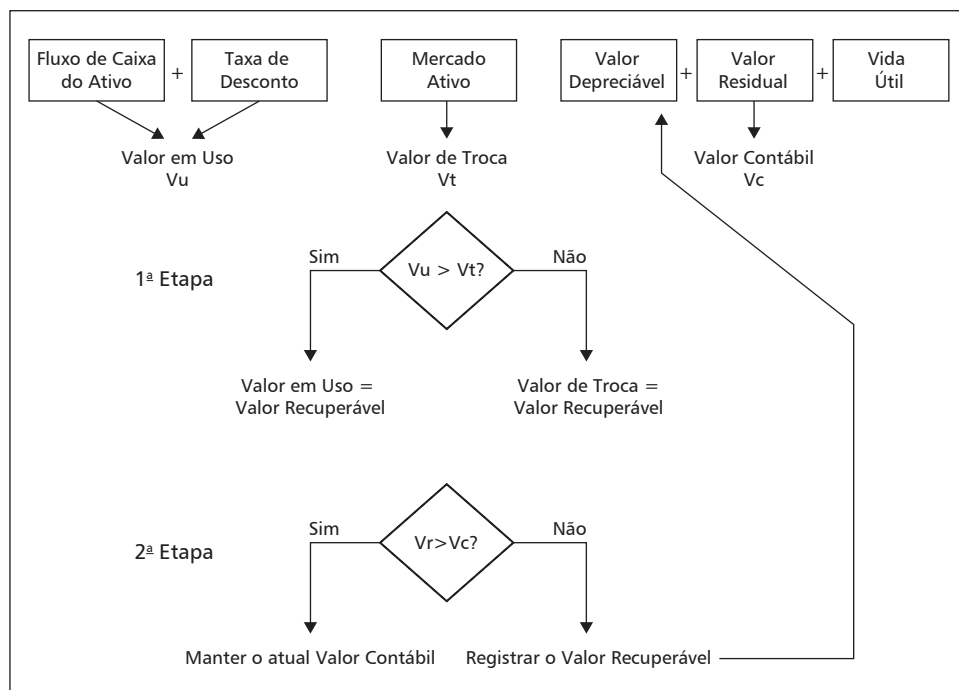


Figura 6.3 Etapas do teste de imparidade.

A Figura 6.3 apresenta, de forma resumida, as etapas que compõem o teste de imparidade e que foi utilizado no exemplo anterior.

Considere que logo após a empresa ter realizado este cálculo, anunciou-se uma nova versão do sistema de informação usado no computador. Isto fará com que o, fluxo de caixa previsto reduza de R\$ 1 mil para R\$ 700 por período. Novos cálculos para o valor em uso foram realizados com este valor:

$$\text{Valor em uso} = \frac{700}{(1 + 0,12)^1} + \frac{700}{(1 + 0,12)^2} + \frac{700}{(1 + 0,12)^3} + \frac{700}{(1 + 0,12)^4}$$

$$\text{Valor em uso} = 625,00 + 558,04 + 498,25 + 444,86 = \text{R\$ } 2.126,14$$

Agora, o valor em uso é menor que o valor de troca. A primeira etapa mostra que o valor recuperável reduziu de R\$ 3.037,35 para R\$ 2.200. A segunda etapa informa que o valor contábil é superior ao valor em uso. Em outras palavras, o ativo sofreu desvalorização em razão de uma mudança no ambiente, no caso a mudança no sistema de informação.

Constatado que o valor recuperável é menor que o valor contábil, e somente neste caso, é necessário reconhecer a perda por desvalorização do ativo. Este reconhecimento deve ocorrer imediatamente no resultado do período. A única exceção são os ativos que no passado sofreram o processo de reavaliação. Neste caso, a contrapartida deverá ser o saldo de reavaliação existente.

Após o reconhecimento, o valor depreciável é modificado e, por consequência, teremos uma nova base de cálculo para a depreciação, amortização ou exaustão para os períodos futuros.

Na segunda parte do exemplo apresentado, a diferença entre o valor recuperável (R\$ 2.200) e o valor contábil (R\$ 2.400) deve ser levada a resultado. O novo valor depreciável passa ser de R\$ 2.200.

Processo de estimativa

Como pode ser notado, o teste de imparidade depende de estimativas. Em algumas situações, estas estimativas são bastante razoáveis aos valores reais. É o caso, por exemplo, do valor de troca de um automóvel. Em outras situações, cálculos menos complexos podem ser feitos como uma aproximação dos valores que seriam obtidos. Geralmente, os imóveis residenciais possuem um valor que corresponde ao valor obtido com o aluguel dividido por uma taxa entre 0,8% e 1%. Esta forma de cálculo simplista pode ser usada em lugar da projeção.

Para determinar o valor líquido de venda, o CPC 01 estabelece uma hierarquia no que se considera a melhor estimativa. Esta hierarquia encontra-se na Figura 6.4.

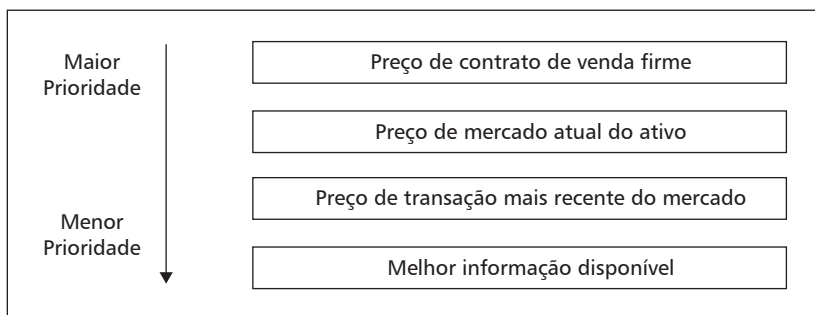


Figura 6.4 *Determinação do valor líquido de venda.*

A melhor escolha é o preço que seria praticado num contrato de venda firme, onde as partes são conhecedoras. Caso isto não seja possível, a alternativa é usar o preço de mercado atual do ativo. Na ausência deste, o preço de transação mais recente do mercado. Finalmente, caso nenhuma das três alternativas esteja disponível, devem-se usar as informações que estão disponíveis, inclusive a de transações recentes de ativos semelhantes. Em todos estes casos é importante deduzir as despesas vinculadas ao processo de venda do ativo.

Já a estimativa do Valor em Uso geralmente é mais complicada. Conforme destacado na Figura 6.3 para obter esse valor é necessário estimar os fluxos de caixa futuro e a taxa de desconto apropriada.

No exemplo apresentado anteriormente, referente ao computador, foi usado um único valor para os fluxos de caixa de cada período e uma única taxa. A norma do CPC 01 denomina esta abordagem de tradicional. Uma das vantagens desta abordagem é a sua facilidade de aplicação. Entretanto, segundo a norma, esta abordagem pode não ser adequada em situações mais complexas.

Como alternativa mais viável, a norma propõe a abordagem do Fluxo de Caixa Esperado.

Como é de esperar, o uso desta ferramenta é mais eficaz. Assim, em lugar de uma estimativa para os fluxos de caixa, são calculadas previsões com a respectiva probabilidade.

Considere o exemplo do computador, já apresentado. O valor estimado dos fluxos de caixa foi de R\$ 1.000. Suponha que a empresa esteja trabalhando com três cenários: mais provável, com fluxo de R\$ 1.000; pessimista, com fluxo de R\$ 800; e otimista com fluxo de R\$ 1.400. Além de estimar o fluxo, é necessário estimar as probabilidades de cada cenário, que neste caso são de

50% (provável), 30% (pessimista) e 20% (otimista). Com estas informações é possível calcular o fluxo de caixa esperado multiplicando o valor dos fluxos com as probabilidades:

$$\text{Fluxo de Caixa Esperado} = 50\% \times \text{R\$ } 1.000 + 30\% \times 800 + 20\% \times 1.400 = \text{R\$ } 1.020$$

Observe que neste caso o fluxo de caixa é um pouco superior ao montante usado anteriormente. A razão disto é o uso de probabilidade. É interessante notar que apesar de o cenário intermediário ser o mais provável, deve-se usar o valor obtido anteriormente.

Com respeito a esta parte técnica da norma, duas críticas podem ser apresentadas. A primeira é que apesar do incentivo a uma abordagem não tradicional, a proposta do CPC ainda é muito simplista. O CPC 01 apresenta situações em que a distribuição de probabilidade é discreta e não contínua. Uma distribuição de probabilidade contínua, como é o caso da curva normal, apresenta um grau técnico de qualidade na estimativa muito mais elevada.

A segunda crítica é que o fluxo de caixa esperado pode não ser a única, e em alguns casos a melhor, técnica. Técnicas como opções reais, CFROI ou simulações são alternativas disponíveis e interessantes.

A estimativa da taxa de desconto deve visar ao valor temporal do dinheiro mais riscos específicos do ativo, não devendo ser considerados os que não são relevantes. A norma afirma que se deve levar em consideração o risco-país, o risco da moeda e o risco de preço.

Um ponto de partida para estimar a taxa de desconto é apurar o custo médio ponderado de capital (CMPC). A expressão deste custo médio é a seguinte:

$$\text{CMPC} = [(\% \text{ Dívida} \times \text{Custo da Dívida}) + (\% \text{ PL} \times \text{Custo do PL})]$$

Esta fórmula é bastante conhecida nos livros de finanças e deve ser calculada considerando o valor de mercado da dívida e do capital próprio. Na prática, erroneamente, usa-se o valor contábil.

De forma acertada, a CPC 01 afirma que “as taxas de juros [sic, o correto seria taxa de desconto] utilizadas para descontar fluxos de caixa não devem refletir riscos pelos quais os fluxos de caixa estimados foram ajustados”. Entretanto, a norma estimula incluir o risco-país, da moeda e de preços, que

provavelmente já deveriam estar refletidos nas probabilidades, caracterizando uma dupla contagem.

A norma faz diversos esclarecimentos de caráter técnico sobre o valor em uso, algumas delas de forma repetida, entre as quais se destacam:

- a) se a empresa usar fluxos de caixa nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação, deve também usar uma taxa de desconto nominal. Caso a opção seja fluxos de caixa reais, o desconto deve ser feito por uma taxa sem os efeitos da inflação futura;
- b) o ativo deve ser avaliado na sua condição atual, sem levar em conta futuras alterações;
- c) não devem ser computados no fluxo de caixa os valores correspondentes ao caixa derivado das atividades de financiamento ou pagamentos e recebimentos de tributos sobre renda; e
- d) os fluxos de caixa em moeda estrangeira devem ser inicialmente trazidos a valor presente usando uma taxa de desconto adequada à moeda. Encontrado o valor em moeda estrangeira, deve ser feita a conversão usando a taxa de câmbio a vista na data do cálculo do valor em uso.

Com respeito ao processo de mensuração do valor em uso, é possível fazer três críticas. Em primeiro lugar, o processo de mensuração do valor em uso envolve estimativas mais subjetivas. E maior subjetividade representa maiores possibilidades de manipulação dos resultados da empresa. Neste caso, como o processo depende de uma série de pressupostos, torna-se, na maioria das situações, difícil contestar os valores obtidos.

A segunda crítica refere-se à possibilidade de erro na mensuração. Fernandez (2008) demonstrou que em situações práticas se cometem muitos erros, que afetam e reduzem a qualidade da informação. Alguns dos problemas apontados por este autor, mas não todos, estão contemplados no CPC 01, como é o caso do uso de valores contábeis para estimar o custo do capital.

Finalmente, algumas das opções de cálculo do CPC 01 são questionáveis ou restritivas demais. O CPC 01 enfatiza a necessidade de utilização dos fluxos de caixa operacional antes de impostos. Entretanto, Fernandez demonstra que é possível usar outros fluxos, como os fluxos de caixa para o acionista, e obter o mesmo resultado. Além disso, a ênfase no uso de valor presente, como defende

o CPC 01, impede que outras técnicas de avaliação, que conduzem ao mesmo resultado numérico, sejam usadas.

Unidades Geradoras de Caixa (UGC)

A UGC é definida pelo CPC 01 como “o menor grupo identificável de ativos que gera as entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos”. Isto ocorre quando:

- a) o valor em uso não possui um valor próximo ao valor líquido de venda; e
- b) o fluxo de caixa gerado pelo ativo depende do fluxo de outros ativos.

Podemos citar como exemplo uma estrada de ferro construída numa região inóspita para transportar os produtos extraídos por uma mineradora. A estrada de ferro não possui um valor líquido de venda substancial e o valor em uso não pode ser determinado. Dessa forma, a estimativa é realizada em torno da mina a qual a estrada pertence.

Na determinação da UGC existe um julgamento por parte da entidade e por esse motivo possui um grau de subjetividade. O CPC 01 exige, no entanto, que exista uma consistência temporal na identificação da UGC. Ou seja, recomenda-se que a empresa mantenha as UGCs ao longo do tempo. Essa recomendação é uma tentativa de evitar que ocorram manipulações de resultados nesta definição.

Pesquisa

As pesquisas sobre o assunto deste capítulo geralmente estão associadas ao processo de implantação da norma ou aos efeitos sobre os resultados das empresas. Ibrahim (2006), por exemplo, discutiu a implantação do IAS 36 e a percepção com respeito aos problemas entre os contadores dos Emirados Árabes Unidos. Reinstein e Lander (2004) estudaram a implantação do SFAS 144 e a percepção dos custos e benefícios. Os efeitos sobre os resultados da imparidade foram estudados por Sevin e Schroeder (2005), que examinaram o papel do porte da empresa na administração do resultado através do SFAS 142, norma estadunidense sobre *goodwill* e outros intangíveis.

Mesmo a norma de imparidade sendo recente no Brasil, já existem algumas pesquisas sobre o assunto. Machado et al. (2013) pesquisaram a evidenciação das empresas entre as empresas que apresentaram perdas com outras empresas. As primeiras empresas evidenciaram mais do que aquelas que não sofreram perdas. Santos, Santos e Silva (2011) investigaram o comportamento de diversas variáveis sobre o reconhecimento da perda por *impairment* no setor de petróleo. A pesquisa mostrou que preço do barril, reservas provadas não desenvolvidas, relação entre reserva e produção, gastos de desenvolvimento, valorização das reservas e ganho por barril são importantes para o reconhecimento das perdas.

Cerqueira et al. (2012) pesquisaram empresas brasileiras para determinar o efeito da adoção inicial do custo atribuído e do *impairment* sobre o preço das ações. Schvirck e Giasson (2008) analisaram a questão da reavaliação em empresas brasileiras em termos do comportamento de índices de análise econômica-financeira e encontraram diferenças significativas. Assing, Avila e Alberton (2010) verificaram a relação entre reavaliação e a emissão de pareceres de auditoria independente. Entretanto, o mecanismo de reavaliação foi recentemente proibido na norma brasileira.

Na pesquisa referente aos tipos de ativos de longo prazo, merece destaque aquelas referentes ao intangível. Destacam-se, no nosso país, diversos trabalhos realizados por Antunes sobre o capital intelectual. Por exemplo, Antunes e Martins (2007) verificaram o gerenciamento do capital intelectual e o papel da controladoria.

Ono, Niyama e Rodrigues (2010) fizeram uma pesquisa no âmbito das companhias abertas brasileiras que divulgaram demonstrações contábeis na data-base de 31 de dezembro de 2008 e constataram que o nível de evidenciação do *impairment* para as empresas que ajustaram o valor contábil ao valor recuperável não foi satisfatório por não atenderem o contido no pronunciamento CPC 01.

Exercícios

1. Nos anos de bolha no mercado acionário, como ocorreu no ano de 2006, as empresas geralmente fazem transações de aquisição onde o valor envolvido apresenta um elevado ágio. Discuta os efeitos sobre o resultado

quando o mercado apresenta uma queda generalizada, como ocorreu em 2007 e 2008.

2. A Akzo Nobel é uma grande empresa no ramo de fármacos. Em 2007, a Akzo Nobel adquiriu a ICI, outra empresa do setor químico, por um valor um pouco acima de 8 bilhões de libras, o que representou um ágio de 45%. Com a crise financeira, a empresa baixou 1,2 bilhão de libras deste *goodwill*.
 - a) Qual o valor contábil da ICI?
 - b) Qual o valor do *goodwill* que não foi baixado?
 - c) As ações de ambas as empresas são negociadas no mercado acionário. Como você acha que foi feito o teste para determinar a baixa de 1,2 bilhão?
3. Em 2006, a empresa brasileira Vale do Rio Doce adquiriu a Inco, uma mineradora canadense, por 18 bilhões de dólares. Em 2009, quando o CPC 01 já estava em vigor, a empresa anunciou uma baixa de 2,4 bilhões de reais referente a essa aquisição.
 - a) No seu relatório, a Vale informou que se trata de um registro contábil, sem efeito sobre o caixa. Você concorda com esta afirmação?
 - b) Discuta a seguinte afirmação: “De fato, um ajuste desse tipo não retira dinheiro da empresa instantaneamente. Mas significa que a expectativa do momento é que esse dinheiro não entrará nos cofres da companhia no futuro, no prazo esperado na hora do investimento – nem com a operação, nem com a venda do bem.” Utilize o conceito de regime de caixa e regime de competência.
 - c) Qual seria a influência sobre os indicadores de retomo do ativo e endividamento?
4. Testar se um ativo vale o que está registrado já existia no Brasil antes da adoção do CPC 01. Você seria capaz de apresentar dois exemplos disso?
5. É possível afirmar que o Valor Recuperável e seu teste geralmente irão modificar o valor registrado pela contabilidade quando a empresa não estiver tendo um bom desempenho? Discuta.
6. Considere a seguinte reportagem, publicada em 1998:

Marca Ganha Importância nas Avaliações

[...] Adquirir uma marca nacional forte significa comprar um bom lugar no mercado ou pelo menos melhorar suas chances no disputado varejo brasileiro. [...] Diante dessa máxima, as empresas brasileiras,

principalmente aquelas que produzem bens de consumo, estão cada vez mais cuidadosas com o chamado patrimônio intangível, não palpável, e empenhadas em avaliar suas marcas, de olho em futuros negócios. Sem alarde e, às vezes, sem objetivos imediatos, grandes grupos do setor têxtil, de eletroeletrônicos, de alimentos e até clubes de futebol, como o Grêmio, já têm uma avaliação de suas marcas na gaveta. Empresas médias, como a Cobertores Parahyba, descobriram no nome seu principal patrimônio.

[...] Avaliar marcas é hoje um bom negócio para grandes consultorias como Coopers & Lybrand e Price Waterhouse. Das cerca de 60 avaliações econômicas de empresas feitas pela Coopers no ano passado, seis foram exclusivamente de marcas. Nas outras 54 o nome foi um dos ativos avaliados. A expectativa é que esses números, tanto, de avaliações de empresas como somente de nomes, aumentem neste ano, como consequência dos novos movimentos de fusões e aquisições. Muitos grupos que passaram por processo de reestruturação e decidem deixar de atuar em um determinado segmento também acabam tendo motivos para avaliar suas marcas. [...]

Consultores especializados no assunto consideram que, no final das contas, o valor de uma marca e de outros ativos intangíveis só é realmente definido no processo de negociação. Mesmo com números parecidos, vários compradores podem ter idéias diferentes do potencial de um marca. Há muitas variáveis em jogo, como a reputação do nome e a fidelidade dos clientes e qualquer análise confiável depende também de um estudo sobre a posição comercial da empresa.

Existem, no entanto, alguns critérios objetivos para fazer uma avaliação. O principal ou mais adotado pelas consultorias é o do fluxo de caixa. Nesse caso, é calculada a receita adicional proporcionada pelo diferencial de preço que a marca garante para um determinado produto.[...] A segunda forma de calcular o valor de uma marca é pelo “alívio de royalties”. Nesse caso, procura-se estabelecer o valor presente de royalties futuros que seriam pagos caso a empresa não fosse detentora da própria marca. [...] Além desses caminhos, existem os mais óbvios. Um deles é através do cálculo do custo de construção de uma nova marca.

Pede-se:

- a) O texto faz uma distinção entre avaliação de marcas e avaliação do nome no seguinte trecho: “seis foram exclusivamente de marcas. Nas outras 54, o nome foi um dos ativos avaliados”. Existe efetivamente essa distinção?

- b) Os avaliadores de marca o fazem geralmente sob encomenda da empresa, recebendo pelo serviço prestado. Na sua opinião, essa avaliação seria isenta e neutra?
 - c) Conforme o texto, “o valor de uma marca e de outros ativos só é realmente definido no processo de negociação”. Você concorda com isso?
 - d) Um dos métodos citados pelo texto é a avaliação pelos investimentos históricos em marketing. Quais seriam as limitações desse método?
 - e) É possível uma marca ter valor sem a propaganda/publicidade? Isso seria um motivo para não ativar a marca?
7. A justiça espanhola deu ganho para um acionista minoritário contra uma grande loja de varejo daquele país chamada El Corte Inglés, uma empresa sem ação negociada em bolsa. O acionista desejava vender sua ação e a empresa ofereceu o valor do patrimônio líquido apurado pela contabilidade. Alguns jornais que analisaram o caso se surpreenderam com o fato de que a contabilidade da empresa não registrava a marca da mesma. Caso esta questão legal tivesse ocorrido no Brasil, você acreditaria que a marca seria registrada como ativo da empresa?
8. Em 2005, a CVM solicitou que a Teka, fabricante de roupas de cama, mesa e banho, republicasse suas demonstrações financeiras do último trimestre de 2004. Segundo a própria auditoria da empresa, a Ernst & Young, o patrimônio líquido da Teka estava R\$ 90,7 milhões maior. O relatório da administração afirma que a marca vale R\$ 268,6 milhões e que “infelizmente, não podemos registrar este valor no nosso ativo, pois as regras contábeis brasileiras não permitem tal registro, ao contrário das normas contábeis de outros países, como por exemplo, a dos Estados Unidos da América”. Esta informação é verdadeira?
9. Algumas empresas, quando não concordam com as normas contábeis (internacionais ou de algum país) publicam as demonstrações contábeis segundo os princípios contábeis geralmente aceitos e, também, segundo o que em sua opinião seria o mais correto e adequado. As empresas chamam essas demonstrações de *pro forma*. Neste caso, as demonstrações são construídas segundo o que a empresa acredita ser o mais correto. Considere uma empresa que incluiu no seu balanço *pro forma* o valor da marca. Como isso poderia afetar o valor total do ativo?

Referências

ANTUNES, Maria Pompa; MARTINS, Eliseu. Gerenciando o capital intelectual: uma proposta baseada na controladoria de grandes empresas brasileiras. *REAd*, v. 13, nº 1, jan./abr. 2007.

ASSING, Ildefonso; AVILA, Renato V.; ALBERTON, Luiz. Atendimento às normas na reavaliação de ativos imobilizados e nos pareceres emitidos por auditoria independente. *Revista de Informação Contábil*, v. 4, nº 1, p. 1-20, jan./mar. 2010.

CERQUEIRA, Daniel et al. O impacto do reconhecimento do custo atribuído e da divulgação de impairment de ativos tangíveis e intangíveis (IFRS) sobre os preços e os retornos das ações das companhias brasileiras. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 17, nº 3, 2012.

FERNANDEZ, Pablo. *201 erros em valor de empresas*. Deusto, 2008.

IBRAHIM, Mohamed. Impairment of fixed assets. In: GREGORIOU, Greg; GABER, Mohamed. *International accounting*. Amsterdam: Elsevier, 2006.

MACHADO, Esmael et al. Evidências de disclosure de valor recuperável de ativos em firmas listadas no mercado acionário brasileiro. *Revista Universo Contábil*, v. 9, nº 1, 2013.

MELLO, Pollyanna. Empresas enfrentam teste de valor. *Valor Econômico*, 25 fev. 2009.

ONO, NIYAMA e RODRIGUES. Disclosure sobre impairment – uma análise comparativa das cias abertas brasileiras em 2008, *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 15, p. 1-21, 2010.

REINSTEIN, Alan; LANDER, Gerald. Implementing the impairment of assets requirements of SFAS 144. *Management Auditing Journal*, v. 19, nº 3, p. 400-411, 2004.

SANTOS, Odinalci; SANTOS, Ariovaldo dos; SILVA, Paula. Reconhecimento de perdas para redução ao valor recuperável de ativos: impairment em ativos de exploração e produção de petróleo. *Brazilian Business Review*, v. 8, nº 2, 2011.

SCHROEDER, Richard et al. *Accounting theory and analysis*. 7. ed. New York: John Wiley, 2004, p. 67.

SCHVIRCK, Eliandro; GIASSON, Oldair. Perfil econômico-financeiro de empresas que fazem e que não fazem reavaliação de ativos. *Brazilian Business Review*, v. 5, nº 3, p. 255-270, set./dez. 2008.

SEVIN, Suzanne; SCHROEDER, Richard. Earnings management: evidence from SFAS 142 reporting. *Management Auditing Journal*, v. 20, nº 1, p. 47-54, 2005.

Passivo

OBJETIVO DE APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você aprenderá:

1. Discutir os principais elementos da definição de passivo.
 2. Determinar o momento do reconhecimento do passivo.
 3. Apresentar os pontos específicos da mensuração do passivo.
 4. Apresentar e discutir a utilização do valor justo na mensuração dos itens patrimoniais.
 5. Discutir a importância da separação entre o passivo e patrimônio líquido.
 6. Discutir casos especiais de passivo.
-

Introdução

No Capítulo 5, estudamos o conceito do ativo, sua mensuração e reconhecimento. Este capítulo também irá discutir estes mesmos aspectos para o passivo, no seu sentido *stricto*, representando o capital de terceiros.

A questão do passivo é crucial nos dias de hoje, em que o volume destes recursos pode indicar se uma empresa é viável financeiramente ou não. É muito comum verificar se a utilização de um volume excessivo de passivo

não estaria comprometendo a saúde financeira da entidade. Por este motivo, quando se pensa no risco de uma entidade, imediatamente buscamos analisar e comparar o seu passivo com outros componentes das demonstrações financeiras.

Além dos aspectos mencionados sobre a definição, mensuração e reconhecimento do passivo, este capítulo procura estabelecer um marco na separação com o patrimônio líquido, nosso tema do Capítulo 7.

Para finalizar, iremos estudar casos especiais de passivo.

Objetivo 1: Definição do passivo.

Definição do passivo

Segundo o Comitê de Pronunciamento Contábil, passivo é “uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos”. A definição do CPC pode ser dividida em três elementos cruciais: (a) é uma obrigação atual da entidade; (b) é resultado de eventos passados; e (c) a liquidação implicará num desembolso de benefícios econômicos para esta entidade. Esta definição é a mesma adotada pelo Iasb na sua estrutura conceitual e está ilustrada na Figura 7.1.



Figura 7.1 Conceito de passivo segundo o CPC.

Considere a situação de um passivo em que a entidade já quitou a dívida. Neste caso, isto não pode constar no balanço como um passivo, pois não é uma *obrigação atual*, uma das condições necessárias para termos um passivo.

O segundo fator fundamental para que um item possa ser considerado como um passivo da entidade refere-se ao fato de que a obrigação deve ser resultado de um evento que ocorreu no passado. Suponha que uma entidade pretenda captar um empréstimo numa instituição financeira. Para isto, a entidade fez o cadastro, preencheu os formulários adequados e teve o crédito solicitado aprovado pela instituição. Apesar de todos os trâmites já cumpridos e do desejo dos administradores na captação do empréstimo, esse ainda não pode ser considerado um passivo porque a rigor o empréstimo ainda não foi assinado, inexistindo um evento passado, no caso a assinatura do empréstimo. Uma compra de mercadorias a prazo representa um evento que irá trazer para a entidade uma obrigação, ou seja, um passivo. O mesmo ocorre com o uso de serviços de terceiros. Entretanto, existem certas situações em que a determinação se um evento já ocorreu no passado pode trazer certas dificuldades. É o caso, por exemplo, do contrato em que a entidade se compromete a adquirir quantidades fixas de mercadorias de um fornecedor por um preço previamente definido. Nesse caso, a assinatura do contrato criaria, por parte da entidade, um passivo? Esta situação prática mostra a dificuldade de enquadramento de certos eventos como passivo. Com respeito a este ponto, a Estrutura Conceitual do CPC destaca a necessidade de distinguir uma obrigação presente de um compromisso futuro. Uma obrigação surge quando existe uma obrigação irrevogável na qual o não cumprimento da obrigação pode causar uma penalidade significativa.

Finalmente, a existência de um passivo pressupõe que no futuro a entidade deverá liquidá-lo através do desembolso de um benefício econômico. Ou seja, o passivo pressupõe não ser possível evitar a obrigação. A liquidação da obrigação poderá ser feita de várias formas, entre as quais se destacam: pagamento em dinheiro, transferência de outros ativos, prestação de serviços, substituição de uma obrigação por outra, conversão de uma obrigação em capital e renúncia ou perda do direito do credor.

Apesar da ênfase do CPC de que uma obrigação deve ser considerada como um passivo desde que seja liquidada através de um desembolso de um benefício econômico, existe controvérsia quanto à necessidade desse elemento na definição. Um evento que satisfaça às duas primeiras condições – ocorreu

no passado e representa uma obrigação presente – pode não representar um possível desembolso para a entidade? Provavelmente não, porque a existência de uma obrigação presente pressupõe esse desembolso futuro. Diante disso, pode-se afirmar que a presença da expressão “que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos” na definição do CPC é redundante.

Outra crítica que se pode fazer à definição refere-se à expressão *se espera*, que é desnecessária, uma vez que a definição do passivo para o Iasb, a exemplo do que ocorre com o ativo, está orientada para o futuro. E o futuro está necessariamente associado à incerteza.

De maneira geral, um passivo é resultante de uma transação em que uma entidade obtém um recurso econômico. Uma dívida com um fornecedor é originária da compra de insumos para entidade. Entretanto, existem passivos que podem surgir por imposição do governo, sob a forma de tributos, ou do sistema judiciário, em decorrência de uma decisão judicial.

É importante destacar que a definição apresentada não é legalista. Reconhece, portanto, que um passivo pode estar ou não associado a um contrato. Apesar de existirem diversos passivos que se originam de contratos assinados, como é o caso dos empréstimos obtidos em instituições financeiras, a existência de uma base contratual não é necessária. Portanto, nem todo passivo nasce de um documento jurídico. Alguns passivos podem surgir das operações normais de uma entidade que não necessitam de um contrato, como é o caso da compra de mercadoria a prazo de um fornecedor habitual da entidade. Em outras situações, o passivo pode surgir de obrigações que a entidade assume mesmo não sendo legalmente necessário. Para exemplificar esse tipo de passivo, considere a empresa Alfa, que possui um fornecedor Beta que provocou um sinistro. O fornecedor não tem condições de arcar com as indenizações necessárias e o fato está provocando repercussões na imagem da empresa Alfa. Esta decide arcar com as indenizações diante da perspectiva de que o evento venha a prejudicar seus negócios futuros. Nessa situação, apesar de não ser legalmente responsável, a empresa Alfa reconhece a indenização como sendo um passivo.

A Estrutura Conceitual da CVM e do CPC reconhece que uma obrigação pode surgir de “práticas usuais de negócios, usos e costumes e o desejo de manter boas relações comerciais ou agir de maneira equitativa”. Como exemplo, cita a situação de uma empresa que decide corrigir defeitos dos seus produtos, mesmo quando já terminou o prazo de garantia.

Uma situação interessante de analisar refere-se ao caso das milhas aéreas das companhias de aviação. Para atrair os clientes essas empresas criaram um incentivo de conceder passagens gratuitas quando os mesmos completarem um número previamente acertado de vôos ou de milhas. O cliente tem de cumprir certas condições para usufruir a passagem. Representaria essa cortesia um passivo? Esta situação será discutida mais adiante neste capítulo.

No Capítulo 1, foi comentada a influência dos administradores na contabilidade. Provavelmente o passivo seja um dos itens mais sujeitos a pressão para não ser incluído nas demonstrações contábeis, de modo a melhorar os indicadores de endividamento. Por isso, além da dificuldade conceitual, existem certos problemas no reconhecimento do passivo.



Antes de Prosseguir

A Estrutura Conceitual da CVM e do CPC define passivo como “uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos”. É possível perceber que esta definição é muito próxima à proposta pelo Iasb.

Reconhecimento

Objetivo 2: O reconhecimento do passivo.

O reconhecimento de um passivo diz respeito ao fato de incorporar ao balanço patrimonial de uma entidade um determinado item que se enquadra na definição de passivo. O primeiro passo para o reconhecimento é satisfazer à definição de passivo. A segunda condição é que o item deve ser mensurado em bases confiáveis. Nesse sentido, a definição de passivo não ajuda muito, uma vez que definição orientada para o futuro, como é também o caso do ativo, introduz considerável subjetividade no processo de reconhecimento e mensuração. Em outros termos, cada indivíduo possui uma interpretação diferente para a expressão *se espera* da definição de passivo. Maior grau de subjetividade conduz, por sua vez, à dificuldade de convergência das informações contábeis.


No capítulo do ativo, comentou-se que o benefício econômico deve ser considerado como sendo adequadamente positivo para ser considerado como um ativo. Uma questão importante na definição de passivo é saber se é necessário para o seu reconhecimento que o benefício econômico a ser liquidado

seja suficientemente negativo. Para resposta a essa questão deve-se considerar se o passivo é certo ou se é probabilístico. Considere uma compra de uma pequena quantidade de mercadorias no valor de R\$ 45,00. Existem todos os elementos necessários para considerar um passivo, havendo um futuro sacrifício de benefício econômico. Suponha outra situação em que a entidade esteja envolvida numa questão judicial com 30% de chance de perder, efetuar o pagamento de R\$ 10 mil, e 70% de ganhar, com recebimento R\$ 4.350. O valor esperado dessa causa é de R\$ 45,00, ou $[- 30\% \times 10 \text{ mil} + 70\% \times 4,35 \text{ mil} = \text{R\$ } 45,00]$. Apesar dos valores serem os mesmos, na segunda situação existe um grau maior de incerteza referente à transação.

Analizando a definição apresentada, é razoável aceitar a necessidade de considerar a questão judicial como um passivo. Entretanto, caso se acredite que a base de mensuração não seja confiável, em decorrência da extrema dificuldade de calcular as probabilidades, o passivo não deve ser reconhecido. Em resumo, de maneira geral não deve existir a materialidade para o passivo, devendo todo item que se enquadre na definição ser reconhecido.

Outra situação de imprecisão ocorre quando a entidade faz um pedido de compra a prazo para seu fornecedor. Quando é feito o pedido, já existem todos os elementos necessários para satisfazer à definição de passivo. Entretanto, o valor do passivo dependerá das mercadorias que o fornecedor irá entregar e da presença ou não de mercadorias com defeitos e sujeitas a devolução. Isso cria uma incerteza quanto ao valor da obrigação para com o fornecedor. Diante desse fato, usa-se reconhecer esse passivo no momento em que a mercadorias são entregues.

Até esse ponto teceram-se considerações sobre o aparecimento de um passivo no balanço patrimonial. Na situação inversa, um passivo pode ser retirado da contabilidade de uma entidade de duas formas: através da quitação da obrigação, quando é feita uma transferência de um ativo, ou pela existência de um outro passivo; ou quando o passivo expira. A primeira situação é o caso mais comum e pode ser exemplificada pelo pagamento de fornecedores referente a compra de mercadorias a prazo. No segundo caso, estão as situações de garantia dos produtos, que deixam de ser passivo quando o prazo estipulado da garantia vence.

-  No primeiro semestre de 2007, a Cerberus efetuou a compra da empresa automobilística norte-americana Chrysler. O antigo proprietário, a empresa alemã Daimler, tinha pago no passado 36 bilhões de dólares pela empresa em 1998, mas acabou venden-

do a Chrysler por 7 bilhões. Do total de 7 bilhões, a Cerberus irá investir 5 bilhões de dólares na própria Chrysler. Além disto, a Daimler irá emprestar para nova empresa mais dinheiro. A estimativa é de que a Daimler desembolsou 650 milhões de dólares para entregar a Chrysler. O motivo é visível no balanço patrimonial da empresa: uma dívida de \$ 18 bilhões de passivo com empregados.

Mensuração

Objetivo 3: A mensuração do Passivo.

A mensuração do passivo deveria ser feita pelo valor presente do fluxo de caixa futuro. Entretanto, geralmente o passivo é reconhecido pelo valor de face da obrigação. Isso provavelmente acontece por três razões principais.

A primeira é que muitos passivos possuem uma data de liquidação muito próxima à data do encerramento do exercício social. Nesse caso, a utilização do valor presente não apresentaria uma diferenciação significativa do valor de face, principalmente quando a taxa de desconto é reduzida.

O segundo motivo para não se utilizar o valor presente do fluxo de caixa futuro decorre das dificuldades que são somadas ao processo de mensuração. A primeira das dificuldades de cálculo refere-se à taxa de desconto que deve ser utilizada. Nesse sentido, pode-se optar por uma taxa de juros da economia ou pela própria taxa da obrigação. Outro problema surge quando o passivo não possui data certa para liquidação, o que aumenta a incerteza do valor obtido, como é o caso de uma obrigação decorrente de um processo judicial. A entidade já perdeu na justiça a causa e sabe o valor que deverá pagar, mas o pagamento está condicionado à publicação da sentença. Nessa situação, não é possível determinar precisamente a data futura quando a entidade deve liquidar a obrigação.

A terceira razão para não se usar o valor presente do fluxo de caixa futuro está associada ao conservadorismo. Ao adotar o valor presente, o montante das obrigações apresentado no Balanço Patrimonial de uma entidade é menor do que o que seria apresentado quando se utiliza o valor de face.

Entretanto, existem certos passivos que são mensurados pelo valor presente. É o caso de obrigações assumidas pela entidade no sentido de providenciar contribuições regulares a um fundo para complementar a aposentadoria futura dos empregados. Nessa situação, a estimativa do valor é feita considerando o valor futuro das obrigações que serão assumidas pela entidade, trazidas a valor

presente. Quando o fundo de pensão assume características de *contribuição definida*, ou seja, a contribuição mensal é conhecida e certa, a estimativa não é difícil. Entretanto, nas situações em que o fundo é caracterizado como de *benefício definido*, em que se sabe quais são os valores que o empregado irá usufruir mas não o valor atual da contribuição, poderão existir perdas e ganhos com as transações com o fundo de pensão, e o valor estimado irá depender de variáveis como o comportamento da taxa de juros, retorno dos investimentos realizados, impostos incidentes sobre a retorno, entre outras.

No processo de mensuração, é preciso levar em consideração que a definição do passivo está orientada para o futuro. O exemplo apresentado anteriormente da questão judicial mostra a dificuldade de reconhecer e mensurar um passivo. Em diversas situações, a mensuração de um passivo é feita através do seu valor esperado, como é o caso do exemplo do fundo de pensão. Nas situações em que o valor esperado pode ser razoavelmente estimado, muito embora a dispersão obtida no seu cálculo seja substancial, torna-se questionável o próprio montante obtido.

Alguns passivos são difíceis de serem mensurados por causa das incertezas sobre a existência da obrigação, qual o valor necessário para encerrá-la e quando será o impacto sobre as demonstrações contábeis. Mesmo assim, a existência de incerteza e a dificuldade de mensuração não deveria ser o motivo para que a entidade não fizesse um esforço no sentido de evidenciar a informação, mesmo que seja sob forma de nota explicativa. No que diz respeito à incerteza do passivo, uma obrigação pode ser classificada em quatro categorias:

- a) o passivo é conhecido, assim como seu montante – é o caso de um passivo com o fornecedor, em que a entidade já sabe, de antemão, o valor do mesmo. Nessa situação, não existe razão para que o mesmo não apareça nas demonstrações contábeis;
- b) o passivo é conhecido, mas seu montante não – uma situação típica refere-se aos valores correspondentes ao décimo terceiro salário. A entidade sabe da existência do passivo, muito embora seu valor seja apresentado através de estimativa. Esse caso também deve ser considerado pela contabilidade da entidade;
- c) a existência do passivo não é certa, mas o pagamento pode ser estimado – é o caso das milhas aéreas, que será discutido mais adiante;

- d) existem dúvidas sobre a existência do passivo e do seu montante – tem-se nesse caso uma *contingência*. Provavelmente, o evento contingente mais difícil de ser estimado são os processos judiciais. O Sfas 5 classifica as contingências de acordo com a probabilidade de ocorrência em provável, razoavelmente possível ou remota.

O CPC 25 (Provisão, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes) define provisão como um “passivo de prazo ou valor incerto”. Já o passivo contingente é uma *obrigação possível*, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de eventos futuros incertos, que não estão sob o controle da entidade. Um passivo contingente também pode existir quando uma obrigação não reconhecida em razão da improvável saída de recursos ou pela falta de confiabilidade de medir a obrigação. Assim, uma característica fundamental do passivo contingente é o fato dele não ser reconhecido, muito embora possa ser divulgado, por exemplo, em notas explicativas.

É importante destacar que a *contingência* não deve ser confundida com a estimativa. Apesar de geralmente um evento contingente necessitar de uma estimativa, nem toda estimativa contábil pode ser classificada como um evento contingente. Enquadra-se nessa situação a depreciação, cujo valor é determinado por estimativa, muito embora não seja uma contingência. Recentemente, tem-se discutido a adoção do valor justo como metodologia para mensuração do passivo. Esse assunto será tema do próximo item.

É importante também ressaltar a existência de uma distinção entre provisão e contingência. A provisão é um passivo incerto quanto à quantia ou data de vencimento. A contingência é um passivo que será confirmado por um evento posterior.

Diáz-Zorita, 2007.



Antes de Prosseguir

Uma pesquisa divulgada num jornal econômico brasileiro mostra a dificuldade de previsão dos processos judiciais. Em 18,5% dos processos analisados os advogados fizeram uma previsão de perda de dez mil reais, mas 1,17% dos processos tiveram uma condenação neste montante. Já 1,75% de ações trabalhistas tiveram uma indicação de não condenação pelo jurídico, mas 68,35% foram pela condenação.

Prestes, 2007.

Objetivo 4: Mensuração do Passivo pelo valor justo.

Mensuração do passivo pelo valor justo (*fair value*)

Tanto o ativo quanto o passivo podem ser mensurados pelo valor justo. Nas situações em que existe um mercado conhecido, a mensuração de um elemento patrimonial pelo valor justo é relativamente simples e fácil de ser implementada. Entretanto, essas situações provavelmente são exceções numa entidade, estando restritas a itens como *commodities*. Apesar desse fato, tem-se discutido de forma bastante intensa a adoção da contabilidade pelo valor justo para os itens patrimoniais, abandonando a tradicional regra do *custo como base de valor*.

Tradicionalmente, tem-se definido valor justo como sendo aquele valor que seria obtido numa transação em que nem o comprador e nem o vendedor pode impor sua vontade. Como pode ser observado, essa situação existe somente quando houver um mercado em que o valor de saída será igual ao valor de entrada.

Nas situações em que não existe um mercado atuante do item a ser mensurado, é necessário informação sobre o fluxo de caixa que será gerado ou pago no futuro e a determinação de uma taxa de desconto. Quando existirem sinergias, também é preciso determinar o efeito dessas no valor. Na verdade, na ausência de um mercado perfeito, o valor de uso é diferente do valor de entrada que, por sua vez, é diferente do valor de saída. Isso significa dizer que a utilização do *valor justo* depende de qual conceito de valor está sendo tratado.

Sinergia corresponde à ação conjunta das partes visando obter um desempenho melhor do que aquele que seria alcançado de forma isolada.

Apesar de cada situação merecer uma análise particular, é possível estabelecer algumas regras básicas para o processo de avaliação:

- a) no momento da aquisição de um ativo ou captação de um empréstimo, o valor de entrada é menor que o valor de uso. Numa situação normal, uma entidade só capta um empréstimo se souber que a destinação dos recursos deverá produzir uma rentabilidade superior ao custo financeiro do mesmo. O mesmo ocorre com os ativos: um ativo somente será adquirido se o valor de uso estimado for maior do que o valor de aquisição; caso contrário, não existe razão para a aquisição;

- b) no momento da transação, o valor de saída é superior ao valor de uso. Essa relação é particularmente útil para os bens usados. Uma entidade vende um bem quando percebe que seu valor de saída é superior ao que poderia obter com sua utilização;
- c) para as situações de liquidação, o valor de uso corresponde ao valor de saída;
- d) o valor de uso é diferente para cada entidade, já que depende da capacidade administrativa da entidade de extrair riquezas, inclusive através da exploração das sinergias existentes;
- e) a diferença entre o valor de uso e os valores de entrada e saída decorre da habilidade gerencial da entidade. Na realidade, essa capacidade administrativa pode ser mensurada através da diferença entre o valor de uso e o valor de saída;
- f) isso significa dizer que quando uma entidade possui um valor de uso inferior ao valor de entrada tem-se uma habilidade negativa de criação de valor para entidade.

Tendo em vista as afirmações anteriores, o valor justo deveria ser calculado em termos do seu valor de uso. Entretanto, optar pelo *valor de uso* na mensuração do valor justo possui um grande problema: a dificuldade de implementação. Para saber qual é o valor de uso de um ativo ou de um passivo, seria necessário ter informações internas da entidade. Isso pode gerar problemas no que diz respeito à precisão da mensuração e à influência da administração na estimativa, conforme já discutido no capítulo inicial deste livro. Em outras palavras, o uso do valor de uso revela uma mensuração menos precisa porque necessita de uma informação interna. E essa necessidade de obter informação interna para a mensuração pelo valor justo faz com que exista um erro decorrente da mensuração relevante devido à influência que a administração possa ter na estimativa, em especial nas situações em que não existe um mercado para o item avaliado.

A avaliação do passivo pelo valor justo apresenta uma situação aparentemente estranha quando as condições de uma entidade ou do ambiente pioram. Considere um passivo com um fluxo de saída de R\$ 1.000 para os próximos três anos com a seguinte representação gráfica da Figura 7.2.

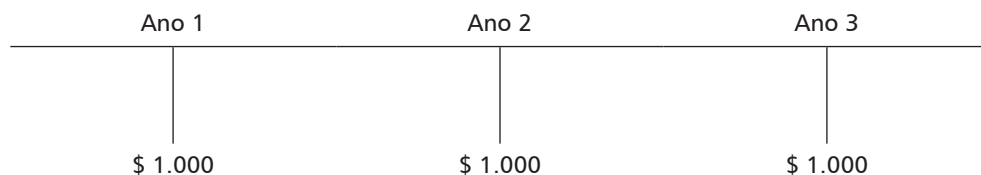


Figura 7.2 *Valor justo.*

Considerando uma taxa de desconto de 10%, pode-se obter um valor justo da seguinte forma:

$$\text{Valor justo} = \frac{1.000}{1 + 0,1} + \frac{1.000}{(1 + 0,1)^2} + \frac{1.000}{(1 + 0,1)^3} = \frac{1.000}{1,1} + \frac{1.000}{1,21} + \frac{1.000}{1,331}$$

$$\text{Valor justo} = 909,09 + 826,45 + 751,31 = \$ 2.486,85$$

Caso exista uma mudança na situação da entidade que coloque em dúvida sua capacidade de sobrevivência, a taxa de desconto irá aumentar para, por exemplo, 20%:

$$\text{Valor justo} = \frac{1.000}{1 + 0,2} + \frac{1.000}{(1 + 0,2)^2} + \frac{1.000}{(1 + 0,2)^3} = \frac{1.000}{1,2} + \frac{1.000}{1,44} + \frac{1.000}{1,728}$$

$$\text{Valor justo} = 833,33 + 694,44 + 578,70 = \$ 2.106,48$$

O novo valor justo é menor que o anterior, indicando que quando as condições da entidade ou do ambiente pioram o valor justo do passivo se reduz. Isso pode parecer incoerente a princípio. Entretanto, considerando a situação do lado do financiador, a dívida a uma taxa de juros de 10% representa uma taxa reduzida em relação à realidade. Consequentemente, ocorreu, para o financiador, uma perda de valor pela dívida. Ou, de outra forma, uma transferência de riqueza do financiador para a entidade que captou o empréstimo, no valor de $\$ 380,37 = \$ 2.486,85 - \$ 2.106,48$.

O uso do valor justo tem sido seriamente considerado na substituição do custo histórico como a base de avaliação contábil. Acredita-se que a informação pelo valor justo seja relevante para o usuário, muito embora as pesquisas rea-

lizadas até o momento sejam ainda pouco conclusivas porque estão baseadas em situações específicas de divulgação do valor justo. Uma das vantagens dessa informação é o fato do valor justo não depender da história passada e futura do ativo ou do passivo. O valor justo é mensurado pelo seu valor, em especial pelo seu valor de uso. Essa também tem sido a sua fraqueza: nos itens com baixa comercialização num mercado, o valor justo deve ser mensurado levando em consideração o julgamento administrativo, o que o faz sujeito a manipulação.

Outra razão para adoção do valor justo decorre da globalização do mercado de capitais. As diferenças do fuso horário entre os diversos mercados mundiais permitem que um investidor possa comprar e vender cotas de fundos de investimentos no exterior quando o mercado local está fechado. O uso do valor histórico não reflete nesse caso as alterações contínuas nos mercados, possibilitando que gestores financeiros utilizem desse fato para ganhar vantagem em operações de investimentos externas.

O uso do custo histórico para os ativos e passivos de uma entidade apresenta um elemento de *estabilidade* para a contabilidade das entidades: uma dívida contraída somente irá variar em virtude da incorporação dos juros ou do pagamento de parcela do passivo. O mesmo é válido para o ativo: sua variação decorrerá do seu consumo no processo produtivo ou da sua liquidação. A adoção do valor justo representa uma transformação nessa estabilidade, sendo possível existirem grandes variações nos valores reportados nas demonstrações contábeis. Isso significa que inevitavelmente os lucros tornam-se mais inconstantes ou *voláteis*.

Conforme discutido anteriormente, existem dois tipos de itens que podem ser avaliados pelo valor justo: aqueles que possuem um mercado ativo, em que o processo de mensuração é razoavelmente automático e verificável, representado pelos investimentos no mercado acionário; e os itens que não possuem um mercado ativo, em que a mensuração depende do julgamento administrativo. Provavelmente, os itens que possuem um mercado ativo terão uma maior volatilidade nas demonstrações contábeis. As entidades que possuem uma maior proporção desses ativos e passivos, particularmente instituições financeiras, deverão ser mais afetadas pela adoção do valor justo do que as outras entidades.

É nas instituições financeiras onde a troca do custo histórico pelo valor justo tem-se revelado um efetivo teste para os reguladores contábeis. Até em razão disto, as instituições financeiras foram, de certo modo, pioneiras na sua adoção. Isto se justifica porque bancos e instituições financeiras trabalham com títulos

e valores mobiliários que possuem mercado dinâmico e assim, propiciam um valor de mercado ou valor justo confiável.

Entretanto, em situações em que não existe um mercado para o item patrimonial, e em particular para o passivo da entidade, o uso do valor justo é complicado. A teoria econômica afirma que nas situações em que não existe um mercado para determinado bem ou em que esse mercado não está plenamente desenvolvido, estes bens costumam ser negociados com um prêmio por sua iliquidez. Em outras palavras, o uso de valor justo pode significar que a avaliação incluirá no valor este prêmio pela iliquidez, reduzindo o passivo.

No entanto, mesmo que a percepção do risco da entidade aumente, fazendo com que o valor justo da dívida se altere, o valor pelo qual a entidade deverá quitar sua obrigação permanece o mesmo.

Outro ponto contrário à utilização do valor justo para avaliação do passivo é o fato de que a forma atual de mensuração do passivo pode ser considerada como razoavelmente precisa. Considere, por exemplo, o processo de avaliação de empresas. Nessas situações, a dificuldade maior está na mensuração do valor do capital próprio, sendo que o montante contábil da dívida é considerado uma aproximação adequada do valor do capital de terceiros.

Em maio de 2010, o Iasb lançou uma discussão sobre a questão do valor justo para os passivos de uma entidade, através de um *exposure draft*. A proposta do Iasb atende à opinião dos usuários sobre a volatilidade dos resultados em razão da adoção da mensuração pelo valor justo. O Iasb usou o termo *contraintuitivo* para referir a questão e afirmou que a adoção do valor justo não apresenta “informações úteis para os investidores”. O comunicado do Iasb é uma forma de reconhecimento das limitações do valor justo para mensurar os elementos patrimoniais, apesar do instituto ter afirmado que a proposta não muda sua posição com respeito a mensuração dos passivos. A proposta do Iasb é que os ganhos e perdas dos passivos financeiros sejam considerados em “outros resultados abrangentes”, não afetando o resultado reportado.

Base de avaliação usada no Brasil

De maneira geral, o passivo é mensurado pelo valor atualizado da data de publicação do balanço. Os denominados passivos contingentes, oriundos das obrigações com o governo ou com terceiros, como é o caso de tributos e questões judiciais, devem ser provisionados pelo valor estimado. As obrigações

em outra moeda devem ser convertidas para o real pela taxa de câmbio da data de balanço.

As obrigações prefixadas devem ser ajustadas ao valor presente. Entretanto, a norma não esclarece qual deve ser a taxa de desconto, mas neste tipo de passivo já existe uma taxa contratual. Esta forma de ajuste também deve ser usada nas outras obrigações com prazo para pagamento.

A separação do passivo e do patrimônio líquido

Objetivo 5: Fazer uma distinção do Passivo em relação ao Patrimônio Líquido.

Dentro da estrutura do balanço patrimonial de uma entidade, tem-se que o passivo e o patrimônio líquido são tratados de forma separada. A questão é saber se essa segregação é relevante o suficiente para continuar sendo considerada pela contabilidade. A contabilidade tem evidenciado os elementos da estrutura de capital de uma entidade, de modo que os usuários possam saber como a forma de financiamento influencia na distribuição dos recursos, no risco e no valor da entidade. E a teoria contábil parece apresentar uma postura diferente da prática contábil com respeito a esse assunto.

O estudioso norte-americano Paton afirmava que uma fonte de recursos não interfere no desempenho de uma entidade. Uma maior participação do capital de terceiros não gera efeito sobre o custo dos fatores de produção, não alterando, portanto, o lucro operacional da entidade. Desse modo, os índices de endividamento não influenciam o valor de uma entidade, sendo irrelevantes para o processo decisório do usuário.

Vide Clark (1993) para mais detalhes.

Em 1958, Modigliani e Miller demonstraram que sob certas condições a estrutura de capital de uma entidade é irrelevante. Num mundo sem impostos, o valor de mercado de uma entidade não depende da forma como a mesma é financiada. Em outras palavras, a utilização de mais (ou menos) obrigações de terceiros não interfere no valor da entidade porque este depende somente do fluxo de caixa que a entidade irá gerar. Caso a teoria proposta de Modigliani e Miller esteja correta, a segregação da fonte de recursos segundo essa origem não é uma informação relevante e os usuários não necessitam utilizar a relação entre o passivo e o patrimônio líquido para avaliar fluxos de caixa futuros.

Tanto a posição de Paton quanto a de Modigliani e Miller são consistentes e têm consequências práticas imediatas. A demonstração dos lucros acumulados deveria demonstrar como a entidade distribui seu resultado entre os provedores de capital da entidade, incluindo as instituições financeiras. E o balanço patrimonial não deveria apresentar nenhuma distinção entre o passivo e o patrimônio líquido.

Apesar da consistência da posição de Paton e de Modigliani e Miller, as situações práticas nos levam a acreditar que a apresentação do balanço patrimonial segregando as obrigações para com terceiros das obrigações para com os acionistas seja relevante. Sabemos, por exemplo, que o nível de endividamento influencia a percepção que o usuário tem do risco da entidade e isto provavelmente afeta sua análise. Além disso, a relação entre passivo e patrimônio líquido tem sido utilizada seja na tentativa de prever falência, seja na classificação do risco da entidade e concessão de crédito por parte das instituições financeiras. Isso significa dizer que a distinção entre passivo e patrimônio líquido representa uma informação relevante, sendo necessário apresentá-la para o usuário.

Essa necessidade esbarra na existência de uma série de títulos cuja classificação entre passivo e patrimônio líquido é difícil de ser feita. Um exemplo são as ações preferenciais existentes nas empresas norte-americanas. Nos Estados Unidos, essas ações preferenciais possuem um direito a um dividendo fixo, assumindo características próximas ao financiamento de uma instituição financeira. Alguns autores chegam a considerar essas ações como sendo parte do capital de terceiros. Esse assunto será tratado no item a seguir. Mas para que seja feita uma segregação adequada, faz-se necessária a existência de regras para possibilitar a classificação de uma obrigação como sendo passivo ou patrimônio líquido. De maneira geral, o passivo está associado a uma obrigação com uma data de maturidade previamente definida em contrato. Já o patrimônio líquido não possui prazo de maturidade. Além disso, as obrigações com terceiros não significam, *a priori*, uma influência sobre a condução dos negócios da entidade.

Objetivo 6: Casos especiais de passivo.

Casos especiais de passivo

Iremos agora discutir alguns casos importantes relacionados ao passivo.

Debêntures conversíveis em ações

Uma situação difícil para a teoria contábil diz respeito aos modernos instrumentos financeiros, em particular aqueles que assumem uma característica híbrida. Em outras palavras, estes instrumentos são títulos financeiros que podem ser considerados tanto como um passivo quanto um patrimônio líquido. Um exemplo deste caso são as debêntures lançadas com cláusulas que permitem ao portador tanto resgatá-las como uma dívida qualquer ao final do empréstimo ou, caso assim seja de interesse, transformar o valor em ações da entidade. O detentor do título poderá fazer a opção de conversão geralmente numa data previamente fixada. Existem três alternativas possíveis para o tratamento desse título: como um passivo até na data da conversão, se houver; como um passivo e um patrimônio na proporção da conversão prevista; ou como um patrimônio líquido.

A primeira alternativa reconhece o montante de debêntures como um passivo até prova em contrário. Mesmo existindo uma grande chance de conversão do título em ação da entidade, seria feita somente a reclassificação para patrimônio líquido quando existir o fato jurídico consumado. Essa alternativa é conservadora, uma vez que resulta num nível maior de endividamento. Entretanto, optar pelo conforto da legalidade reduz a qualidade da informação evidenciada. Os lançamentos contábeis, desconsiderando as despesas de lançamento e a existência de ágio e deságio, seriam os seguintes:

No lançamento do título:

D – Bancos

C – Debêntures Conversíveis

Na conversão do título, pelo valor convertido:

D – Debêntures Conversíveis (passivo)

C – Capital Social

A segunda alternativa é reconhecer parcialmente a conversão antes que a mesma ocorra legalmente. Através do cálculo da possibilidade é possível determinar qual a proporção dos títulos que serão convertidos em ações. Nesse caso, serão considerados os valores esperados das debêntures a serem convertidos como patrimônio líquido e o restante como passivo da entidade, da seguinte forma:

No lançamento do título:

D – Bancos

C – Debêntures Conversíveis

C – Capital Social

Uma limitação dessa abordagem é a complexidade do processo de mensuração, que geralmente requer um modelo de avaliação baseado na teoria de opções.

A última alternativa é considerar o título como sendo patrimônio líquido da entidade, independentemente da sua possibilidade de conversão ou não:

No lançamento do título:

D – Bancos

C – Capital Social em Debêntures Conversíveis

Essa proposta tem sido feita em decorrência da experiência prática de alguns países, onde a grande maioria dos títulos conversíveis é efetivamente trocada por ações da entidade. Diante da realidade econômica de provável conversão, a entidade anteciparia a data do reconhecimento, considerando as consequências econômicas futuras nas demonstrações contábeis atuais. As mudanças ambientais, inclusive legais, podem fazer com que a prática atual de conversão não seja atrativa para o investidor, tornando essa opção muito agressiva.

Serviços como passivos

O recebimento de pagamento antecipado para a prestação de serviço no futuro tem sido considerado como um passivo. Nesse caso, considera-se que a entidade possui a obrigação de no futuro transferir caixa ou outro ativo devidamente especificado para outra entidade. Entre os exemplos podem-se citar os casos de depósitos feitos por um cliente para garantir uma mercadoria, o aluguel recebido antecipadamente, a venda de assinaturas de jornais e revistas, entre outros.

Considere a situação de um cliente que fez um adiantamento de R\$ 100 para a entidade para garantir a entrega de uma mercadoria no futuro. Nesses casos, o conceito de reconhecimento impede que receita seja considerada no momento do recebimento do recurso, devendo ser registrada na data do pagamento a existência de um passivo no valor de R\$ 100. Geralmente, nessas situações existe grande possibilidade de o cliente aceitar a mercadoria no fu-

turo, colocando fim na obrigação da entidade através da entrega do estoque. Os lançamentos dessa situação são apresentados a seguir:

No momento do recebimento do adiantamento:

D – Bancos

C – Adiantamento Recebido de Cliente (Passivo) R\$ 100,00

No momento da entrega do estoque, para o caso do inventário periódico:

D – Adiantamento Recebido de Cliente

C – Receita de Venda R\$ 100,00

Uma situação próxima ocorre com o recebimento antecipado de um sinal para um aluguel cujo locatário possui um contrato em que o valor pago não será devolvido caso ocorra uma desistência. No momento do pagamento, a entidade terá um acréscimo de recursos financeiros na sua conta corrente ou no seu caixa e reconhecerá a existência da obrigação com o locatário, conforme o seguinte lançamento, no momento do recebimento do adiantamento:

D – Bancos

C – Adiantamento de Aluguel (Passivo)

Seja o seguinte exemplo: uma entidade vende uma assinatura de um jornal diário por R\$ 1.000 e por um período de doze meses. O assinante tem o direito de receber o dinheiro de volta caso esteja insatisfeito com o jornal. Nesse caso, o lançamento do valor de R\$ 1.000 como um passivo da entidade talvez não seja o mais adequado, pois esse valor não corresponde ao valor da obrigação futura da entidade para com o assinante. Considere que são transcorridos 60% do contrato o assinante decida cancelar o contrato. Nesse caso a entidade possui a obrigação de devolver R\$ 400. Num ambiente de certeza, no qual a entidade possui todas as informações, o mais adequado é considerar como passivo da entidade somente o valor de R\$ 400, porque esse montante representa o provável sacrifício que será feito para satisfazer a obrigação com o assinante. Os lançamentos seriam:

D – Bancos R\$ 1.000,00

C – Receita de Assinaturas R\$ 600,00

C – Obrigação com Assinante (Passivo) R\$ 400,00

Entretanto, situações de certezas são difíceis de serem encontradas na prática. Geralmente, os lançamentos são feitos através de previsões baseadas na experiência passada da empresa ou do setor.

É importante notar que nessa situação não existe um custo de oportunidade para a entidade. O valor pago somente poderia ser considerado passivo se existir grande possibilidade de ser devolvido ou se a entidade vendedora perder receita futura caso aceite o recebimento adiantado. Não sendo satisfeitas essas situações, o passivo deverá ser mensurado de forma independente do pagamento efetuado antecipadamente de modo a refletir o sacrifício provável futuro para entidade.

Uma situação mais complexa ocorre com os contratos de garantia estendida, comum entre os comerciantes de bens de consumo, especialmente automóveis. Ao vender o produto, a entidade permite que o cliente possa aumentar o prazo de garantia do produto através do pagamento de um valor adicional. Não resta dúvida de que com a “venda” desse serviço a entidade passa a ter um passivo, muito embora permaneça a dúvida sobre a mensuração do mesmo. Um primeiro comentário importante é que esse tipo de serviço não é vendido separadamente da venda do produto. A título de exemplo, considere um produto com o preço de venda de R\$ 200 e uma garantia estendida por mais um ano no valor de R\$ 20; o custo do produto é de R\$ 150 e a estimativa de custo da garantia é de R\$10. A garantia é um passivo porque se trata de uma obrigação atual, decorrente de eventos passados, cuja liquidação resultará num desembolso de recursos. Existem diversas possibilidades de mensuração do montante do passivo. Uma alternativa é determinar a relação entre o custo da garantia e o custo do produto e considerar como passivo a proporção desta relação na receita total. No exemplo numérico, têm-se: $(\$ 10/\$ 150) \times \$ 220 = \$ 14,66$, sendo feitos os seguintes lançamentos:

Pela venda do produto e da garantia:

D – Bancos/Valores a Receber	R\$ 220,00
C – Receita de Vendas	R\$ 220,00

Pela baixa no estoque e reconhecimento do custo:

D – Custo do Produto	R\$ 150,00
C – Estoque	R\$ 150,00

Pelo reconhecimento do Passivo:

D – Despesa com Garantia (Resultado)	R\$ 14,66
C – Garantia de Produtos (Passivo)	R\$ 14,66

Essa alternativa superestima o valor efetivo da obrigação da entidade para com terceiros. Uma outra opção, mais pessimista, é considerar que a operação de venda do produto é independente da extensão da garantia e considerar como passivo todo valor pago pelo cliente; no exemplo, essa opção significa considerar como passivo R\$ 20, conforme os lançamentos a seguir:

Pela venda do produto e da garantia:

D – Bancos/Valores a Receber	R\$ 200,00
C – Receita de Vendas	R\$ 200,00

Pela baixa no estoque e reconhecimento do custo:

D – Custo do Produto	R\$ 150,00
C – Estoque	R\$ 150,00

Pelo reconhecimento do Passivo:

D – Bancos	R\$ 20,00
C – Garantia de Produtos (Passivo)	R\$ 20,00

Isso não é adequado, uma vez que o montante da obrigação não corresponde efetivamente ao montante que deverá ser desembolsado no futuro.

A questão da garantia torna-se mais interessante quando se considera o caso da garantia estendida. Nesta situação, a empresa cobra um adicional para que o cliente possa ter um período adicional na garantia do produto. De maneira geral, a garantia estendida representa uma grande vantagem para a empresa, já que em geral os passivos potenciais são inferiores aos valores obtidos com a venda deste serviço. Assim, pode-se afirmar que o fluxo de caixa futuro da garantia estendida é favorável a empresa, podendo ser, neste sentido, considerado um ativo, não um passivo, da empresa.

Finalmente, uma outra situação em que existem problemas relacionados ao passivo ocorre nos programas de milhagem das companhias aéreas. Os clientes participantes desses programas acumulam bônus nas viagens nas companhias aéreas, que podem ser trocados por outras viagens. Os programas de milhagem podem ser vistos como uma sofisticação do tradicional “compre dois e leve três” do comércio. Esses programas possuem dois problemas contábeis: o momento do reconhecimento do passivo e valor a ser reconhecido. Considere uma situação hipotética de um cliente que precisa viajar dez trechos para ganhar um de graça. Quando deveria ser reconhecido o passivo? Uma postura mais

conservadora indicaria o reconhecimento proporcional à obtenção do direito; isso significa dizer que um trecho completado pelo cliente corresponderia a 1/10 sendo reconhecido como passivo. Para um preço de um trecho no valor de R\$ 800 há os seguintes lançamentos:

Na prestação do serviço:

D – Bancos	R\$ 720,00
------------	------------

C – Receita de Serviços	R\$ 720,00
-------------------------	------------

Pelo direito da milha:

D – Bancos	R\$ 80,00
------------	-----------

C – Serviço a Prestar (Passivo)	R\$ 80,00
---------------------------------	-----------

Entretanto, uma viagem por parte do cliente não garante, por si só, a existência do passivo, porque não significa que o cliente completou os dez trechos necessários para a obtenção do brinde. Uma alternativa a essa postura conservadora seria reconhecer o passivo no momento em que o cliente completou o número de viagens necessárias para usufruir o prêmio. Finalmente, uma opção mais agressiva é considerar como passivo somente quando da utilização do bônus por parte do cliente.

Essência sobre a forma

Existem obrigações cuja probabilidade de ocorrência é líquida e quase inevitável. Na forma legal e jurídica, não poderiam ser assim consideradas, mas na essência seria quase impossível que fossem evitadas. Exemplo típico dessas obrigações se refere aos “dividendos propostos” pela Administração, que dependem de um ato formal para sua aprovação, no caso a Assembleia Geral dos Acionistas. Nesse sentido, por ocasião do encerramento do exercício social, a própria legislação societária brasileira determina que a parcela dos dividendos propostos pela Administração, mesmo que tal decisão ainda não tenha sido homologada pelos acionistas em assembleia (o que deve ocorrer até 120 dias após a data de encerramento do exercício), seja classificada como um passivo circulante.

O Fasn, por outro lado, não adota mesmo tratamento contábil, ou seja, os dividendos propostos só podem ser reclassificados do patrimônio líquido,

mediante diminuição dos lucros acumulados, para o passivo circulante, após a aprovação de tal decisão pelos acionistas.

Entretanto, temos situação inversa: imaginemos o caso de uma entidade receber um adiantamento de acionistas por conta de um futuro aumento de capital. Tal recurso, em espécie ou bens, já ingressou na entidade com a finalidade de ser utilizado no funcionamento normal de suas operações e o seu tratamento contábil legal e fiscal é o de ser classificado como passivo, circulante ou exigível a longo prazo. Entretanto, se tal decisão dos acionistas for firme e sem expectativa de alteração, em essência é quase que um patrimônio líquido e não uma exigibilidade.

Ressalte-se que, numa análise financeira, alguns índices são baseados nesses grupos (patrimônio líquido e passivo) e a inclusão num ou noutro grupo pode modificar significativamente a posição financeira para fins de decisão (endividamento, imobilizado do patrimônio líquido, liquidez, entre outros).

Itens “fora do balanço”

Existem operações denominadas de derivativos (ou instrumentos financeiros) que se referem a contratos cujo valor deriva do preço ou desempenho de um outro ativo, que pode ser uma mercadoria (laranja, café, algodão etc.), ações ou uma taxa de referência (índices Bovespa, juros, dólar, depósito interfinanceiro etc.). Tais derivativos são usualmente representados nos mercados a termo, de futuros, opções e *swaps*. Mencionadas operações geralmente apresentam liquidação futura cujos valores podem sofrer oscilações em função da variação dos ativos aos quais se encontram vinculadas, mas nem sempre são objeto de reconhecimento em contas patrimoniais, sendo tratadas como “itens fora de balanço”.

No Brasil, as instituições financeiras já se adequaram às normas internacionais de contabilidade do Iasb, com mensuração dos ativos a valor justo e incluídos em contas patrimoniais, mas as companhias abertas ainda tratam tais operações como “fora de balanço”.

Pesquisas futuras

As pesquisas contábeis no campo do passivo estão concentradas nos grupos específicos que o compõem. Neste sentido, o passivo trabalhista é um

campo controverso, e por isto mesmo fecundo para pesquisas. Os problemas da mensuração deste passivo, o impacto de novas normatizações e o papel da evidenciação na percepção dos usuários são algumas das possibilidades. Os efeitos dos fundos de pensão na estrutura de capital presente e futura de uma entidade, assunto vinculado ao passivo trabalhista, também pode ser objeto de pesquisa.

Outro passivo que tem merecido atenção das pesquisas, e que ainda pode render mais investigações, são as questões ambientais e, particularmente, o passivo ambiental. Um exemplo de trabalho neste sentido é o artigo de Lima e Viegas (2002), que discute as externalidades ambientais. Outro artigo nesta linha é a pesquisa de Rover, Alves e Borba (2006) sobre a publicação de informações ambientais de empresas que possuem ações negociadas no Brasil e nos Estados Unidos, constatando que as informações publicadas no mercado norte-americano são mais amplas. Além disto é importante destacar as contribuições das professoras Maísa Ribeiro e Araceli Ferreira, da USP Ribeirão Preto e da UFRJ, que possuem pesquisas nesta área.

Kronbauer et al. (2012) analisam o reconhecimento dos passivos fiscais diferidos em empresas brasileiras e espanholas. O reconhecimento deste passivo no Brasil parece guardar relação com a variação do índice de endividamento.

Outro assunto que tangencia a contabilidade refere-se ao efeito do endividamento das empresas. Neste tipo de estudo é comum tentar determinar as características das empresas endividadas. Também tem-se pesquisado o efeito deste endividamento na rentabilidade e no risco das entidades.

Com respeito à mensuração, destacamos a necessidade de pesquisas sobre o valor justo e seu efeito na contabilidade. Esta também é a posição de Iudícibus e Martins (2006), que acreditam que a pesquisa empírica poderá indicar a utilidade do uso do valor justo. Este artigo, por sinal, faz uma boa revisão sobre este conceito.

Exercícios

1. Em decorrência da complexidade da legislação tributária é muito comum que as entidades questionem na justiça a cobrança de certos tributos. Baseado no que você estudou neste capítulo, qual deveria ser a posição contábil numa situação como esta em relação à mensuração e reconhecimento do passivo?

2. No ano de 2006 o Banco Central obrigou que as instituições financeiras fizessem a contabilização da provisão integral dos valores que estivessem sendo questionados na justiça no que diz respeito à constitucionalidade de impostos federais. Isto deveria ser feito mesmo existindo decisões favoráveis sobre o mesmo assunto para outras instituições ou estudos indicando a possibilidade de vitória judicial. Até então o lançamento do passivo era arbitrário. Pede-se:
 - a) Qual o significado do termo *arbitrário*?
 - b) Discuta se esta medida está de acordo com a teoria contábil estudada no capítulo.
 - c) Como o lançamento da provisão irá afetar o resultado de uma instituição financeira. Considere o caso do Itaú, que aumentou as provisões no 1º semestre de 2006, de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 2,8 bilhões, em relação ao mesmo período de 2005.
3. A empresa Merck lançou em 1999 o anti-inflamatório Vioxx. O medicamento teve uma grande aceitação entre os médicos no tratamento de artrite. Em 2004, a empresa retirou o medicamento do mercado em virtude do risco de ataque cardíaco. Inúmeros pacientes e familiares entraram com ação na justiça, solicitando uma indenização.
 - a) Como você classificaria o litígio para a empresa? Use a classificação estudada na mensuração.
 - b) Na sua opinião, seria possível mensurar o impacto para o caixa da empresa?
4. A provisão corresponde a um passivo com montante ou tempo incerto. Algumas provisões são apresentadas como passivo, mas outras são um ativo, com sinal negativo. Cite exemplos de provisão classificadas do lado do passivo e do lado do ativo.
5. Um correntista ganhou uma ação milionária contra o Bradesco. O juiz determinou que o valor a ser pago fosse corrigido pela taxa de juros que esta instituição financeira utilizou para o cheque especial dos seus clientes, o que levou a uma estimativa de pagamento de R\$ 2 bilhões.
 - a) Qual o valor que deveria estar registrado no passivo do Bradesco no início da ação?
 - b) E após o julgamento, que resultou numa sentença de R\$ 2 bilhões?
 - c) Considere que o Bradesco entrou com recurso para reduzir o valor a ser pago. Qual o valor que deveria constar do passivo do banco? Qual seria a contrapartida desse registro do passivo?

- d) Em setembro de 2012, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro anulou a decisão. O valor original, de R\$ 4,5 mil, será acrescido de juros simples, sem usar a taxa de juros do cheque especial. Como isto afeta sua resposta?
6. Com base no que você leu no capítulo sobre as milhas das empresas aéreas, responda ao que se pede:
- Como seriam classificadas as milhas?
 - Como seria o processo de estimativa deste item?
7. Na metade da década de 1990, duas grandes instituições bancárias brasileiras, o Banco Econômico e o Banco Nacional, sofreram intervenção do Banco Central. Uma série de medidas foi tomada para preservar os correntistas, incluindo a venda da parte saudável dessas instituições. A massa falida ficou sendo gerenciada por interventor. Dez anos depois se discutia o balanço do que sobrou dessas instituições, em particular das dívidas de cada instituição com o Banco Central e o Programa de Apoio à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer). Se a correção fosse realizada de uma forma, o passivo seria menor, garantindo um patrimônio líquido positivo. Essa discussão levou um dos envolvidos a declarar que “no Brasil até o passado é incerto”. Comente essa afirmação.
8. As normas contábeis podem afetar o valor contabilizado dos passivos. Em 2007, as empresas norte-americanas tiveram que fazer uma contabilização mais rigorosa de alguns passivos. Isto reduziu substancialmente o patrimônio líquido de várias empresas, inclusive as duas maiores montadoras de automóveis, General Motors e Ford. Por consequência, estas montadoras obtiveram empréstimos no final de 2006 dando como garantia fábricas, equipamentos e outros ativos. Isto refletia, em parte, a situação financeira dessas empresas, inclusive com a projeção existente no final de 2006 de um patrimônio líquido negativo ou passivo a descoberto. Nessa situação torna-se mais difícil obter empréstimo com garantia. Pede-se:
- Qual a mudança de comportamento que as empresas tiveram com a alteração contábil?
 - Qual a diferença entre o empréstimo normal e o empréstimo com garantia?
9. O Ibracon e a CVM possuem diversos pronunciamentos sobre a necessidade ou não de constituir uma provisão para uma futura obrigação tributária. Geralmente é constituída a provisão quando existe uma jurisprudência já reconhecida nos tribunais que possuem o poder de deliberar sobre

o passivo, uma opinião dos advogados sobre a inexistência de falhas processuais e possibilidade de existir redução do patrimônio no futuro. Esses três pressupostos para o reconhecimento ou não do passivo estão de conformidade com o discutido no capítulo?

10. Uma das formas de “gerenciar resultados” é através da constituição de provisão quando a empresa está muito rentável. Qual o benefício para esse “gerenciamento”? Como isso altera o endividamento da empresa? O que pode ocorrer quando a empresa tiver prejuízo?
11. No terceiro trimestre de 2006, o grupo Pão de Açúcar registrou um prejuízo líquido de 43,4 milhões de reais. A principal razão foi a provisão referente ao ICMS com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em outubro deste ano foi realizado o pagamento de 96,8 milhões ao governo de São Paulo, que tinha sido provisionado anteriormente.

Facchini, 2006 & Mattos, 2006.

 - a) A provisão tributária corresponde a definição de passivo estudada no capítulo?
 - b) Em sua opinião, tendo em vista o tamanho da empresa e o impacto da provisão, o seu reconhecimento no terceiro trimestre foi tempestivo?
12. No final do ano milhares de consumidores compram vale-presente. Estes vales podem ser trocados nas lojas por mercadorias como livros, DVDs e outros. Entretanto, uma parte significativa dos vales-presentes não é trocada pelos clientes. Considere uma loja que vende um “vale-presente” e que 10% das vendas não são trocadas. O vale-presente enquadra-se na definição de passivo? Qual o valor que deveria ser reconhecido pela loja?
13. Alguns clubes de futebol brasileiros apresentam um grande volume de passivo. Para evitar empréstimos bancários, estes clubes geralmente evitam pagar os compromissos fiscais com o governo ou solicitar adiantamentos a patrocinadores e a emissora que detém o direito de transmissão das partidas. O não pagamento das dívidas com o governo pode gerar a penhora de bens e rendas. Com base no que foi estudado sobre o conceito de passivo é possível enquadrar ambas as situações como passivo destes clubes?
14. Em 2008, a Petrobras informava, nas suas demonstrações contábeis, 13,2 bilhões de reais de processos fiscais e previdenciários. Desse valor, R\$ 141,7 milhões estavam provisionados no final do ano. Em outras palavras, a empresa considera provável a chance de perder as ações e desembolsar este valor. A empresa não registrava, no seu passivo, as perdas possíveis. Qual o valor destas perdas possíveis? Sabendo que a classificação de

uma provisão é feita pela empresa, discuta os efeitos nas demonstrações contábeis desta classificação.

15. As perdas dos investidores com as cadernetas de poupança em razão dos planos econômicos ocorridos no passado são sempre objeto de polêmica. Segundo estimativa da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), uma derrota das instituições financeiras custaria R\$ 105 bilhões. Entretanto, no final de 2008, os sete maiores bancos tinham provisão de R\$ 9 bilhões para eventuais perdas em processos cíveis, como é este o caso. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), ao tentar desqualificar os argumentos dos bancos, considerava isto uma incoerência. O Idec considera que o valor de R\$ 105 bilhões deveria estar no passivo das instituições financeiras. Como o processo ainda corre na justiça, o Banco Central alega que ainda não é o momento de fazer a provisão.

a) Qual o erro cometido no argumento do Idec?

b) Considere que a chance dos bancos perderem seja de 10%. Em sua opinião, este valor deverá constar do passivo das instituições financeiras?

Friedlander, 2009

16. O capítulo discutiu o caso das debêntures conversíveis em ações. Existe outra classe de debêntures, denominadas de perpétuas. Estes títulos não possuem data de vencimento. Usando o que você aprendeu no capítulo, você considera as debêntures perpétuas um passivo?

17. Suponha que uma empresa obtenha um empréstimo num banco. O contrato do empréstimo prevê que o pagamento será realizado com ações da própria empresa. Isto poderia ser enquadrado na definição de passivo?

Kam, p. 113.

18. Um dos problemas da crise financeira é o aumento no risco. Isto faz com que uma dívida contratada no passado tenha, hoje, uma taxa de juros mais elevada, refletindo o momento do mercado. Assim, enquanto em termos históricos um passivo tenha parâmetros que refletem o passado, o mercado já considera que isto alterou em razão das mudanças que ocorreram no ambiente econômico. Em 2011, empresas como a Thomas Cook (viagens), Pagine Gialle (“páginas amarelas” da Itália), Eksportfinans (norueguesa) e La Senza (varejista de lingerie) estavam com problemas no seu passivo. Uma empresa de “créditos podres” comprou parte da dívida da empresa Premier Food por um valor de 70 centavos a libra. Ou seja, pagou 70% do valor de face da dívida.

Wigglesworth, 2011

- a) Usando o custo histórico, qual a influência desta operação na Premier Food?
- b) Para a empresa de créditos podres, qual a vantagem de comprar a dívida?
- c) Para a empresa que detinha a dívida, qual a vantagem de vender a dívida?
- d) Existe alguma alteração na contabilidade da Premier Food usando o valor justo?

Referências

CARVALHO, Maria C. Moreira Salles espera solução para o Nacional. *Valor Econômico*, 24 nov. 2006.

CLARK, Myrtle. Entity theory, modern capital structure theory, and the distinction between debt and equity. *Accounting Horizons*, Sarasota: American Accounting Association, Sept. 1993.

DIÁZ-ZORITA, Alejandro. Provisiones y contingencias. *Expansion*, 21 abr. 2007.

FACCHINI, Claudia. Multa leva grupo Pão de Açúcar a ter prejuízo. *Valor Econômico*, 9 nov. 2006.

FRIEDLANDER, David. Balanços contrariam o discurso dos bancos. *O Estado de S. Paulo*, 28 jun. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. *Revista de Contabilidade & Finanças*, São Paulo: USP, p. 9-18, 2006.

KAM, Vernon. *Accounting theory*. New York: John Wiley, 1990.

KRONBAUER, Clovis et al. Evidencia de utilización oportunista de normas contables en el reconocimiento de pasivos fiscales diferidos en empresas brasileñas y españolas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, nº 16, 2012.

LIMA, Diana Vaz de; VIEGAS, Waldyr. Tratamento contábil e evidenciação das externalidades ecológicas. *Revista de Contabilidade & Finanças*, São Paulo: USP, nº 30, p. 46-53, 2002.

MATTOS, Adriana. Pão de Açúcar “paga” dívida e lucra menos. *Valor Econômico*, 9 nov. 2006.

PRESTES, Cristine. Análise do risco judicial é aleatória. *Valor Econômico*, 6 ago. 2007.

RAINEY, Michael. Daimler is paying Cerberus to take Chrysler. *Blogging Stocks*, 15 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.bloggingstocks.com/2007/05/15/daimler-is-paying-cerberus-to-take-chrylser>>.

ROVER, Suliane; ALVES, Jorge Luiz; BORBA, José Alonso. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, ano 3, v. 1, nº 5, p. 41-58, 2006.

RUE, Joseph; STEVENS, William; VOLKAN, Ara. Accounting for convertible bonds: an alternative approach. *Journal of Applied Business Research*, Laramie, Spring 1996.

SAMUELSON, Richard. Accounting for liabilities to perform services. *Accounting Horizons*, Sarasota: American Accounting Association, v. 7, nº 3, Sept. 1993.

SCOTT, William. *An international comparison and evaluation of financial accounting concepts*. Canadian accounting perspectives. Toronto: Canadian Academic Accounting Association, 2002.

WIGGLESWORTH, Robin. Fundos de crédito “podre” estão de olho em companhias problemáticas. *Valor Econômico*, 19 dez. 2011.

Patrimônio Líquido

OBJETIVO DE APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você aprenderá:

1. A definição de patrimônio líquido.
 2. Os problemas relacionados com a manutenção do capital.
 3. As teorias do patrimônio.
 4. A discutir a composição do patrimônio líquido.
 5. A avaliar a importância da mensuração do patrimônio líquido.
-

Introdução

Quando afirmamos que uma entidade produziu aviões, isso significa que pessoas (empregados), selecionadas por outras pessoas (gerentes), trabalharam numa fábrica. Outras pessoas adquiriram o material (funcionários do departamento de compras) e outras pessoas venderam o produto final (empregados do departamento de vendas). É muito comum encontrar textos que consideram que uma entidade possui comportamento similar ao ser humano.

Ver, por exemplo, Goldberg (2001).

Na realidade, a entidade pode ser considerada uma ficção legal. A entidade não prepara lançamentos contábeis, não usa relatórios e não toma decisão.

Quando algo ocorre com uma entidade, são pessoas que agiram para que a ação tenha ocorrido, ação essa geralmente atribuída à entidade.

A discussão sobre o patrimônio líquido contempla, além da sua definição, questões sobre a teoria do patrimônio líquido que iremos adotar para elaborar as demonstrações contábeis. Além disso, este capítulo discute a composição do patrimônio líquido no Brasil e a importância do patrimônio líquido para pesquisa contábil.

Objetivo 1: Definição de patrimônio líquido.

Definição de patrimônio líquido

A palavra *patrimônio* tem sua origem na língua latina, da palavra *patrimonium*,ⁱⁱ (bens, posses, haveres), cujo antecedente é o termo *pater* (século XIII), referente a “pai”. Nesse sentido, pois, patrimônio está associado à paternidade de uma entidade. A expressão *patrimônio líquido* tem sido usada na língua portuguesa de forma ambígua para expressar a “participação dos proprietários”.

García (2003).

O Iasb, em sua estrutura conceitual, define o patrimônio líquido como o *interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos*. Esta definição mostra o patrimônio líquido em função de definições prévias, já estudadas neste livro, de *ativo* e *passivo*. Dessa forma, a rigor, não se tem uma definição, mas sim uma expressão algébrica, já conhecida desde a primeira disciplina de Contabilidade, em que o Patrimônio Líquido é igual ao Ativo menos o Passivo. A Estrutura Conceitual da CVM e do CPC segue na mesma direção, ao definir patrimônio líquido como “valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos”.

O fato de a definição do patrimônio depender de outras duas definições gera um problema prático. Se um determinado item não se enquadrar na definição de passivo, teremos que, por exclusão, considerá-lo como parte do patrimônio líquido. Em outras palavras, quando analisado sob a ótica de origem de recursos, ou é próprio (patrimônio líquido) ou não é próprio (passivo ou de terceiros).

A ideia de definir o patrimônio líquido como um interesse residual surgiu na literatura norte-americana. O documento do *Fasb Statement of Concepts* nº 6, referente aos elementos da contabilidade financeira, definiu o patrimônio líquido de maneira praticamente idêntica. Podemos então afirmar que a definição do patrimônio líquido é uma definição residual. Isto tem efeitos importantes sobre a mensuração e reconhecimento dos elementos desse patrimônio.

Recentemente, com o aumento da legislação vinculada ao mercado financeiro, derivada do denominado Acordo da Basileia, além da pesquisa contábil, tem-se enfatizado a importância da questão do patrimônio líquido das instituições financeiras, assunto que será detalhado mais adiante neste capítulo.

Pela definição adotada de patrimônio líquido como sendo um valor obtido pela diferença do ativo e do passivo, a questão da mensuração e reconhecimento está também condicionada a mensuração e reconhecimento do ativo e do passivo. Entretanto, a questão da manutenção do capital é um aspecto relevante na discussão sobre o patrimônio líquido, que será tratado a seguir.

Manutenção do capital

Objetivo 2: ,
Manutenção do capital.

Existem dois conceitos de capital que podem ser adotados por uma entidade: o capital físico e o capital financeiro. O *capital financeiro* refere-se ao recurso monetário que foi investido na entidade. Já o *capital físico* está vinculado à capacidade produtiva da entidade.

Segundo a Estrutura Conceitual do CPC, a escolha de qual conceito de capital será adotado por uma entidade depende do usuário e de suas necessidades. Quando o usuário estiver interessado na manutenção do capital nominal investido ou no seu poder de compra, a escolha será o capital financeiro. Caso a preocupação seja a capacidade operacional da entidade, o conceito de capital físico será a alternativa escolhida. A escolha do conceito de capital termina por afetar a meta que a entidade deverá atingir no seu resultado. Entretanto, nas situações práticas, podem existir divergências entre os usuários, o que significa dizer que a escolha feita pelo usuário, conforme aponta a Estrutura Conceitual, talvez não seja fácil.

A partir dos conceitos de capital apresentados anteriormente, é possível determinar que uma entidade está preocupada com a manutenção do seu capital financeiro ou do seu capital físico.

A busca pela manutenção do capital financeiro significa que a entidade só terá lucro se o montante financeiro de ativos líquidos no final do período for maior que o do início, depois de excluídos os aportes de capital e as distribuições aos proprietários. Já a *manutenção do capital físico* significa que haverá lucro somente se a capacidade física produtiva da entidade no final do período for maior que a capacidade do início, também depois de excluídos as distribuições e aportes de capital.

Para mostrar a distinção entre os dois conceitos, considere uma situação simples de uma entidade que iniciou suas operações com um capital social de R\$ 10 mil, investido em dez unidades de estoques com valor unitário de R\$ 1.000. O balanço inicial é o seguinte:

Estoques	10.000	Capital	10.000
----------	--------	---------	--------

Caso tenha existido uma inflação no período de 10%, para que exista a manutenção do capital financeiro, o valor do capital deverá ser de R\$ 10 mil no final do período mais a inflação do período, ou seja, R\$ 11 mil. Neste exemplo simples, admite-se que não ocorreu distribuição de capital ou aporte. Tem-se que valores acima de R\$ 11 mil expressam lucro e valores abaixo deste montante indicariam prejuízo sob a ótica do capital financeiro.

$$\begin{aligned} & \text{R\$ } 10.000 \times (1 + \text{inflação}) \\ &= \text{R\$ } 10.000 \times (1 + 0,1) = \\ & \text{R\$ } 11.000. \end{aligned}$$

No mesmo exemplo, considere que a entidade, ao final do período, compre as mercadorias por R\$ 1.200 cada. Neste caso, o capital a ser mantido corresponde a dez unidades do estoque a R\$ 1.200 cada, ou R\$ 12.000. Haverá manutenção do capital físico caso o valor no final do exercício corresponda a R\$ 12 mil.

A escolha de um dos conceitos de manutenção de capital tem influência na mensuração do resultado. Assim, a manutenção do capital físico tem como base a adoção do custo corrente para avaliação. Na verdade, conforme define a Estrutura Conceitual da CVM e do CPC, a diferença dos conceitos “está no tratamento dos efeitos das mudanças nos preços dos ativos e passivos da entidade.”

Scherer e Martins,
2003.

A literatura indica que a manutenção do capital deve considerar o valor mais alto para o capital, seja em termos físicos ou em termos monetários.



Antes de Prosseguir

Você poderia imaginar a possibilidade de adoção de ambos os conceitos de manutenção de capital? Como seria estabelecida a regra para determinação do lucro neste caso?

Teorias do patrimônio líquido

Objetivo 3: Teorias do patrimônio líquido.

As teorias do patrimônio líquido influenciam os procedimentos contábeis, sendo uma referência para a apresentação das demonstrações financeiras. Isso ocorre devido ao fato de que cada teoria interpreta a posição econômica de uma entidade de maneira diferente, interferindo na sua evidenciação.

Uma vez que a atividade contábil é uma atividade típica de prestação de serviço, cabe perguntar para quem deve ser feito esse serviço. No desenvolvimento histórico da Contabilidade, prevalecia a denominada *teoria do proprietário*. Sua contraposição, a *teoria da entidade*, somente surgiu no final do século XIX e início do século XX, com a popularização do mercado acionário e das demonstrações contábeis para o usuário externo. Ainda hoje, a teoria do proprietário é predominante pela influência que os donos exercem sobre a Contabilidade, conforme comentado no Capítulo 1. Entretanto, cada vez mais, o leque de usuários aumenta, tornando questionável esse predomínio.

Na realidade, a discussão sobre as teorias do patrimônio líquido apresenta como pressuposto implícito a necessidade de optar por uma das teorias. Isso garantiria uma consistência na apresentação das demonstrações contábeis. Entretanto, a existência de diferentes usuários, com diferentes interesses, torna difícil imaginar que a consistência venha a acontecer. Assim, nos dias de hoje, a discussão das teorias do patrimônio líquido que receberam grande atenção no passado torna-se secundária em decorrência do direcionamento das pesquisas contábeis para área empírica.

Teoria do proprietário

A teoria do proprietário foca a atenção na figura do proprietário, sendo este o referencial dos conceitos e procedimentos contábeis (das regras) utilizados. Segundo esta teoria, a entidade existe para satisfazer aos objetivos e necessidades do dono, razão pela qual a principal finalidade da Contabilidade é a determinação da riqueza líquida do proprietário. Os passivos apurados pela Contabilidade representam, pois, obrigações do dono, de modo que é comum afirmar-se que a equação contábil, sob a ótica da teoria do proprietário, é dada por:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo}$$

Dentro da visão de que a Contabilidade foca seu centro no proprietário, essa teoria considera que as receitas e as despesas representam aumento da riqueza do dono, para o caso da receita, ou redução da sua riqueza, para as despesas. A finalidade de somar receitas e deduzir as despesas é, pois, determinar o lucro do dono.

Essa teoria tem origem nos primórdios da Contabilidade. Entretanto, no início do século XX, Sprague tentou adicionar mais rigor teórico e consistência no ensino da Contabilidade, adicionando uma série de regras à Contabilidade. Foi ele que introduziu a expressão contábil em que o ativo é igual ao passivo mais patrimônio líquido., Para Sprague, o dono era o centro do interesse da Contabilidade.

A teoria do proprietário, apesar de ser criticada por alguns autores, tornou-se a visão predominante de muitos textos publicados nas primeiras quatro décadas do século XX, exatamente no momento em que se consolidava a divulgação das demonstrações financeiras para o usuário externo. Isto fez com que a teoria do proprietário ainda exerça influência sobre a prática contábil.

Os exemplos dessa influência são os mais diversos passíveis: a apuração do resultado e sua apresentação, através da Demonstração do Resultado, é uma situação em que prevalece a visão da teoria do proprietário, pois nessa demonstração a principal informação diz respeito à existência ou não de lucro líquido do exercício. Nessa mesma demonstração, o cálculo do lucro por ação, que consiste na divisão do lucro do exercício pelo número de ações existentes no capital social da entidade, ressalta, também, o interesse do proprietário.

Apesar da discussão sobre as teorias do patrimônio muitas vezes induzir a discussões vagas e meramente teóricas, é importante destacar que a validade ou não da teoria do proprietário possui efeitos importantes sobre a própria movimentação financeira; em especial, sobre o tratamento tributário dos dividendos. Na teoria do proprietário, o dividendo é distribuição de resultado, e não despesa, enquanto os juros devem ser considerados como despesas financeiras, sendo redutoras do resultado de cada período. A tributação do lucro através do Imposto de Renda é considerada, nesta teoria, uma imposição fiscal sobre o resultado residual do dono. Desse modo, quando a Receita Federal decide também tributar os dividendos que são distribuídos, existiria uma dupla tributação sobre o mesmo fato gerador: o resultado do proprietário. Em síntese, a

aceitação da teoria do proprietário para fins fiscais significa que os dividendos não devem ser tributados quando de sua declaração ou pagamento.

A teoria do proprietário refere-se a uma visão de Contabilidade desenvolvida no momento em que a economia era composta por pequenos negócios, tornando-se inadequada com o advento da grande corporação. É nesse contexto que surge a teoria da entidade.

Teoria da entidade

A teoria da entidade surgiu no final do século XIX e início do século XX. O impulso para o surgimento dessa teoria ocorreu com o crescimento das grandes companhias e a necessidade de separar a gestão da propriedade.

O patrimônio líquido deixa, então, de ser considerado o centro da Contabilidade para ser mais uma fonte de recursos para o ativo; e, em linhas gerais, essa teoria prega que o centro de interesse da Contabilidade deve ser a entidade; a visão é, pois, a de que a entidade deve ser representada pela igualdade entre o ativo e as obrigações:

$$\text{Ativo} = \text{Obrigações}$$

Apesar de estar subentendido que “obrigações” corresponde ao passivo e ao patrimônio líquido, a teoria da entidade considera que tanto os acionistas como os financiadores contribuem com recursos para a entidade, devendo a mesma ser separada dos interesses dessas pessoas; e, nesse caso, o passivo representa uma obrigação da entidade. Assim, para a teoria da entidade não interessa, a rigor, a distinção entre dívida com terceiros e patrimônio líquido; razão pela qual as receitas são consideradas como da entidade, sendo compensação para os serviços prestados pela empresa, enquanto as despesas representam redução da receita.

Ao contrário da teoria do proprietário, a teoria da entidade considera os juros de um empréstimo como sendo distribuição do capital. Sob essa ótica, a demonstração do resultado deveria focar o lucro operacional, que corresponderia ao resultado da entidade, sendo qualquer lucro obtido considerado como da entidade, até ser distribuído como dividendo. A Tabela 8.1 apresenta as principais diferenças entre ambas as teorias:

Tabela 8.1 *Diferenças entre a Teoria do Proprietário e a Teoria da Entidade.*

	Teoria do Proprietário	Teoria da Entidade
Expressão Algébrica	Patrimônio Líquido = Ativo – Passivo	Ativo = Obrigações
Centro de Interesse	Proprietário	Entidade
Passivo	Obrigações do proprietário	Obrigações da entidade
Separação do Passivo e do Patrimônio Líquido	Importante para determinar o valor do patrimônio líquido	Pouco relevante, pois são ambos fontes de recursos para a entidade
Receitas	Aumento da riqueza do dono	Aumento da riqueza da entidade
Despesas	Redução da riqueza do dono	Redução da riqueza da entidade
Juros	Representa despesas	Constitui distribuição do resultado
Lucro	Lucro Líquido	Lucro Operacional
Tipo de Empresa	Pequena empresa, onde o capital não está segregado da administração	Grande empresa, onde a administração está separada do capital
Lucro Líquido	Lucro do proprietário	Lucro da entidade até o momento de sua distribuição
Taxação de Dividendos	Bitributação	Tributação do resultado que será distribuído a uma das fontes de financiamento
Início	Primórdios do método das partidas dobradas (ou antes disso)	Final do século XIX e início do século XX
Autor Representativo	Paccioli	Paton
Índice Representativo de Preços	Preço ao Consumidor	Índice Geral de Preços ou do Setor
Demonstração Contábil	Balanco	Demonstração do Resultado

Em ambientes inflacionários, por exemplo, quando se utiliza um tratamento para minimizar os efeitos sobre as informações contábeis, a teoria do proprietário serve para definir qual o indicador de preços mais adequado para revelar

os efeitos inflacionários sobre a riqueza do dono da empresa; dos índices de inflação existentes, aqueles que mais se aproximam dessa situação são os índices de preços ao consumidor, que mensuram o efeito da inflação sobre a cesta básica do consumidor.

Já para a teoria da entidade importa mensurar o efeito da variação de preços sobre a riqueza da entidade. Por essa razão, os índices gerais de preços, como o deflator das contas nacionais, os índices de preço no atacado ou os índices setoriais são mais adequados para ser utilizados na correção monetária.

Portanto, conforme apresentado, nota-se que a teoria do proprietário possui grande influência na prática contábil, ainda que a legislação comercial usualmente considere a entidade separada dos interesses dos acionistas; assim, mesmo numa empresa com um único acionista, a lei reconhece que existe um contrato do investidor com seus negócios. Desse modo, em situação de dificuldades financeiras, a legislação considera direitos prioritários os passivos e, quanto à presença de formas societárias, em que a responsabilidade do acionista está limitada a sua participação nos investimentos da empresa, fica demonstrada, novamente, a aceitação da teoria da entidade por parte do direito comercial.

É importante destacar que a teoria da entidade vai além do princípio da entidade, referente à separação dos negócios desta em relação aos negócios do proprietário, pois se um proprietário mantém sua conta bancária separada da conta da empresa isso não significa que o mesmo terá a visão da teoria da entidade.

A teoria da entidade foi, portanto, proposta para refletir a realidade econômica e não os aspectos legais. Neste sentido, o lucro passa a ser, nesta teoria, uma medida de eficiência gerencial, podendo ser um indicativo dos lucros futuros.

Gaffikin (2005).

Apesar de parecer mais razoável a teoria da entidade, é importante salientar que existem restrições a essa teoria. Inicialmente, voltemos ao que foi discutido na introdução do capítulo, onde mostramos que a entidade não existe de forma objetiva, sendo uma suposição. Outro aspecto é que temos dificuldades de aplicar o ponto de vista da entidade. Na Contabilidade gerencial, por exemplo, deixamos de lado a entidade como um todo e focamos no centro de custos ou nos processos que interessam à administração interna.

Goldberg (2001).

Outras teorias do patrimônio

Além das teorias do proprietário e da entidade, quatro outras mereceram certo destaque na literatura: as teorias do fundo, do comandante, do empreendimento e a teoria residual.

Na *teoria do fundo*, proposta por William Vatter, a base da Contabilidade deixa de ser o proprietário ou a entidade, para considerar um grupo de ativos e suas obrigações relacionadas. Por essa razão, esta teoria é *centrada no ativo*, uma vez que está focada na gestão e no uso apropriado dos ativos. Um fundo é, pois, considerado um grupo homogêneo dentro da organização, que possui obrigações que lhe são específicas. Essas obrigações, por sua vez, podem ser com terceiros (passivo) ou com o capital próprio. Em certas situações, a teoria do fundo implica na existência de contabilidade separada para cada um dos fundos existentes na entidade. Assim, pelas características dessa teoria, seu uso tem sido considerado mais apropriado para os setores governamentais e para as entidades sem fins lucrativos, organizações em que é comum a existência de recursos captados com finalidade específica, cuja aplicação pode estar sujeita a uma série de regras. Entretanto, a teoria do fundo é também importante para organizações com fins lucrativos, como em situações de falência ou de contabilidade divisional. Recentemente, a aplicação da teoria do fundo em entidades sem fins lucrativos tem sido substituída pela classificação dos ativos sem restrições, temporariamente restritos e permanentemente restritos. Exemplo clássico dessa teoria é a prestação de contas de condomínios, que evidencia a origem de recursos (dos condôminos) e sua aplicação (funcionários, energia elétrica etc.).

A *teoria do comandante*, proposta por Goldberg, defende que a Contabilidade, mesmo a financeira, deve estar voltada para o gestor. Essa teoria, no entanto, apresenta alguns problemas substanciais que são difíceis de serem solucionados, pois, conforme discutiu-se no Capítulo 4, os administradores exercem uma influência substancial sobre a Contabilidade. Assim, a aceitação da teoria do comandante exacerbaria o impacto do gestor, tornando-a enviesada.

A *teoria do empreendimento*, proposta a partir da visão da organização como um ente social que exerce influência sobre vários setores da sociedade, considera que a Contabilidade deve estar voltada para outros usuários, como: empregados, governo, entidades reguladoras e público em geral. Essa teoria tem sido utilizada para justificar a publicação da demonstração do valor adicionado e do balanço social por parte das empresas, tendo em vista a necessidade

de justificar as ações sociais da entidade. Assim, a teoria do empreendimento possui uma visão diferente de resultado, considerando juros, dividendos e salários como sendo sua distribuição (Tabela 8.2).

Tabela 8.2 *Diferença entre as diversas teorias do patrimônio.*

	Teoria do Proprietário	Teoria da Entidade	Teoria do Fundo	Teoria do Empreendimento
Centrado	Proprietário	Entidade	Fundo	Sociedade
Equação	Patrimônio Líquido = Ativo – Passivo	Ativo = Obrigações	Ativo = Restrições ao Ativo	
Demonstração Contábil	Balço	Demonstração do Resultado	Fontes e usos de fundos	Valor Adicionado e Balço Social
Tipo de Organização	Pequena e média empresas	Grande empresa	Governo e entidades sem fins lucrativos	Entidade com impacto na sociedade

Finalmente, a *teoria residual* tem como foco a figura dos acionistas ordinários. Os acionistas ordinários seriam os donos do negócio e a informação contábil deve focar a decisão destes acionistas e a previsão dos seus dividendos futuros. A equação contábil seria:

$$\text{Ações Ordinárias} = \text{Ativo} - \text{Passivo} - \text{Ações Preferenciais}$$

Essa teoria faz sentido nos países onde a figura das ações preferenciais aproxima-se do financiamento de terceiros, motivo pelo qual algumas obras de finanças têm classificado essas ações como sendo fonte de capital de terceiros. Por essa razão, a teoria residual considera a ação ordinária como sendo o financiador de capital com mais elevado nível de risco. Ressalte-se, no entanto, que as características do mercado financeiro no Brasil e sua legislação tornam essa teoria sem efeito no nosso país.

Uma variante dessa teoria é a que reflete o balanço consolidado, em que a participação dos minoritários vai integrar o patrimônio líquido (que pertence ao controlador), sendo classificado entre o exigível a longo prazo e o patrimônio líquido.



Antes de Prosseguir

Faça uma listagem com as distinções mais importantes entre a teoria da entidade e a teoria do proprietário. Para cada item, escolha qual teoria é efetivamente observada na prática contábil.

Objetivo 4: Composição, ,
do patrimônio líquido.

Composição do patrimônio líquido

As transações do patrimônio líquido podem ser de dois tipos: transações de capital e transações relacionadas com o lucro. No primeiro caso temos o aporte de capital e a distribuição de resultados. O segundo está relacionado com as informações da demonstração de apuração do resultado da entidade. Considerando, numa determinada situação hipotética, a inexistência de transações de capital, a variação do patrimônio líquido deveria corresponder ao somatório das receitas menos o total das despesas.

Apesar de o patrimônio líquido estar definido em função do ativo e do passivo, é importante, para o usuário, conhecer o detalhamento deste grupo. Uma das razões é que o detalhamento do patrimônio líquido pode indicar a existência de restrição sobre a capacidade de distribuir seu resultados para os acionistas. Além disto, a evidenciação do patrimônio líquido deve informar a existência de direitos diferentes entre os financiadores da entidade.

A existência de reservas é, em alguns casos, decorrente de uma obrigação legal para proteger os credores de eventuais prejuízos, podendo também ser originária de concessões tributárias do governo. Tanto a existência destas reservas, quanto o seu valor, podem ser informações importantes para os usuários. A destinação de recursos para reservas, através dos lucros acumulados, não correspondem a despesas. Neste caso, não existe efeito sobre o valor total do patrimônio líquido. Mas existem certas reservas, com as de reavaliação ou de atualização de ativos e passivos, que podem aumentar ou diminuir o valor do patrimônio líquido. A Lei nº 11.638, de 2007, eliminou a reavaliação de ativos.

Outra mudança importante da Lei nº 11.638/07 foi a necessidade de destinar o lucro líquido do exercício, transformando a conta de lucros acumulados numa *conta transitória*. Em outras palavras, apesar de continuar existindo nos planos de contas das entidades, o saldo no final do exercício deverá ser zero. Entretanto, a conta de prejuízos acumulados continua existindo. Assim, a legislação brasileira admite que o patrimônio líquido é composto pelo capital

social, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria e os prejuízos acumulados.

Anteriormente existia o grupo *Resultados de Exercícios Futuros*. Este grupo não estava contemplado como patrimônio líquido, sendo considerado à parte. Existiam muitas confusões sobre o que deveria ser considerado neste grupo. O próprio Conselho Federal de Contabilidade, na Resolução nº 686/90, não contemplava este grupo na estrutura das demonstrações contábeis. Na realidade, este grupo foi criado no contexto da Lei nº 6.404, incorretamente, para contemplar adiantamento por conta de incorporação de imóveis, em entidades incorporadoras e construtoras. Na proposta original da Lei, este grupo seria extinto. No entanto, sob a alegação de perda de receita tributária, a sua extinção foi vetada pelo Presidente da República. Posteriormente, com a Medida Provisória nº 449, tal grupo foi extinto.

Em conformidade com a legislação societária, bem como a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 937/2002, as companhias abertas têm que segregar, nas demonstrações contábeis consolidadas publicadas, a participação de não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado. Essa evidenciação deve ocorrer imediatamente antes do patrimônio líquido. Dessa maneira, o patrimônio líquido que é apresentado no balanço patrimonial consolidado representa o patrimônio líquido do controlador. Em outras palavras, qualquer outro acionista não é tratado como integrante desse patrimônio líquido consolidado. Isso é justificado pelo fato de que o objetivo das demonstrações consolidadas é exatamente mostrar qual é o tamanho do patrimônio líquido do controlador e qual foi o seu lucro. No sentido de mostrar o lucro do controlador, a própria demonstração do resultado consolidada traz, também, essa segregação. Em termos de teoria do patrimônio, a que mais se aproxima desse conceito é a teoria residual, pois qualquer acionista, que não o controlador, está fora do patrimônio líquido. Dessa forma, o controlador tem responsabilidade, pois seu ato pode influir no comportamento do minoritário.



Antes de Prosseguir

As empresas de capital aberto foram estimuladas nos últimos anos a adotarem uma série de medidas para trazer maior segurança para os investidores

de ações. Entre outras medidas, a bolsa de valores criou grupos de empresas com maior “governança corporativa”, que se traduz na melhoria da relação com o investidor. Uma das medidas foi a necessidade de que as empresas só tivessem uma classe única de ações, todas com direito a voto.

Objetivo 5: Importância da mensuração.

Pesquisas

O patrimônio líquido tem sido criticado por não expressar, de maneira adequada, o efetivo valor da empresa, e alguns autores têm criticado o método contábil por apresentar uma informação distanciada entre o valor de mercado e o valor contábil. Entretanto, pesquisa de Collins, Maydew e Weiss (1997) mostrou que a relevância do valor contábil e do lucro não diminuiu nos últimos anos.

Dois acontecimentos recentes promoveram uma revitalização do patrimônio líquido na contabilidade: um originário da área acadêmica e outro da regulação.

Na área acadêmica, uma série de pesquisas comprovou a importância do patrimônio líquido nas mais diferentes situações. O trabalho de Ohlson demonstrou que o valor de mercado do patrimônio líquido é dado pelo valor contábil no tempo t e pelo valor presente do lucro residual. Esse modelo tem sido objeto de intensa discussão. Barth, Beaver e Landsman mostraram que, nas empresas com dificuldades financeiras, dá-se mais importância à avaliação do patrimônio líquido, do que à demonstração do resultado, sendo o valor contábil do patrimônio líquido uma aproximação do valor de liquidação.

Em relação à regulação, há o Comitê da Basileia, um grupo de agências de supervisão bancárias de dez países, organizado em 1975, cujo nome faz referência à cidade suíça onde está sediada a entidade promotora do comitê, o BIS (*Bank for International Settlements*). Esse comitê promove, como uma das suas atribuições, a uniformização da política para capital de bancos e a supervisão de instituições financeiras, sendo que o acordo estabelecido em torno das regras tem sido denominado Acordo da Basileia, cujas regras têm levado as instituições financeiras a adequarem seu capital, em especial o patrimônio líquido. Assim, numa instituição financeira, o capital deve ser

suficiente para absorver as perdas improváveis e permitir que a mesma possa continuar operando. Para tanto, o Acordo da Basileia determinou a apuração do limite operacional de cada instituição, em termos do comprometimento do risco, a partir do cálculo do patrimônio de referência. Este patrimônio corresponde, basicamente, ao patrimônio líquido com a exclusão de algumas reservas, além da inclusão de outros valores, como excesso de provisão para devedores duvidosos e reservas ocultas, entre outras. Outra situação onde o patrimônio líquido adquire relevância é através do conceito de *patrimônio de afetação*. Este conceito, instituído pela Lei nº 10.931, de 2004, representa uma tentativa de instituir proteção facultativa aos compradores na compra de imóveis. A empresa vendedora deve evidenciar a contabilidade separada de cada empreendimento. Em caso de falência, o patrimônio de afetação não é considerado na massa falida. Em fundos de investimentos, o patrimônio de afetação foi instituído através da Instrução CVM nº 409.

No Brasil, o modelo desenvolvido do Ohlson tem sido objeto de diversas pesquisas. Cupertino e Lustosa (2004) analisaram se esse modelo era testável empiricamente. Segundo estes autores, não existe consenso na literatura e isto impede sua verificação empírica.

Com respeito à manutenção do capital, a tese de doutorado de Szuster (1985) ainda representa o que de mais avançado se produziu no país. Sua leitura é um desafio para este tipo de pesquisa. Uma pesquisa de Seidel e Kume (2003) tentou conciliar o conceito de lucro passível de distribuição e necessidade de capital de giro.

Santana (2005) investigou as teorias do patrimônio e a questão da responsabilidade social, propondo uma nova teoria: da Responsabilidade Social.

Exercícios

1. O valor do patrimônio líquido tem sido associado à saúde de uma entidade. Geralmente, o patrimônio líquido é positivo. Podem ocorrer, no entanto, situações em que o valor do passivo é superior ao do ativo, levando a um patrimônio líquido negativo. Explique como isto pode ocorrer.
2. No setor financeiro, é comum avaliar uma instituição pelo valor do seu patrimônio líquido. Em sua opinião, quais as razões para que isto ocorra?

3. O Acordo da Basileia determinou normas que deveriam ser seguidas pelos bancos centrais dos diversos países do mundo na regulamentação do sistema financeiro. A regra básica é que para cada tipo de operação que uma instituição financeira faça é necessária uma determinada quantidade de patrimônio líquido, denominada de patrimônio líquido exigido (PLE). Deste modo, as operações com maior risco exigem um PLE maior, assim como as operações com garantia precisam de menos PLE.
 - a) Com base no que foi estudado no Capítulo 1, determine o usuário mais relevante nesta regulamentação do sistema financeiro.
 - b) Explique as razões pela quais duas instituições com idêntico patrimônio líquido podem ter PLE diferentes. Utilize um exemplo hipotético.
 - c) A ênfase no cálculo deste PLE indica um direcionamento para qual teoria?
 - d) Caso ocorra uma necessidade de elevar as provisões dos bancos, como isto afetará o PLE?
4. Em maio de 2005, a Comissão de Valores Mobiliários determinou que a Tecelagem Kuehnrich (Teka) republicasse o balanço de 2004 após constatar erros na contabilidade da empresa. Uma das razões tinha sido a contabilização de crédito de impostos e outras pendências judiciais não ganhas. Esta contabilização terminou aumentando o patrimônio líquido da empresa. A empresa de auditoria fez ressalvas no seu parecer.
 - a) Mostre como a contabilização errada da empresa aumenta o patrimônio líquido da empresa.
 - b) Qual o conceito contábil que ajudou na resposta anterior?
5. Leia a seguinte notícia sobre o Banco Santos:

Banco Santos é liquidado pelo BC

Decisão foi tomada após constatação de que ativos da instituição tinham valor abaixo de 50% da dívida, de cerca de R\$ 3 bilhões

Gustavo Freire – BRASÍLIA – Estado de S. Paulo – 5-5-2005

O Banco Central (BC) decretou ontem a liquidação extrajudicial do Banco Santos, por causa de fraudes e de má gestão que deixaram a instituição com um rombo de R\$ 2,236 bilhões. [...], os fiscais do BC

encontraram fraudes e indícios de crimes contra o sistema financeiro que foram informados ao Ministério Público.

[...], o BC estimava que o banco tinha um rombo de aproximadamente R\$ 703 milhões em suas contas. “Após o ajuste das operações de crédito de difícil recebimento, o passivo a descoberto do banco foi para R\$ 2,236 bilhões”, disse o diretor de Liquidações e Desestatização do BC, Antonio Gustavo Matos do Vale.

A correção do valor do rombo foi feita depois que o BC descobriu que algumas operações de crédito já haviam sido quitadas por meio da compra de debêntures de empresas não financeiras ligadas ao Banco Santos. No entanto, na contabilidade do banco elas ainda constavam como créditos a receber. Essa maquiagem fazia o banco parecer mais saudável do que realmente estava. “Muitos devedores tinham documentos de comprovação de quitação do empréstimo”, disse o diretor de Fiscalização do BC, Paulo Cavalheiro.

- a) Explique o sentido da expressão “passivo a descoberto do banco foi para R\$ 2,236 bilhões”.
 - b) Qual o valor do patrimônio líquido da instituição?
 - c) Mostre como a mensuração do patrimônio líquido depende do ativo e do passivo.
6. Considere a situação de João, que possui 21 anos e trabalha desde os 16 anos de idade. No trabalho, João recebe R\$ 25 mil por ano e deve aumentar seus rendimentos para R\$ 35 mil se receber uma promoção. Para simplificar, admita que João não possua nenhuma despesa, pois mora com seus pais. Desde que começou a trabalhar, João já economizou R\$ 15.000, tem um automóvel no valor de R\$ 10.000 e outros pequenos ativos (celular, som, câmera digital) com valor estimado de R\$ 25 mil. João não possui dívidas. Apresente seu balanço patrimonial.
 7. Maria está cursando o mestrado e possui ativos no valor de R\$ 5 mil. Ela solicitou um empréstimo de R\$ 20 mil para fazer o seu curso. Como está no final do seu curso, Maria já trabalha, com rendimentos de R\$ 30 mil por ano. Sua expectativa é tornar-se uma consultora de renome e ganhar R\$ 150.000 por ano depois de dez anos que concluiu seu curso. Elabore o balanço patrimonial de Maria.
 8. Compare os resultados obtidos nas duas questões anteriores. Em sua opinião, quem está melhor hoje? E no futuro?

9. Numa reportagem do *Valor Econômico*, afirmava-se que a rentabilidade do patrimônio das empresas era uma referência importante para determinação do preço da ação. No texto, afirmava-se que “patrimônio líquido é o valor do total de bens de uma pessoa ou empresa”. Você concorda com esta definição? Compare com a definição estudada no capítulo.

Luquet (2006).
10. A partir da Tabela 8.1, faça um teste para verificar se você é adepto da teoria do proprietário ou da entidade. Para cada item da tabela, marque a coluna que pareça mais correta segundo o seu **bom senso**. Após isto, some o número de marcações de cada coluna. Você seria capaz de explicar o resultado obtido?
11. A Estrutura Conceitual Básica comenta o reconhecimento de ativos, de passivos, de receitas e de despesas. Qual a razão para que o reconhecimento do patrimônio líquido não seja tratado no documento do CPC?

Referências

- BARTH, M.; BEAVER, W.; LANDSMAN, W. The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, nº 1-3, p. 77-104, Sept. 2001.
- COLLINS, Daniel W.; MAYDEW, Edward L.; WEISS, Ira S. Changes in the value-relevance of earnings and book values over the past forty years. *Journal of Accounting and Economics*, v. 24, nº 1, p. 39-67, Dec. 1997.
- CUPERTINO, César M.; LUSTOSA, Paulo R. Testabilidade do modelo Ohlson. *Brazilian Business Review*, Vitória: Fucape, jul./dez. 2004.
- FREIRE, Gustavo. Banco Santos é liquidado pelo BC. *O Estado de S. Paulo*, 5 maio 2005.
- GAFFIKIN, M. J. R. *Creating a science of accounting*. Wollongong: University of Wollongong, Working paper, 2005.
- GARCIA, Norberto. Representa la expresion patrimonio neto como rubro de los estados contables, lo que realmente quiere representar? *Revista de Contabilidade e Finanças*, São Paulo: USP, p. 106-111, 2003.
- GOLDBERG, Louis. *Journey into accounting thought*. Londres: Routledge, 2001.
- LUQUET, Mara. O radar do lucro. *Valor Econômico*, fev. 2006.

OHLSON, James. Lucro, valor contábil e dividendos na avaliação do patrimônio líquido. *UnB Contábil*, Brasília: UnB, p. 19-58, segundo semestre 1999.

SANTANA, Claudio M. Por uma outra contabilidade. *Congresso USP de Contabilidade*, 2006.

SCHERER, Luciano M.; MARTINS, Eliseu. Manutenção de capital e distribuição de dividendos. *Revista FAE*, Curitiba, v. 6, nº 2, p. 65-83, maio/dez. 2003.

SEIDEL, André; KUME, Ricardo. Contabilização das variações da necessidade de capital de giro. *Revista de Contabilidade e Finanças*, São Paulo: USP, nº 31, p. 66-77, 2003.

SZUSTER, Natan. *Análise do lucro passível de distribuição: uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital da empresa*. 1985. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Receitas e despesas

OBJETIVO DE APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você conhecerá:

1. A definição de receitas e despesas.
 2. Os critérios de reconhecimento da receita e da despesa.
 3. As principais questões vinculadas à mensuração da receita e da despesa.
 4. Os tipos de demonstração de resultado.
-

Introdução

As questões pertinentes às receitas e despesas são de interesse direto do usuário das demonstrações contábeis por afetarem a apuração do resultado do exercício. Geralmente, a apuração do resultado é a medida de desempenho da entidade ou é base de outras medidas, como o retorno do investimento. Para o estudo desse assunto, separou-se a definição do seu reconhecimento e mensuração, a exemplo do que ocorreu em outros capítulos anteriores. As questões vinculadas a este reconhecimento e mensuração estão vinculadas a aspectos discutidos em outros capítulos, em particular ao conceito de capital e sua manutenção, objeto de estudo do Capítulo 8.

Conforme será comentado adiante no capítulo, a receita e a despesa estão, conceitualmente falando, subordinadas aos elementos patrimoniais, em especial ao ativo e passivo.

O estudo das receitas e despesas torna-se importante inclusive pelo fato de que o usuário da informação contábil dedica uma atenção especial ao valor do lucro líquido obtido pela entidade.

Objetivo 1: Definir
Receita.

Receita

Segundo o Iasb, receitas são “aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e não se confundem com os que resultam de contribuição dos proprietários da entidade”. Esta definição foi adotada de forma próxima pela Estrutura Conceitual CVM e do CPC.

A primeira característica dessa definição é que a mesma depende das definições de ativo, passivo e patrimônio líquido. Isso tende a tornar a definição circular: para o seu entendimento é necessária a definição de patrimônio líquido, que por sua vez depende da definição de ativo e passivo. O certo é que a definição de receita subordina-se às demais. Certos autores são mais extremados quando consideram que a definição de receita depende da definição de lucro.

Evans (2003).

Além disso, ao vincular a receita a aumento nos benefícios econômicos, a definição apresentada pelo Iasb associa-se à sistemática contábil das partidas dobradas. Nesse caso, o lançamento da receita, feito por um crédito, tem correspondência com um lançamento a débito de uma conta do ativo ou do passivo, conforme consta da definição. O exemplo típico é a geração de receita através da prestação de um serviço: tem-se um lançamento a débito de valores a receber ou uma conta do disponível, e uma contrapartida de receita, a crédito. Vários são os ativos que podem ser aumentados com a receita: caixa, valores a receber etc. A receita também pode resultar da liquidação do passivo como fornecimento de mercadorias em troca de um empréstimo.

Conforme o próprio Iasb ressalta, a definição não procura especificar os critérios para reconhecimento na demonstração do resultado. Em outras palavras, a definição da receita está segregada do seu reconhecimento, que será tratado mais adiante neste capítulo. O reconhecimento da receita também é

importante pelo fato da definição apresentada ter uma limitação temporal incluída através da expressão *período contábil*.

Finalmente, a expressão “*não se confundem com os que resultam de contribuição dos proprietários da entidade*” tem por finalidade separar a receita da mera movimentação do patrimônio líquido em decorrência, por exemplo, de aumentos no capital da entidade.

Uma consequência da definição do Iasb diz respeito à segregação entre receita e ganho. Conforme pode ser notado, a posição do Iasb, assim como da Estrutura Conceitual da CVM e do CPC, é ampla o suficiente para incluir também o que a literatura denomina de *ganho*.

Iasb, Estrutura
Conceitual, § 75.

O Iasb afirma que “*ganhos representam outros itens que se enquadram na definição de receitas*”. Um exemplo típico de *ganho* é aquele resultante da venda de um ativo permanente. Nesse caso, a contabilidade societária tende a considerar os valores líquidos obtidos pela entidade, separadamente da receita das atividades normais. Apesar de discutível, esse procedimento é comum. Uma vantagem de considerar um tratamento especial aos ganhos decorre do fato de que o usuário da informação contábil necessitaria saber qual o resultado obtido pela entidade com suas atividades-fins. Numa indústria, seria importante para o usuário saber se a entidade está obtendo lucro com o processo industrial, segregando-o, por exemplo, da venda eventual de um imóvel. A Figura 9.1 apresenta um pequeno exemplo hipotético dessa situação.

Receita de Venda	1.000, ' , ' ,
Custo do Produto Fabricado e Vendido	– \$ 800
Lucro Bruto	\$ 200
Despesas Operacionais	– \$ 300
Prejuízo Operacional	\$ 100
Resultado da Venda de Imóvel	\$ 150
Lucro Líquido	\$ 150

Figura 9.1 *Exemplo de resultado com ganho.*

A empresa do exemplo não obteve resultado operacional positivo. Entretanto, quando se leva em consideração o resultado da venda de um imóvel, o

resultado líquido é positivo. Nesse caso, a segregação do ganho com a receita permitiria inferir que a entidade não está conseguindo obter lucro com sua atividade normal. Dentro desse raciocínio, a linha do prejuízo operacional seria mais significativa do que a do lucro líquido.

Essa posição apresenta dois problemas. O primeiro é que nem sempre é possível distinguir o que seria uma atividade normal de uma entidade daquela considerada não usual. Nos dias de hoje, uma empresa industrial pode obter significativa parcela do seu resultado e da sua receita na atividade de serviço financeiro. Essa atividade corresponderia a um ganho para uma entidade que é reconhecida como industrial? Provavelmente não, mas existem exemplos em que essa resposta é mais difícil. Na realidade, definição do que seja uma atividade normal é subjetiva e, por consequência, sujeita a manipulações. Um exemplo recente dessa polêmica ocorreu com o grupo Citibank, que efetuou a venda de um prédio em Nova Iorque. Tendo apurado um resultado positivo da operação, classificou-o como operacional. Em outras palavras, o conceito de ganho mais confunde do que esclarece.

O segundo aspecto diz respeito à própria definição do que seja o objetivo de uma entidade com fins lucrativos. A adoção da ideia de atividade usual, ou similar, para a segregação do ganho em relação à receita decorre da suposição de que cada entidade possui um objetivo claro e definitivo; e que esse objetivo está associado à exploração de um setor econômico. No entanto, se a finalidade de uma entidade é agregar valor, a maneira como isso é feito não é relevante. Nesse sentido, a distinção de receita e ganho também não é importante.

Apesar desses aspectos, é certo que algumas receitas que não se repetirão em períodos futuros e as que são significativas devem ser evidenciadas à parte. Mas isso não pode ser uma desculpa para que a receita não passe pela demonstração do resultado, conforme será discutido mais adiante.

Usualmente, adota-se o método dedutivo na apresentação das receitas, sendo apresentadas inicialmente as receitas da entidade e, posteriormente, as despesas. Também é usual distinguir receitas normais das atividades das demais. Nesse caso deve-se levar em consideração a natureza da entidade e suas operações, sendo segregados itens ordinários dos extraordinários.

Conforme afirmado anteriormente, a definição do Iasb abrange tanto receitas quanto os ganhos. O próprio Iasb, assim como a CVM e do CPC, considera que receitas são aquelas que surgem no curso normal das atividades, podendo receber nomes como vendas, honorários, juros, dividendos, aluguéis e *royalties*.

Já os ganhos, que se enquadram na definição de receita, podem surgir ou não do curso normal das atividades. Não são considerados em separado.



Antes de Prosseguir

Considere a prestação de serviço por parte de uma entidade. Verifique se este evento satisfaz à definição apresentada pelo Iasb.

Critérios de reconhecimento

Objetivo 2: Reconhecimento da Receita.

Segundo o Iasb, a receita é reconhecida quando pode ser medida em *base confiável*. Conforme discutido anteriormente, a definição de receita depende da definição de ativo e passivo. De igual modo, e por estar associado ao ativo, o seu reconhecimento ocorre simultâneo ao aumento do ativo ou à redução do passivo. Considere, por exemplo, a venda de uma mercadoria ou a prestação de um serviço. Somente após existir plenas condições de reconhecimento do ativo é que a receita também será reconhecida.

O Iasb afirma que a receita deve ser medida por itens que possuam bases confiáveis e “grau suficiente de certeza”. Essa posição pode significar, a princípio, uma restrição à utilização de bases de avaliação a valor justo, que geralmente não possuem a objetividade requerida.

Considerando que a relação existente entre comprador e vendedor é específica em cada transação, a rigor não deveriam existir “padrões” ou “regras” para determinar em que momento uma transação específica será reconhecida. Isso representa um problema para os legisladores na medida em que a criação de normas contábeis terá dificuldade de enquadrar todos os casos existentes. Esse aspecto termina por fortalecer a posição daqueles que acreditam que deve prevalecer a substância sobre a forma.

Em suma, o processo de reconhecimento da receita está ligado à venda. Entretanto, a venda não é o critério de reconhecimento. A venda é o ponto de partida para o reconhecimento por satisfazer as condições necessárias para isto: base confiável e grau suficiente de certeza. As exceções a essa regra geral ocorrem justamente quando o instante da venda não representa a base mais confiável ou a que possui grau maior de

Kam, 1990, p. 251.

certeza. As incertezas que a Contabilidade possui em relação a esse instante do reconhecimento têm sido objeto de fraudes e erros nas entidades. Esse tipo de erro pode-se chamar de “erro de corte”, pois diz respeito ao momento que a entidade irá considerar a receita realizada. Postergar ou antecipar a definição do “corte” temporal traz impacto no volume de receita de determinado período.

A Figura 9.2 apresenta o ciclo de produção típico de uma indústria, iniciando na compra da matéria-prima, passando pelo processo produtivo, a venda e o recebimento.

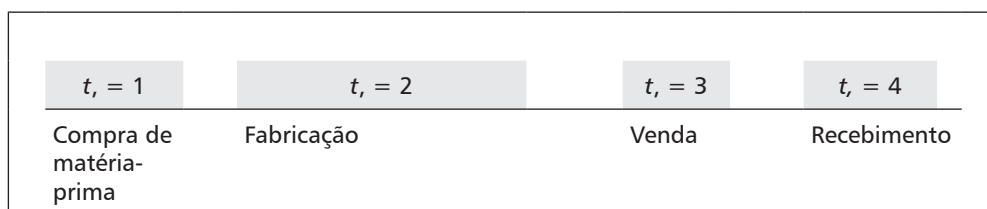


Figura 9.2 *Ciclo de produção de uma indústria.*

O momento $t = 3$ da Figura 9.2 representa o instante em que a Contabilidade tipicamente reconhece a receita. Entretanto, também é possível o reconhecimento em $t = 1$ (na compra de matéria-prima), em $t = 2$ (no processo de fabricação) e em $t = 4$ (no recebimento).

Para o Iasb, o reconhecimento da receita na venda deve ser a regra quando:

- (a) os riscos e os prêmios associados ao produto foram transferidos para o comprador; (b) a entidade já não possui o efetivo controle do produto vendido; (c) o valor da receita pode ser mensurado de forma adequada; (d) os prováveis benefícios econômicos da transação irão fluir para a entidade; e (e) os custos da transação podem ser adequadamente mensurados.

Van Greuning (2006).

A receita poderá ser reconhecida no **recebimento**, ou no instante $t = 4$ da Figura 9.2, quando for muito duvidoso que o cliente irá efetuar o pagamento. Em outras palavras, o esforço de receber será substancial. Como em toda transação existe o risco do não recebimento, isso não significa que situações como vendas a prazo devam ser reconhecidas quando do pagamento do cliente. Nessas operações, que geram valores a receber, o principal esforço encontra-se na venda, sendo o não pagamento um risco natural do negócio, razoavelmente estimado.

O reconhecimento da receita também pode ocorrer durante o processo de fabricação. Esses casos geralmente são considerados razoáveis quando o

processo é longo e existe certa certeza com respeito ao contrato de venda. A aceitação do instante $t = 2$ para o reconhecimento da receita originou-se na indústria de construções de aviões. Nesse setor, o prazo de fabricação é bastante amplo e o início desse processo ocorre quando existe uma forte intenção por parte do comprador, geralmente uma companhia aérea. Outros setores também satisfazem os requisitos para o reconhecimento neste instante, como a construção de navios, a edificação de prédios, entre outros.

Pelas características desse tipo de reconhecimento da distribuição temporal da receita do contrato de longo prazo, torna-se relevante, na apuração contábil, o método a ser utilizado. Existem duas maneiras de se fazer a apuração da receita: pelo *cronograma físico* ou pelo *financeiro*. Considere o exemplo apresentado na Figura 9.3, onde uma empresa possui um contrato de longo prazo no valor de \$ 1.000 mil. Fisicamente, o contrato é distribuído igualmente nos dois anos. Em termos financeiros, o contrato prevê gastos superiores no primeiro ano.

Tempo	Cronograma Físico		Cronograma Financeiro	
	%	Receita	Despesas	Receita
1	50%	\$ 500	\$ 600	\$, 750
2	50%	\$, 500	\$ 200	\$, 250
Total	100%	\$ 1.000	\$ 800	\$ 1.000

Figura 9.3 Reconhecimento da receita.

Levando em consideração o *cronograma financeiro*, o reconhecimento da receita será na proporção do custo do contrato. No exemplo, suponha que a empresa necessite fazer uma grande quantidade de despesa para o contrato no primeiro ano ou 75% do total. Nesse caso, a receita lançada terá o valor nessa proporção: $75\% \times 1.000 \text{ mil} = \$ 750 \text{ mil}$. Deve ser notado que essa opção conduz a uma mesma margem de lucro, de 20%. Em outras palavras, o método do cronograma financeiro reduz a variação no lucro.

Já no *cronograma físico*, a receita será proporcional à realização física. No exemplo, temos receita idêntica nos dois anos de contrato. Nesse caso, o reconhecimento da receita contemplará um lançamento de \$ 500 mil no primeiro ano e outro, no mesmo valor, no segundo. Considerando um custo de \$ 600 mil no primeiro ano e de \$ 200 mil no segundo, a empresa terá um prejuízo de \$ 100 mil e um lucro de \$ 300 mil, respectivamente.

A literatura contábil tem defendido o reconhecimento durante o processo de fabricação como uma questão de justiça, por permitir que o resultado reportado não apresente grande variação no tempo. Com efeito, caso a receita do exemplo apresentado não fosse reconhecida no momento de fabricação ($t = 2$, da Figura 9.2), o resultado seria um prejuízo de \$ 600 mil no ano 1 e um lucro de \$ 800 mil, no ano 2. Entretanto, um efeito perverso desse reconhecimento é a possibilidade de *administração de resultados* por parte da empresa. E as alternativas para isso são extensas.

A questão do reconhecimento da receita tem sido considerado, mais recentemente, como um item complexo. Em razão disso, o Iasb e o Fasb juntaram esforços no sentido de modificar as normas de contabilidade sobre este assunto. A proposta básica é atacar estes problemas, focando o processo de registro da receita no momento que o produto ou serviço é transferido para o cliente. Existe um *exposure draft* em que as duas entidades reguladoras manifestaram a pretensão de modificar o critério de reconhecimento das receitas. A proposta trará significativas alterações nas receitas das entidades, particularmente nas entidades do setor imobiliário.



Antes de Prosseguir

Um dos problemas do reconhecimento da receita na fase de produção é a possibilidade de a empresa administrar resultados, aumentando a receita caso queira uma melhoria no resultado ou diminuindo a receita na situação inversa. Além disso, esta situação torna mais nebuloso para o usuário externo o entendimento do processo de apuração do resultado.

Objetivo 3: Mensuração da Receita.

Mensuração da receita

Conforme já afirmado anteriormente, a mensuração da receita não ocupa um lugar de destaque na teoria contábil, estando subordinada à própria mensuração dos demais elementos patrimoniais. Existe, no entanto, a questão referente ao tratamento da receita a prazo. Este aspecto foi inclusive objeto de regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as companhias abertas no período de hiperinflação, através da Instrução Normativa 191.

Considere, a título de exemplo, uma entidade comercial que gerou receita no momento t_1 . A empresa concedeu para seu cliente um prazo para pagamento, que será no momento t_2 . A existência de um período de tempo entre a geração da receita e o recebimento exige que essa empresa demande recursos para financiar seu capital de giro. Em certas situações, faz-se necessário trazer a receita que será recebida no instante t_2 para valor de t_1 , através do desconto desse valor. Nestas situações, a receita a valor presente (R_{vp}) no instante t_1 seria obtida da seguinte forma: $R_{vp} = R / (1 + i)^{t_2 - t_1}$, sendo i a taxa de juros nominais da economia.

Supõe-se que a entidade, ao postergar o recebimento para t_2 , compense essa iliquidez cobrando uma taxa de juros na operação. Existiriam, então, duas transações: a venda da mercadoria e o financiamento do cliente. Ao trazer a receita a valor do instante t_1 (venda da mercadoria), teria a receita de venda da mercadoria; a diferença entre a receita a prazo e a receita a valor presente corresponderia à receita financeira obtida com o financiamento do cliente.

Considere o seguinte exemplo: uma entidade presta um serviço a prazo no valor de \$ 48,00. Suponha uma taxa de juros de 10% ao mês e que o recebimento irá ocorrer num período de dois meses. Tem-se:

$$R_{vp} = \frac{48,00}{(1 + 0,1)^2} = \frac{48,00}{1,21} = \$ 39,67$$

A receita financeira seria então obtida pela diferença: \$ 48,00 – 39,67 = \$ 8,33.

A relevância dessa mensuração depende das diferenças entre ambas as receitas. Em outras palavras, da taxa de juros e do prazo de recebimento da entidade. Em situações em que a taxa de juros da economia encontra-se em patamares elevados a receita financeira torna-se mais representativa. Entretanto, como a geração de receita usualmente está associada ao capital de giro, que possui um prazo relativamente curto, essa taxa torna o procedimento relevante somente em situações de elevados distúrbios inflacionários.

Despesa

Objetivo 1: Definição da Despesa.

O Iasb define despesa como sendo decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou existência de passivos, que resultam

Iasb, Estrutura Conceitual, § 70.

em decréscimo do patrimônio líquido e não se confundem com os que resultam de distribuição aos proprietários da entidade. A conceituação da Estrutura Conceitual da CVM e do CPC é praticamente a mesma.

Essa definição do Iasb aproxima-se daquela proposta pelo Fasb no SFAC 6: Decréscimo no ativo ou aumento no passivo durante um período resultante da entrega de produtos, aluguel de serviços ou outra atividade que constitui a operação central do empreendimento. Ressalta uma diferença a ser destacada: o pronunciamento do Iasb não associa, necessariamente, a despesa à atividade central da entidade.

O fato de a despesa estar associada ao decréscimo dos benefícios econômicos caracteriza-a como um fator negativo, que tende a reduzir a riqueza da empresa. Anteriormente, o foco da definição, encontrado nos pronunciamentos da contabilidade norte-americana, estava no “uso ou consumo de produtos ou serviços no processo de obtenção de receitas”. Essa definição de despesa era, portanto, menos negativa do que a do Iasb.

Um segundo aspecto a ser destacado diz respeito ao registro temporal da despesa, estando associado ao “período contábil”. Isso significa, em outras palavras, que a Contabilidade deve-se utilizar da confrontação para o seu registro. Embora algumas despesas estejam associadas ao caixa, muitas delas são inicialmente ativo. O momento pelo qual se formam despesas corresponde a expressão *período contábil*.

Finalmente, a definição associa seu efeito à variação do patrimônio líquido, com uma importante exceção: a distribuição de resultado não é considerada despesa. Como se pode notar na Figura 9.4, a definição de despesa aproxima-se da receita.

Receita	Despesa
Aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos, ou aumento de ativos, ou diminuição de passivos	Decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos, ou redução de ativos, ou existência de passivos

que resultam em aumentos do patrimônio líquido	que resultam em decréscimo do patrimônio líquido
e não se confundem com os que resultam de contribuições dos proprietários da entidade	e não se confundem com os que resultam de distribuições dos proprietários da entidade

Figura 9.4 *Comparação da receita e da despesa.*

Ainda com respeito à definição de despesa, é importante salientar que o Iasb considera que as “perdas”, como sinistros (incêndio e inundações) ou decorrentes de venda de ativos não correntes, estão incluídas nesta. Estão inclusas neste conceito as perdas não realizadas, como os efeitos dos aumentos da taxa de câmbio de um empréstimo em moeda estrangeira. Desse modo, o Iasb evita o subjetivismo da segregação das perdas em relação às despesas decorrentes do que seriam “atividades normais da entidade”, conforme discutido anteriormente com as receitas e ganhos. Entretanto, geralmente as perdas são apresentadas separadamente, líquidas da receita, pois isto facilita a compreensão e a decisão dos usuários. Conforme apresentado também na Estrutura Conceitual da CVM e do CPC, as despesas tomam a forma de desembolso ou redução de ativos, como caixa ou equivalente, estoques e ativo imobilizado.

Iasb, Estrutura conceitual, § 79.

Reconhecimento da despesa

Objetivo 2: Reconhecimento da Despesa.

O Iasb considera que o reconhecimento da despesa, a exemplo do que ocorre com a receita, deva ser realizado “em bases confiáveis”. Em outras palavras, a despesa é reconhecida quando ocorrer o reconhecimento do ativo ou do passivo. Desse modo, a constatação da existência de uma obrigação numa entidade, por exemplo, um passivo trabalhista, leva ao lançamento da despesa no período contábil em que isso ocorrer.

A associação direta com a receita é o principal critério no reconhecimento. Essa associação recebe o nome de confrontação da despesa com a receita. Isso significa que se devem reconhecer ao mesmo tempo as receitas e as despesas resultantes do mesmo evento. Quando uma entidade vende uma mercadoria, o lançamento da receita leva ao reconhecimento de todas as despesas vinculadas

a essa mercadoria. Esta é a base do Princípio de Competência, que envolve o reconhecimento simultâneo da receita e da despesa.

Existem situações em que é difícil a associação direta da despesa com a receita. Esse é o caso de um ativo permanente como uma máquina que contribui para a geração de benefícios econômicos durante um período longo de tempo. Nesse caso, a despesa é denominada depreciação e deve ser reconhecida nos períodos de tempo em que os benefícios decorrentes do ativo são gerados.

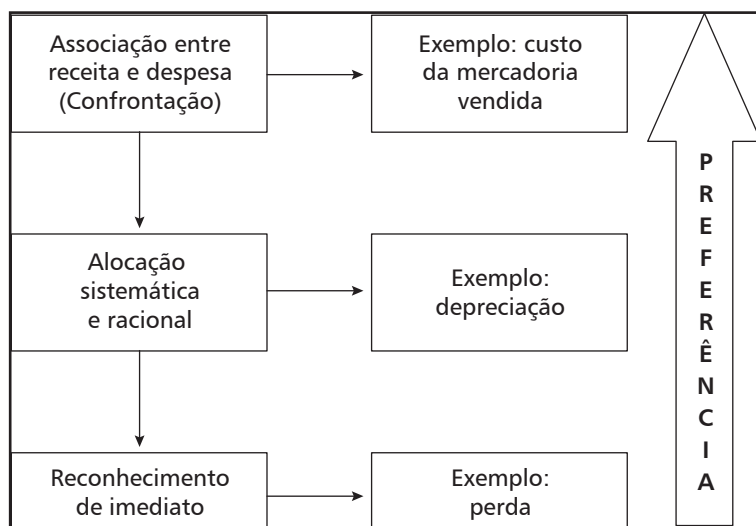


Figura 9.5 Reconhecimento da despesa.

Finalmente, uma despesa poderá ser reconhecida de imediato quando não existe perspectiva de gerar benefícios econômicos, impedindo que seja considerada um ativo. É o caso de uma perda, que não transita pelo balanço patrimonial. A Figura 9.5 apresenta, didaticamente, esses critérios de reconhecimento. É importante salientar que a ordem da Figura 8.5 deve ser observada. Em outras palavras, uma despesa somente será reconhecida quando não é possível associá-la com uma receita ou quando não existe um critério de alocação sistemática e racional.

Em 1999, a maxidesvalorização despertou um debate no Brasil sobre o seu reconhecimento. Naquele momento, a moeda brasileira – o real – foi desvalorizada, sofrendo uma grande perda em poucos dias. As empresas nacionais com dívida em moeda estrangeira estavam no dilema sobre como reconhecer esse fato.

A Figura 9.6 apresenta um exemplo ilustrativo. Conforme pode ser constatado, a diferença no tratamento poderá ser relevante na apresentação do desempenho se a dívida em dólar também for significativa. No primeiro balanço patrimonial da figura, o valor é considerado despesa do exercício, reduzindo de imediato, e de forma total, o patrimônio líquido. No segundo caso, o valor é considerado diferido, aumentando o ativo, mas não reduzindo o patrimônio líquido. Em ambos os casos o valor da dívida sofre um aumento.

Despesa			
Balanço Patrimonial – 31-12-99			
Bancos	R\$ 1.000,00	Dívida	R\$ 4.250,00
Terrenos	R\$ 9.000,00	P. Líquido	R\$ 5.750,00
	R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,00

Diferido			
Balanço Patrimonial – 31-12-99			
Bancos	R\$ 1.000,00	Dívida	R\$ 4.250,00
Terrenos	R\$ 19.000,00	P. Líquido	R\$ 7.000,00
Diferido	R\$ 1.250,00		
	R\$ 11.250,00		R\$ 11.250,00

Balanço Patrimonial – 31-12-98			
Bancos	R\$ 1.000,00	Dívida	R\$ 3.000,00
Terrenos	R\$ 9.000,00	P. Líquido	R\$ 7.000,00
	R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,00

31-12-1998 1 US\$ = 1,2 R\$ (aprox.)

31-12-1999 1 US\$ = 1,7 R\$ (aprox.)

Figura 9.6 Efeito da desvalorização cambial.



Antes de Prosseguir

Usando a Figura 9.5, em sua opinião, qual a situação mais comum numa entidade comercial?

Mensuração da despesa

Objetivo 3: Mensuração da Despesa.

Três aspectos são relevantes na mensuração da despesa: a questão da despesa a prazo, o conservadorismo e o impacto do sistema de custeio.

Em situações de instabilidade, a mensuração da despesa, a exemplo do que ocorre com a receita, deve levar em consideração o valor do dinheiro no tempo. Seja, a título de exemplo, uma empresa com uma despesa que será paga a prazo. A data da sua realização – momento t_1 – não corresponde à data do pagamento – momento t_2 . Nessa situação, quanto maior a diferença entre os momentos t_1 e t_2 maior o ganho obtido pela empresa. Da mesma forma que na receita, a relevância dessa mensuração depende do nível de distúrbio existente na economia.

Um segundo aspecto vinculado à mensuração da despesa diz respeito ao conservadorismo. Essa “filosofia” indica que existindo dúvidas deve-se ser conservador, antecipando o registro da despesa. Em
Kam (1990, p. 527-531). outras palavras, deve-se adotar o terceiro procedimento da Figura 9.5. As críticas ao conservadorismo são, no entanto, contundentes. O conservadorismo gera inconsistência na mensuração de um evento, pois sua aplicação hoje pode subestimar o resultado; no futuro, quando se confirmar o cenário, poderá existir um resultado a maior em decorrência do conservadorismo passado. Outro aspecto destacado na literatura é que o conservadorismo permite um grau de arbítrio. Um mesmo evento pode ser objeto de reconhecimento da despesa dependendo da política contábil da entidade. Para o usuário externo, o conservadorismo pode diminuir a clareza da divulgação dos resultados para o público externo, pois se torna difícil saber qual o nível de conservadorismo adotado pela entidade; ao contrário, o usuário interno usualmente conhece esse nível, sabendo precisar seu efeito sobre o resultado. Apesar de ser considerado por alguns autores como sendo uma convenção, o conservadorismo termina por prevalecer sobre os “princípios” contábeis, aos quais devem, a rigor, estar subordinado. A utilização excessiva do conservadorismo termina por gerar demonstrações enviesadas, com pouca vinculação com a realidade da empresa. Finalmente, a literatura considera que o conservadorismo é muito mais uma atitude dos contadores do que uma resposta efetiva à incerteza do ambiente. Entretanto, esse conservadorismo está contemplado como princípio contábil pelo CFC, sendo denominado de Princípio da Prudência.

O terceiro aspecto concernente à mensuração da despesa diz respeito ao sistema de custo adotado. Esse aspecto é pouco debatido na literatura vinculada à teoria contábil, não talvez pela sua irrelevância, mas pelos aspectos de confidencialidade dessa informação. Com efeito, a divulgação do custo de

uma entidade, ou mesmo de um produto ou serviço, tem sido considerada impraticável pela característica estratégica dessa informação. Os esforços dos reguladores em obter informação mais detalhada geralmente contam com uma resistência dos administradores, como inclusive ocorreu no Brasil com a tentativa de mudança da Lei nº 6.404.

Entretanto, a constatação de que a teoria tem-se dedicado pouco a essa discussão não significa que seja de pouca relevância. A literatura de custos afirma que o custeio por absorção é defendido pela teoria contábil. A razão disso pode ser encontrada na Figura 9.5, onde a confrontação é considerada – de forma controversa – o critério mais desejável de reconhecimento de despesa. Já o custeio variável, que para alguns autores é preferível para o processo decisório, afasta-se da situação desejada pela teoria. A questão da Contabilidade de Custo não se resume, no entanto, ao tipo de custeio adotado. Pelo contrário, outros aspectos discutidos também sofrem impacto da teoria. Por exemplo, a classificação de perdas terá impacto decisivo no processo de reconhecimento da despesa.

Tipo de demonstração do resultado

Objetivo 4: Tipos de Demonstrações de Resultados.

Subjacente à discussão de receita e despesa tem-se a questão sobre o que incluir na Demonstração do Resultado. Existem, basicamente, duas posturas. A primeira, que recebe o nome de “tudo incluído” ou *all inclusive*, é considerar que todas as receitas e despesas devem transitar pela demonstração. A escolha dessa postura apresenta duas vantagens que devem ser ressaltadas. Em primeiro lugar, exigir que todas as receitas e todas as despesas sejam consideradas no resultado promove e garante a evidenciação dos eventos que ocorrem na entidade. A possibilidade de que certas receitas e certas despesas sejam lançadas diretamente no patrimônio líquido implica num aumento no grau de possível manipulação contábil. Em segundo lugar, pesquisas realizadas nas últimas décadas mostraram ser possível avaliar uma entidade a partir de seu lucro, uma vez que todos os eventos – com exceção do aumento de capital ou distribuição de resultados aos acionistas – devem passar pela demonstração do resultado.

Entretanto, existem aqueles que defendem que a demonstração do resultado deveria contemplar os eventos essenciais relacionados às atividades operacionais da entidade. Em outras palavras, receitas e despesas não recorrentes poderiam ser desconsideradas para fins da apuração do resultado. Essa postura

recebe o nome, inapropriado, de *demonstração limpa*. A Lei nº 6.404/76, ao criar “Ajustes de Exercícios Anteriores”, aproxima-se desse conceito de “lucro limpo”, mas as modificações previstas na lei direcionam para inclusão desses efeitos no próprio resultado do exercício. A principal vantagem seria a possibilidade de mostrar para o usuário o desempenho da entidade no seu foco de atuação. Entretanto, a possibilidade de manipulação é significativa para que essa postura seja adotada.

Segundo regras norte-americanas do Fasb, existem situações em que receitas e despesas não transitam por resultado e são levadas diretamente a débito ou crédito de lucros ou prejuízos acumulados:

- a) ajustes a mercado, de títulos e valores mobiliários classificados como “disponíveis para venda”. No Brasil, o Banco Central do Brasil já adota essa regra para bancos brasileiros;
- b) ajustes de efeitos de conversão de transações em moeda estrangeira, quando ocorrerem significativas variações nas taxas de câmbio. Um exemplo ocorreu no Brasil quando da implantação do Plano Real em 1994; e
- c) ajustes por adoção de novas regras contábeis para reconhecimento de encargos em plano de benefícios a empregados.

Botelho (2003).

Uma agenda de pesquisa

Nos últimos anos, a pesquisa sobre esse assunto tem focado diversas questões sobre a apuração do resultado. Um grupo de pesquisa diz respeito à *administração do resultado* que se relaciona com o grau de arbítrio do responsável pela contabilidade. Em casos extremos, essa administração do resultado conduz a manipulações e fraudes. Os escândalos corporativos ocorridos no início do século XXI são exemplos disso. Interessa à pesquisa identificar as causas dessa administração do resultado, incluindo aqui a construção de instrumento que permite a identificação dessas situações. Um trabalho muito interessante diz respeito ao estudo comparativo realizado por Sancovski e Matos (2003) que mostrou que os administradores brasileiros consideram eticamente aceitável a administração do resultado. Martinez (2006a) estudou as empresas brasileiras e a redução da dispersão do resultado. Já Cupertino (2006) fez uma análise do Banco Nacional sob a ótica da teoria da agência. Colauto e Beuren (2006) estudaram o caso Parmalat.

Martinez e Faria (2007) constataram que empresas que emitiram debêntures promoveram gerenciamento de resultados. Martinez (2010) mostrou que o perfil do Conselho de Administração influencia na prática do gerenciamento dos resultados. Nardi et al. (2009) encontraram que quanto maior o gerenciamento, maior o custo de capital de terceiros.

Já Paulo et al. (2007) evidenciaram que o diferimento tributário não permite detectar o gerenciamento de resultados. Martinez (2008) analisa os modelos para estimar os *accruals* discricionários como uma alternativa para prever *earnings management*. Os resultados mostraram que se utiliza o gerenciamento para evitar relatar perdas, sustentar desempenho recente e piorar o resultado do presente em prol dos resultados futuros. Almeida e Almeida (2009) mostraram que as empresas auditadas pelas Big Four (Deloitte, Ernst, KPMG e Price) possuem menor grau de *accruals* discricionários em relação as demais.

Outras pesquisas enfatizam a relação entre o lucro contábil e outras medidas de desempenho. Formigoni et al. (2009) analisam a diferença entre o resultado contábil e o resultado tributável. Machado e Nakao (2012) analisaram a diferença entre o lucro antes do imposto de renda (Lair) e o lucro tributável e encontraram que a média do lucro tributável é maior que a média do Lair. E que empresas maiores conseguem um melhor planejamento tributário que as menores. Lustosa e Santos (2007) estudaram o poder do lucro contábil e do fluxo de caixa das operações na previsão dos caixas futuros, do lucro líquido e do lucro operacional. A análise temporal dos lucros trimestrais foi realizada por Martinez et al. (2008). Takamatsu et al. (2008) encontraram que a divulgação de prejuízos é uma informação contábil relevante, que gera reação negativa no mercado de capitais.

Um segundo conjunto de trabalhos estuda o impacto do resultado sobre o usuário. Nesse sentido, as tentativas de determinar se um resultado divulgado qualquer afeta o preço da ação de uma entidade é uma pesquisa bastante usual. Martinez (2006b) estudou a reação do mercado a surpresa nos lucros. Sarlo Neto, Bassi e Almeida (2011) estudaram empresas da Argentina, Brasil, Chile, México e Peru para verificar se os lucros contábeis afetam o retorno das ações.

Outra forma de se fazer pesquisas sobre a apuração de desempenho é através da mensuração. A discussão sobre o lucro por ação tem recebido atenção da literatura pela complexidade do assunto e sua importância. Campos e Scherer (2001) fizeram um levantamento sobre o assunto, incluindo as normas internacionais de Contabilidade. Já Galdi e Carvalho (2006) estudaram

a questão da remuneração de executivos baseada em ações sob a ótica das normas contábeis, em particular, as normas do Fasb. Outro tema pertinente à mensuração do desempenho refere-se ao lucro econômico. Esta discussão iniciou-se no século XIX, mas tornou-se mais polêmica com a publicação de diversos trabalhos sobre o assunto no final do século XX. Frezatti (1998) faz um apanhado histórico do tema e propõe uma forma de cálculo deste lucro econômico. Também pioneiro no Brasil é o artigo de Portella (2000) sobre o assunto. Fuji (2004) faz uma pesquisa para saber o grau de conhecimento dos usuários deste conceito. Na linha da busca por novas formas de mensuração, destaca-se a discussão sobre a demonstração de valor adicionado. O trabalho de Cunha, Ribeiro e Santos (2005) mostrou a riqueza desta demonstração para fins de análise da distribuição de riqueza. Cosenza (2003) estuda esta mesma demonstração na empresa Natura.

Estudos específicos da realidade brasileira podem ser encontrados. Destacam-se os estudos sobre juros sobre o capital próprio. Santos, Resende e Marques (2005) pesquisaram o setor de petróleo no Brasil para verificar se as empresas estavam remunerando adequadamente os acionistas.

Mais recentemente, um dos maiores dilemas da mensuração contábil, a questão da receita de contratos de construção imobiliária, que ainda está sendo discutida no Fasb e no Iasb, foi objeto de pesquisa por Mota et al (2012).

Donelson, Jennings e McInnis (2011) investigaram a razão de a relação entre receita e despesa ao longo do tempo apresentar uma redução na correlação. Os autores encontraram que a explicação estaria nos itens especiais, como imparidade, resultado das vendas de ativos, reestruturações, entre outros. Isto não é surpreendente, já que os valores associados com os itens especiais possuem baixa associação com a receita. E parte da importância desses itens especiais talvez se deva à própria norma contábil. E os autores encontraram que é a economia a principal justificativa para este aumento nos itens especiais. Exceto a imparidade dos ativos, onde parece existir uma relação entre a norma e o efeito sobre o resultado.

Exercícios

1. A empresa Amazon é mundialmente conhecida por vender livros pela Internet. Entretanto, parte significativa da sua geração de caixa é pro-

veniente de duas outras fontes: a comercialização da sua tecnologia de venda na internet (*e-commerce*) e a venda de livros de terceiros.

- a) Determine se estas duas fontes se enquadram na definição de receita do Iasb. Em caso afirmativo, discuta como deveria ser a evidenciação desta informação.
 - b) Seria possível o usuário verificar se cada uma delas é lucrativa? Como?
 - c) No Brasil, o termo *faturamento* é usado englobando os dois casos. Já a *receita* leva em consideração somente o valor líquido (a comissão) que a empresa obtém com a venda de produtos de terceiros. Qual destes dois termos enquadra-se mais adequadamente no conceito de receita discutido no capítulo?
2. Com respeito à distinção do termo *faturamento* do conceito de *receita*, considere uma agência de viagem que vende passagem de uma companhia aérea e recebe a comissão, que pode variar de 5 a 10% do valor da venda. Use esta situação para explicar, numericamente, a diferença entre receita e faturamento.
 3. Todo ano, as revistas de negócios divulgam *ranking* de empresas utilizando como critério para ordená-las o valor da receita. Em sua opinião, qual seria a finalidade desta classificação? O que ela poderia refletir?
 4. A empresa Bunge é uma das maiores no setor de processamento de óleos vegetais do mundo. A complexidade da sua contabilidade tem sido objeto de notícia, particularmente no Brasil. Quando a empresa negocia a compra da safra, a Bunge adianta dinheiro para os agricultores brasileiros. Estes adiantamentos são garantidos pelas colheitas ou por hipotecas das terras. Até 2003, a empresa informava estes adiantamentos como receita financeira. Depois, passou a classificar estes valores como parte do lucro bruto, por entender ser operacional, como um empréstimo. Esta discussão sobre a classificação dos adiantamentos afeta o lucro líquido da empresa? E a compreensão do resultado que foi gerado pela Bunge? Você teria uma proposta para este caso? Qual? Reilly (2006).
 5. O lucro antes de impostos, juros e depreciação e amortização, conhecido como Ebitda, tem sido utilizado por investidores para avaliar o desempenho de empresas. Apesar de não ser obrigatória sua evidenciação no Brasil, algumas companhias abertas resolveram divulgá-lo, juntamente com as outras informações contábeis. O problema é que as empresas passaram a calcular esta informação de diferentes formas pelo fato de que o Ebitda não é uma infor-

Pavini (2006).

mação contábil. Em sua opinião, seria interessante a padronização do cálculo do Ebitda? Quais as vantagens e desvantagens? As despesas e receitas não recorrentes devem ser incluídas no cálculo?

6. A classificação na área contábil pode ser visualizada nas empresas reguladas pelo governo. Para a Aneel (Agência Nacional de Macieira (2006). Energia Elétrica) a determinação das tarifas do setor é feita utilizando o seguinte índice de cálculo: $RT = (RR - OR) / (RV + RS)$, sendo RT = índice de reposicionamento da tarifa; RR = soma das despesas com encargos e compra de energia com custos operacionais, despesas de capital e tributos; OR = outras receitas que correspondem às receitas extraconcessão e de serviços; RS = receita de suprimento de energia a outras distribuidoras; e RV = receita verificada. A receita verificada representa a projeção da receita para os próximos meses caso não exista reajuste de tarifa. Mostre o impacto da classificação da receita na determinação da tarifa de uma empresa deste setor.
7. Uma forma de verificar o grau de internacionalização de uma empresa é dividir o volume de receita gerado no mercado externo pelas receitas totais. Como parte da receita é obtida no exterior, o comportamento da taxa de câmbio pode ser fundamental. Explique, através de um exemplo simples, como a alteração cambial poderia influenciar no grau de internacionalização.
8. Em 2002, a empresa Eletropaulo quitou dívidas bancárias que possuía com o Banco Espírito Santo no valor de R\$ 142 milhões com a entrega de um edifício de sua propriedade na cidade de São Paulo. Nesta transação, podemos caracterizar a geração de receita na Eletropaulo? Utilize na sua resposta a definição apresentada no capítulo. Considere que o valor contábil do edifício é menor que R\$ 142 milhões.
9. As empresas do setor de publicidade adquirem espaço ou tempo para seus clientes nas redes de televisão, jornais ou outros meios de comunicação. Em troca, recebem descontos ou bônus por volume (BV) e este valor não é repassado para o anunciante. Alguns grandes anunciantes sabem desta prática e exigem que as agências de publicidade reembolsem estes valores.
 - a) Como seria o tratamento, nas agências de publicidade, deste desconto, na situação em que o valor não é repassado para o anunciante?
 - b) Podemos considerar o BV uma receita para a agência de publicidade?
 - c) Como seria o caso do BV para os grandes anunciantes, sob a ótica da agência de publicidade?

10. A empresa Submarino comercializa produtos através da Internet, entregando-os na residência do cliente. Em 2005 a empresa divulgou uma receita de frete de R\$ 21,5 milhões e uma despesa de R\$ 26,3 milhões. Você concorda em classificar o que a empresa recebe de seus clientes, referente ao frete na compra dos produtos, como receita?
11. Em Hollywood tem sido muito comum os estúdios desenvolverem projetos de filmes, com muitas alterações de roteiristas, diretores, produtores e atores. Somente para o filme Superman, a empresa Warner gastou mais de 60 milhões de dólares em despesa de desenvolvimento, que, segundo a empresa, “já foram baixados de seu balanço”. Somente os onze roteiristas custaram, em média, 850 mil dólares cada. Pede-se:

Kelly (2006).

 - a) O que significa a expressão “já foram baixados de seu balanço”?
 - b) Os valores citados na questão representam uma despesa? Utilize o conceito do capítulo para sua resposta.
12. No natal, o varejo de livros, CD e DVD criou a possibilidade de o cliente comprar o “vale-presente”, que possibilita que a pessoa presenteada possa trocá-lo por um produto do seu agrado. Responda ao que se pede, considerando a ótica do varejo:
 - a) Qual deverá ser o registro no momento que a venda do vale presente é realizada? Quando será baixado o estoque, reconhecendo a despesa respectiva?
 - b) Sabe-se que muitas pessoas presenteadas não aparecem na loja para efetuar a troca. Como isto alteraria a resposta anterior? Como isto afetaria a mensuração da receita?
13. Considere uma banca de revista que vende parte do seu produto sob a forma de consignação. O produto é uma despesa (ou se enquadra na definição proposta pelo Iasb)? Em caso afirmativo, quando a despesa deverá ser reconhecida?
14. A empresa Chiquita Brands fez pagamentos de 1,7 milhão de dólares para uma organização de direita na Colômbia, a Autodefensas Unidas de Colômbia (AUC). A AUC foi acusada, em 2001, de ser uma organização terrorista, sendo responsável por massacres e exportação de cocaína. A empresa Chiquita Brands já fez uma provisão de 25 milhões de dólares para uma possível investigação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Esta empresa tem uma receita de 5 bilhões de dólares anuais.

Os pagamentos foram realizados para proteger os trabalhadores da empresa na Colômbia. Além da AUC, a Chiquita Brands pagou o Ejército de Liberación Nacional (ELN) e as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia (FARC). Usando o conceito do capítulo, é possível afirmar se os pagamentos realizados podem ser considerados como despesa da Chiquita Brands? Como seria o reconhecimento?

15. Considere o modelo da empresa Groupon de venda de promoções. Suponha que a empresa tenha vendido no dia 1º de abril 100 cupons a \$ 60 cada referente a um produto X de um cliente X.
- a) Qual o valor recebido na promoção?
 - b) Da receita obtida, a Groupon fica com 50% e o cliente X com 50%. Qual o valor da parcela da Groupon?
 - c) Na data da venda, a Groupon repassa 1/3 do que o cliente X tem direito. Qual é este valor? As parcelas restantes são repassadas em 30 e 60 dias.
 - d) Mas quem comprou a promoção pode solicitar reembolso caso isto esteja dentro do contrato com a Groupon. Se no dia 30 de maio dez clientes (com 10 cupons) tenham solicitado reembolso, a Groupon desconta o valor no pagamento que seria realizado para o cliente de forma proporcional. Quanto irá receber o cliente X?
 - e) Suponha que não exista mais nenhum reembolso. Qual o valor da receita líquida do cliente X? E da Groupon?
 - f) Em agosto, mais 20 clientes solicitaram reembolso. Após os 90 dias da venda, a Groupon assume o reembolso. Ou seja, para os clientes que solicitaram reembolso em agosto, somente a Groupon irá arcar com o valor. Que valor é este?
 - g) Ao final do prazo da promoção, qual o valor recebido pelo cliente X? Qual o valor recebido pela Groupon?

Referências

ALMEIDA, José Elias F.; ALMEIDA, Juan Carlos G. Auditoria e earnings management. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 20, nº 50, p. 62-74, 2009.

BOTELHO, Ducineli R. *Crêterios de mensuração, reconhecimento e evidenciação do passivo atuarial de planos de benefícios de aposentadoria e pensão*. 2003. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília.

CAMPOS, Gabriel Moreira; SCHERER, Luciano Márcio. Lucro por Ação. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo: Fipecafi, v. 15, nº 26, p. 81-94, 2001.

COLAUTO, Romualdo; BEUREN, Ilse M. A identificação dos *accruals* na sintaxe do lucro contábil: o caso Parmalat Brasil. *READ*, Porto Alegre: UFRGS, v. 12, nº 2, 2006.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. *Revista de Contabilidade e Finanças*, São Paulo: USP, edição comemorativa, p. 7-29, 2003.

CUNHA, Jacqueline; RIBEIRO, Maísa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. *Revista de Contabilidade e Finanças*, São Paulo: USP, nº 37, p. 7-23, 2005.

CUPERTINO, César Medeiros. Earnings Management: Estudo de caso do Banco Nacional. *Revista de Contabilidade e Finanças*, São Paulo: USP, nº 41, p. 110-120, 2006.

DONELSON, Dain; JENNINGS, Ross; McINNIS, John. Changes over time in the revenue-expense relation. *The Accounting Review*, v. 86, nº 3, p. 945-974, 2011.

EVANS, Thomas. *Accounting theory*. Cincinnati: South-Western, 2002.

FORMIGONI, Henrique; ANTUNES, Maria T. Pompa; PAULO, Edilson. Diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável. *BBR*, v. 6, nº 1, p. 44-61, 2009.

FREZATTI, Fábio. Valor da empresa: avaliação de ativos pela abordagem do resultado econômico residual. *Cadernos de Estudos*, São Paulo: Fipecafi, v. 10, nº 19, p. 57-69, 1998.

FUJI, Alessandra. O conceito de lucro econômico no âmbito da contabilidade aplicada. *Revista de Contabilidade e Finanças*, São Paulo: USP, nº 36, p. 74-86, 2004.

GALDI, Fernando Caio; CARVALHO, Luis N. Remuneração em opções de ações: o SFAS 123 Revisado. *Revista de Contabilidade e Finanças*, São Paulo: USP, p. 23-35, 2006.

HENDRICKSEN, Eldon; VAN BREDA, Michael. *Accounting theory*. São Paulo: Atlas, 1999.

KAM, Vernon. *Accounting theory*. New York: John Wiley, 1990.

KELLY, Kate. O supercusto de não realizar um filme. *The Wall Street Journal*, 23 June 2006.

LUSTOSA, Paulo R.; SANTOS, Ariovaldo dos. Poder relativo do lucro contábil e do fluxo de caixa das operações para prever fluxos de caixa futuros. *Repec*, v. 1, nº 1, p. 39-58, 2007.

MACIEIRA, Leonardo. *Risco moral no cálculo do reposicionamento tarifário*. 2006. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília.

MACHADO, Melina; NAKAO, Sílvio. Diferenças entre o lucro tributável e o lucro contábil das empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Universo Contábil*, v. 8, nº 2, 2012.

MARTINEZ, Antonio Lopo. Minimizando a variabilidade dos resultados contábeis: estudo empírico do income smoothing no Brasil. *Revista Universo Contábil*, Blumenau: FURB, v. 2, nº 1, p. 9-25, 2006a.

_____. Como o mercado de capitais brasileiro reage a surpresa nos lucros? *REAd*, Porto Alegre: UFRGS, nº 51, v. 12,, 2006b.

_____. Quando o Conselho de Administração e a Auditoria evitam o Gerenciamento de Resultados? *Revista de Informação Contábil*, v. 4, nº 1, p. 76-93, 2010.

_____. Detectando earnings management no Brasil. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 19, nº 46, p. 7-17, 2008.

_____; FARIA, Mariana de Paulo. Emissão de debêntures e earnings management no Brasil. *Revista de Informação Contábil*, v. 2, nº 1, p. 57-71, 2007.

_____; CUPERTINO, César Medeiros; COSTA JR., Newton C. A.; COELHO, Reinaldo A. Propriedades das séries temporais de lucros trimestrais das empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, nº 2, p. 19-35, 2008.

MOTA, Renato et al. Reconhecimento de receitas nos contratos de construção imobiliária. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 17, nº 2, 2012.

NARDI, Paula C.; SILVA, Ricardo Luiz; NAKAO, Silvio H.; VALLE, Maurício R. A relação entre gerenciamento de resultados contábeis e o custo de capital das companhias abertas brasileiras. *Revista Universo Contábil*, v. 5, nº 4, p. 6-26, 2009.

PAULO, Edilson; MARTINS, Eliseu; CORRAR, Luiz João. Detecção do gerenciamento de resultados pela análise do diferimento tributário. *RAE*, v. 47, nº 1, 2007.

PAVINI, Angelo. Pesquisa revela que analistas querem padrão para Ebitda. *Valor Econômico*, 16 maio 2006.

PORTELLA, Gualter. Lucro residual e contabilidade: instrumental de análise financeira e mensuração de performance. *Caderno de Estudos*, São Paulo: Fipecafi, v. 12, nº 23, p. 9-22, 2000.

REILLY, David. Contabilidade da Bunge suscita dúvidas. *The Wall Street Journal*, 24 July 2006.

SANCOVSCHI, Moacir; MATOS, Felipe. Gerenciamento de lucros: que pensam administradores, contadores e outros profissionais de empresas no Brasil? *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba: Anpad, v. 7, nº 4, p. 141-161, 2003.

SANTOS, Odilanei; RESENDE, Marcio de Araujo; MARQUES, José Augusto V. da Costa. Dividendos e juros sobre o capital próprio no setor petrolífero brasileiro. *Contextus*, v. 3, nº 2, p. 47-58, 2005.

SARLO NETO, Alfredo; BASSI, Bruno; ALMEIDA, André. Um estudo sobre a informatividade dos lucros contábeis na América Latina. *Revista de Contabilidade e Organizações*, Ribeirão Preto, v. 5, nº 12, 2011.

TAKAMATSU, Renata Turola; LAMOUNIER, Wagner Moura; COLAUTO, Romualdo Douglas. Impactos da divulgação de prejuízos nos retornos de ações de companhias participantes do Ibovespa. *Revista Universo Contábil*, v. 4, nº 1, p. 46-63, 2008.

VAN GREUNING, Hennie. *International financial reporting standards*. Herndon: World Bank, 2006.

Contabilidade em ambientes inflacionários

OBJETIVO DO APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você conhecerá:

1. O posicionamento do Iasb e Fasb sobre a questão inflacionária.
 2. A metodologia adotada pela Lei nº 6.404.
 3. A metodologia da Correção Integral.
 4. A diferença entre o custo histórico e o custo corrente.
-

Introdução

A Contabilidade utiliza a moeda como unidade básica de mensuração. Entretanto, ao contrário das medidas existentes em certas áreas do conhecimento humano, a moeda não é constante no tempo. Os valores monetários apresentados numa informação contábil em momentos diferentes representam valores diferentes. Isto ocorre pela alteração nos preços dos produtos. Quando esta alteração significa um aumento no preço, que é a situação mais comum, tem-se a *inflação*; quando a mudança ocorre no sentido da redução no preço, tem-se uma *deflação*.

A existência de inflação na economia significa problemas para a Contabilidade, que precisa transmitir ao usuário uma informação que seja útil. Este é um problema relacionado à escala de mensuração utilizada pela Contabilidade.

Isto significa dizer que os valores monetários devem expressar a real situação da entidade e permitir a comparação com outros valores, inclusive ao longo do tempo.

É neste sentido que órgãos responsáveis pela normatização contábil têm dedicado alguma atenção aos efeitos da inflação na demonstração contábil. O Iasb, através do Ias 29, incluiu a questão do tratamento financeiro numa economia hiperinflacionária. O Conselho Federal de Contabilidade considerou, nos seus princípios, a questão inflacionária, conforme discutido anteriormente no Capítulo 4.



É importante destacar neste capítulo a experiência brasileira com o tratamento contábil da inflação. Uma consulta a um dicionário de história da contabilidade revela que o único verbe-
 Doupnik (1996). te relacionado com o Brasil diz respeito ao tratamento contábil em situações inflacionárias.

Objetivo 1: Posição
do Iasb e Fasb.

Inflação, Iasb e Fasb

O Iasb, através do IAS 29, determinou a norma que deve ser aplicada a qualquer empresa que tenha demonstrações financeiras em economias hiperinflacionárias. Em economia hiperinflacionária, o dinheiro perde poder de compra, impedindo a comparação das transações e outros eventos que aconteceram em momentos diferentes.

Ias 29, § 3.

O termo *hiperinflacionário* deve ser aplicado à economia que apresenta as seguintes situações:

- a) a população prefere preservar seus recursos em ativos não monetários ou em moeda estrangeira, sendo que o dinheiro local é imediatamente investido para que não haja perda do poder de compra;
- b) a população quantifica os valores monetários em termos de uma outra moeda estrangeira, e não a moeda local, sendo que os preços podem inclusive ser cotados na moeda estrangeira;
- c) as transações a prazo consideram uma compensação para a perda esperada do poder de compra, mesmo que o período de tempo seja curto;

- d) as taxas de juros, os salários e os preços estão vinculados a um índice de inflação; e
 - e) a taxa de inflação acumulada em três anos aproxima-se ou excede a 100% no período.
- 🌐 Uma situação em que a população quantificou os valores monetários em outra moeda estrangeira (item *b*, da lista anterior) ocorreu na Argentina, na década passada, onde adotou-se o dólar como moeda “corrente” paralelamente ao peso, sua moeda local.

A proposta do Iasb é de que as demonstrações contábeis sejam expressas em moeda corrente à data do balanço, podendo ser utilizado o custo histórico ou o custo corrente. Isto significa que as informações dos períodos anteriores também devem ser divulgadas em termos da data do balanço, sendo utilizado um índice geral de preços.

A questão inflacionária nos Estados Unidos tem sua origem no *Accounting Research Study* (ARS) número 6, *Reporting the Financial Effects of Price-Level Changes*, do AICPA, de 1963. Por este documento, a contabilidade ajustada por um índice geral de preços leva a uma base de mensuração mais adequada por contemplar os efeitos da perda do poder aquisitivo da moeda. Em 1969, o Statement nº 3 do APB, *Financial Statements Restated for General Price-Level Changes*, afirma que os ajustes por um índice geral conduzem a informações úteis para o usuário.

Nas décadas de 1970 e 1980, com o aumento da inflação nos Estados Unidos, os estudos nesta área tornaram-se mais comuns. Entretanto, a redução inflacionária em meados de 1980 fez com que este assunto perdesse o interesse.

Inflação e a contabilidade brasileira

Conforme afirmado anteriormente, a experiência brasileira com o tratamento das informações contábeis face à inflação é muito rica. A principal razão para que isso ocorresse encontra-se na Figura 10.1. Conforme pode ser notado, o processo inflacionário no Brasil acirrou-se ao final da década de 1970, atingindo patamar máximo em 1990.

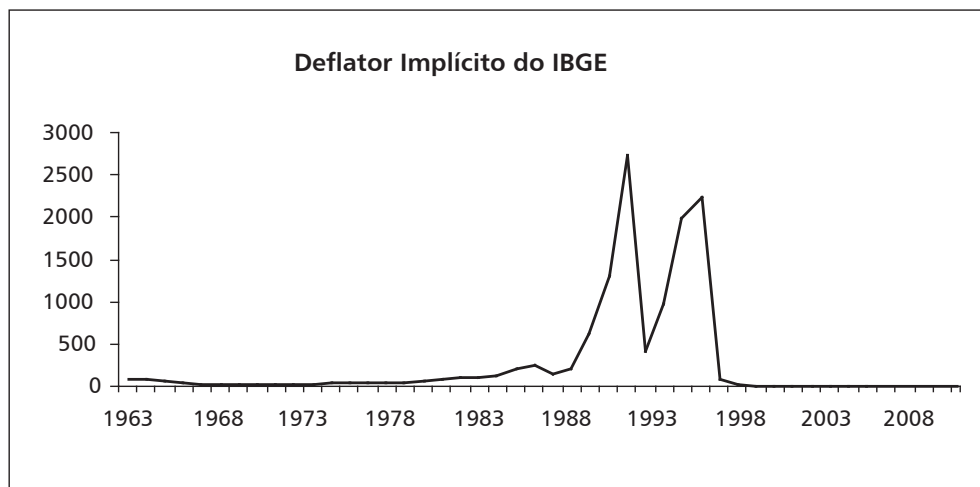


Figura 10.1 *Inflação anual no Brasil – 1963-2012.*

No período citado, o Brasil teve diversas normas contábeis vinculadas ao tratamento das demonstrações ao processo inflacionário. Algumas das principais normas legais relacionadas ao reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis no Brasil são apresentadas a seguir.

Em 1958, a Lei nº 3.470 permitia que as empresas corrigissem o registro contábil do valor original do ativo imobilizado. Em 1964, com a Lei nº 4.357, a correção monetária do imobilizado torna-se obrigatória para as pessoas jurídicas, com algumas exceções. O coeficiente de correção é determinado pelo poder executivo, através do então Conselho Nacional de Economia. O resultado da correção monetária era registrado no Passivo não Exigível, permanecendo até sua incorporação ao capital. A depreciação era calculada sobre o valor corrigido do imobilizado. Entretanto, a lei excluía algumas empresas do governo e de pequeno porte. A Lei nº 4.506, também de 1964, reconhecia que a correção monetária do imobilizado deveria ser penalizada pela tributação.

A Lei nº 4.728, de 1965, no seu artigo 68, permitia que o resultado líquido da correção monetária do ativo imobilizado e do capital de giro próprio pudesse, a critério da empresa, ser incorporado ao capital social ou reservas.

A Lei nº 6.404, de 1976, estabeleceu normas para as Sociedades por Ações. Entre seus dispositivos, a correção monetária das demonstrações financeiras. Iremos discutir o mecanismo da Lei nº 6.404 mais adiante no capítulo. A Lei nº 1.598, de 1977, alterava o regulamento do Imposto de Renda e regulava a

correção para fins tributários através da seção IV, com 18 artigos sobre o tema. Essa lei disciplinava a apuração do lucro real, o critério de correção, através da variação da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), o registro contábil do ativo permanente e do patrimônio líquido, do uso do razão auxiliar em ORTN, da baixa do ativo, da depreciação, amortização e exaustão do permanente, da tributação do saldo credor, entre outros aspectos operacionais. É interessante notar que essa lei permitia que algumas empresas do governo limitassem sua correção monetária. A Lei nº 1.598 foi relevante, já que ampliou a obrigatoriedade da correção monetária, antes restrita às sociedades por ações, para as outras pessoas jurídicas. Já o Decreto-lei nº 1.483, de 1976, tratava especificamente da correção monetária dos recursos florestais.

Entretanto, o mecanismo de correção monetária provocava algumas distorções, conforme será discutido mais adiante. Pesquisas realizadas na Universidade de São Paulo, comandadas pelos professores Sérgio de Iudícibus e Eliseu Martins, conduziram à proposta de uma correção mais detalhada e precisa das informações contábeis. Essa técnica foi denominada de correção integral, que foi uma adaptação do chamado “price level accounting”, modelo adotado nos Estados Unidos, tendo sido inicialmente aplicada em algumas empresas para fins gerenciais.

A Instrução CVM 64, de 1987, representou a adoção oficial para as companhias abertas, da elaboração e publicação de demonstrações pela correção integral, que a instrução denominava de demonstrações contábeis *em moeda de capacidade aquisitiva constante*. Isto consagrou, na época, o Princípio do Denominador Comum Monetário em Moeda Corrente. Essas demonstrações seriam complementares às exigidas pela lei societária. Esta instrução foi posteriormente alterada pelas Instruções 97 e 108, ambas de 1989, e 146, de 1991.

Em janeiro de 1989, com o plano econômico que instituiu o cruzado novo (Lei nº 7.730), foi abolida a correção monetária de balanço prevista até então. Anteriormente, em 1986, o Plano Cruzado já havia congelado o índice de correção da OTN, no período de março de 1986 a março de 1987. Em março de 1989, com a Lei nº 7.738, o governo determina que sejam considerados os efeitos da inflação no patrimônio e resultados do exercício das empresas brasileiras. Em julho do mesmo ano, através da Lei nº 7.799, cria-se a BTN Fiscal, havendo retorno da correção das demonstrações financeiras nos moldes da Lei nº 6.404.

Em junho de 1991, a Lei nº 8.200 regulamentou, novamente, a correção monetária das demonstrações financeiras para fins societários e fiscais. Adotou-se,

então, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como indexador. Em dezembro do mesmo ano, o governo instituiu a Unidade Fiscal de Referência (Ufir), que seria usada como parâmetro para atualização na área tributária, através da Lei nº 8.383. Esta era uma legislação longa e detalhada, com 98 artigos, que foi alterada posteriormente de forma significativa.

Em julho de 1992, foram editadas duas instruções da Comissão de Valores Mobiliários, ambas com grande influência do professor Eliseu Martins, da Universidade de São Paulo. A Instrução 191 alterou as Instruções 64, 138 e 146, além de criar a Unidade Monetária Contábil (UMC), que deveria ser utilizada para fins de elaboração das demonstrações financeiras. Esta instrução, restrita às empresas abertas, obrigava a elaboração e evidenciação da contabilidade em moeda de capacidade aquisitiva constante. Além da UMC, a instrução exigia que as empresas utilizassem a taxa média nominal de juros divulgada diariamente pela Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Anbid).

A Instrução 192 exigia que nas operações a prazo que envolvessem créditos e obrigações fosse adotado um ajuste a valor presente, além da atualização monetária. Esta instrução completava a Instrução 191.

A redução da inflação obtida com o Plano Real, a partir dos meados de 1994, fez com que o governo extinguisse os mecanismos de correção das demonstrações financeiras. Com a Lei nº 9.249, de dezembro de 1995, no seu artigo quarto, revogou-se a correção monetária contida nas Lei nºs 7.799 e 8.200, inclusive para fins societários. Para ajustar-se a estas leis, a CVM aprova a Instrução Normativa nº 248, onde afirma que as empresas abertas devem sujeitar-se à Lei nº 9.249, tornando facultativa a demonstração em moeda constante.

É interessante notar que neste período o Conselho Federal de Contabilidade aprova os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Conforme já estudamos no Capítulo 4, um destes princípios é o da Atualização Monetária. Ocorreu, neste caso, um problema de adequação temporal, pois a aprovação deste princípio deu-se no momento em que o Brasil deixava de ter uma economia de elevada inflação e o governo revogava as leis que permitiam a correção monetária. Em 2010, através da Resolução nº 1.282, o CFC revogou a atualização monetária como um dos princípios, mas considerou, dentro do Princípio do Registro pelo Valor Original, os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional.

Iremos, agora, discutir com mais detalhes a lei societária (Lei nº 6.404/76) e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Antes de Prosseguir

Observe que as legislações citadas guardam uma correspondência com a movimentação do índice de preços (Figura 10.1).

Lei nº 6.404/76

Objetivo 2: Metodologia da Lei societária

A Lei nº 6.404 estabeleceu um esquema para tratamento das informações contábeis simplificado onde, ao final de cada exercício social, era feita a correção monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido. O resultado dessa correção seria incluído na demonstração do resultado da entidade.

Para entender o significado desse mecanismo, considere, a título de exemplo, uma entidade com o seguinte balanço inicial:

Bancos	1.000	Empréstimos	3.000
Terrenos	9.000	Capital Social	7.000
<i>Ativo</i>	<i>10.000</i>	<i>Passivo + PL</i>	<i>10.000</i>

Durante o exercício, a entidade prestou serviço no valor de \$ 800,00, com despesa financeira de 15% sobre o valor do empréstimo. A inflação do período foi de 10%. A demonstração do resultado, pela Lei nº 6.404, seria a seguinte:

Receita de Prestação de Serviço		800,00
Despesa Financeira	$= 15\% \times 3.000$	- 450,00
Saldo da Correção Monetária	$= 10\% \times 9.000 - 10\% \times 7.000$	200,00
Lucro do Exercício		550,00

A legislação determinava que o valor da correção monetária fosse incorporado ao ativo permanente, para o caso da correção desse ativo, e em reserva de capital, para o caso da correção do patrimônio líquido. O lançamento contábil seria da seguinte ordem:

D – Ativo Permanente	
C – Saldo da Conta de Correção Monetária	900,00
D – Saldo da Conta de Correção Monetária	
C – Reserva de Capital	700,00

O balanço patrimonial ao final do exercício teria a seguinte configuração:

Bancos	1.800,00	Empréstimos	3.450,00
Terrenos	9.900,00	Capital Social	7.000,00
		Reserva de Capital	700,00
		Resultado Acumulado	550,00
Ativo	11.700,00	Passivo + PL	11.700,00

O fato de evidenciar uma conta com nome “indecifrável” para o leigo provocou reações no passado no sentido de que esse montante seria uma forma de encobrir resultados. Uma análise no processo de correção é reveladora. O saldo da conta de correção monetária é obtido através da seguinte expressão:

$$S_{cm} = i \times (\text{Ativo Permanente} - \text{Patrimônio Líquido})$$

sendo i = correção monetária. Nesse caso, como o ativo permanente corresponde à conta Terrenos e o patrimônio líquido refere-se ao capital social, basta substituir na expressão:

$$S_{cm} = i \times (\text{Terrenos} - \text{Capital Social})$$

O valor de terrenos pode ser obtido pelo total do ativo menos as outras contas do ativo. O valor do capital social corresponde ao total do lado direito do balanço menos as outras contas do passivo.

Podemos então substituir na expressão, sabendo que existe a igualdade contábil (ativo igual a passivo mais patrimônio líquido):

$$S_{cm} = i \times [(\text{Ativo} - \text{Bancos}) - (\text{Ativo} - \text{Empréstimos})]$$

$$S_{cm} = i \times \text{Empréstimos} - i \times \text{Bancos}$$

Desse modo, o valor da correção monetária pode ser desdobrado na multiplicação dos empréstimos por i e na multiplicação de bancos por i . A multipli-

cação da correção monetária pelo valor dos empréstimos inicial corresponde à correção desse empréstimo; já a multiplicação da correção por bancos apresenta quanto a entidade perde por deixar recursos em bancos num ambiente inflacionário. Desse modo, o saldo da conta de correção monetária é dado por:

$$s_{cm} = \text{Correção do Empréstimo} - \text{Perda Monetária com Bancos}$$

A demonstração do resultado pode ser representada de forma mais didática da seguinte forma:

Receita de Prestação de Serviço		800,00
Despesa Financeira		
Nominal	, = 15% × 3000	– 450,00
Correção da Dívida	, = 10% × 3000	300,00
Despesa Financeira Real	, , – 450,00 + 300,00	– 150,00
Perda Monetária em Bancos	, – 10% × 1000,00	– 100,00
Lucro do Exercício		550,00

O exemplo apresentado demonstra, de forma resumida, que a sistemática criada pela lei societária permitia, de forma simples e rápida, a correção das demonstrações contábeis no Brasil. Entretanto, existiam três problemas importantes com a sistemática: *a não correção dos estoques, a desconsideração do ajuste ao valor presente e os problemas decorrentes da subestimação do indexador*. Os dois primeiros são decorrentes da sistemática adotada, o que já não é o caso da questão da subestimação.

Não correção dos estoques

No que diz respeito ao primeiro aspecto, *a não correção dos estoques*, utiliza-se o exemplo apresentado anteriormente, substituindo a conta bancos por estoques de material de consumo:

Estoques	1.000	Empréstimos	3.000
Terrenos	9.000	Capital Social	7.000
Ativo	10.000	Passivo + PL	10.000

A correção monetária continua sendo realizada sobre o valor de terrenos e capital social. Em outras palavras, o resultado permanece o mesmo. Desse modo, a correção monetária pode ser expressa da seguinte forma:

$$\begin{aligned} S_{cm} &= i \times (\text{Terrenos} - \text{Capital Social}) \\ S_{cm} &= i \times [(\text{Ativo} - \text{Estoques}) - (\text{Ativo} - \text{Empréstimos})] \\ S_{cm} &= i \times \text{Empréstimos} - i \times \text{Estoques} \end{aligned}$$

Nesse caso, a multiplicação da correção monetária pelo valor inicial dos empréstimos, conforme já dito anteriormente, corresponde à correção desse empréstimo; já a multiplicação da correção pela conta de Estoques apresentaria, segundo a norma, quanto a entidade perde por deixar recursos em estoques em situações de inflação. Em outras palavras, o saldo da conta de correção monetária é dado por:

$$S_{cm} = \text{Correção do Empréstimo} - \text{Perda Monetária com Estoques}$$

O problema é que os estoques são ativos não monetários, não sendo possível existir perda monetária com essa conta. Os efeitos dessa distorção são tão maiores quando o prazo de estocagem é elevado; nesses casos, o investimento em estoque é maior, tornando significativa a apuração da “perda monetária” com estoques.

A questão do valor presente

O segundo aspecto diz respeito à *desconsideração do valor presente* existente nas operações a prazo. Considere o balanço inicial apresentado anteriormente:

Bancos	1.000	Empréstimos	3.000
Terrenos	9.000	Capital Social	7.000
Ativo	10.000	Passivo + PL	10.000

No início do exercício, a entidade prestou serviço a prazo no valor de \$ 800. Admita que a taxa de juros da operação seja de 14% e que seu prazo seja de dois períodos. Em outras palavras, se a prestação de serviços tivesse sido a vista seu valor seria:

$$\frac{800}{(1 + 0,14)^2} = \$ 615,57.$$

Como a prestação do serviço ocorreu no início do exercício, já transcorreu um período. Isso significa dizer que parte da receita financeira obtida pela entidade na operação já pode ser reconhecida no resultado. Esse valor é dado por:

$$\frac{800}{(1 + 0,14)^2} - \frac{800}{(1 + 0,14)} = \frac{800}{1,2996} - \frac{800}{1,14} = 615,57 - 701,75 = 86,18.$$

Os lançamentos contábeis seriam:

Na prestação do serviço:

D – Valores a Receber	800,00
C – Receita Financeira a Transcorrer	184,43
C – Receita de Venda	615,57

Ao final do primeiro período:

D – Receita Financeira a Transcorrer	86,18
C – Receita Financeira	86,18

A demonstração do resultado pela Lei nº 6.404 é idêntica àquela apresentada anteriormente, na qual o lucro líquido foi de \$ 550,00. Já considerando o valor presente da prestação de serviço, é possível obter a seguinte demonstração:

Receita a Vista	615,57)
Despesa Financeira Real	(150,00)
Receita Financeira	, , 86,18)
Perda Monetária Bancos	(100,00)
Lucro Líquido	451,75)

O Balanço Patrimonial ao final do período teria a seguinte configuração:

Bancos	1.000,00	Empréstimos	3.450,00
Valores a Receber	701,75		
Nominal	800,00	Capital Social	7.000,00
Receita a Transcorrer	– 98,25	Reserva	700,00
Terrenos	9.900,00	Lucro	451,75
	11.601,75		11.601,75

Pode ser constatado que existe uma diferença entre o lucro apurado anteriormente e aquele obtido pela norma anterior (legislação societária): \$ 451,75 *versus* \$ 550,00. Essa diferença corresponde ao valor da receita a prazo (\$ 800,00) e ao valor da receita no final do período (\$ 701,75).

Se o prazo de recebimento estivesse dentro do período de apuração do resultado, não existiria diferença entre os resultados, uma vez que a soma da receita à vista mais a receita financeira gerada pela prestação do serviço a prazo é igual ao valor da receita da demonstração apurada pela legislação societária. Entretanto, como o recebimento ultrapassa o período de apuração do resultado, a questão do valor presente dos valores a receber passa a provocar diferença. O impacto do não reconhecimento do valor presente irá depender da representatividade das taxas de juros e do período da operação. Nesse caso, quanto maior a taxa de juros da operação e quanto maior o prazo concedido para o cliente efetuar o pagamento, maior será a diferença entre os resultados.

- 🌐 Nas regras norte-americanas o ajuste a valor presente era obrigatório somente para itens monetários com vencimento superior a 360 dias.

O exemplo apresentado para valores a receber também pode ser aplicado para outras operações a prazo, do ativo ou do passivo, que ocorrem na empresa: compra de estoques a prazo, adiantamentos de clientes, entre outras. O fato de que a diferença na apuração do resultado depende do prazo da operação e da taxa de juros é favorável a antiga sistemática de correção monetária adotada no Brasil até 1996. Geralmente as operações vinculadas ao capital de giro, principal origem dos ajustes a valor presente, são de curto prazo. Isso significa dizer que as diferenças serão significativas somente em situações em

que a taxa de juros seja representativa para o período considerado. Entretanto, o comportamento da inflação nos últimos anos, conforme apresentado na figura no início do capítulo, é de elevada instabilidade, que parece induzir a necessidade de levar em consideração esse fato.

Subestimação do indexador

O terceiro problema decorre da subestimação do indexador utilizado no processo de correção. Apesar de isso não ser um problema da metodologia, é impossível ignorar tais efeitos em virtude da sua representatividade. Durante anos, a correção monetária das informações contábeis no Brasil foi realizada utilizando-se a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), que geralmente variavam abaixo da inflação. Em alguns anos, a variação da ORTN correspondeu à metade da inflação do ano. Conforme apresentado anteriormente, a correção é feita pela seguinte expressão:

Silva, 1988.

$$S_{cm} = i \times (\text{Ativo Permanente} - \text{Patrimônio Líquido})$$

Como o valor de i está abaixo da inflação efetiva, o valor calculado será menor quando a empresa tiver um ativo permanente maior que o patrimônio líquido. Esse fato teve profundos efeitos contábeis, provavelmente aumentando o lucro tributado no país.

A subestimação do indexador ocorreu de forma significativa em 1990, quando a BTN foi artificialmente manipulada pelo governo federal em nível tão inferior à taxa inflacionária medida por outros índices tradicionais como IGP, IPC, entre outros, que acarretou a promulgação, no ano seguinte, da Lei nº 8.200/91, determinando o “refazimento” do balanço de 1990, com efeitos contábeis levados a “ajustes de exercícios anteriores”.

Niyama (1992).

Correção integral

Objetivo 3: Correção Integral.

A sofisticação do tratamento à inflação na Contabilidade brasileira atingiu o ápice com a correção integral. O respaldo legal ocorreu com as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), citadas anteriormente, muito embora sua aplicação tenha iniciado anteriormente, de forma tímida,

em algumas grandes empresas. Seu desenvolvimento operacional ocorreu na Universidade de São Paulo, através dos professores do programa de pós-graduação em Contabilidade, particularmente os professores Sérgio de Iudícibus e Eliseu Martins.

A correção integral resolvia os dois primeiros problemas apontados anteriormente no método de correção monetária da Lei nº 6.404: considerava os estoques ativos não monetários e determinava o valor presente dos ativos e passivos que estavam a valor futuro. Sua obrigatoriedade foi direcionada para as companhias com ações em Bolsa de Valores, mas representou mais do que a mera necessidade de ajuste contábil; pode-se talvez afirmar que a correção integral representou um passo importante na conscientização em relação à importância da qualidade das demonstrações contábeis. Em suma, o desenvolvimento da tecnologia de correção integral foi importante na tentativa de preservar a apuração do desempenho das entidades e na mensuração do capital financeiro.

As demonstrações contábeis publicadas com correção integral, como demonstração complementar à societária exigida por lei, passaram a trazer não somente os resultados apurados por esse método, mas também a conciliação do resultado entre os valores obtidos no lucro líquido. Mais ainda, uma vez que o valor do saldo da correção monetária não correspondia necessariamente ao valor obtido pela correção integral, os efeitos das diferenças temporárias sobre o imposto de renda eram lançados como um ativo, ou passivo, diferido.

Para melhor compreender o mecanismo da correção integral, considere um exemplo de uma prestação de serviço a prazo, de \$ 1.000,00, realizada no dia 15 de novembro, para recebimento em dois meses. No momento do reconhecimento da prestação de serviço a taxa de juros era de 10% ao mês. No custo histórico têm-se dois registros:

15 de novembro – Prestação de Serviço

D – Clientes

C – Receita de Prestação de Serviços 1.000,00

15 de janeiro – Recebimento

D – Bancos

C – Clientes 1.000,00

Pela correção integral, é necessário separar a receita obtida com a prestação do serviço daquela decorrente do financiamento do cliente. A suposição é de que em ambientes inflacionários é inevitável que na formação do preço a prazo seja considerado o valor do dinheiro no tempo. Como os prazos de recebimento são de 2 meses, trazendo a receita a valor presente tem-se:

$$R = \frac{1.000,00}{(1+0,1)^2} = \frac{1.000,00}{1,21} = \$ 826,45$$

A diferença entre o valor pactuado e o valor presente diz respeito a uma receita financeira a transcorrer, que deve ser reconhecida com o passar do tempo. O lançamento da receita seria o seguinte:

15 de novembro – Receita

<i>D – Clientes</i>	<i>1.000,00</i>
<i>C – Receita Financeira a Transcorrer</i>	<i>173,55</i>
<i>C – Receita de Prestação de Serviços</i>	<i>826,45</i>

No final de novembro, parte da receita financeira a transcorrer deverá ser considerada como receita do período, isto é o mês de novembro. Como a taxa de juros quinzenais é de 4,88% (ou $\sqrt{(1 + 0,1)} - 1$), isso significa que o valor de \$ 826,45 corresponde, no final de novembro, a \$ 866,79 ($\approx 826,45 \times 1,0488$).



Antes de Prosseguir

Nessa situação, para simplificar a exposição, está-se admitindo inflação igual a zero, ou seja, juros nominais iguais a juros reais. Em situações de inflação, para separar a taxa de juros real da nominal basta dividir os valores por uma unidade de referência – no passado ORTN, BTN, UMC etc. Por exemplo, caso a unidade de medida contábil (UMC) tenha sido 1,2345 no dia 15 de novembro e 1,2839 no dia 30 de novembro. Em outras palavras, na última quinzena de novembro ocorreu uma inflação de 4% ($= (1,2839/1,2345) - 1$). Nesse caso, dividindo os valores pela respectiva UMC e fazendo a diferença, tem-se a receita financeira real do período: *Receita Financeira Real* = $(866,79/1,2839) - (826,45/1,2345) = 5,6703$.

Ao final de novembro seria necessário um lançamento reconhecendo a receita financeira da transação, em conformidade com o Princípio da Competência:

30 de novembro

D – Receita Financeira a Transcorrer

C – Receita Financeira com Clientes 40,34

Esses lançamentos necessitam ser realizados ao final de cada mês. Esse exemplo simplificado permite ter uma ideia do grau de complexidade da correção integral.

É indiscutível o avanço da correção integral em termos de maior qualidade da informação contábil no Brasil. Entretanto, após o Plano Real, o número de empresas que ainda adotam essa metodologia é muito menor do que antes da redução da inflação. Isso pode ser resultado de dois aspectos: (1) a correção integral representa um elevado custo em termos operacionais, com que talvez muitas empresas não queiram arcar; (2) os resultados apurados pela correção integral talvez não sejam tão diferentes daqueles apurados pelo custo histórico. Somente o segundo aspecto tem sido objeto de ampla discussão e pesquisa. Ambos dizem respeito à relação custo-benefício da informação. Provavelmente o nível atual de inflação no país não atrapalhe, de forma decisiva, a qualidade da informação contábil.

Objetivo 4: Custo Corrente.

Custo corrente

O tratamento da mudança de preços através do custo histórico corrigido não altera a mensuração ocorrida na época da transação, mas faz uma correção por um índice de preço. Entretanto, por diversas razões, os preços dos insumos e produtos da economia não variam de forma igual no tempo. Por essa razão, o custo histórico corrigido não é a técnica mais indicada quando existe uma grande diferença entre a variação de preço específica e a variação de preço da economia.

O custo corrente pressupõe uma nova mensuração utilizando-se os preços de mercado. Em outras palavras, a Contabilidade passa a acompanhar a variação ocorrida no mercado em relação ao ativo que está sendo mensurado, reportando as diferenças existentes como ganho ou perda no resultado da entidade. Considere um simples estoque adquirido no mercado por um preço

de \$ 8,00 no passado. Caso a entidade resolva comprar esse mesmo ativo no dia de hoje, o seu preço será de \$ 9,00. Tendo a empresa essa unidade em estoque, adquirida por \$ 8,00, é possível afirmar que se teve um ganho de estocagem de \$ 1,00, pois a empresa adquiriu o produto antes do aumento do seu custo. Quando a mercadoria for vendida, esse ganho de estocagem será “realizado” para a empresa.

Para um entendimento do custo corrente, incluindo sua derivação, o custo corrente corrigido, considere o seguinte exemplo: uma empresa é criada no final de janeiro com capital constituído por dez unidades de mercadorias, a \$ 800,00 cada. No dia 31 de março a empresa vende metade das mercadorias, por \$ 1.000 cada. O valor da Unidade de Medida Contábil (UMC), que reflete o comportamento dos preços da economia, é de 10,00 no final de janeiro, 10,10 no final de fevereiro e 10,2 no final de março. Os valores de mercado do estoque no final de fevereiro e no final de março correspondem a \$ 820,00 e 830,00 cada unidade, respectivamente.

O quadro a seguir apresenta o resultado do balanço patrimonial pelo custo histórico e pelo custo corrente ao final de cada mês. Como pode ser observado, o balanço patrimonial pelo custo histórico somente se altera com a transação de venda no final de março; já o balanço pelo custo corrente é alterado a cada mudança no preço específico do estoque: de \$ 8 mil para \$ 8,2 mil, em fevereiro, por exemplo. As mudanças são contrabalançadas com lançamentos no lucro da entidade.

Custo Histórico

	31/jan.	28/fev.	31/mar.		31/jan.	28/fev.	31/mar.
Bancos			5.000,00	Capital	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Estoques	8.000,00	8.000,00	4.000,00	Lucro	—	—	1.000,00
	<u>8.000,00</u>	<u>8.000,00</u>	<u>9.000,00</u>		<u>8.000,00</u>	<u>8.000,00</u>	<u>9.000,00</u>

Custo Corrente

	31/jan.	28/fev.	31/mar.		31/jan.	28/fev.	31/mar.
Bancos			5.000,00	Capital	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Estoques	8.000,00	8.200,00	4.150,00	Lucro	—	200,00	1.150,00
	<u>8.000,00</u>	<u>8.200,00</u>	<u>9.150,00</u>		<u>8.000,00</u>	<u>8.200,00</u>	<u>9.150,00</u>

A demonstração do resultado por ambos os métodos é apresentada no quadro a seguir. A demonstração pelo custo histórico é bastante simples e é apresentada somente no mês de março, quando ocorreu a movimentação de venda da mercadoria. Já no custo corrente tem-se dois períodos em que é apurado o resultado: nos meses em que ocorreu alteração do custo do estoque no mercado.

Custo Histórico		Custo Corrente			
	Março		Fevereiro	Março	Trimestre
Receita de Vendas	5.000,00	Receita de vendas		5.000,00)	5.000,00
Custo da Mercadoria	<u>(4.000,00)</u>	Custo da mercadoria		<u>(4.150,00)</u>	<u>(4.150,00)</u>
Lucro do Exercício	1.000,00	Lucro corrente		, , 850,00	, , 850,00
		Resultado da estocagem do mês		, , , 50,00	, , , 50,00
		Resultado da estocagem anterior		<u>, , 100,00</u>	<u>, , 100,00</u>
		Lucro do exercício histórico		, 1.000,00	1.000,00
		Resultado não realizado do mês	200,00	, , , 50,00	, , 250,00)
		Resultado realizado anterior	<u>—,</u>	<u>, (100,00)</u>	<u>, (100,00)</u>
		Lucro do período	, 200,00	, , 950,00	, 1.150,00)

Em fevereiro, apesar de não ter havido nenhuma venda, o valor do estoque existente na empresa sofreu uma valorização de \$ 8.000,00 para \$ 8.200,00, representando um resultado de \$ 200,00. Esse resultado é denominado na demonstração do resultado como sendo “não realizado”, uma vez que ainda não ocorreu a venda da mercadoria. Quando isso ocorrer, esse resultado torna-se realizado naquele período.

No final de março, a entidade efetua venda de metade do seu estoque, ou seja, cinco unidades de mercadorias. Caso seja necessária a reposição desse ativo, a entidade desembolsaria \$ 4.150 ou 5 unidades × \$ 830,00. Em relação ao custo, isso significa que a entidade obteve um resultado de estocagem de

\$ 150,00 ou \$ 4.150,00 menos \$ 4.000,00. Esse valor deve-se às valorizações ocorridas no estoque, parte em fevereiro e parte em março. É importante notar que após considerar esses resultados, o lucro apurado é o mesmo obtido pelo custo histórico. No mês de março, as mercadorias que não foram vendidas apresentaram uma valorização de \$ 50,00 ou $(\$ 830,00 - \$ 820,00) \times 5$ unidades. Esse resultado será realizado em períodos subsequentes. Já do resultado não realizado de \$ 200,00 do mês de fevereiro, \$ 100 foi realizado em março; por essa razão, na última linha da demonstração é subtraído esse valor.

Uma alternativa ao método do custo histórico é a utilização do custo corrente levando-se em consideração a variação de preços na economia. Tem-se então o custo corrente corrigido. Nesse caso, são consideradas as variações no estoque acima ou abaixo da inflação geral. Uma forma de demonstrar o custo corrente corrigido é utilizando uma moeda forte, como a UMC. No exemplo utilizado, os valores do balanço patrimonial foram convertidos através da divisão pela UMC da respectiva data, conforme abaixo:

Custo Corrente Corrigido – em UMC

	31/jan.	28/fev.	31/mar.		31/jan.	28/fev.	31/mar.
Bancos			, 490,20	Capital	800,00	800,00	, 800,00
Estoques	800,00	811,88	, 406,86	Lucro	, , , -	, 11,88	, , 97,06
	800,00	811,88	, 897,06		800,00	811,88	, 897,06

A demonstração do resultado também pode ser obtida utilizando a UMC. Para obter os valores em unidades monetárias, basta agora multiplicar pelo valor da UMC. A demonstração de resultado pelo custo corrente corrigido está informando que parte do lucro foi obtida pelo resultado da estocagem, particularmente do mês de fevereiro. Na realidade, o resultado com estocagem do mês de março foi pouco representativo.

	Fevereiro	Março	Trimestre
Receita de vendas		490,20	490,20
Custo da mercadoria		(406,86)	(406,86)
Lucro corrente		83,33	83,33
Resultado da estocagem do mês*		0,92	0,92
Resultado da estocagem anterior*		5,94	5,94
Lucro do exercício histórico		90,20	90,20
Resultado não realizado do mês	11,88	0,92	12,80
Resultado realizado anterior	–	(5,94)	(5,94)
Lucro do período	11,88	85,18)	97,06)

* $0,92 = 406,86 - 811,88/2$; $5,94 = 11,88/2$; $11,88 = 811,88 - 800$

Confronto entre os métodos analisados

Existe uma crença de que a Contabilidade societária adota o custo histórico como base de valor. Na prática, essa é uma meia verdade, já que alguns itens podem estar em outra base de mensuração, conforme já estudamos no capítulo do ativo. Considere a avaliação dos estoques e, conseqüentemente, seus efeitos sobre o resultado. A adoção da regra do “custo ou mercado, dos dois o menor” pode conduzir a utilização do custo corrente. A adoção do *valor justo* em instituições financeiras é mais uma medida no sentido de abandonar o custo histórico, muito embora tenha efeito no sentido de aumentar a variabilidade do patrimônio líquido.

O método do custo histórico tem a seu favor o fato de ser objetivo e verificável. Essas vantagens são preciosas para a Contabilidade de pequenas empresas ou em situações de incertezas no processo de mensuração. Isso permite uma tranquilidade para o usuário da demonstração no sentido de reduzir o grau de arbitrariedade da elaboração das mesmas.

Em certos casos, como em situações de elevadas alterações de preços, o custo histórico pode apresentar um montante distante do valor de mercado. Isso pode levar a uma perda de representatividade da medida para fins de decisão. A adoção da correção monetária pode reduzir essa desvantagem.

O custo corrente procura corrigir a diferença entre o valor de aquisição e o valor atual de mercado. Certos itens patrimoniais não possuem um custo cor-

rente claramente identificável. Um ativo único, sem similar, não tem, a rigor, um custo corrente. A possibilidade de maior grau de arbitrariedade também representa um aspecto negativo nessa forma de mensuração.

Provavelmente, a balança do custo-benefício tende para o custo histórico e suas formas derivadas. E em situações de baixo nível de inflação tende a prevalecer o custo histórico puro. Entidades de maior porte e que possuem ativos com mercado ativo tendem a adotar o custo corrente como forma de mensuração do seu resultado. Nesse caso, a entidade busca a mensuração e manutenção do seu capital físico, em contraposição à atenção dada ao capital monetário pelo custo histórico.

Finalmente, é importante destacar que tanto o capital físico quanto o capital monetário são admitidos pelo IASB na sua estrutura conceitual, assim como na estrutura conceitual da CVM e do CPC.

Pesquisas

As pesquisas em Contabilidade no Brasil, nessa área, têm focado a questão da relevância ou não de se utilizar a correção monetária no atual ambiente inflacionário. Os defensores da correção integral acreditam que ainda é relevante a sua utilização. Para isso, argumentam com exemplos hipotéticos e alguns estudos de casos. Poucos estudos empíricos têm sido realizados no sentido de estudar os efeitos do custo corrente.

Um estudo pioneiro sobre a influência da ausência de correção monetária nas empresas foi realizado por Silva (2000), que constatou não serem significativas as diferenças nos valores com correção *versus* nos valores sem correção. Mendes (2003) mostrou que a variação dos preços específicos no Brasil após o Plano Real não seria uma justificativa plausível para a utilização da correção monetária. Outras pesquisas usam de estudos de caso para comparar a informação contábil, com e sem correção monetária. Este é o caso do artigo de Monteiro e Marques (2006), que fizeram um estudo de uma empresa e não encontraram diferenças significativas. Mais recentemente, Melo et al. (2011) investigaram as empresas do setor elétrico, que utilizam os valores de mercado para determinação de tarifas. Os autores encontraram diferenças significativas entre o custo histórico e o valor de mercado.

Em outros países, as pesquisas têm estudado particularmente a formação de preços dos ativos das empresas. Para isso, tem-se lançado mão de estudos

realizados junto ao mercado de capitais tentando captar os aspectos relevantes desse processo. Essas pesquisas aproximam a Contabilidade das finanças, muito embora a ênfase seja em mercados relativamente perfeitos.

As pesquisas sobre o custo corrente e derivações são reduzidas. Mas Cavalcanti et al. (2012) verificaram o efeito das variações do preço de *commodities* de forma comparativa entre o custo histórico e o custo corrente através de um estudo de caso.

Exercícios

1. O Iasb apresentou os critérios para classificar uma economia como hiperinflacionária. Discuta a objetividade destes critérios.
2. A adoção do valor justo para certos itens que não possuem um mercado de negociação é um problema para a Contabilidade moderna. Neste tipo de item, a avaliação torna-se dependente de suposições do modelo de estimativa. Qual o impacto deste fato sobre a administração do resultado?
3. Uma empresa comprou um automóvel novo por R\$ 20 mil. Sabe-se que a vida útil é de cinco anos. Ao final de um ano de uso, a empresa verificou nas tabelas de carros usados publicadas num jornal local, que este automóvel possuía um valor de R\$ 16 mil. Qual o valor da despesa de depreciação deste veículo segundo o custo histórico e segundo o custo corrente?
4. No período em que o Brasil conviveu com uma hiperinflação era comum a subestimação do índice de correção das demonstrações contábeis. Como isto prejudica uma empresa?
5. O ex-presidente, José Sarney, disse num programa de rádio que no seu governo a inflação foi pequena, quando colocada em dólar. Comente.
6. Em meados de 2006, o grupo Pão de Açúcar divulgou o interesse em diversificar sua linha de produtos, incluindo aqui a venda de móveis. Uma das razões alegadas foi a queda no preço dos alimentos em 2005, principal produto à venda nos supermercados do grupo. Discuta como a Contabilidade poderia evidenciar esta questão nos relatórios contábeis.
7. A seguinte reportagem foi publicada na revista *The Economist* e traduzida para o português pelo *Valor Econômico* (13/11/2006).

Como e por que os preços variam se a inflação é estável?
The Economist

[...] Com que frequência os preços individuais são alterados é uma questão importante. Modificações nos preços são como semáforos para a economia, sinalizando às pessoas comprar mais disso e menos daquilo, gastar ou poupar ou procurar novo emprego. [...] as evidências sobre estabilidade de preços estão no detalhe microeconômico de milhares de preços. Até há pouco tempo, os economistas sabiam surpreendentemente pouco sobre com que frequência e em que medida os preços mudam, porque o volume de informações necessário é enorme e frequentemente sigiloso (idealmente, os analistas preferem trabalhar, por exemplo, com os números com que são calculados os índices de preços ao consumidor ou com leituras dos scanners dos supermercados). Recentemente, porém, diversos pesquisadores tiveram acesso a dados úteis e os vêm analisando.

[...] um estudo publicado em 2004 por Mark Bils, da Universidade de Rochester, e Peter Klenow, da Universidade Stanford, descobriu que a maioria dos preços muda mais frequentemente. Bils e Klenow usaram dados de 350 produtos e serviços acompanhados pelo Birô de Estatísticas do Trabalho para calcular o índice de preços ao consumidor. Eles estimaram que, de 1995 a 97, metade desses preços mudaram pelo menos a cada cinco meses.

Novas pesquisas feitas por Emi Nakamura e Jon Steinsson, ambos alunos de pós-graduação em Harvard, salientam a importância de liquidações e promoções na frequência das mudanças de preços nos EUA. Liquidações são muito mais comuns em alguns mercados que em outros, respondendo por 87% das mudanças nos preços de roupas (por exemplo, liquidação de queima de estoques), 67% no caso de móveis (todos aqueles sofás pela metade do preço) e 58% dos alimentos processados (as latas de feijoada estão novamente com descontos), mas não há liquidações de combustíveis para automóveis ou de água e eletricidade, e são praticamente inexistentes no setor de serviços (você se lembra de algum advogado que tenha lhe oferecido um desconto?).

Depois de excluídos os efeitos de liquidações e ofertas especiais, a duração mediana dos preços no varejo ficou entre 8 e 11 meses em 1998-2005. Levando em conta as liquidações, a duração da estabilidade dos preços cai para a metade, portanto um resultado aproximadamente coerente com os obtidos por Bils e Klenow. É também relevante, mas apenas um pouco, que Nakamura e Steinsson tenham estudado um período posterior; quando a inflação era ligeiramente inferior: eles assinalam que uma inflação elevada induz o comércio a subir os preços mais frequentemente.

As evidências na zona do euro, fruto de um projeto de três anos do Banco Central Europeu (BCE) e concluído neste ano, sugere que os preços lá mudam menos frequentemente do que nos EUA. Os economistas europeus descobriram que os preços no varejo mudam a cada quatro ou cinco trimestres.

A eliminação dos efeitos das liquidações, onde havia dados disponíveis, fez pouca diferença: aparentemente, as liquidações têm repercussão muito menor do que nos EUA. Esse resultado é coerente com a percepção generalizada de que a zona do euro tem uma economia menos flexível e ágil do que os EUA. Apesar disso, a Europa está longe de ser rígida: mais de 40% das mudanças registradas nos preços foram reduções, um percentual bastante parecido com as estimativas para os EUA. As variações nos preços na Europa, quando aconteceram, tenderam a ser grandes, seja para cima ou para baixo: o aumento médio foi de 8% e a redução média foi 10%, numa inflação de aproximadamente 2%. As variações dos preços nos EUA, para cima ou para baixo, são também bem maiores do que a inflação.

Nos dois lados do Atlântico, a frequência das mudanças nos preços varia enormemente. De modo geral, quanto maior a participação de matérias-primas num produto, mais frequentes são suas mudanças de preços – os preços da gasolina mudam, em média, em cinco de cada seis meses tanto nos EUA como na Europa; os preços de alimentos frescos são alterados muito mais frequentemente do que os de alimentos processados. Os preços de serviços são mais estáveis do que os de produtos. Isso pode ser consequência de serviços tenderem a ser mais intensivos em mão de obra do que produtos e de os salários serem mais estáveis do que outros preços. Isso parece ser especialmente válido na Europa, onde os mercados de trabalho são menos flexíveis que nos EUA e os serviços são mais regulamentados.

Discuta o, impacto destas pesquisas para a contabilidade.

Referências

CAVALCANTI, Maria et al. Efeito inflacionário nos estoques de commodities. *Custos e @gronegócios*, v. 8, 2012.

DOUPNIK, Timothy. Brazil: inflation accounting. In: CHATFIELD, Michel; VANGERMEERSCH, Richard. *The history of accounting*. New York: Garland, 1996.

MELO, Sheila et al. Demonstrações contábeis sem efeitos inflacionários. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 15, nº 2, 2012.

MENDES, Paulo César. *Preços setoriais x índice de preço por atacado: possíveis implicações da correção monetária nas demonstrações financeiras no período de 1995 a 2001*. 2003. (Dissertação) – Universidade de Brasília, Brasília.

MONTEIRO, Paulo Roberto; MARQUES, J. A. Veiga da Costa. Análise comparativa das demonstrações contábeis elaboradas pela legislação societária e em moeda constante: um estudo de caso. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro: UERJ, v. 11, nº 1, p. 33-46, 2006.

NIYAMA, Jorge Katsumi. Os efeitos da Lei 8.200/91 nas demonstrações contábeis das Instituições Financeiras. XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. Salvador: CFC, 1992.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. *Correção monetária das demonstrações contábeis das sociedades de economia mista – 1981-85*. 1988. (Dissertação) – Universidade de Brasília, Brasília.

_____. *Custo histórico x custo histórico corrigido: um estudo para as empresas brasileiras*. XXIV ENANPAD. Rio de Janeiro: Anpad, 2000.

THE ECONOMIST. Como e por que os preços variam se a inflação é estável? *Valor Econômico*, 13 nov. 2006.

As legislações citadas no texto podem ser encontradas em <www.planalto.gov.br>.

*Leasing*¹

OBJETIVO DO APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você:

1. Conhecerá a base legal e regulamentar do *leasing* no Brasil.
 2. Entenderá a contabilização do *leasing* segundo o USS-GAAP.
 3. Entenderá as normas internacionais sobre *leasing*.
 4. Compreenderá as normas do Conselho Federal de Contabilidade sobre o assunto.
 5. Alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09
-

Introdução

As operações de *leasing* podem ser definidas como transações celebradas entre o proprietário de um determinado bem, denominado de *arrendador*, que concede o uso desse a um terceiro, conhecido como arrendatário, por um determinado período de tempo, estipulado num contrato. Ao final deste prazo, o arrendatário tem a opção de adquirir o bem, devolvê-lo ou prorrogar o contrato.

¹ Este capítulo contou com a participação das pesquisadoras Elionor Farah Weffort e Ângela Denise Gratão.

A legislação brasileira utiliza o termo *arrendamento mercantil*. Neste capítulo iremos usar o anglicismo *leasing* por ser de uso técnico corriqueiro.

É interessante o estudo da operação de *leasing* e os aspectos vinculados ao seu reconhecimento e mensuração pelo fato de apresentarem diversos desafios para a teoria contábil. A operação de *leasing* encontra-se resumidamente representada na Figura 11.1.

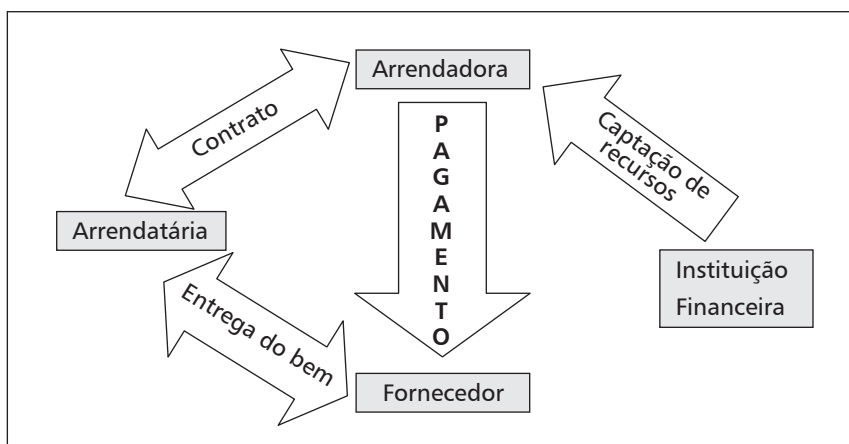


Figura 11.1 Operação de leasing.

Objetivo 1: Legislação do *Leasing* no Brasil.

***Leasing* no Brasil – Retrospectiva histórica antes da vigência da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09**

No Brasil, as operações de *leasing* apresentam características acentuadamente financeiras. Isto significa dizer que a operação representa na sua essência uma transação de venda financiada de um ativo. É possível afirmar isto pelas seguintes razões:

- a) transferências dos riscos e/ou benefícios decorrentes do uso do bem arrendado à arrendatária;
- b) garantia do valor residual, ou seja, um preço mínimo que contratualmente deve ser pago pela arrendatária ao final do contrato, independentemente do exercício da opção de compra ou não;

- c) valor residual, base para a opção de compra pela arrendatária, é significativamente inferior ao valor de mercado do bem, representando usualmente uma parcela simbólica. Desta forma, na prática, a aquisição do bem pela arrendatária está assegurada desde o início da vigência contratual; e
- d) cláusula que permite o pagamento antecipado pela arrendatária do valor residual, seja a vista ou parcelado. Isso equivale, na prática, a uma intenção explícita do interesse futuro de exercício da opção de compra.

A operação de *leasing*, e em particular do *leasing* financeiro, torna-se um desafio para a teoria da Contabilidade na medida em que a regulamentação normativa da operação no Brasil adota procedimentos questionáveis sob o ponto de vista da teoria. Assim, o tratamento contábil do *leasing* não reflete a modalidade financeira da transação, já que seu efeito econômico é similar à aquisição de ativos a prazo, na arrendatária, e financiamento de bens, na arrendadora. Em termos contábeis, embora a empresa que fez o arrendamento tenha o direito de uso do bem e incorra numa obrigação de pagar por ele, não há nenhum registro contábil em seu Balanço Patrimonial no Brasil. Ao mesmo tempo, o bem e sua respectiva depreciação integram o ativo permanente da empresa que fez o arrendamento (arrendadora).

No Brasil, esta modalidade foi regulamentada pela Lei nº 6.099, de 12 de novembro de 1974, com alterações introduzidas pela Lei nº 7.132, de 26 de outubro de 1983. Essa legislação definiu o tratamento tributário e transferiu a responsabilidade pelo controle e fiscalização dessas operações ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central do Brasil (principalmente para arrendadora). Além disto, a Comissão de Valores Mobiliários editou procedimentos contábeis e de evidenciação específicos para arrendatárias e arrendadoras na qualidade de companhias abertas. Mais recentemente, o Conselho Federal de Contabilidade baixou uma NBCT sobre o assunto que será discutida mais adiante.

A citada Lei nº 7.132/83 define o *leasing* como “o negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos de terceiros pela arrendadora, para fins de uso próprio da arrendatária, e que atendam às especificações dessa”. Buscou-se, com isso, especificar quais as condições que possibilitavam a esta modalidade o benefício do tratamento tributário, sem restringir sua prática fora dessas condições. As principais disposições dessa Lei, no que se refere à Contabilidade, são:

- “Serão consideradas como custo ou despesa operacional da pessoa jurídica arrendatária as contraprestações pagas ou creditadas por força do contrato de arrendamento.” (art. 11) Esse artigo veio proporcionar uma maior segurança às operações de arrendamento mercantil, permitindo a dedutibilidade fiscal das contraprestações pagas pela arrendatária.
- “Serão escrituradas em conta especial do livro imobilizado da arrendadora os bens destinados a arrendamento mercantil. [...] Serão admitidos como custo das pessoas jurídicas arrendadoras as cotas de depreciação do preço de aquisição do bem arrendado, calculadas de acordo com a vida útil do bem” (art. 12). Essas disposições evidenciam que o *leasing* no Brasil, quando regulamentado, apresentava características mais comerciais que financeiras, daí a denominação “arrendamento mercantil”, muito embora a sua evolução, nos anos seguintes, acompanhasse uma tendência de *leasing* financeiro, inclusive com forte participação de instituições financeiras.

A Portaria MF nº 140, que entrou em vigor em 28 de julho de 1984, desafiou o arcabouço da teoria contábil, consagrando, no Brasil, o tratamento contábil do *leasing* com características predominantemente financeiras semelhantes ao aluguel (locação), conforme pode ser constatado a seguir:

- a) as contraprestações de arrendamento integram o lucro líquido da arrendatária e da arrendadora quando exigíveis. Equivale dizer que a parcela dedutível na arrendatária é tributável na arrendadora no mesmo exercício fiscal;
- b) o bem arrendado integra o ativo permanente da arrendadora pelo seu custo de aquisição e as depreciações são registradas mês a mês, segundo a competência. Admite-se a redução de 30% no prazo normal de vida útil do bem arrendado. Este incentivo fiscal decorre da percepção de que ninguém cuida melhor de um bem que o proprietário;
- c) o contrato de arrendamento é refletido no balanço da arrendadora como ativo circulante ou como realizável a longo prazo com as contraprestações a receber equivalentes às receitas de arrendamento a apropriar. Isto significa que o valor líquido do ativo será sempre nulo se as contraprestações forem liquidadas pontualmente;

- d) o prejuízo na baixa do bem arrendado decorrente de opção de compra pela arrendatária deve ser registrado na conta “Perdas em Arrendamento a Amortizar”, no ativo diferido da arrendadora, para amortização no seu prazo remanescente da vida útil; e
- e) existe uma simetria contábil com os registros da arrendatária, já que as parcelas de despesa (na arrendatária) e receita (na arrendadora) se equivalem. Nenhuma parcela é refletida no passivo da arrendatária, nem no ativo da arrendadora.

Crítérios de classificação na norma brasileira

O Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 2.309, de 28 de agosto de 1996, com alterações introduzidas pela Resolução nº 2.465, de 19 de fevereiro de 1998, classifica o arrendamento mercantil em duas modalidades: o arrendamento mercantil operacional e o arrendamento mercantil financeiro. Essa classificação decorre das seguintes características da operação.

Por um lado, considera-se *arrendamento mercantil financeiro* a modalidade que satisfaz todos os seguintes critérios:

- a) as contraprestações e demais pagamentos previstos no contrato, devidos pela arrendatária, são normalmente suficientes para que a arrendadora recupere o custo do bem arrendado durante o prazo contratual da operação e, adicionalmente, obtenha um retorno sobre os recursos investidos;
- b) as despesas de manutenção, assistência técnica e serviços correlatos à operacionalidade do bem arrendado são de responsabilidade da arrendatária; e
- c) o preço para o exercício da opção de compra é livremente pactuado, podendo ser, inclusive, o valor de mercado do bem arrendado.

Por outro lado, o *arrendamento mercantil operacional* possui as seguintes características:

- a) as contraprestações a serem pagas pela arrendatária contemplam o custo de arrendamento do bem e os serviços inerentes à sua colocação à disposição da arrendatária, não podendo o valor presente dos pagamentos ultrapassar 90% (noventa por cento) do custo do bem;

- b) o prazo contratual é inferior a setenta e cinco por cento do prazo de vida útil econômica do bem;
- c) o preço para o exercício da opção de compra é o valor de mercado do bem arrendado; e
- d) não há previsão de pagamento de valor residual garantido.

Além dessas características, no arrendamento mercantil operacional a manutenção, a assistência técnica, os serviços correlatos e a operacionalidade do bem arrendado podem ser de responsabilidade da arrendadora ou da arrendatária.

Crítérios de contabilização

Em termos de escrituração mercantil na arrendatária, ao contrário do que ocorre nas normas internacionais e nas normas do Fasn, o *arrendamento mercantil financeiro* praticado no Brasil não apresenta diferenças quanto à forma de contabilização em relação ao *arrendamento mercantil operacional*. Ou seja, somente a parcela da contraprestação devida no mês em função do regime de competência é reconhecida como despesa, em contrapartida a uma obrigação no passivo. Não há, portanto, nenhum ativo (bem arrendado) ou passivo (obrigação de pagar contraprestações e valor residual garantido) em contas patrimoniais.

Há que se ressaltar, entretanto, que o Conselho Federal de Contabilidade, por intermédio da NBCT 10.2, introduziu nova sistemática de reconhecimento e mensuração das operações de arrendamento mercantil, seguindo, em essência, os procedimentos internacionais e norte-americanos. Esses procedimentos estão relatados ao final deste capítulo, juntamente com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Objetivo 2: Normas,
do Fasn.

US GAAP (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos Norte-americanos)

O Fasn entende que um contrato de *leasing* que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios incidentes sobre a propriedade do bem arrendado tem um efeito econômico, para as partes envolvidas, semelhante a uma operação de compra e venda a prazo. Por esse motivo, essa operação deve ser classificada, pela arrendatária como um *leasing* financeiro. Isto significa dizer

que o Fasn determina a contabilização de um ativo pela empresa que fez o *leasing* (arrendatária), mesmo que não tenha, necessariamente, sua propriedade. Isto substitui a noção de ativo atrelada à propriedade, por outra que demanda apenas o seu controle, conforme discutido no capítulo do ativo. Todos os demais contratos de *leasing* devem ser considerados como operacionais.

Para que o *leasing* seja classificado como financeiro, é necessário que ele não seja cancelável (*noncancelable*), além de atender a pelo menos um dos quatro critérios a seguir no início do *leasing*:

- a) o *leasing* transfere a propriedade do bem para a arrendatária: se o contrato transfere, automaticamente, a propriedade do bem para a arrendatária, ao final da vigência contratual, naturalmente, não cabe discussão quanto à capitalização do bem arrendado. Trata-se, portanto, de um critério sem controvérsia e de fácil aplicação prática. No Brasil não se tem esse tipo de contrato;
- b) o *leasing* contém uma cláusula de *bargain purchase option* (opção de compra por valor simbólico): a cláusula de *bargain purchase option* confere à arrendatária a possibilidade de comprar o bem arrendado por um preço que é significativamente menor que o valor de mercado esperado (*expected fair value*) do bem na data de exercício da opção. O Fasn define como *fair value* do bem arrendado o preço pelo qual a propriedade pode ser vendida em uma *arm's length transaction* (transação sem favorecimento) entre partes não relacionadas. Desse modo, no início do *leasing*, a diferença entre o preço da opção de compra do bem arrendado e seu valor de mercado esperado deve ser suficientemente grande para que o exercício dessa opção pareça estar razoavelmente assegurado;
- c) o prazo do *leasing* é igual ou superior a 75% da vida econômica estimada do bem arrendado: justifica-se a classificação do *leasing* como financeiro nesse caso, pois se o período do *leasing* em relação à vida econômica do ativo for elevado, certamente, grande parte dos riscos e benefícios de sua propriedade será transferida para a arrendatária. Para evitar eventuais distorções, o Fasn determina que se o *leasing* tiver início durante os últimos 25% da vida econômica total estimada para o ativo arrendado o critério da vida econômica não pode ser utilizado como base para classificá-lo como *leasing* financeiro;

- d) o valor presente dos pagamentos mínimos do *leasing* a serem pagos é igual ou excede 90% do valor de mercado (*fair value*) do bem arrendado: neste total devem ser excluídas as despesas oriundas do uso do bem (os *executory costs*) como seguro, manutenção e impostos. A comparação entre o valor presente dos pagamentos mínimos do *leasing* com o valor de mercado do ativo é feita para avaliar se a arrendatária está recuperando seu capital aplicado em uma única operação, não sendo necessária, portanto, a celebração de outras operações, e se o ativo arrendado está, na prática, sendo adquirido pela arrendatária. Os pagamentos mínimos do *leasing* são aqueles que a arrendatária está obrigada ou pode ser demandada a fazer, em decorrência do contrato de arrendamento do bem. São representados, usualmente, pelos aluguéis (contraprestações) e valor residual garantido. Além disso, pode-se incluir a quantia devida pela arrendatária, decorrente de penalidade por não renovar ou estender o *leasing*, ao final de seu prazo, quando houver disposição contratual nesse sentido. Quando o contrato de *leasing* impuser uma penalidade onerosa para a arrendatária pela não renovação do mesmo pode-se supor que a renovação parece estar razoavelmente assegurada; neste caso, o valor dessa penalidade não deve ser incluído no cômputo do valor presente dos pagamentos mínimos do *leasing*.

A Figura 11.2 resume a classificação do *leasing* em financeiro e operacional segundo o Fasb.

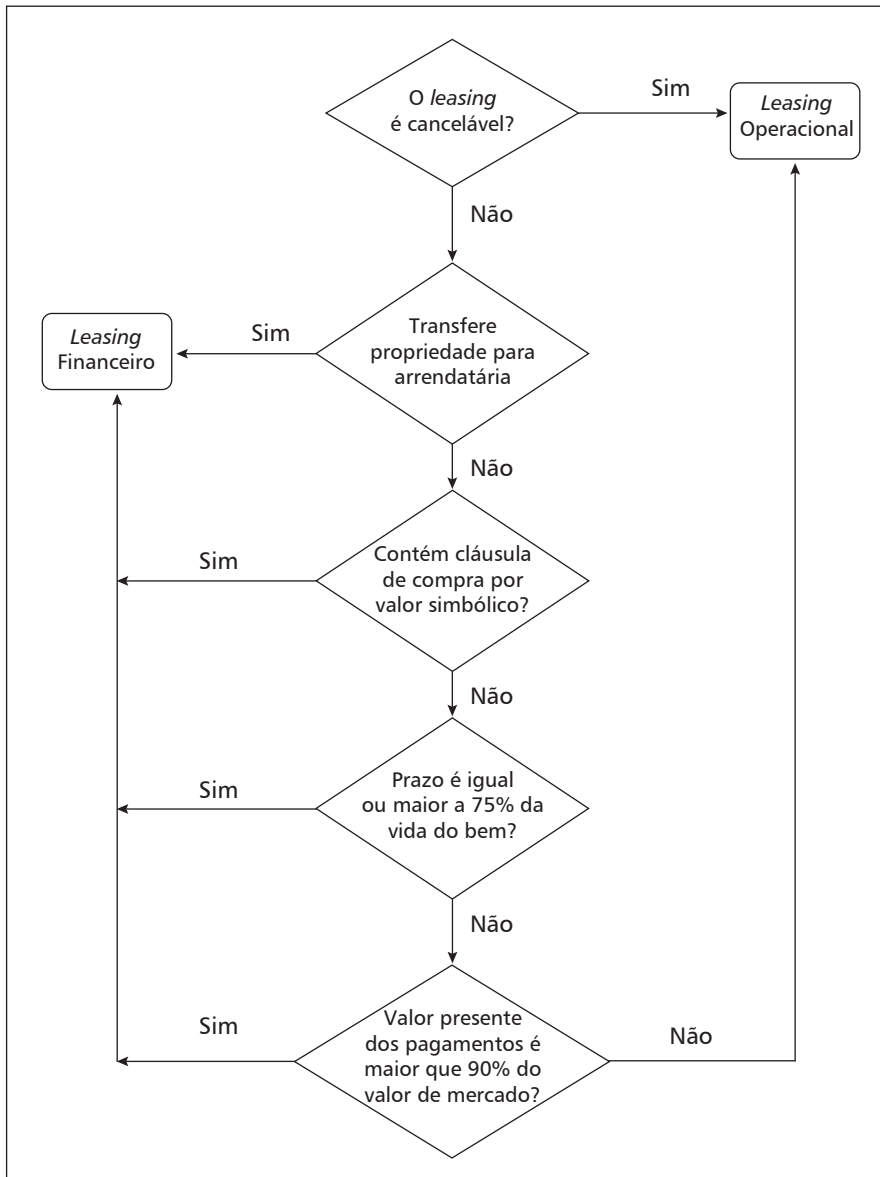


Figura 11.2 Leasing financeiro pelo Fasb.

Assim, a separação do *leasing* em financeiro e operacional é realizada de forma razoavelmente objetiva.



Antes de Prosseguir

Qual a relevância da classificação do *leasing* em operacional e financeiro?

Leasing operacional

O pagamento referente ao aluguel no *leasing* operacional deve ser debitado como despesa ao longo da vigência do contrato do *leasing*, na medida em que eles se tornam exigíveis. Mesmo que os pagamentos dos aluguéis não sejam feitos em uma base linear, as despesas de aluguel devem ser reconhecidas linearmente. Só deve ser utilizada outra base para reconhecer as despesas decorrentes do *leasing* operacional se esta, além de sistemática e racional, for mais representativa do padrão de tempo pelo qual o benefício do bem arrendado decorre.

Para exemplificar, considere o exemplo de um contrato de *leasing* operacional tendo por objeto uma máquina copiadora com pagamento mensal de \$ 500,00 e prazo de 12 meses. Não há cláusula de opção de compra. A contabilização no primeiro mês seria:

D – Despesas com <i>Leasing</i> Operacional	
C – Caixa (ou Passivo Circulante)	\$ 500,00

Nos meses subsequentes, segue-se a mesma contabilização.

No que diz respeito à *evidenciação*, o Fasb determina que a arrendatária deve evidenciar, no balanço ou em notas explicativas, descrição geral dos contratos de *leasing* e a despesa de aluguel para cada período em que for apresentada uma demonstração de resultado, identificando, separadamente, os montantes referentes aos aluguéis mínimos, aluguéis contingentes e aluguéis de subarrendamento. Não precisam ser incluídos os pagamentos de aluguéis referentes a *leasing* com prazo igual ou inferior a um mês e que não serão renovados.

Além disso, o Fasb determina que, para contratos de *leasing* operacional que tenham prazos iniciais ou remanescentes não canceláveis e superiores a um ano, devem ser evidenciados os pagamentos mínimos futuros de aluguéis devidos, evidenciando o total e as parcelas devidas em cada um dos cinco anos fiscais subsequentes; e o total das receitas futuras de aluguéis (registradas pelo seu valor mínimo) decorrentes de contratos de subarrendamento não canceláveis.

Contabilidade da arrendadora

À luz da Teoria da Contabilidade, uma transação entre dois agentes econômicos que se caracterizam como arrendatária e arrendadora deve gerar efeitos simétricos entre si, ou seja, o direito de uma é a obrigação da outra. Assim, uma operação de *leasing* que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios incidentes sobre a propriedade do bem arrendado deve ser classificada como venda ou financiamento pela arrendadora.

Os quatro critérios do Fasb anteriormente mencionados (Figura 10.2) para a classificação das operações de *leasing* como financeiro ou operacional para as arrendatárias também são utilizados pelas sociedades arrendadoras. Além daqueles critérios, as sociedades arrendadoras devem testar mais dois critérios complementares para enquadramento da operação como *leasing* financeiro:

- os recebimentos da arrendadora representados pelas contraprestações podem ser previamente determinados (*predictable*); e
- não há incertezas significativas em relação a custos adicionais futuros que podem ser incorridos pela arrendadora que não sejam reembolsáveis pela arrendatária.

Estes critérios estão apresentados na Figura 11.3.

Sob a ótica da contabilidade da arrendadora, os contratos de *leasing* poderão receber as seguintes classificações:

- *Leasing* Tipo Venda (*Sales-type lease*): é o contrato que gera resultado (lucro ou prejuízo) de intermediação ou de fabricação para a arrendadora e de juros durante o mesmo. Além disto, deve preencher uma ou mais das características previstas para as arrendatárias e todas as previstas para arrendadoras. Normalmente essa modalidade surge quando o intermediário (distribuidor ou negociador) ou o fabricante quer usar o contrato de *leasing* como uma forma de divulgar seus produtos, servindo como instrumento de propaganda. Esta modalidade não é praticada no Brasil, porque a arrendadora no Brasil é uma instituição financeira;

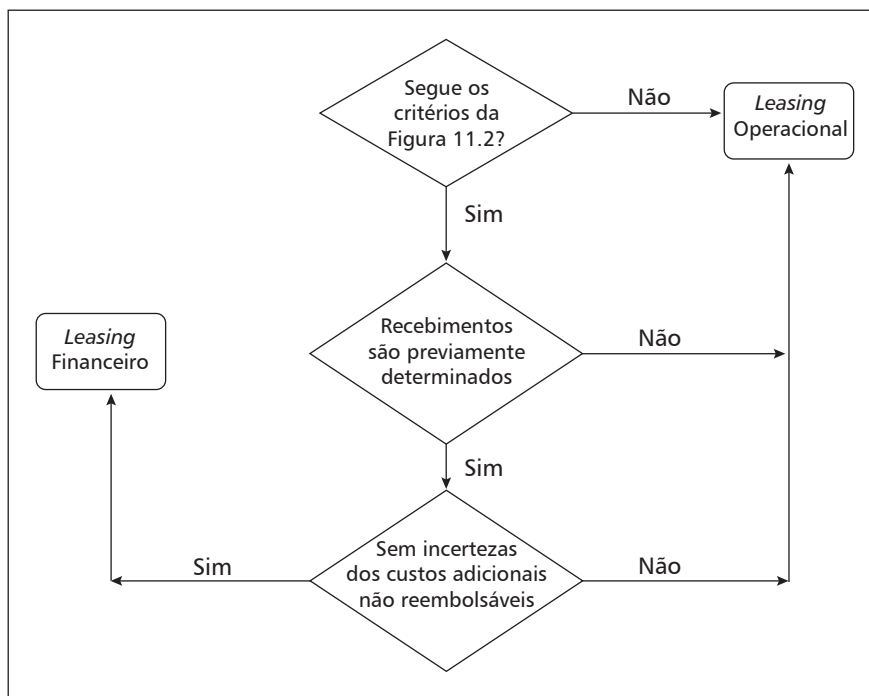


Figura 11.3 Leasing na arrendadora.

- *Leasing Financeiro Direto (Direct financing lease)*: é o contrato que não gera resultado de intermediação ou de fabricação para a arrendadora, porém preenche uma ou mais das características previstas para as arrendatárias e todas as previstas para as arrendadoras. Por não gerar resultado, o custo ou o custo não depreciado (*carrying amount*) é igual ao valor de mercado (*fair value*) do bem no início do contrato;
- *Leasing Alavancado (Leveraged lease)*: é o contrato que se enquadra como *leasing* financeiro direto (arrendadora) e *leasing* operacional (arrendatária), envolvendo, no mínimo, três partes: a arrendatária, um financiador de longo prazo e a arrendadora (chamada de *equity participant*). Tem como principal característica diferenciadora a utilização de crédito tributário de investimento pela arrendadora. Essa modalidade de *leasing* não é praticada no Brasil;
- *Leasing Operacional (Operating lease)*: é o contrato que não se enquadra nas classificações anteriores. Estão incluídos os contratos de *leasing*

imobiliário e os contratos que geram lucro de fabricação e intermediação nos quais não ocorre a transferência da propriedade do bem.

- 🌐 A operação de *leasing* é muito comum nos Estados Unidos, abrangendo computadores, aviões, prédios e outros ativos. Existe uma estimativa de que 80% das empresas daquele país fazem *leasing*, sendo que provavelmente metade dos *mainframes* são arrendados. As operações de *leasing* fora de balanço totalizaram \$ 1,4 trilhão de dólares em quase cinco mil empresas abertas em 2005. Em alguns casos, estes valores superam o passivo da empresa: a Whole Foods possuía passivo de 639 milhões de dólares e pagamentos de *leasing* das suas lojas de 4,8 bilhões de dólares.

MacDonald, 2007.

Iasb

Objetivo 3: Normas, do lasb.

O principal pronunciamento do Iasb que trata de *leasing* é o IAS (International Accounting Standard) 17, de 1999, *Contabilidade para leasing*, com alterações posteriores aprovadas em 1997. *Leasing* é definido pela IAS 17 como um contrato por meio do qual a arrendadora transfere para a arrendatária, em retorno por um pagamento ou uma série de pagamentos, o direito de utilizar um ativo por um período combinado de tempo. Essa definição abrange os contratos que transferem os direitos de uso dos ativos, mesmo que possam ser demandados da arrendadora serviços substanciais em relação à operação e manutenção desses ativos.

Enquadram-se, ainda, nessa definição de *leasing*, os contratos de locação de um ativo que conferem ao locatário a opção de adquirir a propriedade desse ativo mediante o preenchimento das condições combinadas (*hire purchase contracts*).

- 🌐 A criação, em 2006, de um grupo de estudos conjuntos entre o Iasb e o Fasn para estudar a questão da Contabilidade do *leasing* é um forte sinal de que a situação atual ainda não contempla, em sua totalidade, a informação adequada para o usuário. Em meados de 2013, os resultados desses estudos foram colocados em audiência pública pelas entidades. O longo prazo para produzir uma norma sobre o assunto é um claro indício de que o assunto é controverso.

Contabilidade da arrendatária

No seu início, os contratos de *leasing* devem ser classificados como financeiros ou operacionais, conforme suas características. O *leasing* financeiro é definido como aquele que transfere, substancialmente, à arrendatária todos os riscos e benefícios incidentes sobre propriedade de um ativo, ainda que não haja a transferência da propriedade. O Iasb entende que um contrato de *leasing*, por ser comum à arrendatária e à arrendadora, não deveria ensejar classificações diferenciadas entre ambas, porém admite que possam ocorrer situações em que uma mesma operação tenha tratamentos distintos em virtude da aplicação dessas definições, sob diferentes circunstâncias das partes envolvidas.

A classificação de um contrato de *leasing* operacional ocorre por exclusão, ou seja, refere-se aos contratos que não foram classificados como *leasing* financeiro.

O Iasb aponta que a classificação de um *leasing* depende mais da substância da transação do que da forma do contrato e exemplifica algumas situações que, normalmente, podem levar à classificação de um *leasing* como financeiro:

- o *leasing* transfere, ao final do seu prazo, a propriedade do ativo para a arrendatária. O prazo do *leasing* (*lease term*) é definido como o período não cancelável pelo qual a arrendatária contratou o arrendamento do ativo. A ele devem ser acrescidas quaisquer condições adicionais que conferem à arrendatária a opção de continuar a arrendar o ativo, com ou sem pagamento adicional, desde que seja possível, no início do *leasing*, esperar, com razoável certeza, que essa opção será exercida pela arrendatária;
- a arrendatária tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera que seja inferior ao seu *fair value* (valor de mercado), na data em que a opção se torna exequível, de forma que, no início do *leasing*, é razoavelmente certo que aquela opção será exercida. É importante notar que apesar de o Iasb não utilizar esse termo, essa definição corresponde na prática a um *bargain purchase option*;
- o prazo do *leasing* cobre a maior parte da vida econômica (*economic life*) do ativo, mesmo que a sua propriedade não seja transferida;
- no início do *leasing*, o valor presente dos pagamentos mínimos do *leasing* representa uma parcela igual ou superior ao valor de mercado (*fair*

value) do ativo arrendado. Pagamentos mínimos do *leasing* (*minimum lease payments*) são os pagamentos que a arrendatária é, ou pode ser, requerida a fazer, no prazo do *leasing*, acrescidos de quaisquer quantias garantidas pela arrendatária (ou por uma parte relacionada com a arrendatária) ou do pagamento que a arrendatária deve fazer para exercer a opção de compra do bem arrendado por um preço significativamente inferior ao seu valor de mercado;

- os ativos arrendados são de natureza especializada, de modo que somente a arrendatária pode utilizá-los sem que modificações substanciais sejam feitas.

É interessante destacar que o Iasb optou por inserir exemplos de situações em que o *leasing* deve ser classificado como financeiro, ao invés de estabelecer critérios definidos e claros de classificação. A palavra “substancialmente”, utilizada de forma proposital pelo Iasb, enseja um exercício de julgamento por parte do usuário. O Fasn, conforme comentado anteriormente, estabelece critérios específicos para classificação de *leasing* financeiro.

Contabilização do leasing financeiro

O Iasb reconhece que, apesar da forma legal de um contrato de *leasing* não transmitir muitas vezes a propriedade do ativo arrendado para a arrendatária, no *leasing* financeiro, a realidade financeira é a aquisição pela arrendatária dos benefícios econômicos do uso do ativo arrendado, ao longo da maior parte de sua vida econômica. Isto gera, em contrapartida, uma obrigação de pagar por esse direito uma quantia aproximada do valor de mercado do ativo e os correspondentes encargos financeiros. Alerta o Iasb que, se as operações de *leasing* financeiro não forem refletidas no balanço patrimonial da arrendatária, os recursos econômicos e o nível das obrigações de um empreendimento podem ser subestimados, distorcendo os índices financeiros (notadamente os de liquidez, endividamento e rentabilidade). Conforme comentado no Capítulo 5, um ativo precisa estar associado a geração de benefícios econômicos futuros. Nesse sentido, pode-se notar que o *leasing financeiro* corresponde, na sua essência, a um ativo da arrendadora.

Para garantir que a essência da transação seja refletida, a arrendatária deve reconhecer o *leasing* financeiro no seu balanço patrimonial como um ativo e

a correspondente obrigação em relação aos pagamentos futuros do *leasing* como um passivo.

Esta obrigação decorrente dos contratos de *leasing* financeiro deve, tal como os demais passivos, ser classificada em circulante e não circulante (*current e non-current*), conforme o prazo da parcela da obrigação.

No início do *leasing*, o ativo e o passivo para os pagamentos futuros do *leasing* são reconhecidos no balanço patrimonial pela mesma quantia. Mas a natureza dessas contas é diferente e, ao longo da vigência do contrato do *leasing*, elas dificilmente coincidirão novamente.

Os pagamentos do *leasing* devem ser decompostos entre o encargo financeiro e a amortização principal da dívida. O encargo financeiro deve ser alocado aos diversos períodos, durante o prazo do *leasing*, de forma a produzir uma taxa periódica constante de juros no saldo remanescente do passivo de cada período. Na prática, ao alocar o encargo financeiro aos períodos durante o prazo do *leasing*, alguma forma de aproximação deve ser utilizada para simplificar o cálculo.

Leasing operacional

O Iasb possui tratamento contábil semelhante àquele determinado pelo Fasb e apresentado anteriormente. Quanto à evidenciação, não há procedimentos específicos estabelecidos em normas, devendo ser aplicados, portanto, os mesmos critérios previstos para as demais operações de arrendamento mercantil.



Antes de Prosseguir

Crie um exemplo mostrando os efeitos do tratamento diferenciado do *leasing* financeiro e da aquisição a vista de um ativo, na arrendadora.

Objetivo 4: As normas do Conselho Federal de Contabilidade.

A posição do CFC

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 921 de 23 de dezembro de 2001, emitiu a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica

(NBCT) 10.2, que alterou diversos aspectos de contabilização nas operações de arrendamento mercantil. Esta NBCT aproxima-se das Normas Brasileiras de Contabilidade e das Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb) e das do *Financial Accounting Standards Board* (Fasb).

A NBCT 10.2 define as operações de arrendamento mercantil como as transações celebradas entre o proprietário de um determinado bem (arrendador) que concede o uso deste a um terceiro (arrendatário) por um determinado período contratualmente estipulado, findo o qual é facultado ao arrendatário a opção de adquirir ou devolver o bem objeto de arrendamento, ou a de prorrogar o contrato. Essa definição é semelhante à do Iasb e Fasb, conforme apresentado anteriormente.

No que concerne à classificação, a NBCT 10.2 segrega as operações de arrendamento mercantil em duas modalidades: arrendamento financeiro e operacional. O arrendamento é classificado como financeiro quando:

- as contraprestações e demais pagamentos previstos no contrato, devidos pela arrendatária, são suficientes para que o arrendador recupere o custo do bem arrendado durante o prazo contratual da operação e, adicionalmente, obtenha retorno sobre os recursos investidos;
- o valor residual, que é parcela do principal não incluída nas contraprestações a serem pagas pela arrendatária e serve de base para a opção de compra do bem arrendado, é significativamente inferior ao valor de mercado do bem na data da opção; e
- o bem objeto de arrendamento é de tal maneira específico que somente determinado arrendatário pode utilizá-lo em sua atividade econômica.

A posição da NBCT 10.2 é restritiva exigindo o atendimento das três condições para que o *leasing* seja financeiro. Caso contrário, a operação é considerada como operacional. A Figura 11.4 ilustra a posição desta norma.

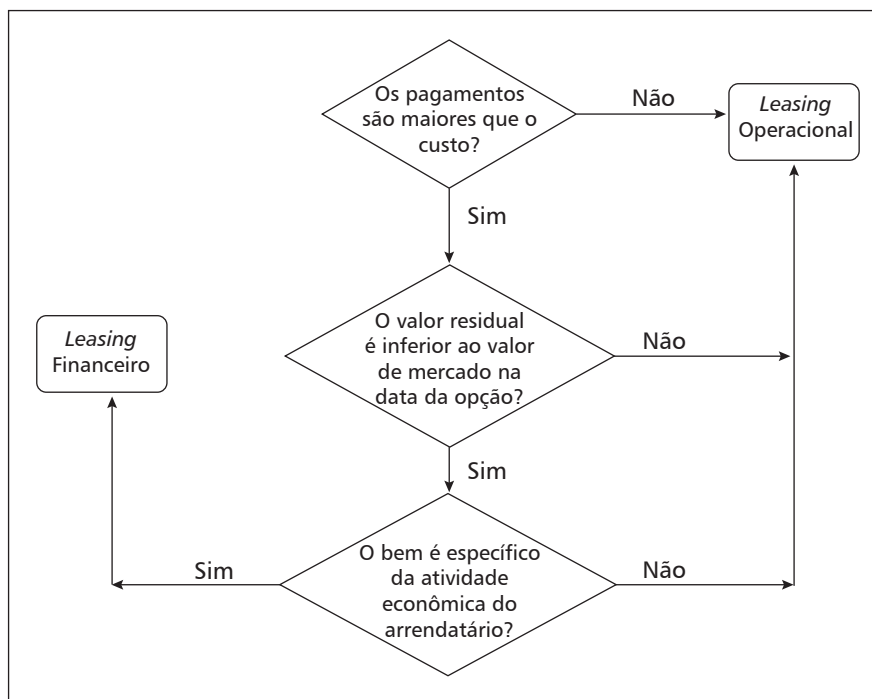


Figura 11.4 Leasing na NBCT 10.2.

Contabilização do leasing financeiro

Na arrendatária, a NCBT 10.2 estabeleceu que os bens adquiridos por meio de arrendamento financeiro deverão ser integrados ao imobilizado da empresa, destacados como tal. Em contrapartida, as contraprestações e o valor residual devem ser registrados no passivo circulante ou exigível a longo prazo, conforme o prazo. A política de depreciação deste bem arrendado deve ser consistente com a depreciação aplicável a outros ativos de natureza igual ou semelhante. Caso não exista certeza de que o arrendatário irá adquirir o bem no final do período de arrendamento, o ativo deve ser totalmente depreciado pelo menor período entre o prazo de contrato ou pela sua vida útil.

A NBCT 10.2 aproximou-se muito da NIC 17 quanto à forma de contabilização do *leasing* financeiro, levando em consideração a substância e a realidade financeira e não a sua forma jurídica como foi definido pela legislação vigente e em consonância com os princípios.

Na arrendadora, segundo a NBCT 10.2, deve ser registrado como “arrendamentos a receber” e classificado no ativo circulante ou no realizável a longo prazo o valor total das contraprestações e do valor residual (parcelado ou não) proveniente de contrato de arrendamento financeiro.

Contabilização do leasing operacional

A NBCT 10.2 especifica que o arrendamento operacional não deve integrar as contas patrimoniais, uma vez que sua característica é de aluguel e, também, porque não há compromisso futuro de opção de compra e nem cláusula de *bargain purchase option*. Portanto, não integram as contas do passivo circulante ou exigível a longo prazo, exceto pela parcela devida no mês., ,

Na arrendadora, não há diferença de tratamento entre o Fasb, Iasb e o CFC, já que o tratamento contábil é semelhante ao aluguel.

Alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, Medida Provisória nº 449/08 e Lei nº 11.941/09 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Objetivo 5: Alterações...
11.638/07 e 11.941/09

Tendo em vista a nova definição de ativo imobilizado atribuída pela Lei nº 11.638/07, em que passa a contemplar “inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens”, e pelo Pronunciamento CPC nº 6, todos os contratos que transfiram os benefícios e os riscos de qualquer ativo, de arrendador para o arrendatário exigem que o arrendador trate essa operação como financiamento e o arrendatário como uma operação de compra financiada.

Esse entendimento também foi corroborado pela Medida Provisória nº 449/08, de 3/12/08, que alterou inclusive o art. 1º da legislação específica sobre arrendamento mercantil no Brasil, no caso a Lei nº 6.099/74, ao “considerar operação de crédito, independentemente de nomenclatura que lhes for atribuída, as operações de arrendamento mercantil cujo somatório das contraprestações perfaz mais de setenta e cinco por cento do custo do bem, incluído o valor residual garantido, nesse cálculo”.

Entretanto, a Lei nº 11.941/09 não contemplou esse entendimento ao excluir os arts. 40, 41 e 42 da acima mencionada MP nº 449/08, por estabelecerem a incidência de IOF nas operações de arrendamento mercantil e, com isso, gerar necessidade de edição de decreto nesse sentido. Portanto, essa equiparação do

leasing (arrendamento mercantil) à uma operação de crédito está pendente de regulamentação.

Importante salientar que apenas os contratos de *leasing* financeiro (regulamentados como “arrendamento mercantil financeiro” no Brasil) devem ser tratados como compra e venda financiada (no arrendatário) e operação de crédito (no arrendador).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis determinou ainda que os contratos de arrendamento mercantil existentes ao final do exercício social de 2007 fossem objeto de ajuste mediante sua inclusão como ativo imobilizado da arrendatária e a respectiva contrapartida como financiamento no passivo. Esse ajuste inclui o cálculo das depreciações que deveriam ter sido reconhecidas caso essas operações tivessem sido contabilizadas como uma compra financiada desde o início da operação, bem como o recálculo dos financiamentos no passivo circulante e não circulante.

A Lei nº 11.638/07, a MP nº 449/08 (atual Lei nº 11.941/09) definiram os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação tanto na arrendatária como na arrendadora, mas esta última exerce uma atividade sujeita ao controle e fiscalização pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil não referendou o CPC nº 06 (pronunciamento específico para *leasing*), procedimento já adotado pela Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados e o Conselho Federal de Contabilidade e ao mesmo tempo sinalizou por meio da Resolução nº 3.617/08 do Conselho Monetário Nacional que as sociedades arrendadoras devem incluir no seu imobilizado os bens objeto de arrendamento mercantil. Isso equivale dizer que um mesmo bem está integrando dois imobilizados: o da arrendatária e o da arrendadora.

Essa competência é explícita no art. 61 da Lei nº 11.941/09 que assim preconiza:

“A escrituração de que trata o artigo 177 da Lei nº 6.404/76 quando realizado por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive as constituídas na forma de companhia aberta, deve observar as disposições da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e os atos normativos dela decorrentes.”

Assim, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, com base nessa competência, podem estabelecer padrões contábeis distintos das previstas na Lei nº 11.638/07, sendo o *leasing* uma dessas exceções.

Importante consignar que o art. 3º da Lei nº 6.099/74 (legislação tributária específica sobre *leasing*) é explícito ao mencionar que o “bem arrendado integra o ativo imobilizado das sociedades arrendadoras” e, por não ter sido revogado, prevalece sobre a legislação societária, de caráter geral.

Enquanto não solucionada essa questão legal/regulamentar, continuamos a refletir um mesmo bem arrendado em dois imobilizados, de arrendatária e da arrendadora.

Proposta de estudo do Fasb/Iasb estabelecendo uma nova abordagem para o *leasing*

Desde 2006, Fasb e Iasb se uniram para revisar os normativos sobre “contabilidade de *leasing*” face a críticas dos usuários de informações contábeis sobre o atual modelo vigente e decidiram apresentar um *Discussion Paper* para uma consulta pública antes da edição do “DRAFT” (minuta de pronunciamento).

A principal crítica dos usuários é que a existência de dois modelos (financeiro e operacional) não é facilmente compreendida e as informações divulgadas nem sempre são suficientes para que seja possível promover ajustes que venham a refletir mais adequadamente o *financial reporting* das empresas.

Nessa linha de raciocínio, a proposta principal, que foi colocada em audiência pública pelas duas entidades em meados de 2013 era no sentido de colocar no balanço os contratos com prazos superiores a doze meses. Isto representaria um tratamento mais uniforme aos contratos, mediante a capacitação como um direito de uso de um ativo e um equivalente passivo.

Pesquisa

A questão do *leasing* no Brasil representa um grande conflito entre a essência e a forma. Infelizmente, o caminho adotado pelo país tem sido o da forma, o que dificulta a apresentação da real situação da empresa. Naquelas entidades em que as operações de *leasing* são significativas, como são os casos das empresas aéreas, a apresentação das demonstrações financeiras fica prejudicada.

Niyama, um dos co-autores deste livro, tem uma série de obras publicadas sobre o assunto. Sua dissertação de mestrado (NIYAMA, 1982) e diversos artigos (1985, 1996, 1999 e 2003) são fontes importantes para a pesquisa

sobre o assunto. Um enfoque com ênfase nas instituições financeiras pode ser encontrado em Niyama e Gomes (2005).

Exercícios

1. Uma empresa decidiu exercer a opção de compra de um veículo objeto de *leasing*. Atendendo a legislação fiscal, já contabilizou nos dois anos de vigência do contrato R\$ 26.000,00 a título de contraprestações pagas. O valor da nota fiscal, emitida pela UTAÍ *Leasing* S/A, foi de R\$ 100,00, mas seu valor de mercado é de R\$ 12.000,00. Por qual valor deve registrar?
 2. Considere o exemplo anterior. Existiria uma contradição com o conceito de custo como base de valor?
 3. A Lei nº 11.638/07 passou a considerar o controle e não mais a propriedade do bem como característica de um ativo. Como o bem arrendado sob *leasing* financeiro se enquadra nesse conceito?
 4. Com respeito a MF 140, citada no capítulo, considere a questão do prejuízo na baixa do bem arrendado. A inclusão deste prejuízo na arrendadora, como ativo permanente é adequada? Qual o efeito sobre o resultado? Qual seria o princípio contábil que não foi observado nesta portaria?
 5. MacDonald afirma que o Fsb está fazendo um esforço para “tirar o *leasing* das sombras e colocá-lo no balanço”. O que significa esta frase da autora? Refere-se a que tipo de *leasing*? Você acredita que a situação no Brasil seja diferente?
- MacDonald, 2007.
6. Ainda usando o artigo de MacDonald, a autora afirma que o “efeito da capitalização de um *leasing* é geralmente desfavorável”. Explique.
 7. Apesar de existir uma clara razão para contabilizar o *leasing* nos moldes do proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade, a prática contábil sobre o assunto tem sido retrógrada. Quais seriam as razões para que isto ocorra? Para sua resposta, volte à Figura 10.1, no início do capítulo.
 8. A Estrutura Conceitual Básica CVM e do CPC reconhece a questão do *leasing* ao afirmar que no arrendamento financeiro, “o arrendatário adquire os benefícios econômicos do uso do ativo arrendado pela maior parte da sua vida útil, como contraprestação de aceitar a obrigação de pagar por esse direito um valor próximo do valor justo do ativo e o respectivo encargo financeiro. Dessa forma, o arrendamento financeiro dá origem

a itens que satisfazem à definição de um ativo e um passivo e, portanto, são reconhecidos como tais no balanço patrimonial do arrendatário”.

- a) Esta posição é coerente com a defendida no capítulo?
- b) Existiria diferença entre a Estrutura e a legislação atual brasileira? E com a posição do Iasb?
- c) Poder-se-ia dizer que este seria um exemplo onde o direito de propriedade não é essencial para definição do ativo?

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Plano contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Brasília, mimeo, junho 1989.

BRASIL. *Lei nº 11.638*, de 27 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da *Lei nº 6.404/76*.

BRASIL. *Lei nº 11.941*, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária e outras providências.

BRASIL. *Medida Provisória nº 449*, de 3 de dezembro de 2008. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. Resolução 2.309, de 28 de agosto de 1996.

_____. Resolução 2.465, de 19 de fevereiro de 1998, Resolução nº 3.617, de 30 de setembro de 2008.

FASB, Financial Accounting Standards Board e IASB-International Accounting Standards Board. *Discussion Paper Lease-Preliminary Views*, 2009.

MACDONALD, Elizabeth. Debt Hazards Ahead: soon companies will have to start counting leases for things like stores and airplanes as long-term liabilities: bad news for some. *Forbes*, v. 179, nº 13, 18, jun. 2007.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro. Contribuição aos procedimentos de evidência contábil de instituições do Sistema Financeiro Nacional. Congresso Brasileiro de Contabilidade. *Anais...* Fortaleza: CFC, 1996.

_____; GOMES, Amaro. *Contabilidade de instituições financeiras*. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *O tratamento contábil do leasing nas demonstrações financeiras das sociedades arrendadoras*. 1982. (Dissertação) – Mestrado, FEA/USP, São Paulo.

NIYAMA, Jorge Katsumi. O *leasing* no Brasil é aluguel? *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília: CFC, v. 53, 1985.

_____. Comparação entre os princípios contábeis dos EUA e Brasil. *Revista da Adeval*, São Paulo: Associação das Empresas distribuidoras de Valores, São Paulo, v. 114/115, nº X, 1999.

_____ et al. Contabilização das operações de *leasing*. *Revista Contabilidade Vista e Revista*, Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Contabilidade para o terceiro setor

OBJETIVO DO APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você conhecerá:

1. Alguns dos aspectos mais relevantes da distinção do Terceiro Setor com os outros dois setores.
 2. A questão da doação na teoria contábil.
 3. A contabilização da gratuidade.
 4. A relação do terceiro setor com o setor público: renúncia fiscal.
-

Introdução

Quando observamos as demonstrações financeiras de uma entidade do terceiro setor, notamos algumas diferenças interessantes. Inicialmente, algumas denominações são diferentes. Assim, não temos o patrimônio líquido, mas o patrimônio social, por exemplo. O resultado da entidade não é lucro ou prejuízo, mas déficit ou superávit.

Além disso, a Contabilidade deveria mostrar, mas nem sempre o faz, a preocupação com o trabalho social da entidade, incluindo aqui os atendimentos aos carentes e os benefícios à parcela menos favorecida. Idealmente, a contabilidade seria um importante parâmetro para que o doador de recursos pudesse avaliar se o impacto social tem sido positivo.

Objetivo 1: Caracterizar,
o Terceiro Setor.

Terceiro setor

O termo *terceiro setor* tem sido utilizado em oposição ao conceito do primeiro setor e segundo setor, que compreendem as atividades da iniciativa privada e o setor público. Este termo tem sido usado de várias formas e dependendo do contexto pode englobar diferentes tipos de entidades. Basicamente, pode-se delimitar que o terceiro setor não faz parte do setor público e não possui o interesse no lucro, como ocorre numa empresa comum. Por esse motivo, o terceiro setor é constituído de entidades sem fins lucrativos, como é o caso de igrejas, hospitais, partidos políticos, clubes esportivos, museus, entre outros.

Entretanto, esta definição não é muito clara. Um hospital cujos proprietários estão interessados no retorno financeiro será classificado como uma entidade privada; já um hospital público será considerado um ente governamental. Finalmente, um hospital pertencente a uma entidade religiosa, que não cobra pelos serviços, será uma entidade do terceiro setor.

Pode-se verificar que a classificação de uma entidade no terceiro setor pode ser complicada. Por esse motivo, os assuntos discutidos neste capítulo são válidos para as entidades consideradas tipicamente do terceiro setor.

Além disto, também têm sido encontrados na literatura os termos *entidades filantrópicas*, *de interesse social*, *non-profit*, entre outros. De uma forma geral, estas entidades atuam no sentido de promover o bem-estar comum da sociedade. Por este motivo, geralmente são entidades sem fins lucrativos, em que parte dos recursos é proveniente das doações do setor privado ou do governo.

Apesar das características do terceiro setor, uma das discussões da teoria contábil é se são necessárias regras específicas para o mesmo ou se as regras contábeis aplicadas ao setor privado são válidas. Nossa posição é que não existe uma teoria contábil do terceiro setor, da mesma forma que não existe uma teoria contábil do setor público. Isto não impede que alguns aspectos presentes de forma significativa nas entidades do terceiro setor recebam a atenção neste capítulo, como é o caso da doação e das parcerias.

Objetivo 2: A questão,
da Doação.

Doação

As doações representam uma importante fonte de recursos para as entidades do terceiro setor. Ao receber uma doação, a entidade pode ter recursos para exercer sua função social.

As doações podem ser em dinheiro, alimentos, máquinas, roupas, brinquedos, sangue etc. Assim, uma doação pode ser para *custeio* ou até mesmo *patrimonial*, como é o caso de ativos permanentes. Uma forma de doação importante é aquela feita através da prestação de serviço. Desse modo, a doação pode implicar num aumento do ativo ou até mesmo numa redução no passivo, sem que exista a necessidade de uma contrapartida por parte da entidade.

Em termos de teoria, a doação corresponde a uma receita. Conforme estudamos no Capítulo 9, receitas são “*aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e não se confundem com os que resultam de contribuição dos proprietários da entidade*”. Em outras palavras, a doação satisfaz à definição de receita estudada anteriormente.

Para a teoria contábil, é importante verificar se a doação foi condicional ou incondicional. Uma doação *condicional* é aquela em que o doador impõe algum tipo de condição que deve ser cumprida pela entidade. Considere uma situação em que o doador contribui com recursos para um projeto social de uma entidade com a condição que a entidade entre com uma parcela de recursos. Neste caso, o valor somente será transferido quando a entidade cumprir sua parte. Este é um exemplo de doação condicional. Uma doação *incondicional* ou simples não impõe condições. Acredita-se que seja importante para o usuário externo saber qual o valor que corresponde à doação condicional e qual se refere à doação incondicional.

Doação incondicional

O registro contábil de uma doação é próximo ao registro do recebimento de recursos numa entidade do segundo setor. A diferença é que a contrapartida do aumento do ativo pela doação é o registro de uma conta de receita (doação).

Existe uma controvérsia nas normas contábeis brasileiras quanto à doação de certos tipos de ativos. A Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 10 segrega as doações em custeio e patrimoniais. Para as doações de custeio, adota-se o critério exposto anteriormente. Mas para as doações patrimoniais, a NBC T 10 determina a contabilização como contrapartida no patrimônio social. Isto cria dois tratamentos distintos conforme o tipo de doação.

Considere uma pessoa que faça a doação de um terreno, cujo valor de mercado é de R\$ 100 mil. Isto irá aumentar o patrimônio social neste valor, mas sem nenhum reflexo no superávit ou déficit do período. Caso esta mesma pessoa decida vender o terreno e doar o dinheiro para uma entidade, a contabilização deverá constar da demonstração do superávit do exercício, sendo posteriormente considerado no patrimônio social da entidade. Apesar dos casos serem relativamente parecidos, a contabilização assume uma grande diferença.

Qualquer que seja a doação, é importante que no seu reconhecimento seja feita a mensuração do seu valor justo de mercado. Neste caso, deve-se desconsiderar a despesa necessária para colocar o bem em funcionamento ou à venda, sendo o valor líquido registrado.

Comentou-se anteriormente que a doação pode ocorrer sob a forma de redução de um passivo. Esta situação ocorre quando a entidade tem um passivo com terceiro, já anteriormente registrado na sua contabilidade, como é o caso de uma dívida com um fornecedor. Neste caso, o fornecedor faz uma doação para a entidade, sob a forma do perdão da dívida. Mesmo neste caso, segundo a NBC T 10, a contabilização da contrapartida da redução do passivo será uma conta de resultado, se a dívida tiver sido aplicada em custeio, ou no aumento do patrimônio social, se a dívida foi aplicada em ativo de longo prazo.

A doação através da herança é outra situação em que o momento do reconhecimento pode gerar dúvida. Considere um milionário que fez o testamento prevendo a doação de sua fortuna para uma entidade do terceiro setor. Neste momento, a entidade não deveria fazer o registro já que o testamento pode ser alterado. A certeza da doação chegaria somente com a confirmação do testamento e a impossibilidade de sua mudança.

Doação condicional

A doação condicional pode estabelecer a existência de uma restrição permanente ou provisória, também conhecida como temporariamente restrita. A *restrição permanente*, conforme o próprio nome já informa, não possui prazo de validade, o que impede uma flexibilidade no uso do ativo doado. Neste caso, o termo de doação estabelece, de forma clara e precisa, as condições para uso e as penalidades, podendo incluir a devolução do bem, caso as condições não sejam cumpridas.

A *restrição temporária* impõe certas restrições que podem ser satisfeitas com o decorrer do tempo. O termo de doação também esclarece as condições para que a doação se torne sem restrição.

Uma vez que é importante evidenciar se uma doação é condicional ou não, com restrição permanente ou temporária, a mudança na classificação deve ser acompanhada do registro contábil. Assim, quando a entidade cumprir as determinações do termo de doação com restrição temporária, a contabilidade deve fazer a reclassificação do bem.

Outro problema ocorre com a doação condicional e o instante em que deve ser reconhecida a doação. A análise de cada caso poderia determinar este instante. Entretanto, o Conselho Federal de Contabilidade sugere que o registro não deva ser feito enquanto a entidade não tiver condições de atender as exigências do doador. O Conselho Federal de Contabilidade sugere que a prudência determine que o bem só deva ser registrado depois de satisfeita a condição exigida pelo doador. Considere, a título de exemplo, a doação de caixa desde que a entidade do terceiro setor regularize algum tipo de documentação. Apesar da existência da promessa de doação, mas diante da incerteza no cumprimento da condição, o registro não deverá ser feito.

CFC (2003).



Antes de Prosseguir

Você seria capaz de dizer a razão da existência da doação condicional? Para uma entidade que recebe qual a melhor forma de doação?

Serviços voluntários

Os *serviços voluntários* são resultantes do trabalho de voluntários, que geralmente ou não cobram pelo serviço ou cobram um valor abaixo do mercado. Um contador que faz a contabilidade de uma entidade do terceiro setor e não cobra pelo trabalho presta um serviço voluntário. Nesta situação, se não houvesse o serviço voluntário, a entidade deveria arcar com esta despesa contratando um profissional do mercado.

Pela descrição apresentada é natural que se possa considerar o serviço voluntário como uma doação. Neste caso, em lugar de receber um ativo, a

entidade recebe a prestação de serviço como doação, mesmo que exista um pagamento simbólico para o prestador de serviço. Nestas situações, o valor da doação corresponde à diferença entre o valor de mercado pela mão de obra e o valor cobrado pelo prestador de serviço. Considere o exemplo de um marceneiro que prestou um serviço, que cobrou R\$ 40,00. Por esse serviço seria cobrado no mercado um valor de R\$ 140,00. A diferença entre os valores seria o valor da doação.

A relação com o doador

Um aspecto crucial para a entidade do terceiro setor é a relação da entidade com o doador, atual ou potencial. Um importante aspecto a ser destacado é que a busca da doação implica num esforço por parte da entidade em captar recursos. Um exemplo disto são as campanhas de arrecadação, comuns no setor, onde é realizado um grande esforço para incrementar a doação. Este esforço pode significar despesas, que podem assumir diferentes formas: pagamento de propaganda, gastos com pessoal, contratação de empresa de telemarketing, entre outras.

Para o doador, é importante saber qual a relação existente entre o volume de doação e esforço realizado neste sentido. Em geral, esta relação é obtida através da relação entre receita de doação e despesa administrativa. Este é um índice de eficiência, pois mede o potencial de arrecadação da entidade.

Quando o doador representa uma grande parcela dos recursos arrecadados pela entidade, o detalhamento da informação contábil poderá ser maior para este usuário específico.

Em alguns casos específicos, quando existir um conjunto bem distinto de projetos, é possível adotar uma contabilidade específica para cada projeto. Neste caso, as doações de um projeto poderão estar segregadas, assim como o desempenho social em cada projeto.

Isto também é válido para os casos das *parcerias*. Estas parcerias podem ocorrer quando duas ou mais entidades reúnem-se para implantar um projeto. Na parceria é definida a participação de cada entidade, incluindo sua responsabilidade. Nestes casos, os recursos das parcerias devem ser contabilizados em separado, para possibilitar seu melhor controle.

A Contabilidade separada dá ensejo à possibilidade de uso da *teoria de fundo*, que já foi estudada no Capítulo 12. No passado, o uso da teoria na contabilidade

do terceiro setor era uma visão comum. Nos dias atuais, no entanto, a visão prevalecente é de que existe uma necessidade de aproximar da contabilidade financeira, não sendo considerada esta teoria para fins do terceiro setor.

- ☉ Segundo uma reportagem da *Newsweek* muitas entidades internacionais estão preferindo fazer doações em dinheiro, em lugar de comida, remédio etc. Estas organizações não governamentais perceberam que o produto físico está sujeito a ineficiência, má gestão, corrupção e outros problemas. As vantagens são as seguintes: (a) menor custo numa emergência; (b) não atrai atenção (em ajudas voluntárias, atrair a atenção corresponde a aumentar a chance de violência); (c) não cria uma competição injusta para os agricultores locais; (d) é fácil de ser auditado. Além disto, a doação em dinheiro promove a educação financeira da pessoa que recebe a doação.

Spring, 2007.

Gratuidade

Objetivo 3: A contabilização da gratuidade.

A doação representa tipicamente o lado da receita numa entidade do terceiro setor. Já a *gratuidade* corresponde a prestação de serviço de interesse da sociedade. Considere o caso de um hospital; o atendimento a um paciente sem condições financeiras corresponde a gratuidade. No caso de uma escola, a bolsa de estudos fornecida pela instituição é a sua gratuidade.

A gratuidade, na sua forma mais pura, está associada a entrega de produtos ou serviços pela entidade do terceiro setor sem que exista uma contrapartida financeira do beneficiário.

Uma primeira questão para a teoria contábil é saber se deve fazer o registro de algo que não possui um valor explicitamente associado. Por exemplo, devem-se registrar as despesas de um paciente que é atendido num hospital filantrópico, mas que usa os serviços de internação, medicamentos, médicos, enfermeiras e outros?

Definimos despesa, no Capítulo 8, como sendo “*decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou existência de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e não se confundem com os que resultam de distribuição aos proprietários da entidade*”. Analisando esta definição, é possível constatar que a gratuidade corresponde a uma despesa.

Dois problemas surgem com a gratuidade. O *primeiro* é a falta de associação com a geração de receita. Usualmente, a despesa está associada ao esforço de gerar receita, o que não é o caso da gratuidade. Isto cria um problema com a determinação do momento em que deve ser feito o seu reconhecimento. Num hospital com fins lucrativos, o registro da receita com um cliente deve estar acompanhado pelo registro do esforço realizado para sua geração, conforme estudamos anteriormente no Capítulo 8. Já num hospital que atende gratuitamente seus pacientes não existe receita para que seja feita a confrontação com a despesa. Nestas situações, o usual é adotar como critério o consumo do ativo na geração da gratuidade. Ou seja, o atendimento do paciente gera a despesa de gratuidade.

O *segundo* problema é que a gratuidade não explicita um valor para ser registrado por parte da contabilidade. Para o usuário da contabilidade de uma entidade do terceiro setor, é importante conhecer o impacto da gratuidade e da própria contribuição da entidade para a sociedade. Assim, a informação de que um hospital atendeu cem pacientes talvez não tenha muito significado para o usuário. Mas informar que os atendimentos gratuitos correspondem a um determinado valor de gratuidade é relevante.

Existem várias possibilidades de determinar o valor da gratuidade. O mais recomendado é usar como parâmetro o valor que o beneficiário pagaria por um serviço de igual qualidade. Assim, o hospital que atendeu cem pacientes poderia mensurar o valor do atendimento por meio de uma pesquisa sobre o preço cobrado no mercado para cada um dos tratamentos médicos realizados.

Neste sentido, é possível questionar se existiria gratuidade num serviço ou produto que é cobrado. O termo *gratuidade* está associado a algo de graça, na língua portuguesa. Entretanto, em algumas situações, uma entidade do terceiro setor disponibiliza um produto ou serviço por um preço abaixo do mercado. Uma situação comum é uma escola que fornece uma bolsa parcial de estudos para alunos carentes. Nesta situação, a diferença entre o valor pago pelo aluno e o valor de mercado da mensalidade, geralmente, seria uma gratuidade?

A resposta desta pergunta pode ser encontrada nas razões pelas quais uma entidade do terceiro setor fornece produto ou serviço por um preço abaixo do mercado. Uma delas é cobrir parte das necessidades de recursos, evitando comprometer o volume recebido em doação e aumentando o número de pessoas que serão beneficiadas pela política social da entidade. Outra razão para se cobrar é econômica, como uma forma de reduzir o consumo excessivo

do produto ou serviço por parte do beneficiado, mesmo que seja cobrado um preço simbólico pelo mesmo.

Assim, a gratuidade, neste contexto, não pode estar associada à não cobrança e sim à existência de um benefício social, mesmo que sob a forma da cobrança por um valor subsidiado. E o valor a ser contabilizado deverá ser aquele que representa a diferença entre o preço de mercado pelo bem similar e o valor cobrado pela entidade.

De qualquer forma, fica claro que para a apuração do valor da gratuidade é necessário que a entidade possua uma contabilidade que apure os custos de cada atividade ou produto de forma adequada, incluindo aqui o cálculo da depreciação. Este é um problema comum nas entidades, que não costumam fazer este cálculo.

Renúncia fiscal

Objetivo 4: Relação com o Poder Público.

Em razão de sua atuação, o terceiro setor possui um conjunto de normas e leis que procuram delimitar sua ação e impedir que seu propósito seja desvirtuado. Mais do que isto, algumas destas regras têm por finalidade incentivar as entidades que atuam neste setor.

Um aspecto importante na gestão financeira de uma entidade do terceiro setor é a renúncia fiscal de tributos por parte do setor público. Como forma de incentivar a atuação do terceiro setor na sociedade, é usual que o setor público reduza ou elimine a carga tributária destas entidades. Estes incentivos podem incluir a imunidade e a isenção. A *imunidade* é proveniente da constituição e tem o caráter permanente, não existindo a obrigação tributária. A *isenção* é temporária, proveniente de lei menor, e pode ser provisória.

Geralmente, para obter estes benefícios, a entidade deve provar certos quesitos, como o seu caráter assistencial. Em alguns casos, o governo estipula certos requisitos de desempenho, como um percentual de aplicação em gratuidade sobre o valor total das receitas. Esta é uma função importante da Contabilidade: comprovar se a entidade atende os requisitos exigidos pelo Poder Público.

Uma situação típica ocorre com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, título previsto na Lei nº 8.742/93. Este certificado permite a redução da contribuição patronal da previdência social e para obtê-lo a entidade deve atender a uma série de quesitos. Um deles é aplicar em gratuidade

no mínimo 20% da receita bruta. Este é tipicamente um critério contábil já que exige a mensuração monetária da gratuidade, discutida anteriormente neste capítulo, e a mensuração da receita.

Posição do Conselho Federal de Contabilidade

O Conselho Federal de Contabilidade tem uma proposta mais avançada: a evidenciação do valor da renúncia fiscal no terceiro setor. A proposta do Conselho é que o registro permite a divulgação dos benefícios recebidos pelas entidades; para este registro, considera-se como se existisse a obrigação tributária e previdenciária. Assim, quando do encerramento do exercício, seria realizada a contabilização do imposto de renda, por exemplo, como se existisse tal despesa, com a contrapartida no passivo, em renúncia fiscal. É inegável que a proposta é importante para a sociedade, mas a mesma não faz parte do normativo legal do Conselho Federal de Contabilidade referente às entidades do terceiro setor, a já citada NBC T 10. Além disto, a sugestão faria com que se aumentasse o passivo de forma contínua, sem que existisse efetivamente um endividamento.

Uma possível solução para a evidenciação do volume de renúncia fiscal é a informação em notas explicativas de cada entidade, sem a necessidade do registro contábil.

De qualquer forma, este é um problema importante para a contabilidade brasileira. Alguns escândalos contábeis ocorridos no Brasil têm sua origem em entidades do terceiro setor. Certas entidades conseguem cumprir os requisitos legais para obter benefícios públicos sem de fato merecerem.

Iasb

É importante notar que o Iasb possui norma sobre a contabilização de *subvenções oficiais e assistência governamental*, a NIC 20. Esta Norma Internacional de Contabilidade entrou em vigência no ano de 1984 e estabelece política para registro de subvenções oficiais e outras formas de assistência governamental. Apesar de não estar associada a uma entidade sem fins lucrativos, a NIC trata de um assunto importante para o terceiro setor.

A NIC 20 recomenda que as subvenções oficiais sejam registradas somente quando existir uma garantia razoável de que a entidade irá cumprir as exigências para o seu recebimento. Existe uma tendência a usar o valor de mercado para a mensuração das subvenções, muito embora não seja recomendável contabilizar diretamente no patrimônio líquido (ou social, no caso do terceiro setor), ao contrário do que defende o Conselho Federal de Contabilidade.

As subvenções vinculadas aos ativos depreciables devem ser reconhecidas como receitas no exercício, e na proporção usada para depreciar os ativos. As subvenções recebidas de forma condicional, exigindo o cumprimento de certas obrigações, devem ser consideradas como receitas quando ocorrerem os gastos necessários para cumprirem a condição exigida pelo governo. Assim, se o governo doa um terreno condicionado à construção de um edifício no mesmo, esta subvenção será considerada receita durante o prazo de vida útil do edifício.



Antes de Prosseguir

Em sua opinião, como a Contabilidade poderia ajudar na melhor gestão dos recursos financeiros do terceiro setor?

Pesquisas

Existe um número crescente de pesquisa no terceiro setor. Entretanto, um dos grandes problemas é a dificuldade de acesso às informações contábeis confiáveis, ou seja, que retratem efetivamente o que está ocorrendo na entidade. Isto porque a contabilidade das entidades sem fins lucrativos é muito frágil.

Talvez por este motivo as pesquisas realizadas nesta área são mais prescritivas ou estudos de casos. Um exemplo de estudo de caso interessante é a proposta de mensuração do valor sócio-econômico feita por Assaf Neto, Araujo e Fregonesi (2005). Um outro é o artigo de Ebsen e Laffin (2004) sobre a contabilidade de uma organização religiosa. Lima e Pereira (2004) fizeram uma proposta de apuração e evidenciação dos resultados de entidades de ensino superior tendo em vista a obtenção do certificado de filantropia.

Raros são os exemplos de pesquisas em que é possível fazer generalizações sobre a contabilidade do setor. Uma destas pesquisas é de Vieira (2001), que

estudou as entidades filantrópicas do Distrito Federal. Foster (2006) fez uma aplicação da lei de Newscomb-Benford na contabilidade destas instituições.

Miranda et al. (2009) investigaram a terminologia contábil usada nas demonstrações contábeis de 31 entidades e constataram que não era padronizada, dificultando a compreensibilidade e comparabilidade. Além disso, em lugar de usar a terminologia preconizada pelo CFC na NBCT, a maioria usa os termos da Lei das S/A.

Alguns trabalhos tentam desenvolver técnicas gerenciais, algumas adaptadas daquelas existentes no setor privado, para aplicação no terceiro setor. É o caso dos trabalhos de Assaf Neto et al. (2006) e Paula et al. (2009). Outros trabalhos concentram em entidades específicas do terceiro setor. Lima e Pereira (2011) focaram na evidenciação de entidades de ensino superior filantrópicas e verificaram pouca preocupação com a evidenciação voluntária. Rezende, Dalmácio e Salgado (2010) também trataram de evidenciação, mas com foco nos clubes de futebol. Os autores encontraram que existe uma relação entre o tamanho do clube e o nível de evidenciação.

Rochael (2009) faz uma análise para verificar se as normas contábeis do terceiro setor do Brasil são aderentes aos padrões internacionais e estadunidenses. A pesquisadora constatou que as normas dos Estados Unidos são mais diferenciadas, reconhecendo a importância e as particularidades do setor.

Existe, no entanto, outra dificuldade na realização de pesquisa contábil neste setor: a dificuldade de isenção do pesquisador. Geralmente, o pesquisador é um defensor do terceiro setor, o que o leva a cometer diversos exageros, além de abusar das opiniões pessoais e dos juízos de valor.

Exercícios

1. Para cada situação apresentada, classifique a doação:
 - a) Doação de computador, com a exigência de que o bem não fosse vendido.
 - b) Uma associação recebeu R\$ 8.000, com a exigência de que 20% fossem alocados na compra de medicamentos para os pobres.
 - c) Recebimento de um lote que não poderá ser negociado nos próximos dez anos.

- d) Doação da campanha de arrecadação realizada na escola do bairro, em dinheiro.
2. Uma entidade recebeu um terreno, no valor de mercado de R\$ 40 mil, com o compromisso de que seria necessário construir um hospital no local, sob pena de devolução do imóvel. Atualmente, a entidade possui R\$ 2 mil disponível e os outros ativos possuem restrição permanente. A previsão de receita para o próximo ano é de R\$ 10 mil. Nesta situação, o terreno doado deveria ser contabilizado?
 3. Uma entidade promove cursos de inclusão digital para a terceira idade. O preço do curso corresponde ao consumo de material permanente, cerca de R\$ 20 por pessoa. O professor do curso presta o serviço de forma gratuita, mas o valor da sua remuneração seria de R\$ 700.
 - a) Como deveria ser considerada a aula do professor?
 - b) O valor cobrado seria uma gratuidade da entidade?
 4. Em 2007, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisou o caso do Instituto São José. Um jornal anunciou o seguinte: *“A entidade alegou que possuía certificados de utilidade pública e de filantropia desde os anos 60 e requeria na Justiça o restabelecimento de seu certificado de entidade beneficente junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para poder obter a isenção à contribuição patronal à Previdência. A primeira seção do STJ negou a concessão por entender que a imunidade não é um direito adquirido, e portanto precisa ser comprovada.”*

Valor, 2007a.

 - a) Discuta a distinção entre isenção e imunidade. Você acredita que estes conceitos estão usados de forma correta no texto?
 - b) Qual a implicação para contabilidade da decisão do STJ?
 - c) Anteriormente a esta decisão, o STJ reconhecia que as entidades tinham direito adquirido, que não podiam ser cassadas pelo Ministro da Previdência.

Valor, 2007b.
 5. Para a concessão de certificados de filantropia para entidades do terceiro setor, que tem como consequência a redução de despesas, é necessário que a entidade comprove que usa pelo menos 20% da receita com gratuidade. O TCU descobriu que na concessão de certificados de filantropia no CNAS existiam algumas anomalias no cálculo dos 20% de gratuidade em relação à receita. Nestes processos eram incluídos a concessão de bolsas de estudos de 25%

Valor, 2007b.

ou 50% como gratuidade, os financiamentos pelo crédito educativo, bolsas para parentes ou alunos de alta renda e estágios obrigatórios. Além disto, deixava-se de considerar o aluguel de imóveis nas receitas. Discuta, em cada caso apresentado, se existe ou não gratuidade.

6. Nos Estados Unidos, o AIP (Instituto Norte-Americano de Filantropia) faz uma classificação para cada entidade, atribuindo notas. Basicamente, o AIP verifica se o dinheiro doado foi bem gasto. A Cruz Vermelha, por exemplo, recebeu nota A+. Para chegar a estas notas, o AIP usou as demonstrações financeiras auditadas e documentos fiscais. Qual a importância desta classificação? Discuta sob a ótica da entidade e a ótica do doador.

AIP, 2007.

7. Com referência à questão anterior, a AIP utiliza como indicador os anos de ativo,, que corresponde ao número de anos que os ativos disponíveis podem continuar a operar no nível atual sem necessidade de obtenção de fundos. Foi comentado no capítulo que usualmente as entidades do terceiro setor no Brasil não fazem depreciação dos bens. Como isto pode prejudicar a análise deste indicador? Discuta se este indicar é realmente importante.

AIP, 2007.

8. O bilionário Bill Gates e sua esposa, Melinda, fundaram uma fundação com orçamento de US\$ 70 bilhões, que investe em projetos sociais nos Estados Unidos e no mundo. Os recursos existentes são investidos em empresas com pouca preocupação com as questões sociais. Cerca de 95% do orçamento é investido pela Bill Gates Investments. Uma investigação feita por três jornalistas mostrou que estes investimentos buscam retornos para permitir o financiamento contínuo dos programas da fundação. Como não existe uma política específica para estes investimentos, os gestores dos fundos escolheram ações de empresas que não passam por um teste de responsabilidade social, com empresas poluidoras e com problemas trabalhistas. Em sua opinião, a política de investimento deve se preocupar com estas questões?

Piller, Sanders e Dixon, 2007.

9. Com respeito a questão anterior, a reportagem termina dizendo que o “investimento irracional tem sido reforçado por um muro erguido entre seu lado de concessão de verbas e seu lado investidor”. Comente esta frase utilizando a terminologia contábil.

Piller, Sanders e Dixon (2007).

10. A Microsoft obteve um prêmio do Jornal *The Wall Street Journal* de reputação. Analisando o resultado, o jornal afirma que a razão disto é que o “envolvimento de Bill Gates e sua mulher (com) caridade teve um impacto definitivo na reputação da Microsoft”. Mostre o potencial de impacto no resultado da Microsoft. Alsop (2007).
11. Depois do *tsunami* que atingiu diversos países da Ásia, muitas empresas fizeram doações generosas para instituições do terceiro setor com finalidade de ajudar as vítimas da tragédia. Uma crítica a esta postura é que os dirigentes estão doando um dinheiro que não é seu. Ou seja, é uma “filantropia às custas dos outros”. Quais os cuidados que os dirigentes das empresas deveriam ter ao fazer esta doação? The Economist (2005).
12. A ExxonMobil, uma empresa de petróleo, deu 15 milhões de dólares a 43 grupos ideológicos entre 1998 a 2005 para desacreditar as notícias sobre os perigos do aquecimento global. Classifique o valor recebido da Esso e por organizações beneficiadas.
13. A empresa de educação superior Estácio de Sá recebeu dois autos de infração da Receita Federal no valor próximo a 500 milhões de reais em 2009. Isso diz respeito ao certificado de entidade beneficente que a empresa possuía até 2007. Como os advogados da Estácio de Sá consideraram que o risco de perda era remoto, o valor não foi provisionado no balanço. Segundo a Estácio, tudo começou quando a empresa tentou renovar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), fato este questionado pelo governo.
 - a) A Estácio de Sá também é uma empresa com ações negociadas na bolsa de valores. No dia do anúncio da infração, o preço das ações caiu 6%. Qual a razão da redução do preço das ações?
 - b) Discuta o fato da Estácio ter o Cebas, sendo uma empresa com ações negociadas na bolsa de valores. Spector (2008).
14. A Cruz Vermelha dos Estados Unidos teve uma redução nas doações de 700 milhões de dólares em 2007. Isto levou a entidade a cortar empregos. Existem três possíveis explicações para isso. Em primeiro lugar, em 2007 não ocorreu nenhum desastre natural de grandes proporções. Outro aspecto foi a renúncia de um ex-administrador envolvido num escândalo sexual. Finalmente, os concorrentes, como o Exército da Salvação, tornaram-se mais ativos na doação. Explique como cada um destes aspectos pode influenciar no volume de doações.

Referências

- ALSOP, Ronald. Filantropia de Bill Gates melhora reputação da Microsoft. *The Wall Street Journal Américas*. Estado de S. Paulo, 31 jan. 2007.
- AMERICAN INSTITUTE OF PHILANTHROPY. Top-rated charites. Disponível em: <<http://www.charitywatch.org/toprated.html>>. Acesso em: 12 jun. 2007.
- ASSAF NETO, Alexandre; ARAUJO, Adriana Procópio; FREGONESI, Mariana A. Gestão baseada em valor aplicada ao terceiro setor. *Revista de Contabilidade e Finanças*, São Paulo: USP, edição comemorativa, 2006.
- ASSAF NETO, Alexandre; ARAÚJO, Adriana Procópio; FREGONESI, Mariana A. Gestão baseada em valor aplicada ao terceiro setor. *Revista de Contabilidade e Finanças*, ed. com., p. 105-118, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social*. Brasília: CFC, 2003.
- DELOITTE. *Normas internacionais de Contabilidade IFRS*. São Paulo: Atlas, 2006.
- EBSEN, Kamille Simas; LAFFIN, Marcos. Terceiro setor e contabilidade: compilações de uma pesquisa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis: UFSC, v. 1, nº 1, 2004.
- FOSTER, Rubens. *Auditoria contábil em entidades do terceiro setor: uma aplicação da lei Newscomb-Benford*. 2006. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília.
- LIMA, Emanuel Marcos; PEREIRA, Carlos Alberto. Apuração e evidenciação dos resultados das instituições de ensino superior com certificado de entidade beneficente de assistência social. *Revista de Contabilidade e Finanças*, São Paulo: USP, nº 36, 2004.
- _____. Associação entre índices de disclosure e características corporativas das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil – IESFB. *Revista de Contabilidade e Organizações*, Ribeirão Preto, v. 5, nº 11, 2011
- MIRANDA, Luis Carlos; OLIVEIRA, Irani; FEITOSA, Amanda; RODRIGUES, Raimundo N. Prestação de contas das organizações não governamentais brasileiras. *Revista Universo Contábil*, v. 5, nº 1, p. 22-37, 2009.
- PAULA, Cleberson Luiz S. de; BRASIL, Haroldo G.; MÁRIO, Poueri do Carmo. Mensuração do retorno social de organizações sem fins lucrativos por meio de SROI. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 20, nº 3, p. 127-155, 2009.

PILLER, Charles; SANDERS, Edmund; DIXON, Robyn. Does the Gates Foundation have a “dirty secret”? It invests in some companies whose pollutants may be adding to ailments that group threats. *The Los Angeles Times*, 7 jan. 2007. Traduzida para o português e publicada no *Estado de S. Paulo* em 10 jan. 2007 com o título *As contradições da fundação criada por Bill Gates FILANTROPIA. Fundação investe em empresas poluidoras e que não adotam políticas sociais*.

REZENDE, Amaury; DALMÁCIO, Flávia; SALGADO, André. Nível de disclosure das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 13, nº 2, 2010.

ROCHAEL, Denise. *Organizações do terceiro setor*. 2009. Dissertação (mestrado). Brasília.

SPECTOR, Mike. Philanthropy: red cross, strained by deficit, could use some relief of its own. *The Wall Street Journal*, 21 ago. 2008, A8.

SPRING, Silvia. Aid with less baggage. Cash is replacing food, water and medicine as the newest form of emergency relief to troubled nations. *Newsweek International*, 11 June 2007.

THE ECONOMIST. A hora da reverência às boas práticas sociais. *Valor Econômico*, 1º fev. 2005.

VALOR ECONÔMICO. STJ restringe isenção à filantropia. *Valor Econômico*, 23 fev. 2007a.

_____. STJ e TCU restringem isenção de INSS à instituições filantrópicas. *Valor Econômico*, 13 abr. 2007b.

VIEIRA, Eduardo Tadeu. Aspectos contábeis das entidades de fins filantrópicos: análise dos critérios de mensuração das aplicações em gratuidade. 2001. Dissertação (Mestrado) – UnB, Brasília.

Setor público

OBJETIVO DE APRENDIZADO

Ao final deste capítulo, você conhecerá:

1. Os motivos que fazem a Contabilidade pública diferente da Contabilidade de uma empresa com fins lucrativos.
 2. A aplicabilidade da Teoria do Fundo na Contabilidade pública.
 3. A Contabilidade do setor público no Brasil.
 4. A questão do regime de competência na Contabilidade pública.
-

Introdução

A Contabilidade pública é responsável por um volume significativo de transações dentro de um país. Apesar disso, a grande maioria das normas contábeis e a maior parte da própria discussão da teoria contábil estão focadas no setor privado com fins lucrativos, sendo que a atenção para este setor é residual, a exemplo do que ocorre com as organizações sem fins lucrativos. Este capítulo irá discutir a teoria contábil sob a ótica do setor público. Iremos aqui usar o termo *setor público* abrangendo as unidades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como entidades descentralizadas que se utilizam da Contabilidade pública.

Uma característica marcante desta discussão é a grande presença de normatização. Efetivamente, enquanto existe certa flexibilidade nas normas contábeis para o setor privado, mesmo num país de *code law*, o mesmo, geralmente, não

ocorre com o setor público. Em outras palavras, o grau de *discricionarietà*, ou seja, a possibilidade de fazer escolhas contábeis, é muito menor no setor público. Apesar disso, este capítulo não terá como foco a normatização, explorando com maior profundidade os aspectos conceituais desta Contabilidade.

Objetivo 1: Razões de, , a Contabilidade pública ser diferente.

Por que a Contabilidade pública é diferente?

Ao estudarmos a Contabilidade pública pode-se perceber a existência de diferenças em relação à Contabilidade financeira. Estas diferenças estão desde o tipo de demonstração utilizada até o processo contábil.

Ruppel, 2004.

Existem diversas razões para tais divergências, entre as quais citamos as características do governo; as características dos serviços prestados; as características do processo administrativo do governo; a ênfase na teoria do fundo, em detrimento da teoria da entidade e do proprietário; o volume expressivo de investimento em ativos que não produzem receita; a natureza do processo decisório; o uso das informações contábeis; e os usuários das informações. Iremos discutir cada um destes aspectos a seguir.

Características do governo

O governo é oriundo da autoridade que é delegada pelos cidadãos. A organização do governo é completamente diferente de uma empresa ou uma entidade sem fins lucrativos. Um governo, geralmente, está dividido em poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O governo pode assumir a forma de uma monarquia ou república e ter divisões administrativas diversas (Estados, Municípios, vilas etc.).

Existem pelo menos cinco características básicas exclusivas do governo em termos do seu aspecto econômico. Em *primeiro lugar*, a fonte de receita pode ser obrigatória (como é o caso de um tributo); enquanto isso, numa empresa a fonte de receita é opcional, resultado da vontade do cliente. Em *segundo lugar*, a receita do governo pode ser baseada nas características do serviço prestado, nas características do contribuinte ou em outros fatores. No setor privado, o único critério para determinação do preço é o valor dos serviços colocados à disposição. *Terceiro*, não existe, no governo, uma relação direta e clara entre o pagamento e o serviço recebido. Um indivíduo pode consumir um

bem do Estado sem ter feito nenhum pagamento de imposto. Em *quarto lugar*, o governo é geralmente monopolista nos serviços que fornece à população. E este monopólio não é questionado, ao contrário do que ocorre com a iniciativa privada. Finalmente, e em virtude do exposto anteriormente, é difícil de medir a qualidade e quantidade dos serviços prestados pelo governo.

A forma de organização do governo é única e não encontra paralelo nas empresas. Admitindo que a Contabilidade adapta-se ao ambiente no qual está inserida, é natural considerar que a Contabilidade pública seja única também.

Características dos serviços prestados

O governo atua em áreas da economia e sociedade como segurança, educação, saúde, entre outras. Além disso, cabe ao governo estruturar e permitir o funcionamento da sociedade de maneira adequada, através da manutenção de uma infraestrutura administrativa e de sistema legal. Em outras palavras, alguns dos serviços prestados pelo governo formam a base da estrutura da sociedade, o que gera uma necessidade de alocação em certas atividades que irão compor o serviço público.

Costuma-se dizer que as atribuições do governo estão divididas em três grandes grupos: função distributiva, alocativa e estabilizadora. Na função distributiva, o governo pode utilizar de programas sociais para permitir melhores condições de vida para a população mais pobre, quando realiza as despesas governamentais e pelo lado da receita quando tributa de forma diferenciada a renda ou produtos não essenciais. Na função alocativa, a vocação do governo é colocar à disposição de parcela da população certos serviços, como investimentos em infraestrutura econômica, segurança pública, saúde e educação. Finalmente, a função estabilizadora mantém a economia funcionando através de mecanismos que proporcionam estabilidade nos níveis de preços, no equilíbrio da balança de pagamentos, no incentivo ao crescimento econômico e na criação de mecanismos para aumentar o nível de emprego da população.

Características do processo administrativo

O processo administrativo de uma organização é composto pelo planejamento, execução e controle. Numa empresa privada, a execução é o destaque,

sendo, por consequência, importante a mensuração do fluxo dos recursos econômicos. Na Contabilidade pública, existe um foco no controle, que domina o processo administrativo. Em termos do processo de gestão financeira, este está focado no orçamento público, que é elaborado e executado tendo em vista o controle dos recursos financeiros por parte do Poder Legislativo e dos órgãos de controle do Executivo. O ciclo orçamentário governamental, geralmente, exige uma elaboração e aprovação anual de despesas e receitas, em que a execução está condicionada a esta autorização prévia dada pelo orçamento. Por consequência, o controle do orçamento é feito através da relação entre o orçado e o realizado, e será o instrumento mais importante na avaliação de uma gestão pública.

Investimento em ativos que não produzem receita

O governo aplica uma substancial quantia de recursos em ativos permanentes, como prédios, equipamentos, veículos, parques, pontes, estradas e outros. Ao fazer estes investimentos, não existe uma preocupação de que venham a produzir uma receita. No Capítulo 5, a definição de ativo estava associada à geração de riqueza no futuro. As decisões de aplicação de recursos nos ativos no setor público não possuem esta preocupação com a apuração do lucro líquido. Na área pública, o desafio está na mensuração dos benefícios que serão gerados pelos ativos. É muito comum, na área pública, o uso do termo *aplicar recurso a fundo perdido*, indicando a preocupação com os benefícios sociais dos programas de governo.

Natureza do processo decisório

O processo decisório no governo é um processo político em que estão presentes jogos de interesse, conflitos de opiniões, negociações, atendimento a demandas de comunidades mais organizadas, entre outros aspectos. Conforme comentado anteriormente, o orçamento, e seu controle, é peça fundamental no processo de gestão financeira do setor público. A inclusão de um serviço ou obra no orçamento geralmente ocorre através do processo político. Assim, a inclusão de uma obra no orçamento pode ser feita através de uma proposta de um parlamentar (deputado ou vereador). Sua aprovação no Legislativo dependerá da negociação com os outros parlamentares e com o Poder Executivo.

Além disso, os tomadores de decisão na área pública focam o curto prazo em razão do processo eleitoral. Este fato tem sido explicado pela Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários (*Political Budget Cycles Theory*), cuja consequência para contabilidade é a despreocupação com os princípios de contabilidade.

Uso da Contabilidade

Por tudo o que foi comentado anteriormente, é possível perceber que o uso da Contabilidade na avaliação de desempenho possui uma preocupação legalista e voltada para o controle dos gastos públicos. A Contabilidade pública deve procurar responder se a execução orçamentária esteve de acordo com as normas, em especial com a lei que aprovou o orçamento. Somente nos últimos anos, tem ocorrido uma maior preocupação com usar a Contabilidade para mensurar índices que possam refletir a qualidade da gestão.

Usuários da Contabilidade pública

Os usuários das informações contábeis do governo são diferentes das empresas privadas. A rigor, o usuário final da Contabilidade pública são os cidadãos, sejam eles contribuintes ou não. O interesse é verificar a qualidade da administração pública. Além deste usuário, é necessário destacar a imprensa e os grupos de pressão (conhecidos também como *lobbies*), o Poder Legislativo e os órgãos de controle externo, entre outros.

Justamente pelo fato do usuário preferencial da Contabilidade pública ser o cidadão, deveria existir uma preocupação com a compreensão e o acesso deste usuário às informações que são produzidas.

Ênfase na teoria do fundo

Estudamos no Capítulo 8 as diversas teorias do patrimônio líquido. Destacamos, naquele momento, a teoria da entidade e a teoria do proprietário. A Teoria do Fundo é mais aplicada ao setor público e em menor grau às entidades sem fins lucrativos do terceiro setor, em que as necessidades de informações são diferentes das do setor privado com fins lucrativos. Iremos detalhar este aspecto mais adiante.

Objetivo 2: Teoria do Fundo
na Contabilidade Pública.

Teoria do fundo

A Contabilidade por fundo foi desenvolvida para responder às necessidades dos governantes no uso dos recursos públicos. Se um Município recebe recursos de um fundo especial para realização de um determinado serviço ou cumprimento de um objetivo, as normas de aplicação dos recursos estão determinadas pela legislação. Este fundo não faz parte da estrutura administrativa e deverá ter uma Contabilidade própria, com regras específicas de controle e prestação de contas.

Entretanto, para a criação de um fundo é importante que exista uma homogeneidade e um objetivo unificador. Isto significa dizer que a existência de fundos pode levar à presença de mais de uma Contabilidade, em que cada fundo específico terá valores monetários que irão representar a aplicação de recursos.

Conforme estudamos no Capítulo 7, a teoria do fundo está centrada no ativo, em que a expressão fundamental é a seguinte:

$$\text{Ativo} = \text{Restrições ao Fundo}$$

Para cada fundo, há demonstrações independentes em que existirá a igualdade entre o ativo e as restrições ao fundo. A Contabilidade separada significa a existência de obrigações legais, com responsabilidade para os executores. Mais ainda, é importante que o governo faça uma integração contábil no sentido de considerar nas informações financeiras os resultados correspondentes a cada um dos fundos. De igual modo, o fundo não significa uma conta bancária já que é possível existirem outros ativos que não são caixa, como computadores, móveis e outros.

Uma outra característica do fundo é a ênfase na informação de curto prazo. Este foco no curto prazo é também decorrente do fato de que os fundos geralmente possuem prazo de vida. Também por esta razão, é possível afirmar que na Contabilidade por fundos a demonstração do resultado possui um papel secundário e restrito, sendo a informação mais relevante o ativo.

Apesar do uso da teoria do fundo na Contabilidade pública, existem críticas à mesma. Talvez a principal seja a dificuldade, ou até mesmo a impossibilidade, de obter informações mais gerenciais a partir da teoria do fundo. Em especial, informações sobre custo de um serviço.

Pederiva, 2004.

Além das críticas, percebe-se uma redução de sua influência, inclusive na área governamental. Isto é percebido pela tendência dos organismos internacionais que procuram desenvolver padrões de Contabilidade para o setor público, como é o caso do *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)*, de aproximar a Contabilidade pública da Contabilidade praticada por outras entidades. Provavelmente, a teoria do fundo seja uma abordagem que tende a inexistir com o passar do tempo.

Apesar disso, é importante destacar que o governo brasileiro emprega a teoria do fundo na Contabilidade pública.

Contabilidade pública no Brasil

Objetivo 3: Contabilidade Pública no Brasil.

A Contabilidade pública brasileira está centrada na dimensão jurídica do como fazer. Isto significa dizer que o seu estudo resume-se a legislação. Dentre as diversas normas legais que disciplinam a Contabilidade pública no Brasil, iremos destacar duas em especial: a Lei nº 4.320, de 1964, e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Também destacaremos a criação do Siafi e, mais recentemente, as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público e o processo de convergência às normas internacionais do setor público. Com isso será apresentada a evolução da Contabilidade pública nas últimas décadas.

Pederiva (2004).

Lei nº 4.320

A Lei nº 4.320 é a base da Contabilidade pública brasileira, apesar de ser uma legislação mais patrimonial e financeira do que contábil. Por esta lei, a Contabilidade pública está dividida em sistema orçamentário, sistema financeiro, sistema de compensação e sistema patrimonial. O *sistema orçamentário* faz com que a Contabilidade pública seja basicamente uma Contabilidade orçamentária, com registro da receita e despesa conforme a lei orçamentária e alterações. Além disso, toda movimentação financeira do exercício deve estar contida no Balanço Financeiro, compondo o *sistema financeiro*. O *sistema patrimonial* registra os bens permanentes, as suas características e os responsáveis por sua guarda. Finalmente, o *sistema de compensação* registra bens, valores e obrigações que não compõem o ativo e o passivo, mas que poderão afetar o patrimônio, existindo somente para fins de controle.

Como consequência, pela Lei nº 4.320, o balanço patrimonial da entidade pública é composto do ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente, saldo patrimonial e contas de compensação.

Um outro aspecto importante em termos das questões contábeis e objeto desta lei é o problema do regime de contabilização. Isto será discutido mais adiante no capítulo.

Apesar de ter representado para sua época uma evolução em termos de Contabilidade pública, a Lei nº 4.320 está defasada e apresenta conceitos que atualmente já não são mais usados, seja na Contabilidade de uma maneira geral, seja na Contabilidade pública, em outros países. Sabemos, no entanto, que a sua alteração dificilmente ocorrerá no curto prazo.

Siafi

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) foi implantado em 1987. Apesar de ser um sistema específico do governo federal, a filosofia do Siafi também foi implantada em alguns governos estaduais e municipais.

O Siafi é um sistema de processamento, execução e controle financeiro que foi criado pelo Serpro, uma empresa pública de processamento de dados. O sistema permite a escrituração contábil das operações através do uso de eventos. O Siafi enfatiza o registro dos eventos, sendo que os mais corriqueiros são padronizados.

Quando de sua criação, o Siafi representou uma evolução na Contabilidade pública, por possibilitar ao governo uma maior padronização nos procedimentos contábeis e um maior controle da movimentação financeira, com uma maior racionalização dos gastos públicos e transparência desses gastos.

Lei de Responsabilidade Fiscal

Inspirada numa legislação da Nova Zelândia, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101) entrou em vigor no ano de 2000 e representou um esforço do governo em criar regras para estimular a responsabilidade fiscal, ou seja, que os governos não tomem dívidas acima da arrecadação. Para que isto fosse possível, a LRF estabeleceu diversas regras para limitar os gastos ou manipulações nas despesas. Assim, a LRF estabeleceu, por

exemplo, que os municípios não deveriam ter uma relação entre despesa total com pessoal e receita corrente líquida acima de 60%, sendo 6% para o Poder Legislativo.

Apesar de ter uma grande influência na execução orçamentária, não se pode afirmar que a LRF seja uma inovação na Contabilidade pública. A introdução de mecanismos para evitar gastos públicos excessivos não afeta, de forma direta, a forma como se faz a Contabilidade pública. Entretanto, isto afeta o comportamento dos administradores públicos.

Um exemplo desta influência pode ser encontrado numa pesquisa em que se analisou o comportamento da relação entre despesa com pessoal e receita corrente líquida e dívida consolidada líquida por receita corrente líquida dos municípios, antes e depois da lei. Constatou-se que a LRF foi eficiente para os municípios que estavam acima do valor de 60%, mas induziu os municípios com um índice menor a aumentarem seus gastos.

Fioravante, Pinheiro e Vieira, 2006.

Normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público

Objetivo 4: Regime de Competência.

Em 2007 foram colocadas em audiência pública dez NBC T sobre a contabilidade pública. Estas normas foram aprovadas no ano seguinte, com uma revisão em 2009. Estas normas refletem o desejo das áreas técnicas do governo federal e representam um importante avanço no sentido da adoção do regime de competência e do cálculo de custos. Um resumo destas normas encontra-se a seguir:

- a) NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação – Esta norma adota um conceito de entidade do setor público bastante amplo. Isto faz com que o campo de aplicação das normas alcance inclusive pessoas físicas, que recebam recursos do governo. Apresenta o conceito de unidade contábil, como sendo a soma, agregação ou divisão do patrimônio de uma ou mais entidades do setor público.
- b) NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis – O sistema contábil é composto dos subsistemas orçamentário, patrimonial, de custos e compensação. Classifica o patrimônio público em três grupos (ativo, passivo e patrimônio líquido) e conceitua-os. Na NBC T original, os conceitos propostos eram distintos daqueles já consagrados na teoria contábil; em 2009, estes conceitos foram alterados, através da Resolução CFC 1.268.

- c) NBC T 16.3 – Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil – Esta é uma norma pequena, que apresenta definições de avaliação de desempenho, planejamento e plano hierarquicamente interligado.
- d) NBC T 16.4 – Transações no Setor Público – Também uma norma reduzida, com aspectos sobre variações patrimoniais e transações com recursos de terceiros.
- e) NBC T 16.5 – Registro Contábil – Apresenta 13 características do registro contábil. Determina a utilização do método das partidas dobradas, o uso do Diário e Razão, os elementos que constituem o registro (data, conta debitada, histórico, valor da transação e número de controle).
- f) NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis – Considera seis demonstrações no campo da Contabilidade Pública: balanço patrimonial; balanço orçamentário; balanço financeiro; demonstração das variações patrimoniais; demonstrações dos fluxos de caixa; e demonstração do resultado econômico. Conceitua, novamente, ativo, passivo e patrimônio líquido e separa os grandes grupos em circulante e não circulante. A demonstração do resultado econômico tenta apurar a receita econômica, utilizando o conceito de custo de oportunidade. Ressalta-se que esta norma considera também a existência de notas explicativas. E mantém as denominadas *contas de compensação*.
- g) NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis – Trata de alguns procedimentos operacionais usados na consolidação.
- h) NBC T 16.8 – Controle Interno – Apresenta a finalidade e as categorias do controle interno.
- i) NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão – Determina os métodos possíveis e a evidenciação da depreciação e exaustão.
- j) NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público – Trata do processo de avaliação e mensuração, principalmente dos ativos, incluindo aqui o Diferido e o Intangível. Reconhece a possibilidade de reavaliação e redução ao valor recuperável.

Como é possível perceber, este conjunto de normas traz avanços expressivos, como a adoção de depreciação no setor público, mas convive com conceitos antigos, como contas de compensação. Existem alguns itens que provavelmente será difícil de ser implementado, como é o caso da mensuração da receita econômica pelo custo de oportunidade. Entretanto, devem-se salientar os relevantes avanços existentes nas propostas apresentadas.

Portaria 184 de 2008 e a Convergência às normas internacionais

Em 2008, através da Portaria 184 do Ministério da Fazenda, o Brasil reconhece a necessidade de também se fazer a convergência no setor público com as normas internacionais de contabilidade. Para isto, determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional promovesse esforços com as normas emitidas pelo International Federation of Accountants (IFAC) e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade.

O IFAC é uma entidade da profissão contábil, com mais de 100 países associados. Um dos comitês do IFAC trata do setor público e recebe a denominação de *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)*. O IPSASB tem como responsabilidade a promulgação de normas contábeis, denominadas de IPSAS. Estas normas possuem como inspiração as normas do Iasb. O IPSASB colocou em audiência pública um texto com definições conceituais de diversos termos, como ativo, passivo, receitas e despesas. Em 2013 foi divulgada a primeira parte da abordagem conceitual, denominada de *Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting by Public Sector Entities*.

Esta abordagem conceitual corresponde ao que se conhece no Brasil como CPC 00. É a abordagem conceitual para o setor público. Isso torna o documento relevante para a área pública, principalmente pelo fato de que o documento pode ser aplicado para todos os tipos de governo. O documento é composto de quatro capítulos. O primeiro trata da função e autoridade da abordagem conceitual; o segundo, dos objetivos e finalidades dos relatórios financeiros; o terceiro, das características qualitativas da informação; e o último capítulo refere-se aos relatórios da entidade.

O documento possui 48 páginas e destacam-se quatro pontos importantes do mesmo.

Regime de Competência: a Estrutura Conceitual faz uma opção firme pelo regime de competência. Em nenhum momento é considerada a possibilidade de adoção do regime de caixa ou misto. Isto tem implicações, como a necessidade de implantar sistemas de custeio.

Usuário: o documento indica que os principais usuários são aqueles que recebem o serviço, os que fornecem recursos e os representantes.

Objetivo: os relatórios financeiros preparados no setor público possuem dois objetivos: a prestação de contas (*accountability*) e decisão dos usuários.

Características Qualitativas: o documento indica seis características qualitativas da informação para o setor público: relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade. As duas primeiras (relevância e representação fidedigna) são consideradas características fundamentais; as demais, de melhoria. Tal qual a estrutura conceitual do Iasb (e, por consequência, do CPC 00). Ademais, são apresentadas três restrições às características: materialidade, custo benefício e um balanço apropriado entre as características qualitativas.

Objetivo 4: Regime de Competência.

Regime de competência na Contabilidade pública

Para esclarecer melhor a questão do regime de caixa e regime de competência, considere um exemplo simples de um novo serviço público que irá gerar nos próximos anos uma receita corrente, oriunda de algumas taxas cobradas dos contribuintes, de R\$ 22.000 por ano. As despesas correntes, de pagamento de funcionários, serão de R\$ 20.000 por ano. Para que este serviço seja colocado à disposição da população é necessária a aquisição de computadores, móveis e outros ativos permanentes no valor de R\$ 25.000. Para simplificar, considere que a vida útil destes ativos será de cinco anos, que também é o prazo em que o serviço estará à disposição da população.

Usando o regime de caixa, em que a apuração do resultado considera a entrada e saída de recursos, tem-se a Figura 13.1. Nesta figura, os valores dos computadores, móveis e outros ativos permanentes são considerados como despesa de capital no momento zero.

	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Receita Corrente		22.000	22.000	22.000	22.000	22.000	110.000
Despesa Corrente		20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	100.000
Superávit		2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	10.000
Despesa de Capital	25.000						
Total	- 25.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	10.000

Figura 13.1 *Regime de caixa.*

O mesmo exemplo pode ser usado para apurar o resultado pelo regime de competência, conforme mostra a Figura 13.2. Nesta situação considera-se que os ativos permanentes tenham uma vida útil de cinco anos e serão depreciados de forma linear neste período. Isto significa que a despesa de capital de R\$ 25.000 será substituída por uma despesa de depreciação.

	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Receita Corrente		22.000	22.000	22.000	22.000	22.000	110.000
Despesa Corrente		20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	100.000
Despesa de Depreciação		5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	25.000
Total		- 3.000	- 3.000	- 3.000	- 3.000	- 3.000	- 15.000

Figura 13.2 *Regime de competência.*

Ao comparar as duas figuras, é possível perceber que os valores anuais obtidos pelo regime de caixa e pelo regime de competência são diferentes. Isto ocorre devido ao tratamento dado às despesas de capital, que pelo regime de caixa são consideradas no ano do desembolso. Outro aspecto importante da comparação é que as colunas dos totais são idênticas. Este exemplo pode ser expandido para situações mais complexas e chegaremos a mesma conclusão. Ou seja, no curto e médio prazo existe diferença entre o regime de caixa e o regime de competência. No entanto, a longo prazo, esta diferença desaparece.

Apesar da similaridade de valores entre o regime de caixa e o regime de competência, a diferença temporal de curto e médio prazo pode ser suficientemente importante para fazer com que a escolha do regime adotado na Contabilidade pública seja extensamente discutida entre os autores da área.

No Brasil, a Contabilidade pública apropria a despesa com base no *empenho*. O empenho é o ato de um servidor que cria para a administração pública a obrigação do pagamento. Diversos autores de Contabilidade pública concordam que a Lei nº 4.320 considera que o empenho é o fato gerador para o reconhecimento da despesa pública, pois será através dele que ocorrerá a obrigação do pagamento futuro para o governo.

Slomski, 2003.

Conforme estudamos no Capítulo 9, o reconhecimento da despesa na Contabilidade está associado à geração da receita. Existem aqui duas diferenças relacionadas ao reconhecimento da receita. Em primeiro lugar, na Contabilidade

financeira a existência da despesa está associada à obtenção da receita. Na Contabilidade pública, a despesa tem por finalidade o benefício da sociedade. Em segundo lugar, na Contabilidade financeira o reconhecimento ocorre no momento do consumo do bem; na Contabilidade pública, conforme comentado anteriormente, será o empenho o fato gerador.

Apesar destas diferenças, a literatura da área tende a considerar que, de certa forma, as despesas públicas estão de acordo com o regime de competência. Isto não é de todo verdadeiro, especialmente para os ativos que possuem uma vida longa, como é o caso de um automóvel. Na Contabilidade financeira, um veículo é considerado como ativo, sendo levado a resultado através do processo da depreciação. Na Contabilidade pública, isto não ocorre, sendo que o momento do empenho já autoriza considerar o valor do veículo como despesa, embora no sistema patrimonial não seja considerado como despesa.

Já quanto à receita, a Lei nº 4.320 afirma, no artigo 35, que “pertencem ao exercício financeiro a) as receitas nele arrecadadas [...]”. Isto significa que para a contabilização da receita pública observa-se o regime de caixa, sendo considerada como o fato gerador a arrecadação. Estudamos no Capítulo 8 que numa entidade privada é possível reconhecer a receita no momento do recebimento, desde que isto seja o evento crucial, quando existe dúvida sobre o pagamento. Entretanto, isto parece não ser o caso para a maioria das receitas do Estado. Por esta razão, afirma-se que para a receita adota-se o regime de caixa.

Em virtude de se adotar o regime de competência para despesa e o regime de caixa para a receita, os autores consagraram que na Contabilidade pública brasileira adota-se o regime *misto*. Esta posição é questionável, pois já comentamos que nem toda despesa pública está associada ao regime de competência.

A adoção do regime misto na Contabilidade pública poderia ser justificada pela necessidade de maior controle do gasto público. Existem quatro razões para acreditar que isto não seja verdade. Em primeiro lugar, países que possuem boa gestão dos recursos públicos já estão adotando o regime de competência. Em segundo lugar, as normas internacionais de Contabilidade, além das próprias normas que são aplicadas a outras entidades, enfatizam o regime de competência. O terceiro aspecto é que em certas situações o efeito pode ser justamente o oposto. Finalmente, e não menos importante, existe a Nova Administração Pública, que será detalhada a seguir.

Nova Administração Pública

Nas últimas décadas, uma corrente de pensamento, denominada de Nova Administração Pública (*New Public Management* × *NPM*), influenciou a discussão sobre a gestão pública em diversos países do mundo, inclusive o Brasil. O termo é uma denominação genérica para uma série de reformas de administração que têm sido adotadas em diversos países do mundo. A finalidade tem sido a busca de melhoria do setor público, inclusive no desempenho, tendo por base a Contabilidade de custos e o regime de competência. Para isto, é necessário substituir a ênfase atual na responsabilidade do processo pela responsabilidade do resultado, através da avaliação das atividades executadas, das unidades administrativas e dos servidores públicos.

Moura (2003).

Os países ricos, pertencentes a OECD, apresentaram diversas experiências na adoção da Nova Administração Pública. Um destes países, a Nova Zelândia, que inspirou a nossa legislação de responsabilidade fiscal, adotou relatórios públicos de qualidade, além de informações de custos e resultados. Este país fez a opção pelo regime de competência desde 1991.

A mensuração do custo dos serviços públicos tem sido um dos aspectos destacados pela Nova Administração Pública. Espera-se que medir os custos crie forte incentivo para um comportamento mais adequado do servidor público.

Regime de competência e incentivos

A escolha de um regime, de caixa, competência ou misto, pode afetar o comportamento do servidor público. Considere o exemplo numérico citado no capítulo (Figuras 13.1 e 13.2) e suponha que a decisão de prestar o serviço será tomada no ano zero.

Usando o *regime de caixa*, o servidor público no momento da decisão sabe que o reflexo da escolha será uma despesa de capital de imediato no valor de R\$ 25 mil. Este valor aparece na Contabilidade pública no ano zero, indicando um resultado negativo neste valor. Entretanto, nos anos seguintes, a relação entre a receita corrente e a despesa corrente mostra um superávit de R\$ 2 mil por ano. Uma análise de cada um dos anos de operação do serviço mostraria um quadro incompleto da situação, indicando que o mesmo é superavitário.

Considerando o *regime de competência*, a decisão de investimento somente afetará o resultado da Contabilidade a partir do primeiro ano. Pelo regime de competência, fica claro que o serviço é deficitário.

A apresentação diferenciada pelos dois regimes termina por afetar o comportamento do agente público. Têm sido muito comuns compromissos assumidos por um governante que terão reflexo no caixa de futuras administrações. Pelo regime de competência, este efeito seria evidenciado de forma mais adequada.

Pesquisa

Algumas das publicações sobre o setor público são textos com discussões da legislação. Existem algumas obras que procuram adotar uma abordagem mais atual e moderna da gestão pública, valendo-se de mudanças recentes na legislação e dos conceitos da área privada. É o caso da obra de Peixe (2002), que procura criar um entendimento mais amplo da controladoria governamental. As práticas contábeis da administração pública referentes ao cancelamento de despesas foram analisadas por Silva (2007), que mostrou a importância deste procedimento na Contabilidade pública federal. Platt Neto, Cruz e Vieira (2006) mostraram a transparência dos gastos públicos e sua publicidade, através do estudo de caso da UFSC.

Slomski (2003) tem propostas interessantes sobre a distribuição da renda econômica entre o Estado e o cidadão, que pode trazer informações valiosas sobre a qualidade do gasto público.

Peres (2007) faz uma interessante adaptação da economia dos custos de transação, ou Nova Economia Institucional, para o setor público, incluindo os custos de transação e a estrutura de governança do setor,

Alguns trabalhos aplicados de mensuração de custos no setor público foram desenvolvidos. O livro organizado por C. Silva (2007) apresenta algumas destas situações.

Uma abordagem mais quantitativa foi usada por Cancio (2004), que usou testes de *random walk* para verificar se os gastos sociais do governo federal obedeciam ou não a um caminho aleatório ao longo do tempo. Nesta mesma linha, uma série de pesquisas conduzidas no Ipea, como o texto para discussão de Fioravante, Pinheiro e Vieira (2006) e os trabalhos com gastos sociais de

Jorge Abraão de Castro, representam uma nova vertente na pesquisa na área pública. Também utiliza uma abordagem quantitativa o trabalho de Silva e Revorêdo (2005) sobre as decisões do Tribunal de Contas de Pernambuco.

O setor público é uma fonte rica de pesquisa, mas tem sido explorado de forma tímida no Brasil. Uma pesquisa foi feita por Gallon et al. (2011), que tentaram verificar o grau de compreensibilidade dos eleitores às informações financeiras.

Uma discussão teórica importante é sobre a questão da *accountability*. Recentemente, destaca-se o texto de Rocha (2011), que discute as suas diferentes abordagens diante dos diversos modelos teóricos de administração pública.

Exercícios

1. No início do capítulo, afirmou-se que o grau de discricionariedade na Contabilidade pública é menor. Quais seriam as possíveis razões para que isto ocorra?
2. Os fundos possuem ênfase no curto prazo, geralmente com prazo de vida determinado. Qual o princípio contábil estudado no Capítulo 4 que seria importante numa discussão sobre este fato?
3. Um município criou um fundo de pensão para os funcionários públicos. Este fundo permitirá uma complementação na aposentadoria dos funcionários, sendo que parte do pagamento da aposentadoria será feita pelo município. Discuta o efeito desta medida sob a ótica do regime de caixa e o regime de competência.
4. Em 2006, o Tribunal de Contas da União fez uma análise comparativa na Contabilidade de oito empresas estatais, como CPRM, CEF e BNDES, confrontando os dados apresentados no Siafi e os números declarados nos balanços. A CEF apresentou um “lucro líquido” no Siafi, em 2005, de 428 milhões de reais, face a um “lucro líquido” no balanço de um pouco mais de dois bilhões. Diante desta diferença, o TCU recomendou a adoção de medidas, incluindo *“reavaliar as rotinas contábeis atuais aplicáveis às empresas estatais no âmbito do Siafi, bem como na disseminação das informações”*. Em sua opinião, quais seriam os motivos para as divergências? Que medidas poderiam ser tomadas para corrigir as diferenças? Seria possível fazer uma conciliação entre os dois resultados?

5. A questão da falta de flexibilidade na Contabilidade pública induziu algumas entidades a adotarem maneiras de permitir certos gastos. Alguns hospitais passaram a criar fundações privadas de apoio para ter possibilidades de efetuar certos gastos de forma mais rápida e com menos burocracia. Esta solução, no entanto, tem sido questionada pelo Tribunal de Contas da União. Discuta as vantagens e desvantagens da falta de flexibilidade da Contabilidade pública. Utilize também na sua discussão o serviço hospitalar.
6. No final de 2006 e início de 2007 a previdência social adotou uma mudança no cálculo da sua Contabilidade. A polêmica incluiu um artigo de um conhecido economista, que comparou a Contabilidade pública com a Contabilidade de uma padaria:

Os que criticam a alteração no cálculo do déficit da Previdência estão adotando a contabilidade de padaria.

A contabilidade da padaria é muito simples: tudo o que entra vai para o bolso direito, e tudo o que sai vem do bolso esquerdo. Esse tipo de contabilidade só nos permite aferir se entrou mais do que saiu, ou vice-versa. Nada mais.

A contabilidade pública é muito diferente. Ela explicita todos os valores arrecadados e todos os gastos, classificando-os por tipos e categorias de receitas e desembolsos. É possível saber o quanto se gasta em cada programa de custeio ou de investimento e de onde vêm os recursos para sua cobertura.

A contabilidade pública produz uma enorme quantidade de informações e permite análises mais criteriosas das relações custo-benefício de cada programa ou projeto. Na contabilidade da padaria da esquina, só se sabe se há déficit ou superávit.

- a) Em sua opinião, a comparação é válida?
 - b) Você concorda que a Contabilidade pública permite a análise custo-benefício de cada programa ou projeto?
7. Em janeiro de 2006 os motoristas brasileiros enfrentaram uma série de problemas nas estradas públicas. Uma informação do sítio Contas Abertas mostrou que desde a criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) o governo arrecadou R\$ 25,7 bilhões e aplicou R\$ 12,1 bilhões, existindo uma disponibilidade, no final de 2004, de R\$ 10,6

- bilhões no Ministério da Fazenda. Os recursos arrecadados com a Cide constam da Contabilidade pública? Em qual valor?
8. Apesar das características da Contabilidade pública brasileira, existem diversos casos de maquiagem. Estes casos aparecem no final de uma gestão, existindo dívidas não contabilizadas, por exemplo. Verifique quais seriam as razões para que isto ocorra.
 9. A ex-prefeita da cidade de São Paulo, Marta Suplicy, concluiu sua gestão de forma polêmica. A aprovação das contas pelo Tribunal de Contas do Município para o exercício financeiro de 2004 ocorreu através de um artifício do relator, que considerou na sua análise todo o período da gestão da prefeita, e não somente 2004. As contas dos três outros exercícios já tinham sido anteriormente aprovadas. Você concorda com esta visão do relator? Em sua análise, o que seria afetado se soubesse que um político torna-se inelegível se as contas não forem aprovadas?
 10. A legislação brasileira (Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Crimes Fiscais) proíbe que um administrador contraia despesas nos últimos oito meses sem recursos financeiros para pagar. Apresente a razão desta legislação.
 11. Uma forma de burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal é através do cancelamento de empenhos. Apresente como isto afeta os resultados de uma administração.
 12. Considere o seguinte extrato de uma reportagem publicada em 2005:

Marta criou cotas para credores

Logo depois do primeiro turno das eleições, Prefeitura mudou software para barrar liquidações de empenhos

Estado de S. Paulo – 14 de abril de 2005 – C1

Bruno Paes Manso

Em 13 de outubro, dez dias depois do primeiro turno das eleições – quando Marta Suplicy (PT) apareceu oito pontos percentuais atrás de José Serra (PSDB) – houve uma reunião na Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico. O objetivo do encontro, segundo a ata obtida pelo Estado, era mudar o programa de computador usado para pagar os credores da Prefeitura, barrando a liquidação dos empenhos que ultrapassassem uma cota estabelecida para cada secretaria. A liqui-

dação de empenhos é uma medida necessária para liberar o pagamento aos credores.

Com a alteração, o programa Novo Serviço de Execução Orçamentária (NovoSeo) deveria mostrar na tela “Cota financeira! Liquidação excedida”. Mesmo que o serviço tivesse sido efetivamente prestado, o empenho não poderia ser liquidado. Estava criado o “software do calote”, segundo especialistas em administração. Para a mudança ser feita, o NovoSeo ficou fora do ar entre os dias 11 e 17 de outubro.

Normalmente, a Prefeitura respeita três procedimentos para quitar seus contratos. Primeiro, registra no sistema o empenho da verba, fazendo uma espécie de reserva de recursos no orçamento que serve de garantia ao fornecedor de que a despesa vai ser paga. Depois disso, e após o serviço ter sido realizado, a administração verifica o trabalho, confirma o valor a ser pago e liquida a despesa. Finalmente, o pagamento é feito pela Secretaria de Finanças. Como o bloqueio no NovoSeo atingia a fase de liquidação, o pagamento precisava do aval da secretaria para ser efetivado.

Em 28 de dezembro, três dias antes de deixar o cargo, a prefeita publicou um decreto cancelando empenhos – as tais reservas de verbas no orçamento – que somavam R\$ 578 milhões. Isso só pôde ser feito porque as liquidações haviam sido bloqueadas.

- a) Quais os efeitos da medida sobre o balanço final da gestão?
 - b) A gestão da prefeitura alega que só cancelou os empenhos que não tinham realização comprovada. Discuta, a partir do que diz a reportagem, a validade legal deste procedimento.
13. O Governmental Accounting Standards Board, órgão que regula a Contabilidade pública nos Estados Unidos, está estudando a necessidade de exigir dos governos (federal, estadual e municipal) a contabilização de todas as obrigações vinculadas ao tratamento e redução da poluição. De acordo com o conceito estudado no livro, podemos considerar o tratamento da redução da poluição como um passivo para o governo?
 14. A Contabilidade pública brasileira não consegue mensurar o volume do passivo segundo o regime de competência. Com base nisso, suponha o caso de uma contestação judicial de uma categoria do funcionalismo público, com grande chance de sucesso nos tribunais. Quando a Contabilidade

pública brasileira reconhece esse passivo? Pesquise o significado do termo *precatório* para ajudar na sua resposta.

15. Quando da prestação de contas do Estado do Paraná em 2006, a Secretaria da Fazenda informou um superávit de 12 milhões de reais. Posteriormente, quando as demonstrações foram publicadas no *Diário Oficial* de 15 de junho, o valor do superávit era de 291 milhões de reais. O governo afirmou que os primeiros números eram provisórios, pois o “sistema não tinha processado tudo o que o estado tinha a receber e a pagar”. Uma das diferenças correspondeu ao lançamento de “créditos a receber” referente a uma devolução da multa que o Estado paga à União, que mesmo sem terem sido devolvidos, tinham sido lançados como dinheiro em caixa. Discuta esta situação no que diz respeito à teoria contábil.
16. O patrimônio imobiliário da União foi estimado em R\$ 192 bilhões, abrangendo 700 mil imóveis. Apesar dos esforços recentes, desconhece as condições de todos estes bens. Discuta as consequências da falta de controle deste ativo.

Torres (2009).

Referências

CANCIO, Anardino José. *A estabilidade na execução orçamentária dos programas sociais do Governo Federal brasileiro*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – UnB, Brasília.

CINTRA, Marcos. Contabilidade de padaria e o INSS. *Folha de S. Paulo*, 5 fev. 2007.

COSTA, Rosa; FERNANDES, Adriana. Estatais driblam controle com balanços que variam até 3,688%. *O Estado de S. Paulo*, 5 nov. 2006.

FIORAVANTE, Dea G.; PINHEIRO, Maurício M. S.; VIEIRA, Roberta da Silva. Lei de Responsabilidade Fiscal e Finanças Públicas Municipais. *Textos para Discussão 1223*. Brasília: IPEA, 2006.

GALLON, Alessandra et al. A compreensibilidade dos cidadãos de um município gaúcho acerca dos demonstrativos da lei de responsabilidade fiscal publicados nos jornais. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, nº 1, 2011.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison G. de. *Contabilidade pública*. São Paulo: Atlas, 2003.

MANSO, Bruno Paes. Marta criou cotas para credores. *O Estado de S. Paulo*, 14 abr. 2005.

MORGAN, Beatriz Fátima. *A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da Universidade de Brasília*. 2004. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – UnB, Brasília.

MOURA, José Flávio de Melo. *O sistema de contabilidade do governo federal na mensuração dos custos dos programas de governo e das unidades gestoras*. 2003. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – UnB, Brasília.

PEDERIVA, João Henrique. *Entidade contábil governamental*. 2004. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – UnB, Brasília.

PEIXE, Blênio C. Severo. *Finanças públicas*. Curitiba: Juruá, 2002.

PERES, Ursula Dias. Custos de transação e estrutura de governança no setor público. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo: Fecap, v. 9, nº 24, 2007.

PLATT NETO, Orion A.; CRUZ, Flávio da; VIEIRA, Audi Luiz. Transparência das contas públicas: um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade na UFSC. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis: UFSC, ano 3, v. 1, nº 5, 2006.

ROCHA, Arlindo. Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 14, nº 2, 2011.

RODRIGUES, Karine. Modelo concede flexibilidade a hospitais públicos. *O Estado de S. Paulo*, 31 dez. 2006.

RUPPEL, Warren. *Governmental Accounting Made Easy*. Hoboken: Wiley, 2004.

SILVA, César Augusto Tibúrcio (Org.). *Custos no setor público*. Brasília: UnB, 2007.

_____; REVORÊDO, Wirla Cavalcanti. Economicidade da gestão pública municipal: um estudo das decisões do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. *Revista Universo Contábil*, Blumenau: FURB, v. 1, nº 2, 2005.

SILVA, Maurício Corrêa da. Uma abordagem dos reflexos contábeis decorrentes do cancelamento das despesas públicas dos restos a pagar da União (1999-2003). *Revista de Contabilidade e Finanças*, São Paulo: USP, nº 43, 2007.

SLOMSKI, Valmor. *Manual de contabilidade pública*. São Paulo: Atlas, 2003.

TORRES, Isabelle. Governo procura imóveis que podem valer R\$ 10 bi. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 24 jun. 2009.

Índice remissivo

A

- Accounting Principles Board (APB)*, 68
- Accounting Research Bulletins (ARB)*, 68
- Accounting Series Release*, 68
- Accounting Standards Advisory Forum*, 43
- Accounting Terminology Bulletins (ATB)*, 68
- Acordo de Kyoto, 136
- Adachi, Vanessa, 60, 61
- Administradores, 2, 3, 4, 5
- ADRs, 15
- Aguiar, Andson, 31
- AIC, 38
- AIP, 298
- Alberton, Luiz, 153, 157
- All inclusive, 223
- Almeida, André, 233
- Almeida, José Elias F., 230
- Almeida, Juan Carlos G., 230
- Almeida, Neirilaine, 113
- Alocação, 220
- Alsop, Ronald, 299, 300
- Alves, Jorge Luiz, 182, 188
- Amazon, 226
- American Association of Public Accountants*, 65
- American Institute of Accounting (AIA)*, 68
- American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*, 68
- American Institute of Philanthropy*, 300
- Aneel, 227
- Anefac, 29
- Antunes, Maria Pompa, 157, 231
- Aquino, André C., 133, 138
- Araujo, Adriana Procópio, 295, 300
- Arrendador, 261
- Arrendadora, 77
- Arrendamento
 - mercantil, 262, 264, 265, 266, 276, 277, 279, 280
 - mercantil financeiro, 265
 - mercantil operacional, 265
- Arrendatária, 76, 274

Arrow, Teorema, 25
 ASR no 4, 68
 Assaf Neto, Alexandre, 295, 296, 300
 Assimetria da informação, 19, 20
 Assinaturas, 176
 Assing, Ildefonso, 153, 157
 Ativo, 115, 116, 117, 118, 119, 120,
 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127,
 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134,
 135, 136, 137
 Ativos de longo prazo, 139, 140, 153
 Atualização monetária, 99
 Auditores, 9, 12
 Avila, Renato V., 153, 157

B

Bamber, Linda S., 30
 Banco Central, 183, 184
 Banco Central do Brasil (BC), 88, 283
 Banco Econômico, 184
 Banco Nacional, 184, 224
 Banco Santos, 204
 Barbosa Neto, João Estevão, 59, 61
 Barcellos, Leonardo, 113
 Barros, Bettina, 137, 138
 Barth, Mary, 84, 202, 206
 Basileia, 28, 202, 204
 Bassi, Bruno, 233
 Beaver, W., 202, 206
 Belkaoui, A. R., 58, 62
 Bem privado, 20
 Bens públicos, 20
 Bergamasco, Cláudia, 84
 Berkshire Hathaway, 135
 Beuren, Ilse, 82, 84, 224, 230
 Big Four, 225
 Bill Gates, 298
 BIS, 202
 Borba, José Alonso, 182
 Botelho, Ducineli R., 230
 Bradesco, 183
 Bradshaw, Mark, 82, 84

Brasil, Haroldo G., 300
 Brito, Agnaldo, 138
 Bunge, 227

C

Caldas, Suely, 60, 62
 Camba, Daniele, 4, 31, 137, 138
 Campos, Gabriel Moreira, 230
 Campos, João Henrique F. A., 31
 Canadá, 60
 Cancio, Anardino José, 318, 323
 Capital financeiro, 191
 Capital físico, 191
 Cardoso, Ricardo L., 133, 138
 Carteira de títulos e valores
 mobiliários, 54
 Carvalho, Luis N. G., 62, 231
 Carvalho, Maria Christina, 187
 Castro, Róbison G. de, 319, 323
 Cavalcanti, Maria, 258
 Cerberus, 164
 Cerqueira, Daniel, 157
 CFC, 294
 Chatfield, Michael, 102, 113, 259
 Chiquita, 229
 Chrysler, 164
 Cia, Joanília, 85
 Cia, Josilmar, 85
 Cintra, Marcos, 323
 Clark, Myrtle, 173, 187
 Code-law, 105
 Colauto, Romualdo, 224, 230, 233
 Coligadas, 112
 Collins, Daniel W., 202, 206
 Colômbia, 229
 Comercializabilidade, 122
 Comerlato, Gloria, 15, 31
 Comitê de pronunciamentos, 28, 87
 contábeis, 75, 90, 103, 113
Committee on Accounting Procedures
 (CAP), 68
Common law, 74

Comparabilidade, 34, 59, 69, 106, 109, 296, 314
 Competência, 100
 Compreensibilidade, 69, 107, 296, 314, 319
 Confiabilidade, 127
 Confrontação, 220
 Conselho Federal de Contabilidade (CFC), 88, 113, 300
 Conselho monetário nacional, 283
 Consórcio, 109
 Contabilidade
 internacional, 34
 pública, 83, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 322, 323
 Conta transitória, 200
 Contingências, 79
 Continuidade, 89, 93, 95, 96, 105, 111, 132
 Contratos
 de execução, 123
 de garantia, 178
 Controle, 119
 Corrar, Luiz João, 232
 Correção integral, 247
 Cosenza, José Paulo, 226, 231
 Costa, Catarina, 85
 Costa, Jorge Andrade, 113
 Costa Jr., Jorge, 113
 Costa, Rosa, 323
 CPC, 28, 29
 Cristina, Carla, 113
 Cronograma
 financeiro, 215
 físico, 215
 Cruz, Flávio da, 318, 324
 Cruz Vermelha, 298
 Cunha, Jacqueline, 226, 231
 Cupertino, César Medeiros, 11, 32, 203, 206, 224, 231, 232

Custo
 corrente, 98, 130, 250, 251, 256
 corrente corrigido, 253
 corrente/reposição, 129
 de agência, 10
 e benefício, 101
 futuro, 129
 histórico, 98, 129, 171, 251
 médio ponderado de capital, 150
 CVM, 30, 184

D

Daimler-Benz, 36
 Dalmácio, Flávia, 301
 Debêntures, 186
 convertíveis, 175
 Deloitte, 225, 294, 300
 Demonstração(ões)
 do resultado, 223
 financeiras, 46
 limpa, 223
 Depreciação, 81
 Derivativos e instrumentos
 financeiros, 56
 Desenvolvimento, 80, 111
 Despesas, 209, 210, 211, 212, 215, 217, 218, 219, 223, 227, 228
 Desvalorização cambial, 221
 Dias, Warley, 61
 Díaz-Zorita, Alejandro, 167, 187
 Diferidos e antecipados, 123
 Direct financing lease, 272
 Disney, 83
 Divergências nas práticas contábeis, 47
 Divulgação de políticas contábeis, 45
 Dixon, Robyn, 298, 301
 Doação, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 296, 299
 condicional, 288
 incondicional, 287
 Dolabella, Maurício M., 31
 Donelson, Dain, 231
 Doupnik, Timothy, 58, 62, 236, 259

E

Ebitda, 30, 227
 Ebsen, Kamille Simas, 295, 300
 El Corte Inglés, 156
 Elvis Presley, 135
 Enron, 11, 27
 Epstein, Barry J., 46, 62
 Equivalência patrimonial, 79
 Erros, 81
 Essência sobre a forma, 180
 Estados Unidos, 63
 Estoques, 50, 81, 243
 Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, 91
 Estrutura Conceitual do Sistema CFC/CRCs, 91
 Estudo de evento, 8
 Evans, Thomas, 118, 138, 210, 231
 Exercício Social, 46

F

Facchini, Claudia, 187
 Faria, Mariana de Paulo, 224, 232
 Fasb, 14, 37, 190, 236, 269, 283
 Faturamento, 226
 Febraban, 186
Federal Reserve Board, 65
Federal Trade Commission, 65
 Feitosa, Amanda, 300
 Fernandes, Adriana, 323
 Fernandez, Pablo, 151, 157
 Ferreira, Araceli, 182
 Fickling, David, 62
 Fioravante, Dea G., 318, 323
 Fipecafi, 29, 91
 Fora do balanço, 181
 Ford, 184
 Formigoni, Henrique, 27, 31, 225, 231
 Foster, G., 20, 23, 24, 31
 Foster, Rubens, 300
 França, José Antônio de, 58, 62
 Free riders (caronas), 20

Fregonesi, Mariana A., 295, 300
 Freire Filho, Antônio Augusto, 108, 113
 Freire, Gustavo, 204, 206
 Freire, MacDaves, 113
 Frezatti, Fábio, 31, 225, 231
 Friedlander, David, 187
 Fuji, Alessandra, 226, 231
 Fundo
 de comércio, 111
 de investimento, 110
 Futuro benefício, 117

G

Gaber, Mohamed, 157
 Gaffikin, M. J. R., 194, 197, 206
 Galdi, Fernando Caio, 225, 231
 Gallon, Alessandra, 323
 Ganho, 211
 Garantia, 179
 Garcia, Norberto, 206
 Gasb, 83, 322
 Gastos com pesquisa e desenvolvimento, 48
 General Motors, 184
 Gernon, Helen, 62
 Giasson, Oldair, 153, 157
 Gol, 60
 Goldberg, Louis, 189, 197, 206
 Gomes, Amaro, 282, 284
Goodwill, 55
 Gordon, Paul, 35, 62
 Gorton, D., 14, 31
 Governo, 13, 14
 Gratuidade, 291
 Gregoriou, Greg, 157
Group of Latin American Standard Setters, 43

H

Hail, Luzi, 62
 Haring Jr., J. R., 12, 14, 31
 Hein, Nelson, 82, 84

Hendricksen, Eldon, 121, 129, 130, 138,
218, 231

Hochberg, Yael, 15, 31

Hughes, Jennifer, 25, 31

I

IAS, 44

Iasb, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42,
43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53,
54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 190,
236, 294

Iasc, 120, 138

Ibracon, 184

Ibrahim, M., 152, 157

Idec, 186

IFAC, 313

IFRICS, 39

IFRS, 39, 40

Ikuno, 62

Impairment, 142, 153

Imparidade, 81

Inflação, 235, 236, 237, 238, 239, 240,
241, 244, 247, 249, 250, 253, 255,
256, 257, 258, 259

Informação assimétrica, 10

Instituto dos Auditores Independentes
do Brasil (IAIB), 89

Intangível, 141

Interstate Commerce Commission
(ICC), 64

Investidores, 6, 7, 9

Iosco, 38

IPSAS, 313

IPSASB, 309, 313

ISAR/ONU, 38

Iudícibus, Sergio de, 58, 62, 113, 182,
187, 239

J

Jennings, Ross, 231

Jiang, John, 30

Johnson, Sarah, 62

K

Kam, Vernon, 120, 122, 123, 138, 186,
187, 213, 222, 231

Kelly, Kate, 229, 231

Kirchner, Alfredo E., 108, 113

Klann, Roberto, 82, 84

Kronbauer, Clovis, 187

Kume, Ricardo, 203, 207

L

Laffin, Marcos, 295

Lamounier, Wagner Moura, 233

Lander, Gerald, 152

Landsman, W., 202, 206

Leasing, 76, 77, 261

financeiro, 51, 275

operacional, 270, 276

Lei de responsabilidade fiscal, 310

Lei nº 4.320, 309

Lei nº 6.404/76, 241

Lélis, Débora, 81, 84

Lemes, Sirlei, 59, 62, 82, 84, 114

Leone, Marie, 62, 84

Leuz, Christian, 82, 84

Leveraged lease, 272

Lima, Diana Vaz de, 187

Lima, Gerlando, 31

Lisboa, Nahor P., 58

Localiza, 84

Lucro

contábil, 53

fiscal, 53

Luquet, Mara, 206

Lustosa, Paulo R., 203, 206, 225, 231

M

MacDonald, Elizabeth, 282, 283

Macedo, Fabrício de Queiroz, 114

Macedo, Marcelo, 114

Machado, Esmael, 157

Machado, Márcia, 114

Machado, Márcio, 114

Machado, Melina, 231
 Macieira, Leonardo, 227, 231
 Madsen, Paul, 31
 Malaquias, Rodrigo F., 114
 Malin, Mauro, 7, 31
 Manso, Bruno Paes, 323
 Manutenção do capital, 191
 Marca, 154
 Mário, Poueri do Carmo, 300
 Marques, José Augusto V. da Costa, 226, 233, 255, 259
 Martinez, Antonio Lopo, 224, 225, 232
 Martins, Eliseu, 153, 157, 182, 187, 207, 232, 239, 240
 Materialidade, 45, 126
 Matos, Felipe, 224, 232
 Mattos, Adriana, 188
 Maxidesvalorização, 76, 220
 Maydew, Edward L., 202, 206
 McInnis, John, 226, 231
 Meek, Gary, 62
 Mello, Gilmar Ribeiro de, 114
 Mello, Pollyanna, 157
 Melo, Sheila, 259
 Mendes, Paulo César, 255, 259
 Mensuração, 165
 Merck, 183
 Merino, Bárbara, 73, 85
 Michels, Robert, 23, 31
 Milhas, 184
 Miller, Gregory, 82, 84, 173
 Mineração Brasileira de Ferro (MBF), 135
 Miranda, Luis Carlos, 296, 300
 Mirza, Abbas Al, 46, 62
 Modigliani, 173
 Monteiro, Paulo Roberto, 255, 259
 Morgan, Beatriz Fátima, 324
 Mota, Renato, 232
 Moura, José Flávio de Melo, 317, 324
 Mueller, Gerhard G., 34, 36, 62

N

Nakao, Silvio H., 232
 Nardi, Paula C., 224, 232
 Natura, 226
 Niiero, N., 4, 31
 Niyama, Jorge Katsumi, 59, 62, 153, 157, 259, 282, 283, 284
 Nobes, C., 35, 58, 62
 Nogueira, Lycea, 84
 Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, 311
 Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), 92
 Nova administração pública, 317

O

Obrigação atual, 161
 Ogawa, Jorge, 108, 114
 Ogliari, Paulo, 11
 Ohlson, James, 202, 203, 207
 Oliveira, Clarissa, 32
 Oliveira, Irani, 300
 Ono, 153, 157
Operating lease, 272

P

Padronização, 1, 2, 5, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30
 Pão de Açúcar, 185, 256
 Parmalat, 224
 Passivo, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186
 Paton, 66, 173
 Patrimônio líquido, 173, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206
 Paula, Cleberson Luiz S., 296, 300
 Paulo, Edilson, 114, 224, 232

Pavini, Ângelo, 30, 32, 227, 232
 Pederiva, João Henrique, 308, 309, 324
 Peixe, Blênio C., 318, 324
 Peléias, Ivam Ricardo, 32, 82, 85
 Perda monetária, 244
 Pereira, Carlos Alberto, 295
 Peres, Ursula Dias, 318, 324
 Período contábil, 218
 Perpetuidade, 144
 Pesquisa, 80
 Petrobras, 185
 Petros, 60
 Piller, Charles, 298, 301
 Pinheiro, Laura, 61, 84
 Pinheiro, Maurício M. S., 323
 Planos de benefícios de aposentadoria
 para empregados, 52
 Platt Neto, Orion A., 318, 324
 Pohlmann, Marcelo, 114
 Portella, Gualter, 225, 232
 Preço de venda
 corrente, 129
 passado, 129
 Prestes, Cristine, 167, 188
 Previts, Gary, 73, 85
 Princípio(s)
 da continuidade, 95
 da entidade, 94
 da oportunidade, 96
 de contabilidade, 92, 93
 do registro pelo valor original, 97
 fundamentais de contabilidade, 92
 Probabilidade de ocorrência, 126
 Prudência, 101
 Publicidade, 228

R

Ragazzi, Ana Paula, 30, 32
 Rainey, Michael, 164, 188
 Reavaliação, 140
 de ativos, 50, 80
 Receitas, 209, 210, 211, 212, 217, 218,
 219, 223, 224, 227, 228

Reconhecimento, 126, 163, 213, 219
 Regime
 de caixa, 317
 de competência, 45, 318
Regulatory law, 74
 Reilly, David, 227, 232
 Reinstein, Alan, 152, 157
 Relatórios intermediários, 46
 Relevância, 5, 13, 27, 57, 69, 79, 96,
 106, 109, 110, 123, 202, 203, 217,
 221, 222, 255, 270, 314
 Renúncia fiscal, 293
 Reputação, 11
 Resende, Marcio de Araujo, 226, 233
 Reservas, 200
 Resultado de eventos passados, 121
 Resultados de exercícios futuros, 201
 Revorêdo, Wirla Cavalcanti, 319, 324
 Revsine, L., 26, 32
 Rezende, Amaury, 31, 301
 Rezende, Cláudio, 114
 Ribeiro, Alex, 138
 Ribeiro, Maísa de Souza, 182, 231
 Roberts, Clare, 35, 62
 Robles Jr., Antonio, 82, 85
 Rocha, Arlindo, 324
 Rochael, Denise, 301
 Rodrigues, Karine, 324
 Rodrigues, Marflia Gualberto, 32
 Rodrigues, Raimundo N., 300
 Rogers, Dany, 114
 Ronaldo, 135
 Rover, Suliane, 182, 188
 Rue, Joseph, 188
 Ruppel, Warren, 304, 324

S

Sá, Fernanda, 114
 Sales-type lease, 271
 Salgado, André, 301
 Salter, S. B., 58, 62
 Samuelson, Richard, 120, 123, 125,
 138, 188

San'ana, Lourival, 138
 Sancovschi, Moacir, 224, 232
 Sanders Edmund, 298, 301
 Santana, Claudio M., 203, 207
 Santos, Ariovaldo dos, 157, 231
 Santos, Edilene, 85, 114
 Santos, Jocineiro, 114
 Santos, Luiz, 85
 Santos, Odinalei, 157, 233
 Sapienza, Paola, 15, 31
 Sarbox, 83
 Sarlo Neto, Alfredo, 15, 32
 Scherer, Luciano Márcio, 207, 225, 230
 Schroeder, Richard, 145, 152, 157
 Schuetze, Walter, 124, 138
 Schvirck, Eliandro, 153, 157
 Scott, William, 16, 32, 188
 SEC, 14
Securities and Exchange Commission
 (SEC), 67
 Segregação de ativos e passivos, 46
 Segreti, João Bosco, 82, 85
 Seidel, André, 203, 207
 Serviços como passivos, 176
 Serviços voluntários, 289
 Setor público, 303
 Sevin, Suzanne, 152, 157
 Shim, Jae K., 85
 Siafi, 310, 319
 Siegel, Joel G., 85
 Silva, Adolfo, 113
 Silva, Adriano, 85
 Silva, César Augusto Tibúrcio, 32, 114,
 259, 324
 Silva Jr., Altamiro, 28, 32
 Silva, Miriã Gonçalves, 62
 Silva, Paula, 157
 Silva, Ricardo Luiz, 232
 Slomski, Valmor, 315, 318, 324
 Smith, B. M., 16, 32
 Solomons, D., 23, 32
 Spector, Mike, 301
 Spring, Silvia, 301

Statements of Financial Accounting
Standards (Sfas), 71
 Stevens, William, 188
 STJ, 297
 Subestimação do indexador, 247
 Submarino, 29, 228
 Sunder, S., 23, 32
 Superprodução de normas, 25, 26
 Szuster, Natan, 203, 207

T

Takamatsu, Renata Turola, 225, 233
 Tandy, P. R., 14, 32
 Tavares Filho, Francisco, 114
 TCU, 29, 297, 319
 Tearney, Michael, 5, 12, 16, 20, 21, 24,
 26, 32, 123, 138
 Teka, 156, 204
 Tempestividade, 96, 107, 314
 Teoria
 da entidade, 195, 196, 199
 do comandante, 198
 do empreendimento, 198, 199
 do fundo, 198, 199, 307
 do patrimônio líquido, 193
 do proprietário, 193, 196, 199
 residual, 199
 Terceiro setor, 285, 286, 288, 289, 290,
 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297,
 298, 299, 300
 Terra, Paulo Renato, 15, 31
The Economist, 136, 138, 259, 299, 301
 Theophilo, Carlos R., 113
 Thomas, R. D., 32
 Torres, Isabelle, 323, 324
Trueblood Committee, 70
 TSE, 30

U

Ueps, 50
 Unidades geradoras de caixa, 152
 US GAAP, 63, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 82,
 84, 266

Usuários, 1, 2, 6, 9, 14, 15, 21, 22, 26, 28, 29, 31

V

Vale do Rio Doce, 154

Valle, Maurício R., 232

Valor

de entrada, 129

de liquidação, 132

de saída, 129

de troca, 143

em uso, 143, 146

esperado, 133

justo, 99, 100, 168

presente, 98, 131, 244

realizável, 98

realizável esperado, 129

Van Breda, Michael, 121, 129, 130, 138, 218, 231

Vangermeersch, Richael, 113

Vangermeersch, Richard, 259

Van Greuning, Hennie, 233

Variação cambial, 78

Vatter, William, 198

Viegas, Waldyr, 182, 187

Vieira, Audi Luiz, 324

Vieira, Roberta da Silva, 323

Vilardaga, Vicente, 138

Vissing-Jorgensen, Annette, 15, 31

Volkan, Ara, 188

W

Wang, Isabel, 30

Warner, 229

Weetman, Pauline, 35, 62

Weiss, Ira S., 202, 206

Wheat Committee, 70

Wigglesworth, Robin, 188

Wilburn, N. L., 14, 32

Wolk, H., 32

Wolk, Harry, 5, 12, 16, 20, 21, 24, 26, 123, 138

Wysocki, Peter, 59, 62

Y

Yamamoto, Marina Mitiyo, 113, 114



Teoria da Contabilidade

Nos últimos anos tem havido grande mudança na contabilidade, reflexo da convergência internacional das normas, do desenvolvimento do mercado de capitais, da ampliação das pesquisas acadêmicas e dos cursos de graduação e pós-graduação, da criação do CPC e do fortalecimento do Iasb, entre outros aspectos. Isso tem influenciado a forma como entendemos e aplicamos a teoria.

Esta obra é inovadora por incorporar essas mudanças estruturais no seu conteúdo, apresentando não somente os aspectos conceituais, mas também a consequência em situações práticas. Além de estudar as principais conceituações contábeis (ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado), o livro apresenta a questão da normatização contábil, tanto sob o enfoque das normas nacionais quanto das normas internacionais e do Fasb, além de capítulos específicos sobre *leasing*, contabilidade governamental e contabilidade do terceiro setor.

Ao final de cada capítulo, os autores fazem uma contextualização das pesquisas recentes sobre o assunto, com ênfase na produção bibliográfica nacional. Também são apresentadas questões, muitas delas práticas.

APLICAÇÃO

Livro-texto para as disciplinas de Teoria da Contabilidade dos cursos de graduação em contabilidade, além de cursos de curta duração e cursos de especialização. Leitura complementar para as disciplinas *Contabilidade Avançada*, *Contabilidade Internacional*, *Tópicos Contemporâneos em Contabilidade*, *Contabilidade Pública* e *Auditoria*.